GDF GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
A GENTE FALA, A GENTE FAZ

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

ANO XXIII Nº 156 SEXTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 1999 PREÇO: R$ 0,66

SUMÁRIO

SEÇÃO I

	PÁGINA
ATOS DO PODER EXECUTIVO	1
VICE-GOVERNADORIA	15
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	17
SECRETARIA DE FAZENDA	17
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	18
SECRETARIA DE SAÚDE	18
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	18
SECRETARIA DE AGRICULTURA	18
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	18
SECRETARIA DE CULTURA	18
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	19
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	19
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	19
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	20
SECRETARIA DE ESPORTE E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE	20
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	20

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO	27
VICE-GOVERNADORIA	32
CASA MILITAR	32
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	33
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	34
SECRETARIA DE SAÚDE	36
SECRETARIA DE OBRAS	37
SECRETARIA DE TRANSPORTES	38
SECRETARIA DE AGRICULTURA	38
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	38
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	39
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	40
SECRETARIA DE CULTURA	40
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	40
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	40

SEÇÃO III

ATOS DO PODER LEGISLATIVO	41
VICE-GOVERNADORIA	41
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	43
SECRETARIA DE FAZENDA	43
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	44
SECRETARIA DE SAÚDE	44
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	47
SECRETARIA DE OBRAS	47
SECRETARIA DE TRANSPORTES	48
SECRETARIA DE AGRICULTURA	52
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	52
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	53
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	53
SECRETARIA DE CULTURA	53
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	53
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	53
SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	54
SECRETARIA DE ESPORTE E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE	54
INEDITORIAIS	55
ÍNDICE	55

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 2.424, DE 13 DE JULHO DE 1999(*)

(Autor do Projeto: Poder Executivo e vários deputados)

Dispõe sobre a construção, o funcionamento, a utilização, a administração, a fiscalização dos cemitérios e a execução dos serviços funerários no Distrito Federal .

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - A construção, o funcionamento, a utilização, a administração e a fiscalização dos cemitérios e a execução dos serviços funerários no Distrito Federal reger-se-ão pela presente Lei e normas específicas aplicáveis à matéria.

Art. 2º - Os cemitérios do Distrito Federal são parques públicos, invioláveis, de utilização reservada e de caráter secular.

Art. 3º - Os cemitérios públicos do Distrito Federal serão mantidos pela Secretaria da Criança e Assistência Social do Distrito Federal ou sob o regime de concessão através de licitação.

Art. 4º - O Distrito Federal, no interesse da Administração Pública, poderá destinar áreas para a construção de cemitérios, por concessão, mediante concorrência pública, nos termos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e, por regulamentação posterior, combinados com os artigos 15, 25 e 26 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Art. 5º - Os serviços de cemitério constituem-se de:

I - sepultamentos;

II - exumações;

III - construção de sepulturas e túmulos;

IV - cremação de cadáveres;

V - manutenção de ossários e cinzários;

VI - organização, escrituração e controle de serviços;

VII – vigilância;

VIII - ajardinamento, limpeza e conservação;

IX - construção e montagem de carneiros;

X - manutenção e jardinagens de túmulos e jazigos;

XI - utilização de capelas;

XII - velórios;

XIII - demais serviços afins autorizados pelo órgão concedente.

Art. 6º - As taxas devidas pela prestação de serviços de sepultamento, exumação, ocupação de ossário, concessão de perpetuidade, licença para colocação de lápides e emblemas de sepulturas, são as estabelecidas pelo Código Tributário do Distrito Federal, Decreto - Lei nº 082, de 26 de dezembro de 1966 e legislação posterior.

Art. 7º - Os serviços funerários constituem-se de :

I - fornecimento de urna mortuária;

II - transporte funerário;

III - embalsamamento e formolização de cadáver;

IV - retirada de certidão de óbito e guia de sepultamento;

V - recolhimento de taxas relativas a sepultamento;

VI - ornamentação de cadáver em urna mortuária;

VII - despachos aéreos ou terrestres, nacionais ou internacionais de cadáveres;

VIII - representação da família no encaminhamento de requerimento e outros papéis junto aos órgãos competentes, bem como para remoção nacional ou internacional e translado do corpo;

IX - disponibilização de planos de assistência funerária, desde que autorizados pelo Ministério da Justiça, nos termos da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971;

X - demais serviços afins autorizados pelo órgão permitente.

Art. 8º - Os serviços funerários serão executados diretamente pela Secretaria da Criança e Assistência Social do Distrito Federal ou sob regime de permissão, precedido em qualquer hipótese, de licitação, em atendimento às Leis Federais nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, adotando-se o sistema de pré-qualificação dos licitantes.

Parágrafo Único - Os preços máximos dos serviços funerários, sua forma de execução e as penalidades cabíveis serão regulamentados pelo órgão permitente.

Art. 9º - A Secretaria da Criança e Assistência Social baixará normas complementares relativas ao funcionamento e serviços dos cemitérios e serviços funerários.
Art. 10 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias.
Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 12 - Revogam-se o artigo 4º da Lei nº 408, de 13 de janeiro de 1993 e demais disposições em contrário.

Brasília, 13 de julho de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no DODF-Seção I, nº 134, de 14-7-99, pág. 2.

LEI Nº 2.428, DE 21 DE JULHO DE 1999(*)

(Autor do Projeto: Poder Executivo)

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2000.

O **GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL** FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2000, em conformidade com o disposto nos arts. 149 e 168 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que compreenderão:
I – as prioridades e metas da administração pública;
II – a organização e estrutura dos orçamentos;
III – as diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos e suas alterações;
IV – as diretrizes específicas dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
V – as diretrizes específicas do orçamento de investimento;
VI – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
VII - a política de aplicação do agente financeiro oficial de fomento;
VIII – as disposições sobre alterações na legislação tributária;
IX – as disposições sobre política tarifária;
X – as disposições finais.

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E DAS METAS
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 2º A programação contida na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2000 deverá ser compatível com o plano plurianual para o período de 2000 a 2003 e conterá as prioridades e metas estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. A programação de que trata o *caput* observará as diretrizes e objetivos explicitados nas políticas de Segurança e Bem-Estar Social, Desenvolvimento Econômico e Modernização Administrativa do Estado, que fazem parte do plano plurianual para o quadriênio 2000 a 2003.

Art. 3º As prioridades e as metas identificadas no Anexo desta Lei terão precedência sobre as demais, na alocação de recursos na lei orçamentária para o exercício de 2000.

§ 1º O Poder Executivo identificará, no projeto de lei orçamentária, os projetos, atividades, operações especiais e respectivos subtítulos que contemplem as prioridades constantes do Anexo desta Lei.

§ 2º Serão considerados prioritários, para fins de programação e alocação de recursos na lei orçamentária, os projetos e respectivos subtítulos relativos a obras não concluídas em exercícios anteriores.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS
SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º Na lei orçamentária, as despesas públicas serão identificadas em seu menor nível de programação, qual seja, função, subfunção, programa, projeto, atividade, operação especial e respectivos subtítulos.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:
I – função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
II – subfunção, uma partição da função visando agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
III – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;
V – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
VI – operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa, inserido na programação orçamentária da unidade responsável, identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas.

§ 2º Os projetos, atividades e operações especiais serão classificados de acordo com a função, a subfunção e o programa aos quais se vinculam.

§ 3º Os projetos, atividades e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, sem alteração da finalidade e da denominação das metas correspondentes, para especificar a localização geográfica integral ou parcial da ação desenvolvida.

§ 4º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por programas, projetos, atividades ou operações especiais e respectivos subtítulos.

§ 5º As metas físicas serão indicadas em nível de projeto e atividade e suas descrições e quantificações deverão ser claras e uniformes.

Art. 6º O projeto de lei orçamentária anual, a ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Legislativa, até três meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro em curso, será constituído de:
I – texto da lei;
II – consolidação dos quadros orçamentários;
III – anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social a que se refere o art. 149, § 4º, I e III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, discriminadas a receita e a despesa na forma estabelecida nesta Lei;
IV - anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 149, § 4º, II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, na forma estabelecida nesta Lei;
V – discriminação da legislação da receita referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social;

§ 1º Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, além dos relacionados no art. 2º, § 1º, I a IV, e no art. 22, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes demonstrativos:
I - da evolução da receita do Tesouro, nos últimos três anos, segundo a categoria econômica;
II - da evolução da despesa do Tesouro, nos últimos três anos, segundo a categoria econômica e o grupo de despesa;
III - do resumo das receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
IV - do resumo das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
V - das receitas e das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, pór categoria econômica, evidenciados os resultados correntes de cada orçamento;
VI - das receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação do anexo I da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações;
VII - das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo o poder e o órgão, por grupo de despesa;
VIII – das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por órgão, esfera orçamentária e origem dos recursos;
IX – dos recursos do Tesouro diretamente arrecadados, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, por órgão;
X - da programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 241 da Lei Orgânica do Distrito Federal, por órgão, esfera orçamentária e grupo de despesa;
XI - dos recursos destinados a investimentos programados nos três orçamentos, por órgão, eliminadas as duplicidades;
XII - da programação do orçamento de investimento, segundo órgão, função, subfunção e programa;
XIII - do detalhamento das fontes de financiamento do orçamento de investimento, com o desdobramento indicado no art. 17;
XIV - dos precatórios judiciários incluídos na proposta orçamentária e as fontes de recursos a serem utilizadas para o seu pagamento, observado o disposto no art. 20;
XV - das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por:
a) grupo de despesa, esfera orçamentária e origem dos recursos;
b) modalidade de aplicação, esfera orçamentária e origem dos recursos;
c) elemento de despesa, esfera orçamentária e origem dos recursos;
d) função, esfera orçamentária e origem dos recursos;
e) subfunção, esfera orçamentária e origem dos recursos;
f) programa, esfera orçamentária e origem dos recursos;
g) Região Administrativa, esfera orçamentária e origem dos recursos.

§ 2º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual explicitará:
I - a compatibilidade das prioridades constantes do projeto com as aprovadas nesta Lei;
II - a comparação entre o montante das receitas oriundas de operações de crédito previstas para o orçamento de 2000 e o montante estimado para as despesas de capital, à vista do disposto no art. 167, III, da Constituição Federal;
III - os critérios adotados para estimativa dos principais itens da receita para o exercício de 2000:
a) receita tributária;
b) transferências da União para as áreas de educação, saúde e segurança;
c) alienação de bens;
d) operações de crédito;
IV - a despesa programada com pessoal e encargos sociais para 2000, com a indicação da participação percentual nas receitas correntes do Distrito Federal, nos termos da Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999.

§ 3º O projeto de lei será acompanhado de demonstrativos com as seguintes informações complementares:

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.
CEP: 70075-900, Brasília - DF.
Telefones: (061) 225-7803 - 316-4137 - 213-6312
Editoração e impressão: IMPRENSA NACIONAL

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador

BENEDITO DOMINGOS
Vice-Governador

WELIGTON LUIZ MORAES
Secretário de Comunicação Social

LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS
Chefe da Divisão de Divulgação

I - a execução orçamentária do Distrito Federal, realizada e registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM - e no Sistema de Acompanhamento Governamental - SAG, até o terceiro bimestre de 1999, apresentada nos moldes do Relatório de Desempenho Físico-Financeiro por Programa de Trabalho elaborado pela Secretaria de Planejamento;

II - a despesa efetiva com pessoal e encargos sociais, por unidade orçamentária, executada nos exercícios de 1996, 1997 e 1998, a despesa originariamente autorizada para 1999, a execução até junho de 1999, a projeção da execução para os meses restantes de 1999 e a despesa programada para 2000 com a indicação da representatividade percentual do total da despesa mencionada em relação à receita corrente líquida do Distrito Federal, observado o seguinte:

a) da despesa referida neste inciso serão excluídos e destacados, em demonstrativo à parte, os gastos com pessoal ativo e inativo financiados com transferências da União;

b) para os fins do disposto neste inciso, a receita corrente líquida do Distrito Federal compreenderá o total das receitas correntes deduzido o valor relativo às transferências, constitucionais ou não, da União, destinadas à cobertura de gastos com pessoal ativo e inativo de órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal;

III - a situação do endividamento do Distrito Federal e de suas entidades, evidenciados, para cada empréstimo, o saldo devedor e respectivas projeções de pagamento de amortizações e de encargos financeiros correspondentes a cada semestre do ano da proposta orçamentária;

IV - a regionalização, por Região Administrativa, da aplicação dos recursos em cada projeto, atividade, operação especial e respectivos subtítulos dos três orçamentos do Distrito Federal, identificadas as despesas por grupo e fonte de recursos;

V - a identificação e a quantificação dos efeitos decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, em relação à receita e à despesa previstas, discriminada a legislação de que resultam tais efeitos;.

VI - o valor dos gastos programados com investimentos e demais despesas de capital, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, bem como sua participação no total das despesas de cada unidade orçamentária, eliminada a dupla contagem;

VII - o detalhamento das fontes de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por unidade orçamentária e grupo de despesa.

Art. 7º Para efeito do disposto no artigo anterior, os órgãos do Poder Legislativo encaminharão, até 31 de julho do corrente exercício, suas propostas orçamentárias ao órgão central do sistema de orçamento do Poder Executivo, para fins de consolidação, na forma por este definida, vedado o estabelecimento de limites que não os previstos na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Distrito Federal e nesta Lei.

§ 1º As propostas orçamentárias referidas no *caput* observarão como limite global o total das dotações consignadas no orçamento de 1999, incluídos os créditos adicionais, acrescido dos efeitos decorrentes do disposto no art. 42.

§ 2º O Poder Executivo estabelecerá à sistemática de conversão em real dos compromissos em moeda estrangeira.

Art. 8º Para efeito do disposto no art. 6º, os órgãos do Poder Executivo encaminharão suas propostas orçamentárias ao órgão central do sistema de orçamento daquele poder, para fins de consolidação, na forma e no prazo por este definidos, vedado o estabelecimento de limites que não os previstos na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Distrito Federal e nesta Lei, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo anterior.

Art. 9º Os projetos de lei de créditos adicionais serão apresentados à Câmara Legislativa para aprovação, como também, os decretos de créditos suplementares serão autorizados pelo Poder Executivo, sob pena de nulidade, na forma e com os detalhamentos estabelecidos na lei orçamentária anual.

§ 1º Os projetos de créditos adicionais, bem como suas modificações serão acompanhados de demonstrativos, contendo, por projetos, atividades, operações especiais e respectivos subtítulos, a dotação inicial, os cancelamentos e suplementações efetuados, a dotação empenhada, a despesa realizada, a repercussão nas metas e a justificação das alterações propostas.

§ 2º Os decretos de crédito suplementar, autorizados na lei orçamentária anual, observados os limites e detalhamentos por ela fixados, serão publicados com demonstrativos das informações necessárias e suficientes para a avaliação dos acréscimos e cancelamentos das dotações neles contidas, das fontes de recursos que os atenderão e das metas a serem atingidas.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a suplementações orçamentárias, mediante decreto, nos seguintes casos:

I – insuficiências nas dotações orçamentárias até o limite de vinte e cinco por cento do valor total de cada unidade orçamentária, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei, desde que limitada a vinte e cinco por cento do valor total de cada unidade orçamentária, nos termos do art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

c) da reserva de contingência;

II – insuficiência de recursos relativa aos grupos de despesas outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras e outras despesas de capital, constantes dos subtítulos objeto da suplementação, até o limite de cinqüenta por cento do valor originalmente aprovado para o grupo de despesa, desde que os recursos para esse fim sejam oriundos de anulação de dotações destinadas aos mencionados grupos de despesa, no âmbito da mesma unidade orçamentária;

III – do *superávit* financeiro dos fundos e das entidades da administração indireta apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 1º, I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, desde que limitado a vinte por cento do valor de cada projeto ou atividade;

IV – para incorporar aos Orçamentos do Distrito Federal os créditos suplementares e as transferências concedidas pela União, bem como os recursos oriundos de convênios e operações de crédito, durante o exercício financeiro, respeitados os valores e a destinação programática;

V – para proceder aos ajustes necessários para adequar os orçamentos das unidades Orçamentárias que recebam transferências da União aos valores constantes da Lei Orçamentária da União para o exercício de 2000.

Art. 11. Os projetos de lei orçamentária anual e de créditos adicionais conterão, por categoria de programação, a identificação das fontes de recursos.

Art. 12. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo os dados e informações constantes dos projetos de lei orçamentária anual e de créditos adicionais, bem como os detalhamentos utilizados na sua consolidação.

SEÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA E DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 13. Os orçamentos fiscal e da seguridade social, previstos no art. 149, § 4º, I e III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, compreenderão a programação dos Poderes, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo poder público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades que recebem recursos do Tesouro.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto neste artigo as empresas que recebem recursos do Distrito Federal apenas sob a forma de:

I – participação acionária;

II – pagamento pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços;

III – pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos.

Art. 14. A despesa será discriminada por unidade orçamentária, segundo a classificação funcional, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, indicando os grupos de despesa, discriminados a seguir, com suas respectivas dotações, especificando, para cada categoria, a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação e a fonte de recursos:

I – pessoal e encargos sociais;

II – juros e encargos da dívida;

III – outras despesas correntes;

IV – investimentos;

V – inversões financeiras;

VI – amortização da dívida;

VII – outras despesas de capital.

SEÇÃO III

DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Art. 15. O orçamento de investimento, previsto no art. 149, § 4º, II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, compreenderá o de cada empresa pública, sociedade de economia mista e demais entidades em que o Distrito Federal detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. As empresas cujas programações constem integralmente do orçamento fiscal ou do orçamento da seguridade social não integrarão o orçamento de investimento.

Art. 16. As despesas de capital serão discriminadas segundo a classificação funcional, expressas por categoria de programação em seu menor nível, na forma do art. 14, inclusive com as fontes previstas no art. 17.

Art. 17. O detalhamento das fontes de financiamento será feito para cada uma das entidades referidas no art. 15, de modo a identificar os recursos:

I - gerados pela própria empresa;

II - oriundos de transferências dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

III - decorrentes da participação acionária do Distrito Federal;

IV - oriundos de operações de crédito externo;

V - oriundos de operações de crédito interno;

VI - oriundos de outras fontes, desde que não ultrapassem a dez por cento do total da receita, casos em que serão individualmente especificados.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 18. Serão objeto de atividade específica em quaisquer órgãos da administração direta e indireta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, as despesas relacionadas com:

I - publicidade e propaganda, na forma do art. 149, § 9º, da Lei Orgânica do Distrito Federal;

II - ações vinculadas ao programa de eficiência energética.

Parágrafo único. As despesas com publicidade e propaganda em qualquer órgão ou entidade do Distrito Federal só poderão ser suplementadas por meio de lei específica.

Art. 19. As despesas com o pagamento de precatórios judiciários correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade e serão identificadas como operações especiais específicas.

§ 1º Os recursos destinados a precatórios judiciários, até que sejam extintos, não poderão ser cancelados para abertura de crédito adicional com outra finalidade.

§ 2º Os recursos destinados ao pagamento de precatórios judiciários, derivados de órgãos da administração direta, serão alocados na Procuradoria Geral.

§ 3º Os recursos destinados ao pagamento de precatórios judiciários derivados de órgãos da administração indireta serão alocados nas unidades orçamentárias responsáveis pelo débito.

Art. 20. Para fins de atendimento do disposto no art. 6º, § 1º, XIV, as unidades orçamentárias referidas no artigo anterior encaminharão ao órgão central do sistema de orçamento do Poder Executivo, até 15 de julho de 1999, relação dos débitos constantes de precatórios judiciários a serem incluídos na proposta orçamentária de 2000, nos termos do art. 100, § 1º, da Constituição Federal, discriminada por órgãos ou entidades devedoras e por grupo de despesas, por ordem de precedência e por natureza jurídica, observado o detalhamento constante do art. 14, especificando:

a) número do processo;

b) número do precatório;

c) data da expedição do precatório;

d) nome do beneficiário;

e) valor do precatório a ser pago, atualizado até 1º de julho de 1999.

§ 1º Os precatórios incluídos no orçamento anual, inclusive os relativos a exercícios anteriores, ainda não quitados, decorrentes de ações judiciais contra a Fazenda Pública do Distrito Federal, de natureza alimentar, poderão ser utilizados, pelos titulares originais ou cessionários, mediante transferência de direito e renúncia do objeto da lide, para pagamento de bens imóveis alienados do Distrito Federal, através dos órgãos responsáveis, na forma a ser definida em regulamento por meio de decreto do Poder Executivo.

§ 2º Os precatórios incluídos no orçamento anual, inclusive os relativos a exercícios anteriores, ainda não quitados, decorrentes de ações judiciais contra a Fazenda Pública do Distrito Federal, de qualquer natureza, poderão ser utilizados pelos titulares originais ou cessionários, para abatimento de débitos de natureza tributária de competência do Distrito Federal, na forma a ser definida em regulamento por meio de decreto do Poder Executivo.

Art. 21. Os recursos provenientes de transferências da União, mediante convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, consignados na correspondente lei orçamentária federal, ressalvados os decorrentes de repartições de receitas previstas em legislação específica, bem como de transferências constitucionais ou voluntárias, somente poderão ser incorporados ao orçamento da unidade beneficiada por meio de decreto do Poder Executivo, caso os projetos, atividades, operações especiais e respectivos subtítulos contemplados pelas transferências estejam incluídos na Lei Orçamentária Anual e desde que observado o disposto no art. 9º.

Art. 22. As atividades de manutenção, conservação e recuperação de bens públicos e as ações de conclusão de obras iniciadas terão prioridade sobre os projetos de expansão e implantação de novas obras.

Art. 23. Na programação de despesa, são vedadas:

I - a fixação de despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - a inclusão de despesas a título de investimento - regime de execução especial, ressalvados os casos de calamidade pública e comoção interna, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal;

III - a inclusão de projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária, devendo cada um daqueles possuir, além de descrição e codificação próprias e distintas, objeto singular;

IV - a classificação como atividade, de dotações para o desenvolvimento de ações limitadas no tempo;

V – a inclusão de projetos ou subtítulos de projetos novos, cujo valor seja superior a oitocentos mil reais, em detrimento de outros relativos a obras não concluídas em exercícios anteriores, cabendo ao Poder Executivo identificar, no projeto de lei orçamentária, os projetos ou subtítulos dos projetos em andamento.

Art. 24. Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

I – início de construção, ampliação, reforma, aquisição, novas locações ou arrendamentos de imóveis residenciais de representação;

II – aquisição de mobiliário e equipamento para unidades residenciais de representação funcional;

III – aquisição de veículos de representação, ressalvadas as aquisições para a substituição de veículos com mais de cinco anos de uso para o atendimento ao Governador, ao Vice-Governador, ao Presidente da Câmara Legislativa, aos Secretários de Governo, ao Chefe da Casa Militar, ao Procurador-Geral, ao Consultor Jurídico, ao Diretor da Polícia Civil e aos Conselheiros e Procurador-Geral do Tribunal de Contas do Distrito Federal;

IV – aquisição de aeronaves, salvo para atendimento das necessidades dos órgãos de segurança pública;

V – celebração, renovação ou prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal, salvo como opção à aquisição realizável nos termos do inciso III;

VI – pagamento, a qualquer título, a servidor da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

VII - clubes e associações de servidores ou outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas de atendimento pré-escolar,

Art. 25. As receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que o Distrito Federal, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, somente poderão ser programadas para investimentos e inversões financeiras depois de integralmente atendidas suas necessidades relativas a custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como a pagamento de juros, encargos e amortização da dívida e a destinação de contrapartida de operações de crédito.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades a que se refere este artigo encaminharão, ao órgão central do sistema de orçamento do Poder Executivo, o método de cálculo das estimativas de suas receitas diretamente arrecadadas, em prazo a ser definido pelo Poder Executivo.

Art. 26. É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de convênios, empréstimos internos e externos e para o pagamento de amortizações, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações.

Art. 27. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais, de dotação a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade continuada, que tenham atualizadas e devidamente aprovadas as prestações de contas dos recursos recebidos do Distrito Federal e que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

II – atendam ao disposto no art. 243 da Lei Orgânica do Distrito Federal;

III – atendam ao disposto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

IV – sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica ou assistencial.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade apresentará declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2000 por três autoridades locais, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º É vedada, ainda, a inclusão de dotação global a título de subvenção social.

Art. 28. As entidades integrantes da Lei Orçamentária Anual só poderão repassar recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de ações nos municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE, indicados na Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, se observados os programas constantes do anexo desta Lei e se houver contrapartida desses municípios ou dos governos estaduais.

Art. 29. Serão admitidas emendas ao projeto de lei orçamentária anual ou aos projetos que a modifiquem, desde que:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com esta Lei;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências da União destinadas a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, convênios, operações de crédito, contratos, acordos, ajustes e instrumentos similares, vinculados a programações específicas;

d) precatórios;

III - estejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões;

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei;

c) com a anulação de receita.

Parágrafo único. Não serão admitidas emendas ao projeto de lei orçamentária anual, bem como aos projetos que a modifiquem, que transfiram dotações cobertas com receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, para atender programação a ser desenvolvida por outra entidade que não a geradora do recurso.

Art. 30. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do art. 150, § 10, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

CAPÍTULO V
DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 31. A organização e a estrutura dos orçamentos fiscal e da seguridade social estarão em consonância com o disposto nos arts. 13 e 14.

Art. 32. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações de saúde, previdência e assistência social e contará, dentre outros, com recursos provenientes de:

I – receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata este artigo;

II – recursos oriundos do Tesouro;

III – transferências da União para esse fim;

IV – convênios, contratos, acordos e ajustes com órgãos e entidades que integrem o orçamento da seguridade social;

V – contribuição dos servidores públicos de que trata o art. 231 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que será utilizada para atender a despesas com encargos previdenciários do Distrito Federal.

VI – recursos provenientes da compensação financeira de que trata o art. 4º da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999.

Art. 33. Serão destinados ao setor de saúde, no mínimo, trinta por cento do orçamento da seguridade social.

Art. 34. Da receita do Tesouro será destinada, em 2000, à reserva de contingência parcela não superior a três por cento.

CAPÍTULO VI
DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Art. 35. A organização e a estrutura do orçamento de investimento estarão em consonância com o disposto nos artigos 15 e 16.

Art. 36. A programação dos investimentos à conta de recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive mediante participação acionária, observará o valor e a destinação constantes nos referidos orçamentos.

Art. 37. Não se aplica às empresas integrantes do orçamento de investimento o disposto no art. 35 e no Título VI da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. As despesas com aquisição de direitos do ativo imobilizado serão consideradas como investimento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 38. Observado o limite estabelecido na Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999, somente poderão ser admitidos servidores, a qualquer título, se:

I – estiverem previstos cargos vagos na tabela de cargos de provimento efetivo;

II – houver vacância dos cargos ocupados constantes na tabela de cargos de provimento efetivo;

III – houver dotação orçamentária suficiente e específica para o atendimento da despesa.

Art. 39. A criação de cargos, a alteração da estrutura de carreiras, a concessão de vantagem ou o aumento de remuneração somente serão admitidos, se:

I – houver prévia dotação orçamentária para atender às projeções de despesas com pessoal e aos acréscimos delas decorrentes;

II – respeitado o limite de gastos com pessoal de que trata a Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999.

Art. 40. Os órgãos do Poder Legislativo e do Poder Executivo farão publicar no Diário Oficial do Distrito Federal, até 31 de agosto de 1999, discriminadas por órgão da administração direta, autarquias e fundações, as seguintes informações:

I – quantitativo dos cargos de provimento efetivo, discriminados:

a) o número de cargos ocupados e vagos;

b) o número de servidores efetivos que ocupam cargos comissionados ou que exerçam funções de confiança;

c) o número de servidores efetivos em exercício em outros órgãos ou entidades da administração pública distrital, federal, estadual ou municipal, relacionados os casos em que o ônus remuneratório houver sido atribuído ao órgão ou entidade cedente;

d) o número de servidores requisitados de outros órgãos ou entidades da administração pública distrital, federal, estadual ou municipal cujo ônus remuneratório houver sido atribuído ao órgão requisitante;

II - o quantitativo de inativos, incluídos os reformados e os pensionistas;

III - o quantitativo de cargos ou funções de confiança existentes, com o número de cargos ocupados ou funções exercidas por servidores sem vínculo com o serviço público, excluídos os conveniados;

IV - o quantitativo de servidores conveniados, destacando-se os comissionados e os não comissionados;

V - o quantitativo de servidores contratados temporariamente.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se às empresas públicas e sociedades de economia mista que recebam ou venham a receber recursos do Tesouro do Distrito Federal para atender parcial ou totalmente às despesas com pessoal e encargos sociais.

Art. 41. Os Poderes Legislativo e Executivo, este mediante a designação de órgão competente, apurarão mensalmente as despesas com pessoal e encargos sociais de todos os seus órgãos e entidades, incluídas as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista cujas despesas com pessoal sejam pagas, parcial ou totalmente, com receitas correntes do Distrito Federal, para subsidiar decisões relativas a:

I - admissão de servidores ou empregados a qualquer título;

II - criação de cargos;

III - alteração de estrutura de carreiras;

IV - concessão de vantagens;

V - revisões, reajustes ou adequações de remuneração.

§ 1º A apuração das despesas mencionadas no *caput* serão associadas as seguintes informações:

I – a participação relativa nas receitas correntes do Distrito Federal;

II – o total de recursos autorizados na Lei Orçamentária Anual e a sua adequação às despesas previstas.

§ 2º As disposições deste artigo aplicam-se, no que couber, às decisões que venham a ser tomadas pelo Poder Legislativo relativas às ações enumeradas nos incisos I a V.

Art. 42. As dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual contemplarão efeitos sobre as despesas decorrentes de revisões, reajustes ou adequações de remuneração, alterações na política de pessoal dos órgãos e entidades dos Poderes do Distrito Federal, incluídas as alterações na estrutura de carreiras e contratações a qualquer título, realizadas em 1999 e previstas para 2000.

CAPÍTULO VIII
DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO DO AGENTE FINANCEIRO OFICIAL DE FOMENTO

Art. 43. O agente financeiro oficial de fomento observará, na concessão de empréstimos e financiamentos, respeitadas suas especificidades, as prioridades constantes no anexo desta Lei.

§ 1º Os encargos dos empréstimos e financiamentos contratados com recursos próprios do agente financeiro não poderão ser inferiores aos respectivos custos de captação;

§ 2º As operações com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEFE e do Fundo de Solidariedade para a Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal – FUNSOL-DF serão realizadas em conformidade com a regulamentação própria e destinar-se-ão, prioritariamente, ao atendimento dos microprodutores e dos pequenos produtores rurais, bem como das microempresas e empresas de pequeno porte.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 44. Ocorrendo alterações na legislação tributária, posteriores ao encaminhamento do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Legislativa, que impliquem excesso de arrecadação em relação à estimativa de receita constante do referido projeto de lei, os recursos adicionais serão objeto de crédito adicional, no exercício de 2000.

Art. 45. A concessão ou ampliação de incentivos ou de benefícios de natureza tributária ou financeira, inclusive subsídio ou isenção, redução de alíquota ou de base de cálculo, crédito outorgado ou presumido, anistia ou remissão, somente poderão ser aprovadas caso:

I – indiquem a estimativa de renúncia de receita e as despesas, em idêntico valor, que serão anuladas;

II – definam os limites de prazo e valor;

III – tenham período de vigência igual ao da lei que aprovar o plano plurianual.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA TARIFÁRIA

Art. 46. A política tarifária dos serviços públicos, de responsabilidade exclusiva do Distrito Federal, compatibilizará os princípios de:

I – cobertura dos custos com justa remuneração do capital investido;

II - capacidade de pagamento em relação a cada segmento sócio-econômico de usuários;

III – concentração de esforços no aumento da eficiência com redução de custos.

Parágrafo único. Quaisquer subsídios tarifários incluídos no orçamento ficarão expressamente vinculados às categorias específicas de usuários de baixa renda, ressalvados os casos previstos em lei específica.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47. Na hipótese de o projeto de Lei Orçamentária Anual não ter sido convertido em lei até 31 de dezembro de 1999, a programação dele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de um doze avos do total de cada dotação, na forma da proposta encaminhada à Câmara Legislativa, até a publicação da lei.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizados neste artigo.

§ 2º Ficam excluídos do previsto no *caput* as dotações relativas a projetos, atividades, operações especiais e respectivos subtítulos que não estavam em execução em 1999.

§ 3º Ficam excluídas do limite previsto no *caput* as dotações para atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais e com o pagamento do serviço da dívida.

§ 4º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto neste artigo serão ajustados, após a publicação da Lei Orçamentária Anual, pela abertura de créditos adicionais, com base no remanejamento de dotações, cujos atos serão publicados antes da divulgação dos quadros de detalhamento da despesa a que se refere o próximo artigo.

Art. 48. A Secretaria de Planejamento, no prazo de trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, divulgará, por unidade orçamentária de cada órgão, fundo e entidade que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social do Poder Executivo, os quadros de detalhamento da despesa, especificados, para cada categoria de programação, a natureza da despesa por categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação e o elemento de despesa, bem como a respectiva fonte de recurso.

§ 1º As alterações decorrentes de abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento da despesa.

§ 2º O detalhamento da Lei Orçamentária Anual relativamente aos órgãos do Poder Legislativo, assim como suas alterações no decorrer do exercício financeiro, serão aprovados por atos dos respectivos presidentes, observado o disposto no art. 14, e encaminhados à Secretaria de Planejamento para fins de processamento até dez dias da sua publicação.

Art. 49. Os órgãos e entidades indicarão, até 31 de maio de 2000, na forma de projeto, atividade ou operação especial e respectivos subtítulos as fontes de recursos e os grupos de despesa, os saldos de créditos especiais e extraordinários autorizados e abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro de 1999, que poderão ser reabertos, na forma do disposto no art. 151, § 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

§ 1º A reabertura de que trata este artigo será efetivada mediante decreto do Governador do Distrito Federal.

§ 2º Na reabertura referida no *caput*, o Poder Executivo deverá adequar a classificação funcional-programática vigente até o exercício financeiro de 1999 às classificações funcional e por programas, nos termos da Portaria nº 42/MOG, de 14 de abril de 1999, bem como às atividades, projetos ou operações especiais e respectivos subtítulos que tiverem absorvido as ações correspondentes.

§ 3º Na reabertura dos créditos a que se refere este artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da fonte de recursos à conta da qual os créditos foram abertos.

§ 4º Até sessenta dias após a publicação do balanço geral do Distrito Federal, serão indicados e totalizados com os valores orçamentários, para cada órgão e suas entidades, por projetos, atividades, operações especiais e respectivos subtítulos, os saldos dos créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício financeiro de 1999 e reabertos na forma do disposto no *caput*.

Art. 50. As contas anuais do Governador do Distrito Federal incluirão relatório de execução, com os detalhamentos apresentados na Lei Orçamentária Anual.

Art. 51. O Poder Executivo publicará, até o trigésimo dia do encerramento de cada mês, relatório resumido da execução orçamentária, do qual constarão as seguintes informações:

I – as receitas, despesas e evolução da dívida pública da administração direta e indireta em seus valores mensais;

II – os valores realizados desde o início do exercício até o último mês da análise financeira;

III – relatório detalhado dos recursos transferidos pela União para as áreas de segurança, educação e saúde, por grupo de despesa.

IV - relatório da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino;

V - o demonstrativo previsto no art. 7º da Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999.

Art. 52. O relatório de desempenho físico-financeiro previsto no art. 153 da Lei Orgânica do Distrito Federal será publicado até o quadragésimo quinto dia após o encerramento de cada bimestre e apresentará a execução dos projetos, atividades, operações especiais e dos respectivos subtítulos constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, classificados segundo o grupo de despesas a que se refere o art. 14, por:

I – órgão;

II – unidade orçamentária;

III – função;

IV – subfunção;

V – programa.

Parágrafo único. O demonstrativo a que se refere este artigo conterá, ainda:

I - o valor constante da Lei Orçamentária Anual;

II – o valor autorizado, considerados a lei orçamentária anual, os créditos adicionais e os cancelamentos aprovados;

III - o valor empenhado no bimestre e até o bimestre;

IV – o valor realizado no bimestre e até o bimestre;

V – indicação sucinta das realizações no período.

Art. 53. O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução do orçamento da educação e seus programas suplementares de material didático e escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Art. 54. O empenho de despesas e a liberação de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual para obras e serviços públicos de grande impacto ambiental serão precedidos de comprovação da existência de projeto técnico que atenda às exigências de proteção ao meio ambiente, comprovadas estas pela prévia outorga de licença pelo órgão ou entidade governamental competente, sob pena de nulidade.

Art. 55. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, para fins de consulta, mediante senha de acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM – e ao Sistema Integrado de Orçamento Público - SIOP, todos os dados, informações e demonstrativos disponíveis nesses sistemas, especialmente os relativos à execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Distrito Federal, créditos adicionais e controle dos limites da Lei Orçamentária Anual, bem como todos os subsistemas e programas de pesquisa desses dados e informações.

Art. 56. Simultaneamente ao encaminhamento à sanção dos autógrafos do projeto de lei orçamentária anual e de créditos adicionais, o Poder Legislativo enviará relatório das alterações efetuadas na programação original, indicando:

I – o total dos acréscimos e o total dos decréscimos por fonte realizados pela Câmara Legislativa, em relação a cada categoria de programação objeto de alteração;

II – as novas categorias de programação, com os detalhamentos fixados no art. 14, as fontes, as denominações atribuídas e as categorias de programação objeto de cancelamento parcial ou total.

Art. 57. Os recursos financeiros correspondentes às dotações orçamentárias destinadas aos órgãos do Poder Legislativo, inclusive os créditos suplementares e especiais, ser-lhes-ão entregues até o dia vinte de cada mês, nos termos do art. 145 da Lei Orgânica do Distrito Federal, de acordo com os seguintes critérios:

I - os recursos destinados às despesas de capital serão repassados ao Poder Legislativo segundo cronograma financeiro acordado entre o Executivo e o Legislativo até o final do primeiro trimestre do exercício financeiro;

II – os recursos destinados às demais despesas serão repassados na proporção de um doze avos do total das dotações consignadas no orçamento.

§ 1º O valor das dotações orçamentárias consignadas aos órgãos do Poder Legislativo ficará integralmente disponível para empenho a partir do primeiro dia útil do exercício de 2000.

§ 2º Além dos recursos previstos no inciso II, serão repassados aos órgãos do Poder Legislativo, mediante requerimento deste, os recursos necessários ao pagamento de despesas decorrentes de férias e de gratificação natalina.

§ 3º Os recursos adiantados na forma do parágrafo anterior serão descontados dos duodécimos a repassar, segundo cronograma financeiro acordado.

Art. 58. O Poder Executivo, por meio dos órgãos centrais dos sistemas de planejamento e de orçamento, atenderá, no prazo máximo de dez dias úteis, contado da data do seu recebimento, solicitações encaminhadas pelo Poder Legislativo relativas a qualquer categoria de programação ou item da receita sobre aspectos quantitativos e qualitativos que justifiquem os valores orçados e evidenciem a ação governamental e o cumprimento desta Lei.

Art. 59. Havendo necessidade de se proceder a limitações do empenho das despesas fixadas para o exercício de 2000, a mesma se dará de forma proporcional ao montante global das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual, excluindo-se as transferências da União, as destinadas aos órgãos do Poder Legislativo e as destinadas ao pagamento de despesas de pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários e amortizações e encargos de financiamento, por ato do Poder Executivo.

Art. 60. Fica o Poder Executivo autorizado a consignar no projeto de lei orçamentária anual, dotações para implementação da Gratificação de Operações Especiais - GOE aos servidores da Polícia Civil, da Gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva ao Magistério Público do Distrito Federal - TIDEM, aos professores do Governo do Distrito Federal e da Gratificação de Risco de Vida aos Policiais e Bombeiros Militares do Distrito Federal.

Art. 61. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 62. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de julho de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL PARA O EXERCÍCIO DE 2000

PROGRAMA	OBJETIVO	AÇÃO	META

SEGURANÇA SEM TOLERÂNCIA

REVERTER OS NÍVEIS DE VIOLÊNCIA DE FORMA IMEDIATA E PERMANENTE E TRANSFORMAR O DISTRITO FEDERAL EM UM MODELO DE QUALIDADE E EFICIÊNCIA EM SEGURANÇA PÚBLICA.

AUMENTO DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DAS AÇÕES DE COMBATE E REPRESSÃO AO CRIME, PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANÇA E MOBILIDADE AOS POLICIAIS COM A AQUISIÇÃO DE VIATURAS, ARMAMENTOS E EQUIPAMENTOS
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO = 9.456 UNID

VIATURA ADQUIRIDA = 501 UNID
EFETIVO AUMENTADO = 1.360 PESSOAS

MANUTENÇÃO DO POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

REEQUIPAMENTO E REMANEJAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
SISTEMA MELHORADO = 1 UNID

MANUTENÇÃO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO FARDADO DE GUARDA

CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA
GALPÃO CONSTRUÍDO = 10.000 M^2
HOSPITAL CONSTRUÍDO = 6.800 M^2
PENITENCIÁRIA CONSTRUÍDA = 36.000 M^2
PRÉDIO CONSTRUÍDO = 28.830 M^2
PRÉDIO REFORMADO = 15.500 M^2

APERFEIÇOAMENTO E MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA E SEMAFÓRICA
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL IMPLANTADA = 93.500 M
PLACA DE SINALIZAÇÃO IMPLANTADA = 6.025 UNID
SEMÁFORO INSTALADO = 12 UNID

REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO
CAMPANHA EDUCATIVA REALIZADA = 8 UNID

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO DE ARMA DE FOGO - SIDAF
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO = 1 UNID

CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA
SEDE CONSTRUÍDA = 1 UNID

COMBATE E PREVENÇÃO DE SINISTROS E SALVAMENTO

PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DOS MÉTODOS APLICADOS NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE DEFESA CONTRA SINISTROS, MEDIANTE O EMPREGO DE MELHORES TÉCNICAS E EQUIPAMENTOS.

REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO = 10.700 UNID
VIATURA ADQUIRIDA = 56 UNID

IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DO CBMDF
NÚCLEO IMPLANTADO = 13 UNID
EFETIVO AUMENTADO = 900 PESSOAS

EXECUÇÃO DE BUSCA E RESGATE
PROGRAMA REALIZADO = 1 UNID

PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS E SINISTROS
PROGRAMA REALIZADO = 1 UNID

REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS E VISTORIAS
PROGRAMA REALIZADO = 1 UNID

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR
PROGRAMA REALIZADO = 1 UNID

IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE TREINAMENTO DE VOLUNTÁRIOS PARA SITUAÇÕES EMERGENCIAIS E ATIVIDADES SOCIAIS RELEVANTES
PROGRAMA IMPLANTADO = 1 UNID

ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR E AMBULATORIAL

PROPORCIONAR ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA À POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO, SOB REGIME AMBULATORIAL E DE INTERNAÇÃO.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR
EXAME REALIZADO = 4.560.000 UNID
CONSULTA MÉDICA REALIZADA = 5.034.000 UNID
INTERNAÇÃO REALIZADA = 110.000 UNID
OPERAÇÃO REALIZADA = 30.000 UNID

AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA EM ODONTOLOGIA 24 HORAS NOS HOSPITAIS DA REDE
HOSPITAL ATENDIDO = 01 UNID

IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NAS ÁREAS DE ORTOPEDIA, CARDIOLOGIA, NEUROLOGIA, OFTALMOLOGIA E ODONTOLOGIA NOS HOSPITAIS DA REDE
HOSPITAL ATENDIDO = 01 UNID

CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A MÉDICOS RESIDENTES
BOLSA CONCEDIDA = 530 UNID

CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E EQUIPAMENTO DE UNIDADES DE SAÚDE
UNIDADE CONSTRUÍDA = 52 UNID
PRÉDIO REFORMADO = 50.000 M2

IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE COMBATE AO CÂNCER INFANTIL
PROGRAMA IMPLANTADO = 1 UNID

IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE COMBATE AO CÂNCER DE PELE
PROGRAMA IMPLANTADO = 1 UNID

CONSTRUÇÃO DE POSTO DE SAÚDE
POSTO CONSTRUÍDO = 1 UNID

ASSISTÊNCIA INTEGRAL MATERNO-INFANTIL

ACOMPANHAR O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS DE 0 A 4 ANOS E REDUZIR A MORBI-MORTALIDADE MATERNA E PERINATAL, BEM COMO POR CÂNCER CÉRVICO UTERINO.

PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS DIRECIONADAS ÀS MULHERES NA IDADE DE 40 A 65 ANOS
PESSOA ATENDIDA = 28.000 PESSOAS

REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL NO DF

ASSISTÊNCIA ÀS GESTANTES, REALIZANDO 85% DOS PARTOS NOS HOSPITAIS DA FHDF
PESSOA ATENDIDA = 49.030 PESSOAS

AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE EXAMES PARA PREVENIR O CÂNCER CÉRVICO-UTERINO E DE MAMA
PESSOA ATENDIDA = 80.000 PESSOAS

IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO FAMILIAR PARA ATINGIR A COBERTURA DE 60% DA POPULAÇÃO ALVO
PESSOA ATENDIDA = 300.000 PESSOAS

REALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO A CRIANÇAS DE ATÉ 5 ANOS E A ESCOLARES DE 6 A 12 ANOS DA REDE PÚBLICA, VISANDO À COBERTURA DE 50%
PESSOA ATENDIDA = 263.373 PESSOAS

APOIO AO PROGRAMA DE ALEITAMENTO MATERNO
PROGRAMA APOIADO = 1 UNID

SAÚDE EM FAMÍLIA

CONFERIR À ASSISTÊNCIA À SAÚDE CARÁTER PREVENTIVO, PRIVILEGIANDO AS ÁREAS CARENTES.

PREVENÇÃO DA SAÚDE VISANDO REDUZIR A MORBI-MORTALIDADE POR CAUSAS EVITÁVEIS
PROGRAMA REALIZADO = 1 UNID

PROMOÇÃO DE AÇÕES DE SAÚDE BUCAL
PROGRAMA REALIZADO = 1 UNID

GARANTIA DO DIAGNÓSTICO PRECOCE DA DIABETES
ATIVIDADE PROMOVIDA = 1 UNID

HEMOTECNOLOGIA

OFERECER UM PRODUTO FINAL DE QUALIDADE DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES E COM A DEMANDA DE HOSPITAIS DA REDE PÚBLICA E OUTROS CONVÊNIOS, GARANTINDO E MANTENDO ESTOQUES E SUPRIMENTO DE SANGUE, COMPONENTES E HEMODERIVADOS.

COLETA E PROCESSAMENTO DE SANGUE DE MODO A SUPRIR AS NECESSIDADES DESSE PRODUTO E SEUS DERIVADOS
PÚBLICO BENEFICIADO = 63.000 PESSOAS

PRODUÇÃO DE ALBUMINA HUMANA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA REDE
MEDICAMENTO DISTRIBUÍDO = 13.000 UNID

VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA

GARANTIR A POPULAÇÃO DO DF A BOA QUALIDADE DE ALIMENTOS, MEDICAMENTOS, SANEANTES, DOMISANITÁRIOS E OUTROS CORRELATOS, CONTROLANDO E REDUZINDO O CONSUMO DE PRODUTOS FRAUDADOS E CONTAMINADOS QUÍMICA E BIOLOGICAMENTE, BEM COMO CONTROLAR, ATRAVÉS DE DIOAGNÓSTICO LABORATORIAL, A OCORRÊNCIA DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS E OCUPACIONAIS.

MONITORAMENTO DE PRODUTOS DE INTERESSE PARA A SAÚDE
AMOSTRA COLETADA = 3.380 UNID

MONITORAMENTO DE SERVIÇOS DE INTERESSE PARA A SAÚDE
INSPEÇÃO REALIZADA = 93.000 UNID

INCREMENTO DA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA: PREVENÇÃO DE CÓLERA, ANÁLISE PARASITOLÓGICA EM ALIMENTOS, CONTROLE DE QUALIDADE EM ALIMENTOS, SANEAMENTO, MEDICAMENTOS E CORRELATOS E ÁGUA
EXAME REALIZADO= 3.037 UNID

VACINAÇÃO DE 100% DA POPULAÇÃO ALVO (ESQUEMA BÁSICO, POLIOMIELITE, DTP, TRÍPIS VIRAL, ANTI-SARAMPO, ANTI-HAEMOPHILIS, IMUNOBIOLÓGICO ESPECIAIS)
VACINA APLICADA = 1.482.000 UNID

CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

PREVENIR E CONTROLAR AS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS QUE ATUALMENTE SE DESTACAM COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL.

REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE AGRAVOS NOTIFICÁVEIS
EXAME REALIZADO = 20.000 UNID

GARANTIA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL PARA PACIENTES DO DST/HIV E AIDS
DOENTE ATENDIDO = 7.687 PESSOAS

REALIZAÇÃO DE INTERNAÇÕES DE PACIENTES COM INFECÇÕES OPORTUNISTAS – AIDS
INTERNAÇÃO REALIZADA = 154 UNID

CONTROLE DA OCORRÊNCIA DE TOXOPLASMOSE EM GESTANTES E RECÉM-NASCIDOS; E DE TENÍASE E CISTISCERCOSE
PESSOA ATENDIDA = 97.109 PESSOAS

REALIZAÇÃO DE VACINAÇÃO NA ÁREA DE ZOONOSE EM 60%
VACINA APLICADA = 182.000 UNID

REALIZAÇÃO DE INSPEÇÃO DE ÁREAS PARA CONTROLE DE INSETOS E OUTROS ARTRÓPODOS, MURÍDEOS E CLICETÍDEOS
INSETOS EXTERMINADOS = 182.000 UNID

REALIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO DE 90% DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA
IDENTIFICAÇÃO REALIZADA = 20.000 UNID

REALIZAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO EM 80% DOS AGRAVOS NOTIFICADOS
PESSOA ATENDIDA = 16.000 PESSOAS

REALIZAÇÃO DE MEDIDAS DE CONTROLE CABÍVEIS DOS AGRAVOS NOTIFICADOS
PESSOA ATENDIDA = 16.000 PESSOAS

DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - ENDEREÇO CERTO

GARANTIR A TODO CIDADÃO ACESSO À MORADIA, À MELHORIA DE SEU HABITAT, À IMPLANTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS URBANOS NECESSÁRIOS E DAR PRIORIDADE ÀS AÇÕES PARA A POPULAÇÃO DE MÉDIA E BAIXA RENDA, RESIDENTE NO DISTRITO FEDERAL E QUE NÃO TENHA CASA PRÓPRIA.

REGULARIZAÇÃO DE PROPRIEDADES E LEVANTAMENTOS FUNDIÁRIOS
LOTE REGULARIZADO = 500 UNID
LEVANTAMENTO REALIZADO = 500 UNID

PRODUÇÃO DE HABITAÇÕES URBANAS
UNIDADE CONSTRUÍDA = 5.000 UNID

MELHORAMENTO DAS HABITAÇÕES POPULARES URBANAS
UNIDADE BENEFICIADA = 25.000 UNID

REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS
LOTE REGULARIZADO = 3.000 UNID

ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS URBANOS
PLANO DIRETOR ELABORADO = 20 UNID

IMPLANTAÇÃO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO EM NOVAS OCUPAÇÕES HABITACIONAIS

HABITAÇÕES PARA OS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL
SERVIDORES ATENDIDOS = 5.000 PESSOAS

CIDADE LIMPA E URBANIZADA – GARANTIA DE BEM ESTAR SOCIAL

PROMOVER INFRA-ESTRUTURA, MELHORIAS E SANEAMENTO EM VIAS E ÁREAS DO DISTRITO FEDERAL, GARANTINDO QUALIDADE DE VIDA E O BEM ESTAR DA POPULAÇÃO.

MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL
VIA MANTIDA = 550.000 M

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL CORUMBÁ
SISTEMA IMPLANTADO = 1 UNID

IMPLANTAÇÃO DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS CONSTRUÍDA = 38.025 M

IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS
GALERIA CONSTRUÍDA = 1.336 M

EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE LIMPEZA PÚBLICA
LIXO COLETADO = 2.040.000 M^3

MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA
SISTEMA MANTIDO = 1 UNID

MODERNIZANDO A EDUCAÇÃO

MODERNIZAR O SISTEMA DE ENSINO, TORNANDO AS ESCOLAS PÚBLICAS INSTRUMENTO DE AVANÇO TÈCNICO E CULTURAL.

EXPANSÃO E MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DAS UNIDADES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, DO ENSINO FUNDAMENTAL, DO ENSINO MÉDIO, DO ENSINO ESPECIAL E DO

ENSINO PROFISSIONALIZANTE
UNIDADE CONSTRUÍDA = 20 UNID
UNIDADE REFORMADA = 118 UNID
ESCOLA MANTIDA = 56 UNID

APOIO A PROFESSORES COM MATERIAL DIDÁTICO
PROFESSOR ASSISTIDO = 5.000 PESSOAS

GARANTIA DO ACESSO E PERMANÊNCIA DA CRIANÇA NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL
ALUNO MATRICULADO = 200.200 PESSOAS

MANUTENÇÃO DE CRECHES E DOS ENSINOS PRÉ-ESCOLAR, FUNDAMENTAL, MÉDIO, ESPECIAL , SUPLETIVO E DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ALUNO ATENDIDO = 541.000 PESSOAS

CONCESSÃO DE "BOLSA-ESCOLA"
FAMÍLIA ASSISTIDA = 25.000 UNID

CONCESSÃO DE "BOLSA AUXÍLIO NORMALISTA"
ALUNO ASSISTIDO = 2.800 PESSOAS

CONCESSÃO DE "CESTA PRÉ-ESCOLA"
FAMÍLIA ASSISTIDA = 4.000 UNID

APOIO À ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO
ATIVIDADE PROMOVIDA = 1 UNID

ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO
ALUNO ATENDIDO = 82.000 PESSOAS
ESTAGIÁRIO ATENDIDO = 500 PESSOAS

CONCESSÃO DE "BOLSA AUXÍLIO ENFERMAGEM"
ALUNO ASSISTIDO = 60 PESSOAS

ARTE POR TODA A PARTE

CONSOLIDAR BRASÍLIA COMO CENTRO CULTURAL E ARTÍSTICO DE REPERCUSSÃO NACIONAL.

IMPLANTAÇÃO DO PROJETO "OFICINAS DO SABER FAZER"
PROJETO REALIZADO = 60 UNID

IMPLANTAÇÃO DO PROJETO "ARTE POR TODA A PARTE"
PROJETO REALIZADO = 1 UNID

DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL

PROMOVER E INCENTIVAR PROJETOS E EVENTOS CULTURAIS PARA A POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL.

RECUPERAÇÃO E REEQUIPAMENTO DO PÓLO DE CINEMA E VÍDEO
PROJETO REALIZADO = 20 UNID

FINANCIAMENTO E INCENTIVO AO PATROCÍNIO DE FILMES
FILME APOIADO = 10 UNID

CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO CULTURAL DA REPÚBLICA
PROJETO REALIZADO = 3 UNID

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
PROJETO REALIZADO = 1 UNID

REVITALIZAÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO
PROJETO REALIZADO = 1 UNID

DIVULGAÇÃO DA HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL

RECOLHER, PRESERVAR E PESQUISAR A HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL.

DIVULGAÇÃO DA HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL
PROJETO REALIZADO = 1 UNID

RECOLHIMENTO DA MEMÓRIA DO DISTRITO FEDERAL
PROJETO REALIZADO = 1 UNID

DIVULGAÇÃO DA HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL
PROJETO REALIZADO = 1 UNID

CIDADÃO DO FUTURO

ATENDER A CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL, BEM COMO ÀS SUAS FAMÍLIAS.

AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA S.O.S. CRIANÇA - BRASÍLIA, TAGUATINGA, NÚCLEO BANDEIRANTE E SOBRADINHO
CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDOS = 2.300 PESSOAS

ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES PRIVADOS DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR
CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDOS = 1.880 PESSOAS

REINTEGRAÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA
FAMÍLIA ASSISTIDA = 1.650 PESSOAS

ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO PROGRAMA SOS CRIANÇA
CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDOS = 7.700 PESSOAS

CONSTRUÇÃO DO BERÇÁRIO DO CRT
UNIDADE CONSTRUÍDA = 170 M^2

RESGATE SOCIAL COM DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO COMUNITÁRIA

CONTRIBUIR PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS CONCRETIZADORAS DE DIREITOS, GARANTINDO ACESSO DOS MAIS POBRES AOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS.

APOIO E PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO IDOSO
PESSOA ASSISTIDA = 630 PESSOAS

APOIO E PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
PESSOA ASSISTIDA = 563 PESSOAS

ATENDIMENTO NOS CENTROS DE ORIENTAÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA
CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDOS = 5.960 PESSOAS

APOIO SÓCIO-EDUCATIVO
CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDOS = 7.880 PESSOAS

APOIO E PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDOS = 9. 130 PESSOAS

ATENDIMENTO EM CRECHES
CRIANÇA ASSISTIDA = 4.170 PESSOAS

ATENDIMENTO DE MENINOS E MENINAS DE RUA
MENOR ASSISTIDO = 4.645 PESSOAS

IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO
PROGRAMA REALIZADO = 1 UNID

CONSTRUÇÃO DE UNIDADE CAJE
UNIDADE CONSTRUÍDA = 1 UNID

AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CAJE
PRÉDIO REFORMADO = 2.220 M^2

ATENDIMENTO A ADOLESCENTES INFRATORES
PESSOA ATENDIDA = 4.170 PESSOAS

ATENDIMENTO À POPULAÇÃO ADULTA DE RUA
PESSOA ATENDIDA = 1.665 PESSOAS

IMPLANTAÇÃO DO AUXÍLIO NATALIDADE
FAMÍLIA ASSISTIDA = 14.300 UNID

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS GRATUITOS
PESSOA ATENDIDA = 1.800 PESSOAS

GARANTIA DE RENDA MÍNIMA PARA FAMÍLIAS SEM RENDIMENTO COM CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS, GESTANTES E NUTRIZES EM ESTADO DE DESNUTRIÇÃO
FAMÍLIA ASSISTIDA = 2.970 UNID

AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO-FAMILIAR
FAMÍLIA ASSITIDA = 3.000 UNID

AUXÍLIO SOCIAL AOS EGRESSOS DO SISTEMA PENAL
FAMÍLIA ASSISTIDA = 200 UNID

IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONSELHOS TUTELARES NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS
CONSELHOS IMPLANTADOS = 4 UNID

FORTALECIMENTO DAS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA

APOIAR E ASSISTIR ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, PROPICIANDO CONDIÇÕES MÍNIMAS DE SOBREVIVÊNCIA.

MANUTENÇÃO E INCREMENTO DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DAS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA COM AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
FAMÍLIA ASSISTIDA = 30.000 UNID

MANUTENÇÃO E INCREMENTO DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DAS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA COM AÇÕES DE SUSTENTAÇÃO ALIMENTAR
FAMÍLIA ASSISTIDA = 75.000 FAMÍLIAS

TRANSPORTE SEGURO

AUMENTAR O CONFORTO, A RAPIDEZ E A SEGURANÇA NOS DESLOCAMENTOS DA POPULAÇÃO.

REALIZAÇÃO DE OBRAS EM RODOVIAS
RODOVIA CONSTRUÍDA = 206 KM

CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS
RODOVIA MANTIDA = 155 KM

CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS
TERMINAL CONTRUÍDO = 20.800 M^2

CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS
ABRIGO CONSTRUÍDO = 2.500 M^2

REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO TRANSPORTE
SISTEMA REESTRUTURADO = 1 UNID

CONCLUSÃO DA IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO METRÔ
PROGRAMA REALIZADO = 1 UNID

JUVENTUDE E ESPORTES DE MÃOS DADAS COM O FUTURO

ESTIMULAR O ESPORTE APOIANDO PRINCIPALMENTE OS JOVENS, ALÉM DOS ATLETAS PROFISSIONAIS E AMADORES DO DISTRITO FEDERAL.

CRIAÇÃO DO CONSELHO DISTRITAL DE ESPORTES

INSTITUIÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS DE VERÃO
EVENTO REALIZADO = 1 UNID

REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ESPORTES NAS QUADRAS
PROGRAMA REALIZADO = 1 UNID

REVITALIZAÇÃO DOS JOGOS INFANTIS NO DISTRITO FEDERAL
EVENTO PROMOVIDO = 1 UNID

IMPLANTAÇÃO DE CLUBES DE UNIDADE DE VIZINHANÇA
UNIDADE CONSTRUÍDA = 4 UNID

CONSTRUÇÃO DE PARQUES RECREATIVOS INFANTIS
UNIDADE CONSTRUÍDA = 3 UNID

APOIO AOS CAMPEONATOS DAS LIGAS OFICIAIS DE FUTEBOL AMADOR DO DISTRITO FEDERAL
EVENTO APOIADO = 10 UNID

CERRADO: NOSSO MEIO, AMBIENTE DE DESENVOLVIMENTO

PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS DO CERRADO, COM VISTAS À MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NO DISTRITO FEDERAL.

CONSOLIDAÇÃO DA RESERVA DA BIOSFERA DO CERRADO
SISTEMA DESENVOLVIDO = 1 UNID

IMPLANTAÇÃO DA AGENDA 21 LOCAL
EVENTO REALIZADO = 1 UNID

IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
EVENTO REALIZADO = 1 UNID

RECUPERAÇÃO DE EROSÕES E ÁREAS DEGRADADAS
SISTEMA MELHORADO = 1 UNID

GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS
SISTEMA MELHORADO = 1 UNID

FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO E DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL
SISTEMA MELHORADO = 1 UNID

MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE PESQUISA E MONITORAMENTO AMBIENTAL - CPMA
CENTRO ATENDIDO = 1 UNID

IMPLANTAÇÃO DO PARQUE JUSCELINO KUBITSCHEK
PARQUE IMPLANTADO = 1 UNID

CONCLUSÃO DO ZONEAMENTO DA APA DE CAFURINGA
ZONEAMENTO CONCLUÍDO = 1 UNID

O BRASIL E O MUNDO ACONTECEM AQUI

ESTIMULAR INICIATIVAS DO SETOR PRIVADO PARA A AMPLIAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO TURISMO NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO E CONSOLIDAR O PROJETO ORLA.

IMPLANTAÇÃO DO ZOO CAMPING
UNIDADE IMPLANTADA = 1 UNID

REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS DE CARÁTER PROMOCIONAL, OBJETIVANDO CONSOLIDAR BRASÍLIA COMO DESTINO TURÍSTICO NACIONAL E INTERNACIONAL
CAMPANHA REALIZADA = 4 UNID

IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES, VISANDO À CONCLUSÃO DO PROJETO ORLA
PROJETO IMPLEMENTADO = 1 UNID

CONSOLIDAÇÃO DOS PRODUTOS: TURISMO CÍVICO-CULTURAL, TURISMO RURAL, ECOTURISMO, TURISMO MÍSTICO, TURISMO DE EVENTOS E NEGÓCIOS E TURISMO DE ENTRETENIMENTO.
PRODUTO CONSOLIDADO = 6 UNID

DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS

TORNAR O MEIO RURAL DO DISTRITO FEDERAL MODERNO, DINÂMICO E ALTAMENTE TECNIFICADO, CONTRIBUINDO PARA AUMENTAR A RENDA RURAL, A GERAÇÃO DE EMPREGOS, A CRIAÇÃO DE EMPREGOS, A CRIAÇÃO DE NOVAS ALTERNATIVAS ECONÔMICAS E A PROMOÇÃO DA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS E COMUNIDADES RURAIS.

DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO
INSPEÇÃO REALIZADA = 6.250 UNID
FISCALIZAÇÃO REALIZADA = 2.700 UNID
ANÁLISE REALIZADA = 19.020 UNID
MICRO AGROINDÚSTRIA CRIADA = 150 UNID
PRODUTOR ASSISTIDO = 35.100 PESSOAS

INDÚSTRIAS DE TECNOLOGIA

ESTIMULAR ATIVIDADES QUE ABSORVAM TECNOLOGIA DE PONTA.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPRESAS QUE APLICAM INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS
EMPRESA APOIADA = 2 UNID

IMPLANTAÇÃO DO "PÓLO BRASIL CENTRAL"
PROJETO IMPLANTADO = 1 UNID

DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

PROPORCIONAR O FOMENTO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DO DISTRITO FEDERAL

IMPLANTAÇÃO DO FUNDO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL - FUNDAP
FUNDO IMPLANTADO = 1 UNID

APOIO A PROJETOS DE PESQUISA POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO DE APIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL
PROJETO APOIADO = 500 UNID

APOIO A CONGRESSOS, SEMINÁRIOS E OUTROS EVENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL
EVENTO APOIADO = 50 UNID

APOIO A PUBLICAÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL
PUBLICAÇÃO APOIADA = 20 UNID

TRABALHO, A ALAVANCA DO DESENVOLVIMENTO

DESENVOLVER AÇÕES VOLTADAS PARA A GERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL, POR MEIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DA ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR, CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.

CONCESSÃO DE CRÉDITO A PEQUENOS EMPREENDEDORES
UNIDADE BENEFICIADA = 2.000 UNID

CONCESSÃO DE GARANTIA A EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS
OPERAÇÃO REALIZADA = 100 UNID

IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO ARTESANATO E ARTE POPULAR DO DISTRITO FEDERAL
PROJETO REALIZADO = 1 UNID

BENEFÍCIOS AOS ARTESÃOS EM AÇÃO DE FORMAÇÃO, INFORMAÇÃO E MERCADO
ARTESÃO ASSISTIDO = 3.000 PESSOAS

GERAÇÃO DE RENDA, O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

ESTIMULAR A CRIAÇÃO DE FORMAS ALTERNATIVAS DE GERAÇÃO DE RENDA NO DISTRITO FEDERAL, INCENTIVANDO AÇÕES DE FOMENTO AO ARTESANATO E COOPERATIVISMO E DE ACESSO AO CRÉDITO ASSISTIDO.

ELABORAÇÃO DE PESQUISAS DE EMPREGO E DESEMPREGO
PESQUISA REALIZADA = 9 UNID

FORMAÇÃO DE JOVENS PARA O PRIMEIRO EMPREGO
PESSOA ATENDIDA = 50 PESSOAS

HABILITAÇÃO DE TRABALHADORES DESEMPREGADOS
PESSOA ATENDIDA = 75.000 PESSOAS

PROMOÇÃO DA CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM DE TRABALHADORES
PESSOA ATENDIDA = 69.872 PESSOAS

CAPACITAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA EM SISTEMA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA
TRABALHADOR CAPACITADO = 2.000 PESSOAS

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DO DISTRITO FEDERAL

RECOLHER, PRESERVAR E PESQUISAR A HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL.

PRESERVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PERMANENTE
ACERVO MANTIDO = 1 UNID

PESQUISA SOBRE A HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL
PESQUISA REALIZADA = 1 UNID

IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "ARQUIVO VAI À ESCOLA E À COMUNIDADE"
PROJETO REALIZADO = 1 UNID

IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "ARQUIVO VIVO"
PROJETO REALIZADO = 1 UNID

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO

CONSTRUIR UM ESTADO MODERNO E EFICIENTE QUE ENFRENTE OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO.

DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA
SISTEMA IMPLANTADO = 1 UNID

APRIMORAMENTO DAS ATIVIDADES DE CONSOLIDAÇÃO, ORIENTAÇÃO, CONTROLE E REGISTRO DAS OPERAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
SISTEMA MELHORADO = 1 UNID

FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DAS ÁREAS FINANCEIRA E TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
SISTEMA MELHORADO = 2 UNID

APOIO ÀS ATIVIDADES DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE DE FLUXO DE CAIXA INTEGRADO AO SITAF
SISTEMA MELHORADO = 1 UNID

CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES VISANDO À MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS À COMUNIDADE
SERVIDOR CONTRATADO = 20 PESSOAS

IMPLANTAÇÃO DO PONTO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO – PACI
UNIDADE IMPLANTADA = 1 UNID

REVITALIZAÇÃO DAS CARREIRAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL
PROJETO REALIZADO = 1 UNID

IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR AO SERVIDOR DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROJETO REALIZADO = 1 UNID

CRIAÇÃO DA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ESCOLA CRIADA = 1 UNID

CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO DE NÍVEL SUPERIOR PARA A QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL
BOLSA CONCEDIDA = 500 UNID

APOIO ADMINISTRATIVO

PROVER OS ÓRGÃOS DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL DOS MEIOS ADMINISTRATIVOS NECESSÁRIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DOS PROGRAMAS RESPONSÁVEIS PELA GERAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS OFERTADOS DIRETAMENTE À SOCIEDADE.

COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO CEAJUR
ÓRGÃO MANTIDO = 1 UNID

ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PLANOS E ORÇAMENTOS E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA GERENCIAL DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS
ESTUDO REALIZADO = 1 UNID
SISTEMA DESENVOLVIDO = 1 UNID

PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS, GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS
INFORMAÇÃO PROCESSADA = 1 UNID

MANUTENÇÃO DO FUNCIONAMENTO DA TV LEGISLATIVA
ÓRGÃO MANTIDO = 1 UNID

MANUTENÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO ABRIGO DE MULHERES
PESSOA ASSISTIDA = 22 PESSOAS

MANUTENÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS ESPAÇOS CULTURAIS E DE MEMÓRIA
ÓRGÃO MANTIDO = 19 UNID

MANUTENÇÃO DO PROGRAMA "MALA DO LIVRO"
PROGRAMA REALIZADO = 1 UNID

MANUTENÇÃO DO CENTRO DE COMPETITIVIDADE TECNOLÓGICA – COMTEC
ÓRGÃO MANTIDO = 1 UNID

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no DODF-Seção I, nº 140, de 22-7-99, pág. 1.

DECRETO Nº 20.402, DE 15 DE JULHO DE 1999(*)

Designa os membros do Conselho de Habitação do Distrito Federal - CONHAB

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1° - O Conselho de Habitação do Distrito Federal - CONHAB/DF, de acordo com o disposto no Decreto n.° 20.199, de 30 de abril de 1999, é composto pelos membros a seguir relacionados, sob a presidência do Governador do Distrito Federal.

§ 1° - Como representantes do Poder Público:

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO
Titular : Ivelise Maria Longhi P. da Silva
Suplente: Denise Prudente de Fontes Silveira

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
Titular : João Carlos Coelho de Medeiros
Suplente : João da Cruz Pimenta

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL
Titular : Eliana Klarman Porto
Suplentes: Estela Maria Oton de Lima Siqueira

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - TERRACAP
Titular : Alexandre Gonçalves
Suplente : José Gomes Pinheiro Neto

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Titular :Fernando Oliveira Fonseca
Suplentes:Sérgio Ulisses Silva Jatobá

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS
Titular : Vera Alisa Müller
Suplente: Pedro Ribeiro Barbosa

SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
Titular : José Aécio Peixoto
Suplente: Maria Cristina de Almeida Silva Cortes

SECRETARIA DE OBRAS
Titular : Sérgio Lopes Guimarães
Suplente: André Monteiro Fortes

SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE
Titular :Silvia Cristina Sampaio de Almeida Rodrigues

SECRETARIA DE FAZENDA
Titular : Narcelio Homem de Faria
Suplente : Osvaldo Francisco Pires

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA
Titular : Fernando Rodrigues Ferreira Leite
Suplentes: Antônio Manoel Soares

§ 2° - Como representantes da sociedade brasiliense :

ÁREA DE ENGENHARIA E SANEAMENTO
Titular : Maria de Fátima Có - Presidente do Conselho Regional de Economia, Engenharia e Arquitetura - CREA/DF

ÁREA DE ARQUITETURA
Titular :Haroldo Pinheiro - Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB/DF

ÁREA DE CONSTRUÇÃO CIVIL
Titular : Márcio Edvandro Rocha Machado - Presidente SINDUSCON/DF
Suplente : Adalberto Valadão

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO DISTRITO FEDERAL
Titular : Valda Luzia de Oliveira

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHAB's - ABC
Titular : Manoel Barbosa Arruda

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO DISTRITO FEDERAL - OCDF
Titular :Roberto Marazi

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES / PREFEITURAS / SINDICATOS OU COOPERATIVAS
Titular :Brasílio Antônio dos Santos
Titular :Narinalva Alves de Mendonça
Titular :Nilza Augusta de Andrade
Titular :Rômulo D'aparecida Meirelles

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de julho de 1999
111° da República e 40° de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF-Seção I, nº 136, de 16-7-99, pág. 1.

DECRETO Nº 20.482, DE 12 DE AGOSTO DE 1999

Altera o Decreto nº 19.232, de 12 de maio de 1998, para acrescer a cota de consumo de combustível, especificada em seu anexo e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII, X e XVII da Lei Orgânica do Distrito Federal, decreta:

Art. 1º - O limite de cota mensal de consumo de gasolina dos Órgãos da Administração Direta do Distrito Federal, fica alterado para 124.500 (cento e vinte e quatro mil e quinhentos) litros.

Art. 2º - O Anexo que integra o Decreto nº 19.232, de 12 de maio de 1998, passa a vigorar com as seguintes especificações de cota de combustível:

Tipo de Combustível	Cota
Gasolina	124.500
Álcool	59.000
Óleo Diesel	148.000

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1999
111° da República e 40° de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO Nº 20.483, DE 12 DE AGOSTO DE 1999

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 254.837,00 (duzentos e cinqüenta e quatro mil, oitocentos e trinta e sete reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 7º, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 2.288, de 08 de janeiro de 1999, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta dos processos n.ºs: 030.006078/99, 131.001145/99 e 137.001137/99, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Região Administrativa I - Plano Piloto, à Região Administrativa II – Gama e à Região Administrativa X - Guará, crédito suplementar no valor de R$ 254.837,00 (duzentos e cinqüenta e quatro mil, oitocentos e trinta e sete reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo II.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constante do Anexo III.

Art. 3º Em função do disposto no artigo anterior, a receita do Fundo de Liquidez do Metrô - DF fica alterada na forma do Anexo I.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO DA RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
19904 FUNDO DE LIQUIDEZ DO METRÔ-DF	2412.00.00	102	181.337	181.337
00468/1 * As transferências não constam do Total			TOTAL	181.337

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
190103/00001 11103 **REGIÃO ADMINISTRATIVA I - PLANO PILOTO**				70.000
03.007.0024.1492 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Ref: 002567 0001 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	45.90.52	120	70.000	
				70.000
190104/00001 11104 **REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA**				181.337
10.058.0323.8508 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS				
Ref: 000210 0001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34.90.92	102	181.337	
				181.337
190112/00001 11112 **REGIÃO ADMINISTRATIVA X - GUARÁ**				3.500
10.060.0327.1256 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 003406 0007 IMPLANTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA QE 01,02, 04, 05, 09, 11, 18, 20, 22, 13, 15 (ENTREQUADRAS) QE 24, 26,28,30.32,34 E 40 E LÚCIO COSTA.	45.90.51	120	3.500	
				3.500
00468/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	254.837

ANEXO III

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
190103/00001 11103 **REGIÃO ADMINISTRATIVA I - PLANO PILOTO**				70.000
08.046.0228.2092 MANUTENÇÃO DO PARQUE RECREATIVO E TURÍSTICO				
Ref: 000454 0001 MANUTENÇÃO DO PARQUE RECREATIVO E TURÍSTICO	45.90.52	120	40.000	
				40.000
16.088.0532.2096 MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES RODOVIÁRIA E RODOFERROVIÁRIA				
Ref: 000460 0001 MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA	45.90.52	120	15.000	
				15.000
16.088.0532.2096 MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES RODOVIÁRIA E RODOFERROVIÁRIA				
Ref: 003018 0002 MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO RODOFERROVIÁRIA	45.90.52	120	15.000	
				15.000
190112/00001 11112 **REGIÃO ADMINISTRATIVA X - GUARÁ**				3.500
10.060.0327.1256 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 003055 0006 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	45.90.51	120	3.500	
				3.500
130904/13904 19904 **FUNDO DE LIQUIDEZ DO METRÔ-DF**				181.337
03.008.0033.2004 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTOS				
Ref: 000019 0001 JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA	47.90.71	102	181.337	
				181.337
00468/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	254.837

DECRETO Nº 20.484, DE 12 DE AGOSTO DE 1999

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 5.320.000,00 (cinco milhões, trezentos e vinte mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 7º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 2.288, de 08 de janeiro de 1999, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo nº 030.006.029/98, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central crédito suplementar, no valor de R$ 5.320.000,00 (Cinco milhões, trezentos e vinte mil reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constantes do Anexo II.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
130201/13201 19201 **COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL**				5.320.000
03.009.0044.2240 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES				
Ref: 002608 0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES	34.90.39	220	4.800.000	
				4.800.000
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002611 0015 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL	34.90.39	220	520.000	
				520.000
00464/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	5.320.000

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
130201/13201 19201 **COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL**				5.320.000
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002606 0018 FUNCIONAMENTO DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL	34.90.14	220	90.000	
	34.90.30	220	500.000	
	34.90.35	220	200.000	
	34.90.36	220	250.000	
	34.90.39	220	320.000	
	45.90.52	220	200.000	
				1.560.000
03.007.0024.2135 EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA				
Ref: 000568 0001 EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA	34.90.30	220	50.000	
	34.90.39	220	500.000	
	45.90.52	220	350.000	
				900.000
03.009.0044.2240 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES				
Ref: 002608 0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES	45.90.52	220	1.100.000	
				1.100.000
03.009.0045.2241 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES TEMÁTICAS				
Ref: 002609 0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES TEMÁTICAS	34.90.30	220	20.000	
	34.90.33	220	40.000	
	34.90.35	220	70.000	
	34.90.39	220	600.000	
				730.000
03.010.0057.2242 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO				
Ref: 002610 0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	34.90.35	220	30.000	
	34.90.39	220	800.000	
	45.90.52	220	200.000	
				1.030.000
00464/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	5.320.000

DECRETO Nº 20.485, DE 12 DE AGOSTO DE 1999

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 532.145,00 (quinhentos e trinta e dois mil, cento e quarenta e cinco reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 7º, inciso I, alínea "a" e inciso II, da Lei n.º

2.288, de 08 de janeiro de 1999, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta dos processos n.ºs: 030.005550/99, 131.001259/99, 132.002618/99 e 142.001007/99, decreta:

Art. 1º Fica aberto a Diversas Unidades Orçamentárias crédito suplementar, no valor de R$ 532.145,00 (quinhentos e trinta e dois mil, cento e quarenta e cinco reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei n.º 4.320/64, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constantes do Anexo II.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
110101/00001 **11101 SECRETARIA DE GOVERNO**				129.845
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 003122 0084 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE GOVERNO	34.90.39	100	108.845	
	45.90.52	100	15.000	
				123.845
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 003150 0087 PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	34.72.41	100	6.000	
				6.000
190105/00001 **11105 REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA**				93.000
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002675 0068 FUNCIONAMENTO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA	34.90.39	100	93.000	
				93.000
190114/00001 **11114 REGIÃO ADMINISTRATIVA XII - SAMAMBAIA**				303.300
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002670 0066 FUNCIONAMENTO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA	34.90.30	120	29.000	
	34.90.39	100	101.500	
	34.90.39	120	50.000	
				180.500
03.007.0024.1511 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Ref: 002673 0001 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	34.90.30	120	5.000	
				5.000
10.058.0323.1025 EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO				
Ref: 000132 0001 EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	45.90.51	100	117.800	
				117.800
00449/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	526.145

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
110101/00001 **11101 SECRETARIA DE GOVERNO**				129.845
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 003154 0091 FUNCIONAMENTO DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS	34.90.39	100	19.845	
				19.845
03.007.0024.1569 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Ref: 003148 0001 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	34.90.39	100	5.000	
	45.90.52	100	30.000	
				35.000
03.081.0486.2276 COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE DEFESA DO CONSUMIDOR				
Ref: 003650 0001 COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE DEFESA DO CONSUMIDOR	34.90.39	100	15.000	
				15.000
15.081.0483.2275 COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				
Ref: 003649 0001 COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	34.90.39	100	15.000	
				15.000
15.081.0485.2272 COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS PARA A TERCEIRA IDADE				
Ref: 003145 0001 COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS PARA A TERCEIRA IDADE	34.90.39	100	5.000	
				5.000
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 003146 0077 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE GOVERNO	34.90.39	100	40.000	
				40.000
190105/00001 **11105 REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA**				93.000
03.007.0025.2186 CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS				
Ref: 000883 0001 CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	34.90.30	100	10.000	
	34.90.39	100	60.000	
				70.000
10.058.0323.1206 EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO				
Ref: 000888 0001 EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	34.90.39	100	20.000	
				20.000
13.076.0448.1205 AMPLIAÇÃO DE REDE DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS				
Ref: 000887 0001 AMPLIAÇÃO DE REDE DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS	34.90.39	100	3.000	
				3.000
190114/00001 **11114 REGIÃO ADMINISTRATIVA XII - SAMAMBAIA**				303.300
03.007.0025.1022 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS, PRÓPRIOS E PARQUES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000125 0001 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS , PRÓPRIOS E PARQUES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	45.90.51	100	55.000	
				55.000
03.007.0025.2294 CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS				
Ref: 000124 0001 CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	34.90.30	100	30.000	
				30.000
04.017.0103.1023 REVITALIZAÇÃO DO PARQUE TRÊS MENINAS				
Ref: 000129 0001 REVITALIZAÇÃO DO PARQUE TRÊS MENINAS	45.90.51	100	1.000	
	45.90.52	100	10.000	
				11.000
04.017.0103.2270 MANUTENÇÃO DE PARQUES ECOLÓGICOS E RECREATIVOS				
Ref: 003131 0001 MANUTENÇÃO DE PARQUES ECOLÓGICOS E RECREATIVOS	34.90.39	100	10.000	
	34.90.39	120	39.000	
				49.000
10.058.0323.1025 EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO				
Ref: 000132 0001 EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	34.90.30	100	33.800	
				33.800
10.058.0323.8508 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS				
Ref: 000137 0001 MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS	34.90.36	100	34.000	
	34.90.92	100	14.500	
				48.500
10.060.0327.1026 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 000131 0001 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	45.90.51	100	1.000	
	45.90.51	120	45.000	
				46.000
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002672 0057 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA	34.90.39	100	30.000	
				30.000
00449/3 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	526.145

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
190104/00001 **11104 REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA**				6.000
03.007.0024.1552 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Ref: 002960 0001 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	45.90.52	120	6.000	
				6.000
00447/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	6.000

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
190104/00001 **11104 REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA**				6.000
03.007.0024.1552 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Ref: 002960 0001 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	34.90.39	120	6.000	
				6.000
00447/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	6.000

DECRETO Nº 20.486, DE 12 DE AGOSTO DE 1999

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 7º, inciso II, da Lei nº 2.288, de 08 de janeiro de 1999, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Câmara Legislativa do Distrito Federal crédito suplementar, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
010101/00001 01101 **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**				300.000
01.007.0024.1005 MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA				
Ref: 000044 0001 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE INFORMÁTICA	45.90.52	100	300.000	
				300.000
00497/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	300.000

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
010101/00001 01101 **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**				300.000
01.007.0024.1005 MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA				
Ref: 000044 0001 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE INFORMÁTICA	34.90.39	100	300.000	
				300.000
00497/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	300.000

DECRETO Nº 20.487, DE 12 DE AGOSTO DE 1999

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 72.200,00 (setenta e dois mil e duzentos reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 7º, inciso I, alínea "a" e inciso II, da Lei nº 2.288, de 08 de janeiro de 1999, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo nº 191.000.452/99 , decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal crédito suplementar, no valor de R$ 72.200,00 (setenta e dois mil e duzentos reais), para atender às programações orçamentárias indicadas nos Anexos I e II.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constantes dos Anexos III e IV.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
150203/15203 21202 **INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL**				15.500
03.077.0024.1550 PLANO DE INFORMATIZAÇÃO DO INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE				
Ref: 002890 0001 PLANO DE INFORMATIZAÇÃO DO INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE	45.90.52	105	5.000	
				5.000
03.077.0456.2259 FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL				
Ref: 002902 0001 FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	34.90.35	105	7.500	
				7.500
04.017.0103.2258 MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DE PARQUES ECOLÓGICOS				
Ref: 002856 0001 MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DE PARQUES ECOLÓGICOS	45.90.52	100	3.000	
				3.000
00479/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	15.500

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
150203/15203 21202 **INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL**				56.700
03.017.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002818 0023 FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL	45.90.52	100	17.500	
	45.90.52	105	26.000	
				43.500
04.017.0103.2105 MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 000488 0001 MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	34.90.30	100	5.700	
	34.90.39	100	5.000	
				10.700
09.054.0296.1116 GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 000482 0001 GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL	34.90.35	100	1.000	
	34.90.35	105	1.500	
				2.500
00480/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	56.700

ANEXO III

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
150203/15203 21202 **INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL**				15.500
03.077.0024.1550 PLANO DE INFORMATIZAÇÃO DO INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE				
Ref: 002890 0001 PLANO DE INFORMATIZAÇÃO DO INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE	34.90.39	105	5.000	
				5.000
03.077.0456.2259 FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL				
Ref: 002902 0001 FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	45.90.52	105	7.500	
				7.500
04.017.0103.2258 MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DE PARQUES ECOLÓGICOS				
Ref: 002856 0001 MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DE PARQUES ECOLÓGICOS	34.90.39	100	3.000	
				3.000
00479/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	15.500

ANEXO IV

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

Anexo ao Decreto nº

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
150203/15203 21202 **INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL**				56.700
03.077.0456.2259 FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL				
Ref: 002902 0001 FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	45.90.52	105	7.500	
				7.500
04.017.0103.1551 RESERVA DA BIOSFERA DO CERRADO				
Ref: 002899 0001 RESERVA DA BIOSFERA DO CERRADO	34.90.39	100	10.000	
	45.90.52	100	5.000	
				15.000
13.077.0456.1544 PROGRAMA DE QUALIDADE AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 002841 0001 PROGRAMA DE QUALIDADE AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL	34.90.30	100	6.700	
	34.90.35	105	20.000	
	34.90.39	100	7.500	
				34.200
00480/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	56.700

DECRETO Nº 20.488, DE 12 DE AGOSTO DE 1999

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 495.758,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e cinquenta e oito reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 7º, inciso III, da Lei nº 2.288, de 08 de janeiro de 1999, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo nº 001.2268/99, decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Fundo de Assistência a Saúde da Câmara Legislativa do Distrito Federal crédito suplementar, no valor de R$ 495.758,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e cinquenta e oito reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo II.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo superávit financeiro apresentado no Balanço Patrimonial referente ao exercício de 1998.

Art. 3º Em conseqüência do disposto no artigo anterior, a receita do Fundo de Assistência a Saúde da Câmara Legislativa do Distrito Federal fica acrescida na forma do Anexo I.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

SUPLEMENTAÇÃO DA RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01901 FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	1990.05.03	120	495.758	495.758
00475/1 * As transferências não constam do Total			TOTAL	495.758

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
010901/01901 01901 FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL				495.758
13.075.0428.2042 FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CÂMARA LEGISLATIVA				
Ref: 000171 0001 MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DA CÂMARA LEGISLATIVA	34.90.39	120	495.758	
				495.758
00475/1 - 200033 * As transferências não constam do Total			TOTAL	495.758

DECRETO Nº 20.489, DE 12 DE AGOSTO DE 1999

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 7º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 2.288, de 8 de janeiro de 1999, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, decreta:
Art. 1º Fica aberto ao Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal crédito suplementar, no valor de R$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), para atender às programação orçamentária indicada no Anexo III.
Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320/64, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo IV.
Art. 3º Em função do disposto no artigo anterior, a receita do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal e do Fundo de Liquidez do Metrô-DF ficam alteradas na forma dos anexos I e II.
Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO DA RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
28203 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	2412.00.00	102	2.200.000	2.200.000
00471/1 * As transferências não constam do Total			TOTAL	2.200.000

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO DA RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
19904 FUNDO DE LIQUIDEZ DO METRÔ-DF	2412.00.00	102	2.200.000	2.200.000
00471/2 * As transferências não constam do Total			TOTAL	2.200.000

ANEXO III

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
180202/18202 28203 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL				2.200.000
10.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002877 0079 FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	34.90.39	102	2.200.000	
				2.200.000
00471/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	2.200.000

ANEXO IV

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
130904/13904 19904 FUNDO DE LIQUIDEZ DO METRÔ-DF				2.200.000
03.008.0033.2004 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTOS				
Ref: 000019 0001 JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA	47.90.71	102	2.200.000	
				2.200.000
00471/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	2.200.000

DECRETO Nº 20.490, DE 12 DE AGOSTO DE 1999

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 7º, inciso I, alínea "b", da Lei nº 2.288, de 08 de janeiro de 1999, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do Processo nº 030.005944/99, decreta:
Art. 1º Fica aberto ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério do Distrito Federal - FUMDEVAM crédito suplementar, no valor de R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo II.
Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo excesso de arrecadação proveniente de transferências de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, na forma da Medida Provisória nº 1.853-8, de 27 de julho de 1999.
Art. 3º Em função do disposto no artigo 1º, a receita do FUMDEVAM fica acrescida na forma do Anexo I.
Art. 4º A despesa decorrente do presente decreto será ajustada pela Unidade Orçamentária interessada ao valor da efetiva e correspondente arrecadação, procedendo-se ao final do exercício a reversão ou o cancelamento da diferença que houver sido empenhada.
Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO DA RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
18901 FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUC. BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO D.F.	1990.41.00	141	2.400.000	2.400.000
00476/1 * As transferências não constam do Total			TOTAL	2.400.000

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
160901/16901 18901 FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUC. BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO D.F.				2.400.000
08.042.0188.2232 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL				
Ref: 002304 0001 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL	34.90.30	141	1.999.700	
	45.90.52	141	400.300	
				2.400.000
00476/1 - 200032 * As transferências não constam do Total			TOTAL	2.400.000

DECRETO Nº 20.491, DE 12 DE AGOSTO DE 1999

Abre crédito suplementar, no valor de R$11.000.000,00 (onze milhões de reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 2.288, de 08 de janeiro de 1999, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo nº 030.006215/99, decreta:
Art. 1º Fica aberto à Secretaria de Fazenda e Planejamento crédito suplementar, no valor de R$11.000.000,00 (onze milhões de reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.
Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
130103/00001 19101 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO				11.000.000
03.008.0033.2419 ENCARGOS FINANCEIROS DA DÍVIDA INTERNA				
Ref: 000020 0001 JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA	47.90.71	104	11.000.000	
				11.000.000
00492/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	11.000.000

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
130103/00001 19101 **SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO**				11.000.000
03.008.0033.2419 ENCARGOS FINANCEIROS DA DÍVIDA INTERNA				
Ref: 000020 0001 JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA	32.90.21	104	11.000.000	
				11.000.000
00492/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	11.000.000

DECRETO Nº 20.492, DE 12 DE AGOSTO DE 1999

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 7º, inciso I, alínea "b", da Lei n.º 2.288, de 8 de janeiro de 1999, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo n.º 030.006128/99, decreta:

Art. 1º Fica aberto a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso crédito suplementar, no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo II.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados.

Art. 3º Em função do disposto no artigo anterior a receita da Unidade fica ajustada na forma do Anexo I.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO DA RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
24202 FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	1600.99.00	220	600.000	600.000
00483/1 * As transferências não constam do Total			TOTAL	600.000

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
220202/22202 24202 **FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO**				600.000
06.081.0486.2191 RESSOCIALIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO PRESO				
Ref: 000908 0001 RESSOCIALIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO PRESO	34.90.36	220	420.000	
	34.90.39	220	180.000	
				600.000
00483/1 - 200032 * As transferências não constam do Total			TOTAL	600.000

DECRETO Nº 20.493, DE 12 DE AGOSTO DE 1999

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 350.000,00 (Trezentos e cinqüenta mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 7º, inciso I, alínea 'a' da Lei nº 2.288, de 08 de janeiro de 1999, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta no processo nº 112.004957/99 decreta:

Art. 1º Fica aberto à Companhia Urbanizadora da Nova Capital, crédito suplementar, no valor de R$ 350.000,00 (Trezentos e cinqüenta mil reais), para atender a programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/64, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

Anexo ao Decreto nº

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
190201/19201 22201 **COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL**				350.000
15.081.0486.8504 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES				
Ref: 002650 0052 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL	31.90.08	100	350.000	
				350.000
00491/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	350.000

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
190201/19201 22201 **COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL**				350.000
10.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref: 002643 0057 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL	31.90.11	100	350.000	
				350.000
00491/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	350.000

DECRETO Nº 20.494, DE 12 DE AGOSTO DE 1999

Abre crédito especial, no valor de R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com as Leis 2.288 de 08 de janeiro de 1999 e 2.302, de 21 de janeiro de 1999 , e com o art. 41, inciso II, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Secretaria da Solidariedade crédito especial, no valor de R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo V.

Art. 2º O crédito especial de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo VI.

Art. 3º Em conseqüência do disposto no artigo anterior, a receita do Fundo de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda fica reduzida na forma do Anexo IV.

Art. 4º Em função da Lei nº 2.302, de 21 de janeiro de 1999, fica detalhado o programa de trabalho constante do Anexo II.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I

R$ 1,00

CANCELAMENTO — **RECEITA**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

25 SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
25901 FUNDO DE SOLIDARIEDADE PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA ORÇAMENTÁRIA	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
10000000 RECEITAS CORRENTES				2.400.000
	FISCAL			2.400.000
17000000 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			2.400.000	
	FISCAL		2.400.000	
17100000 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS			2.400.000	
	FISCAL		2.400.000	
17120000 TRANSFERÊNCIAS DO DISTRITO FEDERAL		2.400.000		
	FISCAL	2.400.000		
			TOTAL	2.400.000
			FISCAL	2.400.000
			SEGURIDADE	

ANEXO II

R$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL — **PROGRAMA DE TRABALHO**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

33 SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE
33101 SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRABALHO		2.400.000			2.400.000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		2.400.000			2.400.000				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		2.400.000			2.400.000				
14.078.0486.1667 PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL AO DISTRITO FEDERAL		2.400.000			2.400.000				
PROPICIAR CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO DOS TRABALHADORES DAS FRENTES DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL									
14.078.0486.1667.0001 PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO DISTRITO FEDERAL	F	2.400.000			2.400.000				
* As transferências não constam do total do Projeto de Lei — TOTAL		2.400.000			2.400.000				
FISCAL		2.400.000			2.400.000				
SEGURIDADE									

ANEXO III

R$ 1,00

CANCELAMENTO — **PROGRAMA DE TRABALHO**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

25 SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
25901 FUNDO DE SOLIDARIEDADE PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

ESPECIFICAÇÃO	ESF	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRABALHO		2.400.000			2.400.000				
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		2.400.000			2.400.000				
BOLSAS DE ESTUDOS		2.400.000			2.400.000				
14.008.0235.2052 CONCESSÃO DE POUPANÇA ESCOLA AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA		2.400.000			2.400.000				
CONCEDER POUPANÇA-ESCOLA AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA									
14.008.0235.2052.0001 POUPANÇA- ESCOLA	F	2.400.000			2.400.000				
* As transferências não constam do total do Projeto de Lei — TOTAL		2.400.000			2.400.000				
FISCAL		2.400.000			2.400.000				
SEGURIDADE									

ANEXO IV

CRÉDITO ESPECIAL — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO DA RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
25901 FUNDO DE SOLIDARIEDADE PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	1712.00.00	100	2.400.000	2.400.000
00496/1 * As transferências não constam do Total			TOTAL	2.400.000

ANEXO V

CRÉDITO ESPECIAL — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
330101/00001 33101 **SECRETARIA DA SOLIDARIEDADE**				2.400.000
14.078.0486.1667 PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL AO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 004029 0001 PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO DISTRITO FEDERAL	34.90.04	100	2.400.000	
				2.400.000
00496/1 - 200038 * As transferências não constam do Total			TOTAL	2.400.000

ANEXO VI

CRÉDITO ESPECIAL — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
300901/30901 25901 **FUNDO DE SOLIDARIEDADE PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**				2.400.000
14.008.0235.2052 CONCESSÃO DE POUPANÇA ESCOLA AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA				
Ref: 000215 0001 POUPANÇA- ESCOLA	34.90.08	100	2.400.000	
				2.400.000
00496/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	2.400.000

DECRETO Nº 20.495, DE 12 DE AGOSTO DE 1999

Abre crédito suplementar, no valor de R$1.000.000,00 (hum milhão de reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 2.288, de 08 de janeiro de 1999, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo nº 040.010.910/99, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Secretaria de Fazenda e Planejamento crédito suplementar, no valor de R$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1999
111º da República e 40º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
130103/00001 19101 **SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO**				1.000.000
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 002355 0017 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	34.90.14	100	5.000	
	34.90.33	100	10.000	
	34.90.39	100	675.000	
	34.90.92	100	10.000	
	34.90.93	100	300.000	
				1.000.000
00485/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	1.000.000

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
130103/00001 19101 **SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO**				1.000.000
03.007.0024.2416 COORDENAÇÃO DO SISTEMA GERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Ref: 000015 0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA GERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	34.90.92	100	1.000.000	
				1.000.000
00485/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	1.000.000

VICE-GOVERNADORIA

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
Em 11 de agosto de 1999

PROCESSO Nº : 141.002.251/98
INTERESSADO : MERCÚRIO S/A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 6, de 8 de junho de 1998, e nos termos do artigo 26, "in Fine", da Lei 8.666/93, o despacho que reconheceu a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, prevista no art. 25, caput, do Estatuto Licitatório, consoante operada nos autos do processo acima epigrafado.
Publique-se e remeta-se à Administração Regional de Brasília, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 141.001.756/99
INTERESSADO : RODRIGO VALADARES ROSA
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 6, de 8 de junho de 1998, e nos termos do artigo 26, "in Fine", da Lei 8.666/93, o despacho que reconheceu a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, prevista no art. 25, caput, do Estatuto Licitatório, consoante operada nos autos do processo acima epigrafado.
Publique-se e remeta-se à Administração Regional de Brasília, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 139.001.133/97
INTERESSADO : INTTERMEDIUM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 6, de 8 de junho de 1998, e nos termos do artigo 26, "in Fine", da Lei 8.666/93, o despacho que reconheceu a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, prevista no art. 25, caput, do Estatuto Licitatório, consoante operada nos autos do processo acima epigrafado.
Publique-se e remeta-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 139.001.131/97
INTERESSADO : INTTERMEDIUM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 6, de 8 de junho de 1998, e nos termos do artigo 26, "in Fine", da Lei 8.666/93, o despacho que reconheceu a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, prevista no art. 25, caput, do Estatuto Licitatório, consoante operada nos autos do processo acima epigrafado.
Publique-se e remeta-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 055.007.677/99
INTERESSADO : DETRAN
ASSUNTO : Autorização de Uso

Autorizo, na forma do art. 1º, do Decreto nº 15.179, de 03 de novembro de 1993, a ocupação das salas 14 e 16, medindo 45,20m², localizadas no Bloco "C" do Terminal Rodoviário "L" Norte de Taguatinga,a Especial, na Região Administrativa de Taguatinga, para funcionar um Posto de Licenciamento do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, em conformidade com o operado nos autos do processo acima epigrafado.
Publique-se e remeta-se à Administração Regional de Taguatinga, para as providências complementares.

Em 12 de agosto de 1999

PROCESSO Nº : 141.003.374/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA
ASSUNTO : ASSINATURA DE PERIÓDICO

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 258/99 no valor de R$ 520,00 (quinhentos e vinte reais), em favor de J. Câmara e Irmãos S/A - Jornal de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Brasília, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 141.003.971/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA
ASSUNTO : ASSINATURA DE PERIÓDICO

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 256/99 no valor de R$ 1.594,00 (um mil, quinhentos e noventa e quatro reais), em favor da Zênite - Informativo e Consultoria em Administração Pública Ltda.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Brasília, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 131.001.115/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 232/99 no valor de R$ 682,00 (seiscentos e oitenta e dois reais), em favor da Viação Anapolina Ltda.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Gama, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 131.001.114/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 231/99 no valor de R$ 6.123,70 (seis mil, cento e vinte e três reais e setenta centavos), em favor do Banco de Brasília S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Gama, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 141.005.158/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 252/99 no valor de R$ 70,40 (setenta reais e quarenta centavos), em favor da Rápido Santo Antonio Ltda.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Brasília, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 143.000.004/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 245/99 no valor de R$ 4.950,90 (quatro mil, novecentos e cinquenta reais e noventa centavos), em favor do Banco de Brasília S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Santa Maria, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 143.000.004/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 246/99 no valor de R$ 711,70 (setecentos e onze reais e setenta centavos), em favor da Viação Anapolina Ltda.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Santa Maria, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 137.000.004/99
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 228/99 no valor de R$ 306,50 (trezentos e seis reais e cinquenta centavos), em favor do Banco de Brasília S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Guará, para as providências complementares.

HERMAN BARBOSA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

ORDEM DE SERVIÇO Nº 117, DE 12 DE AGOSTO DE 1999

O Administrador Regional do Guará, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53, inciso XLVI, do *Regimento Interno da Administração Regional do Guará, aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29 de* dezembro de 1994, resolve: ANULAR o Alvará de construção nº 005/95, emitido em 03/05/95, referente ao processo nº 137.001.225/94, por constar assinatura do Sr. ROBERTO KURUNZI, proibido de exercer a profissão de Arquiteto, conforme publicação do Conselho Regional/CREA/DF, em 09/11/98, tornando SEM EFEITO a Ordem de Serviço nº 114, de 15/08/99.

DIVINO ALVES

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL

ORDEM DE SERVIÇO DE 6 DE AGOSTO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO LAGO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidos pelo inciso IV do artigo 20 do Regimento Interno desta Administração, aprovado pelo Decreto n. 16.244, de 28 de dezembro de 1994 e, com fulcro no Decreto n. 19.069/98, e em atenção à Instrução Normativa Técnica n. 1/98 do IPDF, resolve:

Tendo em vista a conclusão do Processo Administrativo nº 498/66 fica autorizado, por meio deste, o desmembramento do lotes contiguos n.9 e 11 da QI –A/2 do SHI/SUL, atual QI 03 Conj. 02 desta capital, retornando, ambos os lotes, às condições anteriores ao remenbramento, quais sejam:

1- Lote n.9: com área de 776,00m2, medindo 20,00m pela frente, 8,00m mais 12,00m pelo fundo, 40,00m pelo lado direito e 3,00m mais 37,00m pelo lado esquerdo, constituindo figura irregular.
2- Lote n. 11: com área de 776,m2, medindo 20,00m pela frente, 8,00m mais 12,00 pelo fundo, 40,00m pelo lado direito e 3m mais 37m pelo lado esquerdo , constituído irregular.
3- Esta ordem de serviço entra em vigor na data de sua publicação.
4- Ficam revogadas as disposições em contrário.

MARCELO AMARAL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 69, DE 9 DE AGOSTO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS, no uso das suas atribuições legais, resolve: DESIGNAR, o servidor ALDO HATABE, Analista de Administração Pública, mat. 91.529-7, como executor do Contrato de Locação de Microcomputadores, firmado entre a Administração do Recanto das Emas e Valéria Cristina Pereira Magarido ME. referente aos Processos nº145.000.087/99 e nº 145.000.190/99. Cabendo-lhe supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços em observância das normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal.

RUBENS ALVES GOMES

UTILIDADE PÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social - GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Bombeiros	193	CAESB	195
Cruz Vermelha	224-5909	CEB	196
Defesa Civil	314-8214	Detran	1514
Polícia	190	Farmácia de Plantão	132
Procon	1512	Alcoólicos Anônimos	226-0091

PRONTO SOCORRO 192

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA DE 12 DE AGOSTO DE 1999

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto nos Decretos n.ºs 18.787, de 31 de outubro de 1997, 19.888, de 11 de dezembro de 1998, e ainda, o que consta da Instrução Normativa n.º 2, de 23 de março de 1999, resolve:

1 – Suspender o pagamento dos proventos e benefícios, a partir do mês de agosto de 1999, dos aposentados, reformados e pensionistas da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, aniversariantes do mês de julho do corrente exercício que não efetuaram o recadastramento no período estabelecido pelo Artigo 1º do Decreto n.º 19.888/98, cujas matrículas constam do anexo único desta Portaria.

2 – O restabelecimento do pagamento fica condicionado ao devido recadastramento do aposentado, reformado ou pensionista junto a unidade de pessoal do órgão ou entidade a que pertencerem.

2.1 – Os dirigentes das unidades de pessoal dos órgãos e entidades envolvidos no processo de recadastramento encaminharão à Subsecretaria de Recursos Humanos, cópia do comprovante de recadastramento, a fim de regularizarem o pagamento dos proventos e benefícios suspensos.

3 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0000087-6	0005775-4	0014715-X	0027437-2	0038288-4	0050235-9	0064047-6	0001682-9	0009472-2
0000329-8	0006001-1	0015157-2	0028856-X	0038392-9	0050969-8	0064068-9	0002173-3	0009492-7
0001038-3	0009297-5	0016342-2	0032724-7	0038396-1	0051154-4	0064079-4	0002363-9	0009510-9
0001053-7	0009969-4	0016736-3	0033453-7	0039068-2	0051160-9	0064276-2	0002862-2	0010015-3
0002282-9	0011000-0	0016751-7	0033912-1	0039121-2	0051214-1	0065065-X	0003059-7	0010324-1
0002557-7	0011069-8	0018089-0	0034475-3	0040118-8	0060073-3	0065094-3	0003218-2	0011046-9
0002802-9	0011571-1	0021708-5	0034843-0	0042688-1	0060134-9	0092584-5	0004187-4	0011270-4
0002924-6	0011653-X	0021723-9	0035873-8	0043199-0	0060206-X	0000114-7	0004362-1	0011409-X
0003671-4	0011745-5	0022550-9	0036044-9	0043917-7	0060276-0	0000130-9	0004401-6	0011644-0
0004286-2	0012025-1	0022617-3	0036561-0	0044293-3	0060350-3	0000477-4	0004692-2	0011912-1
0004518-7	0012437-0	0023089-8	0036646-3	0045658-6	0060359-7	0000609-2	0006177-8	0012021-9
0004768-6	0013602-6	0024104-0	0036843-1	0046113-X	0060424-0	0000616-5	0009253-3	0012248-3
0004962-X	0014112-7	0024581-X	0036877-6	0047025-2	0060515-8	0000655-6	0009349-1	0012549-0
0005135-7	0014218-2	0025713-3	0036970-5	0048814-3	0064013-1	0000877-X	0009369-6	0012550-4
0012639-X	0014953-5	0023040-5	0036174-7	0040789-5	0064058-1	0014795-8	0022995-4	0035876-2
0012868-6	0015648-5	0024447-3	0036177-1	0040979-0	0064103-0	0014942-X	0023016-2	0036099-6
0012963-1	0015713-9	0027786-X	0036342-1	0041784-X	0064275-4	0038828-9	0060694-4	0095607-4
0013091-5	0015819-4	0027933-1	0036418-5	0043202-4	0065004-8	0038932-3	0060746-0	0092219-6
0013225-X	0015846-1	0028899-3	0036941-1	0044044-2	0065032-3	0040377-6	0060762-2	0092526-8
0013235-7	0016847-5	0029987-1	0037196-3	0045983-6	0090716-2	0014172-0	0022012-4	0034016-2
0013432-5	0016942-0	0030506-5	0037357-5	0046785-5	0090743-X	0014291-3	0022410-3	0034423-0
0013696-4	0017107-7	0031147-2	0037372-9	0049362-7	0090835-5	0014766-4	0022913-X	0035646-8
0013781-2	0017458-0	0031571-0	0038107-1	0051007-6	0091191-7	0038395-3	0060123-3	
0014061-9	0017707-5	0031573-7	0038354-6	0051067-X	0092208-0	0038687-1	0060607-3	

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

12.119-3	41.261-9	20.532-X	21.239-3	24.783-9	34.998-4	35.906-8	36.973-X	20.427-7
20.006-9	57.209-8	20.583-4	21.240-7	32.089-7	35.902-5	36.918-7	38.509-3	57.278-0

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

05.454-2

CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

00098-1	14108-9	03718-4	15527-6	03602-1	15519-5	02725-1	15252-8	15245-5
01158-4	14201-8	01294-7	14291-3	01372-2	14532-7	01739-6	14548-3	14019-8
01758-2	15067-3	01801-5	15156-4	01848-1	15173-4	04622-1	15539-X	02040-0
14052-X								

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

32646	72524	34320	0003777X	41580	0004802X	50504	38032	72516
32700	75884	36285	38164	41890	49522	69442	70297	76023
76627	81329	81418	81604	0008185X	87874	89761	100064	143944

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

78	0000376X	426520	513261	553085	601098	682373	742171	772380
280	3794	430730	513830	562130	602434	704660	742325	772658
396	3956	444103	515515	0056253X	603864	0070685X	749362	775355
795	4006	444928	0051800X	566403	0060710X	720364	751227	775495
1414	4022	464910	519790	569429	618284	0072307X	751367	781940
0000149X	4618	469580	521000	570486	621897	723231	751898	782602
1805	4669	502081	0052803X	571210	627003	723460	753114	783455
2046	4766	502707	528935	574341	629561	724475	754498	790796
2275	6262	503134	0053563X	578193	0063431X	0072601X	756474	791180
2895	6750	504300	537942	578797	636924	728055	756784	796379
3069	7412	507989	538450	579416	642622	729515	761265	800503
3247	7641	508179	538493	0058228X	642851	729655	762180	804517
3263	243035	0050825X	0053966X	583286	644862	730858	764523	805130
3360	0041302X	512362	545791	585807	660914	732311	768251	805416
0000345X	423939	512478	552801	587494	674737	736325	0076972X	0080679X
806951	821381	841536	853135	0086482X	879061	893250	907375	918091
808156	821535	841889	854107	865532	879398	893919	907529	918717
808504	821594	844403	0085459X	865737	879614	0089446X	908339	919039
808725	821969	844888	855618	866148	879967	898694	908886	919233
809160	822736	845183	856061	866210	880094	899666	909009	919438
811742	826502	845345	0085705X	867950	880132	901466	0091178X	919861
811890	827053	846252	857408	0086823X	880639	902357	912158	920177
812137	829587	846708	858862	868442	881104	902527	0091228X	921300
813591	0083078X	0084697X	859176	870773	882062	902578	912522	921459
813605	0083839X	848107	859826	873837	882194	902837	912719	922730
814423	838845	848654	862940	874027	883093	0090340X	912727	923516
816825	0083887X	849081	862967	874108	883549	904902	0091312X	924016
818992	838993	0084960X	863432	0087566X	883611	905348	917060	924164
820237	840572	850551	864021	877158	886270	905992	917230	924172
820490	841080	852341	0086417X	877689	890553	906395	918059	924458
772380	933333	938548	942006	945307	0095215X	961671	965197	969036
772658	0093562X	938645	0094291X	947008	0095652X	0096185X	965391	973300
775355	936065	940143	943509	947725	956910	0096199X	965561	973777
775495	936197	940216	943916	947865	959596	962244	965723	975265
781940	937622	940712	944491	950874	959804	962317	966371	975680
782602	937800	941638	944572	951072	0096087X	964875	966924	975869
783455	938165	932833	0080679X	931489	0092766X	987417	979740	800503
790796	938459	933112	926655	931667	0092914X	0099099X	980064	804517
791180	975907	983691	926833	931934	929549	995657	983411	805130
796379	977209	0098633X	927430	932809	0093058X	997315	983489	805416

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

00.007/8	02.284/5	03.560/2	70.669/8	71.625/1	02.039/7	03.240/9	71.380/5	70.569/1
00.130/9	02.322/1	03.896/2	70.725/2	71.670/7	02.130/X	03.285/9	71.387/2	70.588/8
00.541/X	02.358/2	04.380/X	70.815/1	71.688/X	01.524/5	03.049/X	70.387/7	71.397/X
00.542/8	02.455/4	04.398/2	70.862/3	71.727/4	01.601/2	03.155/0	70.398/2	71.451/8
00.752/8	02.549/6	70.080/0	70.948/4	71.738/X	01.246/7	02.939/4	70.311/7	71.368/6
00.897/4	02.696/4	70.081/9	71.050/4	71.769/X	01.465/6	03.037/6	70.3643/X	71.375/9
00.924/5	02.836/3	70.082/7	70.997/2	71.771/1	02.910/6	70.101/7	71.253/1	71.822/X
00.943/1	02.886/X	70.083/5	71.070/9	71.774/6	01.236/X			

SECRETARIA DE FAZENDA

05.459-3 07.385-7

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

103186-4	500049-1	100387-9	103895-8	500440-3	500431-4	113264-4	105812-6	106708-7
100135-3	111794-7	103196-1	113226-1	108232-9	500321-1	107740-6	118345-1	101691-1

SECRETARIA DE FAZENDA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

DESPACHO DO DIRETOR

PROCESSO Nº : 030.011.292/89
INTERESSADO: JOSÉ STALIN CAVALCANTE SILVA CARVALHO
ASSUNTO : ADICIONAL DA LEI 6732/79

Em conformidade com o disposto no item III da portaria nº 114/SEA, de 18.08.94, e diante do que consta do Processo nº 030.011.292/89, a incorporação dos quintos relativos a Função de Assessoramento Superior – FAS/SEPLAN a que faz jus o servidor JOSÉ STALIN CAVALCANTE SILVA CARVALHO, matrícula nº 19.817-X, na forma da Lei nº 6732, de 04.12.79, fica alterado para a forma abaixo discriminado.

De 12.07.94 em diante: 5/5 da Representação Mensal do DFA-10;

LUIZ ANTONIO DA SILVA

SUBSECRETARIA DA RECEITA
DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO

ATO DO CHEFE
Em 11 de agosto de 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Ordem de Serviço n.º 096 - Surec, de 11/09/95, AUTORIZA as restituições discriminadas abaixo:

Processo n.º	Interessado	Tributo	Valor em R$
040.005.890/99	IVAN TOSTA DA SILVA	DÉB.INSC.DIV.ATIVA	4.756,02
040.012.681/96	EDIVALDO FERREIRA PACHECO	IPTU	115,64
040.004.403/99	ORCILIA GONÇALVES DA SILVA	IPTU/TLP	128,86
040.001.232/99	MÁRIO CANHEDO FILHO	IPVA	22,87
042.000.103/99	RAIMUNDA COSTA DIAS	IPTU/TLP	38,25
040.004.068/99	GABLA MARIA ATEM MARTINS	ITBI	665,59
040.003.082/98	MARIA DO CARMO COSTA PEREIRA	IPTU	60,25
040.003.433/99	NIVALDO CAVALCANTE BARROS	IPVA	236,11
040.000.504/98	AGRIPINO DA SILVA MOREIRA	TLP	22,81
040.012.106/98	GERVÁSIO MASCARENHAS FILHO	ISS	363,93
042.001.395/98	IVO ALVES SIQUEIRA	ISS	467,28
040.001.702/98	CONSTRUTORA E ADMINISTRADORA CORREIA LTDA	TLP	280,44
040.001.285/98	RAIMUNDA DE OLIVEIRA RODRIGUES	IPTU	73,06
040.007.604/99	JORGE BRASÍLICO DE ARAÚJO COSTA	IPVA	55,71
044.000.883/98	MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO SILVA	IPTU/TLP	8,86
040.010.291/99	MAURA GUERRA DE ARAÚJO	IPVA	93,60
040.002.869/99	VANDELICE BARBOSA DE CASTRO	IPTU/TLP	35,53
040.009.044/99	EDNALDO ALVES DOURADO	IPVA	82,44
040.010.075/99	JOSÉ VALDEIR FELICIANO DE LIMA	IPVA	249,71

ANANIAS LOPES ZEDES

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ATO DA SECRETÁRIA

CONCLUINTES DO CURSO DE 2º GRAU

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista o disposto na Portaria nº 61/91-SE, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 236 de 29 de novembro de 1991, torna pública a relação dos concluintes do 2º Grau e respectivos números de registro dos títulos, conforme especificação em anexo.

EURIDES BRITO DA SILVA

Centro Educacional Brasil Central

Ato de Reconhecimento: Portaria nº 119/98 SE-DF

Nome do Diplomado	Registro nº	Folha nº	Livro nº
Habilitação Específica de 2º Grau para o Exercício do Magistério em Nível de 1º Grau - 1ª a 4ª Séries Complementação de Estudos. (Relação nº 07/99)			
Aldy da Costa Amorim	118	040	001
Fátima Marques de Melo e Silva	119	040	001

Joana D'arc Fradique Guiotti
Diretora RG 4.213-MEC

Cláudio José Lopes
Secretário RG 1.063 SE/DIE

ESCOLA NORMAL DE BRASÍLIA

ATO DE RECONHECIMENTO: Portaria nº 17, de 07/07/80 - SEC/DF

NOME DO DIPLOMADO	REGISTRO Nº	FOLHA Nº	LIVRO Nº
Habilitaçao Especifica de 2º grau, para o Exercicio do Magisterio em Nivel de 1º Grau, (Relação nº 06/99)			
Karla Alves de Souza	- 042	- 014	- III
Eveline Evangelista Miranda	- 043	- 015	- III

Nazaré Maria dos Santos
Diretora - Reg. 10.265

Vânia Chaves Frota
Secretária - Reg. 1186 - DIE/SE

ATOS DO CHEFE DE GABINETE

DESPACHOS DO CHEFE
Em 11 de agosto de 1999

PROCESSO: 0030.000.985/99
INTERESSADO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA (PENSÃO ESPECIAL)

Em face das instruções contidas no presente processo e do disposto no art. 81 do Decreto 16.098/94, combinado com o art. 38, item I do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão da Nota de Empenho e o Pagamento, no valor de R$ 5.893,12 (cinco mil, oitocentos e noventa e três reais e doze centavos), em favor de ZENAB OMAR MUHSEN E OUTROS. Encaminhe-se a DAG/SE para publicação e emissão da respectiva Nota de Empenho, a conta do Elemento de despesa 3.1.90.92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES do orçamento desta Secretaria de Educação.

PROCESSO: 030.000.454/99
INTERESSADO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA (INATIVOS)

Em face das instruções contidas no presente processo e do disposto no art. 81 do Decreto 16.098/94, combinado com o art. 38, item I do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão da Nota de Empenho e o Pagamento, no valor de R$ 105.353,95 (cento e cinco mil, trezentos e cinquenta e três reais e noventa e cinco centavos), em favor de THEREZA MARIA LUCCIOLA CAMPOS E OUTROS. Encaminhe-se a DAG/SE para publicação e emissão da respectiva Nota de Empenho, a conta do Elemento de despesa 3.1.90.92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES do orçamento desta Secretaria de Educação.

VANDERCY ANTÔNIA DE CAMARGOS

SECRETARIA DE SAÚDE

PORTARIA DE 9 DE AGOSTO DE 1999

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando a Portaria nº 48/SAS/MS, de 11.02.99, que trata dos Procedimentos de Laqueadura Tubária e Vasectomia na Tabela de SIH, para Planejamento Familiar de acordo com a Lei 9.263 de 12/01/96, resolve:

1. Fica o Hospital Materno Infantil de Brasília credenciado para realização de Laqueadura Tubária e Vasectomia.

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOFRAN FREJAT

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 11 DE AGOSTO DE 1999

O Conselho de Assistência Social do Distrito Federal no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 997, de 23 de dezembro de 1995, com base na deliberação tomada na reunião ordinária realizada em 11 de agosto de 1999 , considerando o disposto na Norma Operacional Básica - NOB/99 e, Art 5º da Instrução Normativa nº 001- SEAS/MPAS, resolve:

Art. 1º - ATESTAR que a Secretaria da Criança e Assistência Social do Distrito Federal possui capacidade técnica e administrativa gerencial para formular e avaliar a Política e o Sistema de Assistência Social do Distrito Federal.

HELOÍSA MARTINS BELE BARBOSA
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE AGRICULTURA

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

ATO DO DIRETOR

Nota de Empenho nº 00472/99 – Interessado: Novartis Biocência S/A – Assunto: Aplicação de Multa
Processo: 0073000495/99
O Diretor do Departamento de Comercialização de Material Agropecuário – DECOM, nos termos dos artigos 65 e 71, das normas licitatórias aprovada pela Resolução nº 89/92, resolve: Aplicar a firma NOVARTIS BIOCIÊNCIA S/A, a multa de R$ 71,26 (setenta e um reais e vinte e seis centavos), pelo atraso da entrega do material especificado no documento supracitado. Publique-se e encaminhe-se à Seção de Registros Contábeis e Fiscais, para as devidas providências.

GERALDO VILMAR E SILVA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 2.350ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e nove, às dezoito horas, no Plenário sito no Setor de Administração Municipal, SAM, Conjunto "A", Bloco "A", 1º andar do Edifício Sede da Secretaria de Segurança Pública do DF, reuniu-se o Conselho Penitenciário do Distrito Federal, sob a Presidência do Conselheiro Pedro Arruda da Silva. Presentes, os Senhores Conselheiros: Aquiles Rodrigues de Oliveira, Anita Mendonça, Sílvia Rocha Tavares, José Elaeres Marques Teixeira, José Francisco Vaz e João Menezes Sobrinho. Ausentes, justificadamente, o Conselheiro João Luiz Nogueira da Costa e os Membros Informantes do Centro de Internamento e Reeducação e do Núcleo de Custódia de Brasília. Aberta a Sessão, foi lida a Ata da Sessão anterior que, em votação, foi aprovada por unanimidade. COMUNICAÇÕES DIVERSAS: O Senhor Presidente agradeceu ao Conselheiro José Francisco Vaz, por ter o mesmo presidido, nesta data, uma cerimônia de livramento condicional com cinco liberandos. DISTRIBUIÇÃO DE PROCEDIMENTOS E DE PROCESSOS: Distribuídos, na forma regimental, aos Conselheiros: Aquiles Rodrigues de Oliveira o Processo VEC nº 43.924; Anita Mendonça os Procedimentos: nº 429/99 – Classe "B" – nº 250/99 e o de nº 491/99 – Classe "B" – nº 288/99; José Francisco Vaz os Procedimentos: nº 453/99 – Classe "B" – nº 266/99; o de nº 490/99 – Classe "B" – nº 287/99 e o Processo VEC nº 44.140-2; João Menezes Sobrinho os Procedimentos: nº 426/99 – Classe "B" – nº 247/99 e o de nº 475/99 – Classe "B" – nº 281/99. JULGAMENTOS: O Conselheiro João Menezes Sobrinho relatou pedido de vista referente ao Processo nº 012.475, tendo acompanhado o Conselheiro Relator. Os Conselheiros Aquiles, Anita e Silvia também acompanharam o Conselheiro Relator, ficando decidido, por unanimidade, pela redução de ¼ da pena. O Conselheiro José Francisco Vaz relatou os Procedimentos: nº 077/99 – Classe "B" – nº 021/99, votando pelo não conhecimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade e o de nº 492/99 – Classe "B" – nº 289/99, votando pelo deferimento do livramento condicional, tendo sido aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão às dezenove horas e, para constar, eu, Marígia Aparecida de Almeida Furlani, Secretária do Plenário, lavrei a presente Ata que, após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 1999
PEDRO ARRUDA DA SILVA
Presidente

SECRETARIA DE CULTURA

PORTARIA DE 11 DE AGOSTO DE 1999

A SECRETÁRIA DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no exercício das atribuições previstas no Art. 7º da Portaria Normativa nº 05, de 19 de julho de 1999, com amparo no Art. 1º, inciso II, letras a, b, e c, do mesmo dispositivo legal e considerando ser objeto da instituição o incentivo a promoção de eventos de cunho artístico e cultural da cidade, conforme previsto no inciso IX, do Art. 2º, Anexo I do Decreto 20.264/99, resolve:

I – Aprovar o Co-patrocínio da Secretaria de Cultura à apresentação do Show do artista "Caetano Veloso" a realizar-se no dia 28 de agosto, na Concha Acústica, na forma do parecer exarado pelo Departamento de Difusão Cultural, observada a contrapartida proposta.
II – Publique-se e remeta-se ao DAG para as providências.

MARIA LUIZA DORNAS

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 10 de agosto de 1999

PROCESSO N.º : 030.000162/99
INTERESSADO : BANCO DE BRASILIA S/A
ASSUNTO : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Ratifico nos termos do Artigo 26, da Lei n.º 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor do credor acima mencionado no valor de R$ 55,00 (Cinquenta e cinco reais), Nota de Empenho n.º 0185/99-SCS, para atender despesas com vale transporte (complementação) desta Secretaria no mês de agosto/99.
A Inexigibilidade foi fundamentada no "Caput", Art. 25, da Lei n.º 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo supra.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral, para as providências complementares.

WELIGTON LUIZ MORAES

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 11 de agosto de 1999

PROCESSO N.º : 191.000.126/99
INTERESSADO : INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE - IEMA
ASSUNTO : OCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA POR INSTITUIÇÃO DE DIREITO PRIVADO SEM OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO QUE REGE A MATÉRIA - NULIDADE DO ATO QUE CONCEDEU A AUTORIZAÇÃO DE USO

O SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 105, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica do Distrito Federal e tendo em vista o que consta do Processo n.º 191.000.126/99 resolve:

ANULAR, por estar desprovido de todo e qualquer amparo legal, o Termo de Autorização outorgado em 04 de dezembro de 1998, pelo **DIRETOR DE POLÍTICA AMBIENTAL DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMATEC** ao **CENTRO DE ECOLOGIA HUMANA E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL – CEHDA**, entidade civil de direito privado, para ocupação e edificação em área pública de proteção e preservação ambiental, dentro do Parque Olhos D'água, pelas razões elencadas nos autos do Processo n.º 191.000.126/99.

A entidade supracitada deverá improrrogavelmente, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência do presente expediente, retirar todos os materiais e benfeitorias por ela realizadas e desocupar as dependências do **PARQUE OLHOS D'ÁGUA**, sem prejuízo de ser responsabilizada por quaisquer danos que possa ter ocasionado ao Meio Ambiente ou ao Patrimônio Público do Distrito Federal.

Determinar ao **INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE – IEMA** que tome todas as providências cabíveis para a devida desocupação, uma vez que a mesma padece de legalidade, conforme restou fartamente comprovado.

Publique-se e dê ciência ao interessado.

PROCESSO N.º : 191.000.424/99
INTERESSADO : ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CÓRREGO DAS ANTAS - PARQUE DAS COPAÍBAS.
ASSUNTO : OCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA POR INSTITUIÇÃO DE DIREITO PRIVADO SEM OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO QUE REGE A MATÉRIA. NULIDADE DO ATO QUE CONCEDEU AUTORIZAÇÃO DE USO.

O SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 105, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica do Distrito Federal e tendo em vista o que consta do Processo n.º 191.000.424/99 resolve:

ANULAR, por estar desprovido de todo e qualquer amparo legal, a **AUTORIZAÇÃO DE USO** outorgada em 18 de dezembro de 1998, pelo **DIRETOR DE POLÍTICA AMBIENTAL DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMATEC à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CÓRREGO DAS ANTAS**, entidade civil de direito privado, para ocupação e instalação de sua sede em área pública de proteção e preservação ambiental, dentro do **PARQUE DAS COPAÍBAS**, pelas razões elencadas nos autos do Processo n.º 191.000.424/99.

A entidade supracitada deverá improrrogavelmente, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência do presente expediente, retirar todos os materiais e benfeitorias por ela realizadas e desocupar as dependências do **PARQUE DAS COPAÍBAS**, sem prejuízo de ser responsabilizada por quaisquer danos que possa ter ocasionado ao Meio Ambiente ou ao Patrimônio Público do Distrito Federal.

Determinar ao **INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE - IEMA** que tome todas as providências cabíveis, para a devida desocupação da área, uma vez que a **AUTORIZAÇÃO DE USO** padece de legalidade, conforme restou fartamente comprovado.

Publique-se e dê ciência ao interessado.

ANTÔNIO LUIZ BARBOSA

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO DIRETOR PRESIDENTE
Em 10 de agosto de 1999

PROCESSO Nº: 193.000.322/99
INTERESSADO: Assessoria Jurídica e Comissão de Licitação da FAPDF.
ASSUNTO: Assinaturas de Licitações e Contratos na Administração Pública, e Jurídica Consulex
Ratifico, nos termos do Art. 26, da Lei nº 8.666/93, a inexigibilidade de licitação da despesa de que trata o presente processo, bem como a emissão da Nota de Empenho, no valor de R$ 1.028,00 (um mil e vinte e oito reais), em favor da EDITORA CONSULEX LTDA.
A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no caput do Art. 25, da Lei nº 8.666/93, de acordo com as informações constantes dos autos.

ORLANDO DE LIMA JÚNIOR

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇAÕ DE SERVIÇO "SLU" Nº 216, DE 9 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, resolve:
I – Tornar sem efeito a Instrução de Serviço "SLU" nº 049, de 1º de abril de 1996, por conveniência administrativa, tendo em vista entender que a estrutura organizacional do SLU/DF, tenha sido alterada, não condizendo com a finalidade a que propõe a Lei nº 955 de 21 de novembro de 1996.
II – Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

LUIZ ANTONIO PERES FLORES

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 28 de junho de 1999

Processo N.º :**094.000.245/99**
Interessado :**RAVENA TRANSPORTE E TURISMO LTDA**
Assunto : **Pagamento**

À vista do contido nos autos, reconheço a dívida, no valor de R$ 103,24 (cento e três reais e vinte e quatro centavos), em favor de RAVENA TRANSPORTE E TURISMO LTDA, de acordo com as disposições contidas nos artigos 80 e 81, do Decreto n.º 16.098/94, referente a locação de ônibus – linha 25, com operação e manutenção do veículo, conforme Contrato N.º 065/96, realizado no período de 1º à 31.12.98, devendo a despesa correr à conta do Elemento 3490:92 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, bem como AUTORIZO a realização da despesa, a emissão de Nota de Empenho – ORDINÁRIO – e o respectivo pagamento do valor mencionado, com base nas disposições contidas nos artigos 38, inciso I, e 39, incisos I, II e IV, do Decreto supramencionado.

LUIZ ANTONIO PERES FLORES

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF-Seção I, nº 141, de 23-7-99, pág. 35.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

PORTARIA Nº 22, DE 28 DE JULHO DE 1999

A SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por delegação de competência outorgada pelo Decreto nº 18.094, de 14 de março de 1997, com redação dada pelo Decreto nº 19.308, de 10 de junho de 1998, e considerando o que consta do processo nº 030.001.049/99, resolve:
Aprovar a alteração do acesso ao lote 8 do conjunto 10 da Quadra 17 do Setor de mansões Park Way que passará a ser feito pela divisa lateral de maior dimensão, localizada na via de acesso aos conjuntos 8, 10, 12 e 13.

IVELISE MARIA LONGHI PEREIRA DA SILVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 9 de agosto de 1999

Processo : 030.000.214/99
Interessado : BANCO DE BRASÍLIA S/A E OUTRO
Assunto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃ0

Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993, Ratifico a inexigibilidade de licitação, com fulcro no caput do artigo 25, do citado Diploma Legal, a favor do BANCO DE BRASÍLIA S/A e da VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA no valor respectivo de R$ 6.278,70 (seis mil duzentos e setenta e oito reais e setenta centavos) e de R$ 59,40 (cinquenta e nove reais e quarenta centavos), referente a despesa com a aquisição de Vales – Transporte para servidores desta secretaria para utilização no mês de Agosto/99, 99NE000151 e 99NE00152.

Processo : 030.004.553/99
Interessado : J. CAMARA E IRMAOS S/A(JORNAL DE BRASÍLIA)
Assunto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃ0

Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993, Ratifico a inexigibilidade de licitação, com fulcro no caput do artigo 25, do citado Diploma Legal, a favor do: J. CAMARA E IRMAOS S/A (JORNAL DE BRASÍLIA) no valor de R$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), referente a renovação de assinatura semestral de Jornal. 99NE00155.

Processo : 030.000.209/99
Interessado : TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A
Assunto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃ0

Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993, Ratifico a inexigibilidade de licitação, com fulcro no caput do artigo 25, do citado Diploma Legal, a favor da TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A no valor de R$ 1.500,00 (Hum mil e Quinhentos Reais), referente a Nota de Empenho 99NE000153 para o pagamento de faturas no corrente exercício.

IVELISE MARIA LONGHI PEREIRA DA SILVA

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA COLEGIADA
RESOLUÇÃO Nº 13, DE 12 DE AGOSTO DE 1999

A Diretoria Colegiada do IPDF, no uso das atribuições conferidas pelo Inciso VII, Artigo 50, do Decreto nº 15.561, de 12 de abril de 1994, e nos termos do Artigo 26, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, RESOLVE:
I - ratificar, de acordo com o voto da Relatora, a inexigibilidade da licitação de que trata o processo nº 030.006.304/99, a favor do CENTRO DE CARTOGRAFIA AUTOMATIZADO DO EXÉRCITO - CCAuEx, no Valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais);
II - encaminhar ao Departamento de Administração Geral para publicação e demais providências.

ELIANA KLARMANN PORTO
Presidente

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 167, DE 10 DE AGOSTO DE 1999

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, resolve:
I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Região Administrativa XIX – Candangolândia, aprovado pelo Decreto nº 20.004, de 13 de janeiro de 1999.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

LEONEL PAIVA

ANEXO I

ORÇAMENTO FISCAL

A C R É S C I M O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
190121/0001	11121	REGIÃO ADMINISTRATIVA XIX - CANDANGOLÂNDIA				65.188
08.046.0228.1275		CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE QUADRAS E PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS				
003483	0007	COMPLEMENTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES - QROA CONJ. F	45.90.51	101	65.188	
						65.188
* As transferências não constam do Total					TOTAL	65.188

ANEXO II

ORÇAMENTO FISCAL

R E D U Ç Ã O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
190121/0001	11121	REGIÃO ADMINISTRATIVA XIX - CANDANGOLÂNDIA				65.188
08.046.0228.1275		CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE QUADRAS E PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS				
003483	0007	COMPLEMENTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES - QROA CONJ. F	45.90.92	101	65.188	
						65.188
* As transferências não constam do Total					TOTAL	65.188

SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 28 de maio de 1999

PROCESSO: 030.001071/99
INTERESSADO: VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA
ASSUNTO: Inexigibilidade de Licitação
Ratifico, nos termos do Artigo 26, da lei 8.666/93, a inexigibilidade de Licitação em favor da VIAÇÃO ANAPOLINA Ltda, com o objetivo de atender despesas com aquisição de Vales Transporte, a serem utilizados durante o mês de junho/99 por servidores desta Secretaria. A inexigibilidade foi fundamentada no que dispõe o Caput do Artigo 25, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, tendo em vista o constante do processo acima citado. Publique-se.

WAGNER ANTÔNIO MARQUES

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3.439

Aos 5 dias do mês de agosto de 1999, às 10 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOSÉ EDUARDO BARBOSA, MARLI VINHADELI e JORGE CAETANO e a representante do Ministério Público junto a esta Corte, Procuradora-Geral em exercício CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, o Presidente, Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, declarou aberta a sessão.
Ausentes o Conselheiro MAURÍLIO SILVA, que se encontra em gozo de férias, e o Conselheiro-Substituto JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, por motivo justificado.

E X P E D I E N T E

Foram aprovadas as atas das Sessões Ordinária nº 3438 e Extraordinária Reservada nº 131, ambas de 3.8.99, e Extraordinária Administrativa nº 293, de 4.8.99.

O Senhor Presidente informou ao Plenário que, a partir do dia 10 do corrente mês, estará usufruindo 30 dias de férias regulamentares (Memorando nº 47/99-CG).

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ EDUARDO BARBOSA

PROCESSO Nº 3185/84 - Revisão dos proventos da aposentadoria de CORIOLANO DOS SANTOS-SEA. - DECISÃO Nº 5348/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fim de registro, a revisão de proventos de Coriolano dos Santos, matrícula nº 14.715-X/SEA/DF; II. alertar a Secretaria de Administração do DF sobre a possibilidade de cômputo, para adicionais, do tempo prestado ao Ministério do Exército e ao Estado do Espírito Santo (2161 dias) e de aplicação do artigo 67 da Lei nº 8112/90.

PROCESSO Nº 0332/86 - Revisão dos proventos da aposentadoria de ANTÔNIO INÁCIO DO NASCIMENTO-SEA. - DECISÃO Nº 5349/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fim de registro, a revisão de proventos de Antônio Inácio do Nascimento, matrícula nº 12.552-0-FSS/DF; II. determinar à Secretaria de Administração do DF que, posteriormente, proceda às seguintes correções, que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) substituir o abono provisório de fl. 73, considerando no cálculo das vantagens do art. 2º, §§ 1º e 3º, da Lei nº 6.732/79, o símbolo (atual) EC-14-FZDF; b) apurar as diferenças pagas a mais, com vistas ao ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 2758/87 - Revisão dos proventos da aposentadoria de LUZANIRA LIMA CANDEIRA-SEA. - DECISÃO Nº 5350/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2898/88 - Revisão dos proventos da aposentadoria de ANTÔNIO TOMÉ CORDEIRO-SEF. - DECISÃO Nº 5351/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fins de registro, a revisão de proventos de interesse de Antônio Tomé Cordeiro, matrícula nº 14.865-2/SEF-DF; II. determinar à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal que, posteriormente, promova as seguintes regularizações, que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar outro abono provisório, em substituição ao de fl. 106, a fim de utilizar a tabela salarial vigente em agosto de 1989, bem como adequar as parcelas incorporadas referentes aos quintos ao mapa de fl. 63; b) providenciar o ressarcimento ao erário das quantias recebidas indevidamente, verificadas no abono provisório de fl. 106, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 0342/91 - Revisão dos proventos da aposentadoria de JOANY PEREIRA FREITAS-SEA. - DECISÃO Nº 5352/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou à Secretaria de Administração do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, providencie as seguintes correções: I. exclua o tempo de inatividade da contagem para fim de concessão Padrões, reposicionando a servidora em sua carreira à vista, tão-somente, do tempo em que esteve em efetivo exercício de magistério; II. retifique o ato de fl. 12, alterado pelo de fl. 76, a fim de consignar o correto posicionamento da servidora, bem como excluir a alínea "b", do artigo 40, inciso III, da CRFB e incluir a alínea "a", do mesmo diploma legal, visto que o tempo de inatividade somente poderá ser aproveitado para nova aposentadoria comum, conforme Decisão nº 7.925/97 (processo nº 224/91); III. elabore demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 80, levando em conta que apuração deverá encerrar-se em 18/4/90; IV. elabore abono provisório, em substituição ao de fl. 82, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de considerar o correto posicionamento da servidora, tendo em vista o contido nos itens I e II; V. torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 0593/91 - Revisão dos proventos da aposentadoria de YVONE CARLOS DOMINGUES DA SILVA-SEA. - DECISÃO Nº 5353/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou à Secretaria de Administração do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, providencie as seguintes correções: I. exclua o tempo de inatividade da contagem, para fim de concessão Padrões, reposicionando a servidora em sua carreira à vista, tão-somente, do tempo de que esteve em efetivo exercício de magistério; II. retifique o ato de fl. 9, alterado pelo de fl. 64, a fim de consignar o correto posicionamento da servidora, bem como excluir a alínea "b" do artigo 40, inciso III, da CRFB e incluir a alínea "c", do mesmo diploma legal, visto que o tempo de inatividade somente poderá ser aproveitado para nova aposentadoria comum, conforme Decisão nº 7.925/97 (processo nº 224/91); III. elabore demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 68, levando em conta que apuração deverá encerrar-se em 10/4/90; IV. elabore abono provisório, em substituição ao de fl. 70, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de considerar o correto posicionamento da servidora e em conformidade com a proporcionalidade dos proventos a que faz jus, tendo em vista o contido nos itens I a III; V. torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 1072/91 - Revisão dos proventos da aposentadoria de ANTÔNIA WANDA CARVALHO DA TRINDADE-SEA. - DECISÃO Nº 5354/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou à Secretaria de Administração do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, providencie as seguintes correções: I. exclua o tempo de inatividade da contagem, para fim de concessão Padrões, reposicionando a servidora em sua carreira à vista, tão-somente, do tempo em que esteve em efetivo exercício de magistério; II. retifique o ato de fl. 7, alterado pelo de fl. 85, a fim de consignar o correto posicionamento da servidora, bem como excluir a alínea "b" do artigo 40, inciso III, da CRFB e incluir a alínea "a", do mesmo diploma legal, visto que o tempo de inatividade somente poderá ser aproveitado para nova aposentadoria comum, conforme Decisão nº 7.925/97 (processo nº 224/91); III. elabore demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 89, com o intuito de encerrar a apuração em 17/4/90, véspera da revisão; IV. elabore abono provisório, em substituição ao de fl. 91, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de considerar o correto posicionamento da servidora; V. torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 1411/91 - Aposentadoria de LAÉRCIO PINHEIRO LIMA-SEA. - DECISÃO Nº 5355/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2289/91 (anexo o de nº 4483/91) - Aposentadoria de JOÃO BATISTA RODRIGUES-SEF. - DECISÃO Nº 5356/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de João Batista Rodrigues, matrícula nº 17.263-4; II. determinar à Secretaria de Administração do Distrito Federal que, neste caso, deverá ser computado o tempo de inatividade, também, para fim de adicional por tempo de serviço (11/12/90 a 10/7/91), o que ocasionará aumento do ATS para 33%.

PROCESSO Nº 3129/91 - Aposentadoria de NEYDE GOMES MAGALHÃES-FEDF. - DECISÃO Nº 5357/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 5680/91 - Aposentadoria de CLÁUDIO GILBERTO BERTOIA MARTINS-FHDF. - DECISÃO Nº 5358/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de Cláudio Gilberto Bertoia Martins, matrícula nº 107.586-3/FHDF; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, posteriormente, proceda às seguintes correções que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) sanar a impropriedade existente no abono provisório de fl. 34, em virtude de a classificação constar como AS-04 (compatível com o ato) e os valores utilizados para a sua confecção serem referentes à classificação AS-05; b) caso a classificação correta seja AS-04, elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 34, com o fim de adequá-lo aos valores da Classe Especial, Padrão IV, de maio de 1991, apondo a assinatura de quem o concedeu; c) caso a classificação correta seja AS-05, retificar o ato concessório de fl. 10 para alterar a classificação do inativo de Classe Especial, Padrão IV, para Classe Especial, Padrão V, e elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 34, com o fim de corrigir a classificação de AS-04 para AS-05, apondo a assinatura de quem o concedeu; d) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 6533/91 - Aposentadoria de VALERIANO DA CONCEIÇÃO ALMEIDA-FHDF. - DECISÃO Nº 5359/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de Valeriano da Conceição de Almeida, matrícula nº 103.060-4/FHDF; II. determinar à Fundação Hospitalar do DF que, posteriormente, proceda às seguintes correções, que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) tornar sem efeito a Instrução de 2/8/91, publicada no DODF (Suplemento) de 8/8/91 (fl. 21), e retificar a Instrução de 28/6/91, publicada no DODF (Suplemento) de 9/7/91 (fl. 18), para constar a classificação do interessado na Classe Especial, Padrão V, do cargo Assistente Intermediário de Saúde - Motorista, e excluir as vantagens previstas no artigo 184, item I, da Lei nº 1.711/52, em consonância com a Lei nº 6.701/79, e incluir as vantagens do artigo 2º, §§ 1º e 3º, da Lei nº 6.732/79, alterada pelos Decretos-leis nºs 1.746/79 e 2.153/84, e pela Lei nº 62/89, mantendo inalterados os demais termos da concessão inicial; b) convocar o interessado para que ele providencie certidão comprobatória do tempo de serviço prestado ao Conselho Nacional do Petróleo da Bahia (período de 19/1/54 a 22/5/67 - 4872 dias, fl. 26), expedida pelo setor competente daquele órgão, objetivando a contagem do referido tempo para fins de adicional por tempo de serviço - ATS; c) caso não providenciada a certidão acima, elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 44, excluindo-se do tempo computado para qüinqüênios o período correspondente, observando-se a devida compensação com os triênios; d) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 67, observando-se a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, assim como o apurado nos itens II e III precedentes, e, orientando-se pelas alterações introduzidas pela Lei nº 159/91, cujos efeitos financeiros retroagiram a 1º/5/91, para substituir a parcela "Emprego em Comissão" (55% da remuneração do EC-27) pelas parcelas de "Quintos" (4/5 da representação mensal do DF-04 e 1/5 da representação mensal do DF-03), "Opção" (55% do vencimento do DF-03) e "Representação Mensal" (do DF-03); e) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 7166/91 - Aposentadoria de AUGUSTO FEITOSA BARROS-SEA. - DECISÃO Nº 5360/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de Augusto Feitosa Barros, matrícula nº 825-7/SEA/DF; II - determinar à Secretaria de Administração do DF que, posteriormente, proceda às seguintes correções, que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) retificar o ato concessório de fl. 55, a fim de excluir de sua fundamentação legal o artigo 192, inciso I, da Lei nº 8112/90; b) elaborar outro abono provisório, em substituição ao de fl. 56, com o intuito de considerar o servidor posicionado no cargo de Fiscal de Obras, 1ª Classe, Padrão II; c) providenciar o ressarcimento ao erário das quantias recebidas indevidamente, verificadas no abono provisório de fl. 56, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8112/90; d) tornar sem efeito os documentos de fls. 19 e 48 e outros porventura substituídos.

PROCESSO Nº 7332/91 - Aposentadoria de MARIA FIDELIS DE SOUZA-FHDF. - DECISÃO Nº 5361/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 7461/91 - Auditoria de regularidade realizada na Secretaria de Administração do DF, objetivando verificar a legalidade das admissões decorrentes do concurso público para provimento, no Padrão I, da 3ª Classe, do cargo de Fiscal de Concessões e Permissões, da Carreira Fiscalização e Inspeção, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, aberto pelo Edital no 228/91-IDR. - DECISÃO Nº 5362/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1912/92 - Aposentadoria de GENEROSA MOREIRA CORREIA-FHDF. - DECISÃO Nº 5363/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1987/92 (apenso o de nº 170.000.470/91) - Aposentadoria de DIONE DA CONCEIÇÃO RODRIGUES COELHO-SEF. - DECISÃO Nº 5364/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fins de registro, a concessão de aposentadoria de interesse de Dione da Conceição Rodrigues Coelho, matrícula nº 04.581-0/SEF-DF; II. autorizar a devolução do processo nº 170.000.470/91 à Secretaria de Fazenda, determinando as seguintes regularizações, que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) retirar os documentos de fls. 18/21, tendo em vista não guardarem nenhuma relação com o assunto tratado nos autos; b) apurar as quantias pagas indevidamente, verificadas no contracheque presente à fl. 14, visando o respectivo ressarcimento ao erário, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 2078/92 - Aposentadoria de JAIR ANTONIO GUIMARÃES-SEA. - DECISÃO Nº 5365/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fins de registro, a aposentadoria de interesse de Jair Antonio Guimarães, matrícula nº 11.452-9/SEA-DF; II. determinar à Secretaria de Administração do Distrito Federal que, posteriormente, apure o montante eventualmente pago a mais, em face da redução de quintos incorporados, visando o respectivo ressarcimento ao erário, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90; III. informar à jurisdicionada que a medida determinada no item anterior será objeto de verificação em futura auditoria, conforme previsto no § 2º, art. 11, da Resolução nº 101/98-TCDF.

PROCESSO Nº 2239/92 - Aposentadoria de DALVA BRAGA DA SILVA-FHDF. - DECISÃO Nº 5366/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3451/92 - Aposentadoria de MARIA ALVES DO NASCIMENTO-FHDF. - DECISÃO Nº 5367/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 5935/92 - Aposentadoria de JOÃO PROCÓPIO DA SILVEIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 5368/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de João Procópio da Silveira, matrícula nº 101.265-7-FHDF; II - determinar à Fundação Hospitalar do DF que, posteriormente, proceda às seguintes correções que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) autenticar o documento de fl. 9; b) apor assinatura no documento de fl. 42.

PROCESSO Nº 0057/93 - Aposentadoria de ANTÔNIO CARLOS COSTA-FHDF. - DECISÃO Nº 5369/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de Antônio Carlos Costa, matrícula nº 101.861-2-FHDF; II - determinar à Fundação Hospitalar do DF que, posteriormente, proceda às seguintes correções, que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 22, considerando, para fins de adicional por tempo de serviço, 262 dias; b) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 31, observando a Decisão Normativa TCDF nº 02/93, aplicando-se 10% à parcela do triênio e à de adicional por tempo de serviço, 25%.

PROCESSO Nº 1534/93 - Aposentadoria de FRANCISCO ANANIAS CAVALCANTE-FZDF. - DECISÃO Nº 5370/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno dos autos à Fundação Zoobotânica do Distrito Federal para que, em nova diligência, no prazo de 60 (sessenta) dias, proceda às seguintes correções: I. apurar se por ocasião da transposição do interessado para a Carreira Administração Pública da FZDF (Leis nºs 82/89 e 93/90) ocorreu redução salarial, comparando-se a remuneração total do antigo quadro, acrescida das vantagens "Plano Bresser (26,06%)" e "Plano Verão (26,05%)", com a do novo, e demonstrar a forma de apuração; II. elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 79, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de excluir as parcelas "Plano Bresser (26,06%)" e "Plano Verão (26,05%)" e, se for o caso, incluir eventual diferença a menor verificada no procedimento determinado no item "I" como vantagem pessoal nominalmente identificada; III. tornar sem efeito os documentos substituídos; IV. em consonância com a Decisão nº 980/99, dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente a título de "vantagens celetistas", haja vista a boa-fé em sua percepção.

PROCESSO Nº 2224/93 - Aposentadoria de ANITA TIBURTINO NEVES-FEDF. - DECISÃO Nº 5371/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de Anita Tiburtino Neves, matrícula nº 86.913-9/FEDF; II. determinar à Fundação Educacional do DF que, posteriormente, proceda às seguintes correções, que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 32, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de corrigir a data da aposentadoria (30/12/92); b) autenticar o documento de fl. 19; c) esclarecer por que foi apresentado à fl. 43 apenas um único ato de dispensa, quando os documentos de fls. 11 e 21 indicam dois atos de designação de cargo comissionado, devendo ser acostado o ato que se encontra ausente; d) proceder as devidas alterações no demonstrativo de quintos de fl. 44, levando em conta que foi retificado o ato de fl. 22, segundo instrução de fl. 59, e o ato de fl. 28 permaneceu com a data inalterada; e) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 3075/93 (apenso o de nº 030.001.751/92) - Pensão civil concedida a MERCEDES AMORIM DE CASTRO e outra-SEA. - DECISÃO Nº 5372/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou à Secretaria de Administração do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: I. retificar o ato de fl. 17 do apenso nº 030.001.751/92, para nele constar em sua fundamentação legal o artigo 5º, incisos I e II, alínea "a", da Lei nº 3.373/58, e o artigo 40, § 5º, da CRFB, com efeitos a contar de 3 de junho de 1991, podendo, ainda, ser incluído o nome de JIZREEL AMORIM DE CASTRO, filho menor, na data do óbito; II. juntar laudo médico oficial relativo a LAURINETE AMORIM DE CASTRO, em face do disposto no artigo 5º, inciso II, item "a", "in fine", da Lei nº 3.373/58; III. elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 20 do apenso nº 030.001.751/92, para nele: a) considerar sua vigência a partir de 3 de junho de 1991 (data do óbito); b) incluir JIZREEL AMORIM DE CASTRO, como beneficiário; c) corrigir o rateio do benefício (com ônus integral do GDF), de acordo com os itens anteriores, sem prejuízo dos ajustes financeiros junto ao INSS; IV. juntar certidões do IAPTEC e SLU, relativas aos períodos averbados de 27/11/57 a 24/12/58 e de 22/6/62 a 31/7/62; V. elaborar outra certidão, em substituição a de fl. 19 do apenso nº 030.001.751/92, para nela corrigir o total para adicional e excluir o decênio de licença especial, por falta de amparo legal; VI. tornar sem efeito os documentos eventualmente substituídos; VII. alertar a SEA/DF sobre a possibilidade de considerar-se para fins de adicional os períodos averbados (item IV).

PROCESSO Nº 3176/93 (apenso o de nº 030.009.747/92) - Pensão civil concedida a MARIA HELENA SANTOS SANTANA-SEA. - DECISÃO Nº 5373/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3441/93 (apenso o de nº 030.006.778/91) - Pensão civil concedida a MARIA SOCORRO OLIVEIRA DOS SANTOS e outros-SEA. - DECISÃO Nº 5374/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou à Secretaria de Administração do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: I. anexe declaração firmada pela beneficiária Elizabete Oliveira dos Santos especificando o seu estado civil; II. anexe documento que comprove a percepção de pensão alimentícia pela sra. Maria do Socorro Oliveira dos Santos, considerando que ela era desquitada do sr. José Domingos dos Santos, de acordo com o documento de fl. 6 do apenso nº 030.006.778/91; III. esclareça qual a data de admissão do ex-servidor, considerando que foram mencionadas datas diferentes nos documentos de fls. 15 e 21 do mesmo apenso; IV. retifique o ato concessório para incluir em sua fundamentação legal o artigo 40, § 5º, da CRFB; V. elabore novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 21 do apenso nº 030.006.778/91, para excluir 540 dias de licença especial e 31 dias de contagem em dobro da Lei nº 22/89, considerando que o ex-servidor faleceu em atividade, não fazendo jus, portanto, a tais benefícios; VI. elabore novo título de pensão, em substituição ao de fl. 22 do apenso nº 030.006.778/91, para: a) corrigir o rateio do beneficio (ônus integral do GDF), sem prejuízo dos ajustes financeiros pertinentes; b) considerar a data de vigência a partir de 12/4/91 (data do óbito); VII. torne sem efeito os documentos de fls. 21, 22 e 23 do apenso nº 030.006.778/91; VIII. autentique o documento de fl. 14 do mesmo apenso.

PROCESSO Nº 3653/93 - Aposentadoria de RAIMUNDO NONATO FREIRE DE SOUZA-SEF. - DECISÃO Nº 5375/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4520/93 (apenso o de nº 030.001.092/93) - Aposentadoria de RAIMUNDO GOMES DA SILVA-SEA. - DECISÃO Nº 5376/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4687/93 (apenso o de nº 030.013.707/92) - Pensão civil concedida a DULCE LOPES ROSA-SEA. - DECISÃO Nº 5377/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4766/93 (apenso o de nº 030.005.687/91) - Pensão especial concedida a WANDERLEIA LOPES DA SILVA e outras-SEA. - DECISÃO Nº 5378/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou à Secretaria de Administração do DF que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adote as seguintes providências: I. quanto à concessão, com base na Lei nº 6.782/80: a) acostar aos autos declaração da filha

Joana D'Arc Lopes da Silva, na qual confirme seu estado civil de solteira, e que não exerce cargo público, nos termos exigidos pelo art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373/58; b) elaborar outro título de pensão, em substituição ao de fl. 25 (processo nº 030.005.687/91), objetivando incluir o filho Jonas Lopes da Silva; c) autenticar os documentos de fls. 3 e 9/10 (processo nº 030.005.687/91); d) tornar sem efeito o documento substituído; II. quanto à integralização da pensão: a) formalizar a respectiva revisão de pensão, com efeitos a partir de 1º/1/92, fundamentando o ato no § 5º do art. 40 da Constituição Federal e nos artigos 215 e 248 da Lei nº 8.112/90; b) anexar comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da integralização da pensão pelo DF, a partir de 1º/1/92; c) anexar declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no art. 225 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 4776/93 (apenso o de nº 020.001.918/93) - Aposentadoria de FRANCISCO RAMOS CAMELO-PRGDF. - DECISÃO Nº 5379/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fins de registro, a concessão de aposentadoria de interesse de Francisco Ramos Camelo, matrícula nº 03.926-8/PRG-DF; II. autorizar a devolução do processo nº 020.001.918/93 à Procuradoria Geral do Distrito Federal, determinando as seguintes regularizações, que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) corrigir o valor da GRG - Assistente, indicado no abono provisório de fl. 30, de acordo com a tabela de vencimentos vigente à época da concessão; b) retificar o ato concessório de fl. 6, para considerar o servidor posicionado no cargo de Assistente de Apoio às Atividades Jurídicas.

PROCESSO Nº 4813/93 (apenso o de nº 030.006.314/89) - Pensão civil concedida a MARGARIDA XAVIER DA SILVA-SEA. - DECISÃO Nº 5380/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fim de registro, a concessão com base na Lei nº 6782/80 em exame; II. determinar à Secretaria de Administração do DF que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adote as seguintes providências: a) quanto à concessão, com base na Lei nº 6.782/8: a.1) elaborar outro demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 43 (processo nº 030.006.314/89), a fim de excluir os dias contados para efeito da Lei nº 22/89; a.2) autenticar o documento de fl. 2 (processo nº 030.006.314/89); a.3) tornar sem efeito o documento substituído; b) quanto à integralização da pensão: b.1) formalizar a respectiva revisão de pensão, com efeitos a partir de 1º/1/92, fundamentando o ato no § 5º do art. 40 da Constituição Federal e nos artigos 215 e 248 da Lei nº 8.112/90; b.2) anexar comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da integralização da pensão pelo DF, a partir de 1º/1/92; b.3) anexar declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no art. 225 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 7506/93 - Auditoria de regularidade realizada na Secretaria de Administração do Distrito Federal, objetivando verificar a legalidade e proceder ao registro das admissões referentes ao concurso público para preencher cargos de Fiscal de Obras e Fiscal de Posturas da carreira de Fiscalização e Inspeção, aberto pelo Edital nº 224/93-IDR. - DECISÃO Nº 5381/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 242 e 245, encaminhados pela Administração Regional de Brazlândia – RA-IV, considerando satisfatoriamente cumprida a diligência determinada pelo Tribunal, mediante a Decisão nº 676/99; II - considerar legal, para fim de registro, a admissão do servidor Ronaldo Spíndola Mariz, no cargo de Fiscal de Obras, decorrente do concurso público regulado pelo Edital nº 224/93-IDR, lotado na Administração Regional de Brazlândia/RA-IV, em cumprimento ao previsto no art. 78, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal-LODF; III - autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 2045/94 - Aposentadoria de MARIA ABADIA PEREIRA-FSSDF. - DECISÃO Nº 5382/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de Maria Abadia Pereira, matrícula nº 01898-8-FSS/DF; II. determinar à Fundação do Serviço Social do DF que, posteriormente, proceda às seguintes correções que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 37, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de excluir a parcela "COMPL. SAL. MÍNIMO" dos proventos da inativa, tendo em vista o decidido no processo nº 6104/93, Decisão nº 10.862/95, de 12/9/95; b) providenciar o ressarcimento dos valores recebidos indevidamente a título de "COMPL. SAL. MÍNIMO"; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 2547/94 - Aposentadoria de DARCI DE OLIVEIRA FARIA DORNELAS-FHDF. - DECISÃO Nº 5383/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3703/94 - Aposentadoria de JOSÉ AUGUSTO CÉSAR-FHDF. - DECISÃO Nº 5384/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3737/94 (apenso 1 volume) - Resposta da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central, em cumprimento da Decisão nº 2624/94. - DECISÃO Nº 5385/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0285/95 (apenso o de nº 073.004.343/94) - Pensão civil concedida a DELZA REIS DE AGUIAR-FZDF. - DECISÃO Nº 5386/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno dos autos à Fundação Zoobotânica do Distrito Federal para que, em nova diligência, no prazo de 60 (sessenta) dias, proceda às seguintes correções: I. apurar se por ocasião da transposição do ex-servidor para a Carreira Administrativa Pública da FZDF (Leis nºs 82/89 e 93/90) ocorreu redução salarial, comparando-se a remuneração total do antigo quadro, acrescida da vantagem "Plano B. V. 58,90%", com a do novo, e demonstrar a forma de apuração; II. elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 8 – apenso, fazendo constar o fundamento legal das parcelas e seus respectivos percentuais, a fim de excluir a parcela "Plano B. V. 58,90%" e, se for o caso, incluir eventual diferença a menos verificada no procedimento determinado no item I como vantagem pessoal nominalmente identificada; III. tornar sem efeito os documentos substituídos; IV. em consonância com a Decisão nº 980/99, dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente a título de "vantagens celetistas", haja vista a boa-fé em sua percepção.

PROCESSO Nº 0553/95 - Contendo o Ofício nº 310/99-PRES, mediante o qual a Companhia de Água e Esgotos de Brasília solicita prorrogação de prazo, por 150 (cento e cinqüenta) dias, para cumprimento da diligência determinada pela Decisão nº 2035/98. - DECISÃO Nº 5387/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do ofício nº 310/99-PRES, de 6/7/99; II. relevar a intempestividade do pedido; III. autorizar a prorrogação de prazo, por 150 (cento e cinqüenta) dias, até 3/12/99, para o atendimento à Decisão nº 2035/98-TCDF.

PROCESSO Nº 3219/95 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo oficial. - DECISÃO Nº 5388/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento do OI-3ª SPR nº 1518/96, de 10/9/96, da Procuradoria Geral do Distrito Federal; II - considerar cumprida a diligência expressa na Decisão nº 7032/96, S. O. nº 3186, de 13/8/96; III - determinar à Secretaria de Administração - SEA que inclua no processo nº 030.004.845/95, se já não o fez, as medidas adotadas para ressarcimento do dano e a regularização patrimonial conseqüente, certificando a efetividade e atualidade desses procedimentos no demonstrativo a que se refere o artigo 14 da Resolução TCDF nº 102, de 15/7/98, a ser anexado à tomada de contas anual da unidade administrativa de origem; IV - autorizar: a) a remessa de cópias da decisão e dos ofícios de fls. 17/19 à SEA/DF; b) o arquivamento do processo, na forma proposta, fl. 21.

PROCESSO Nº 3277/95 (apenso o de nº 082.019.106/98) - Auditoria de regularidade levada a efeito na Fundação Educacional do Distrito Federal, objetivando verificar a legalidade e proceder ao registro das admissões objeto do concurso público para provimento de cargos para Professor Nível 1, da Carreira Magistério Público do DF, objeto do Edital nº 92/95-IDR. - DECISÃO Nº 5389/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3721/95 (apenso o de nº 061.030.189/95) - Aposentadoria de MARIA DAGNA DE OLIVEIRA COELHO-FHDF. - DECISÃO Nº 5390/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4522/95 - Contrato nº 509/95 celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Vértice Engenharia e Comércio Ltda., objetivando a ampliação da Escola Classe nº 01 e de 6 (seis) salas de aula na Região Administrativa de Santa Maria. - DECISÃO Nº 5391/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que cumpra, no prazo de 30 (trinta) dias, o disposto na Decisão nº 1670/99; II. alertar a jurisdicionada para a sanção prevista no art. 57, incisos IV e VII, da Lei Complementar nº 01/94.

PROCESSO Nº 4592/95 (apenso o de nº 191.000.119/95) - Tomada de contas anual dos agentes de material do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal, relativa ao primeiro semestre do exercício de 1994. - DECISÃO Nº 5392/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da documentação acrescentada às fls. 69/90 do processo apenso nº 191.000.119/95 e às fls. 40/48 do processo principal; II - relevar o atraso apontado (fls. 34 e 53) e a omissão do pronunciamento e elementos recomendados pela Decisão nº 9035/96, S.O. nº 3202, de 10/10/96, considerando cumprida a diligência ali determinada; III - julgar regulares, de acordo com o artigo 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1, de 9/5/94, as contas dos Agentes de Material do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente - IEMA, exercício de 1994, dando quitação plena a AILTON RODRIGUES DA SILVA, Chefe da Seção de Material e Patrimônio no período de 1/1 a 20/2/94; JORGE ALEXANDRE DE SOUSA, Chefe da Seção de Material e Patrimônio, no período de 21/2 a 29/4/94; MOEMA PEREIRA ROCHA DE SÁ, Diretora-Geral e responsável no período de 30/4 a 1º/5/94; JOSUÉ JOSÉ DE SOUSA, responsável pelo Núcleo de Patrimônio e Material no período de 2/5 a 30/6/94; IV - autorizar: a) a devolução do apenso à origem; b) o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 4630/95 - Auditoria programada realizada na então Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, no período de 18 a 29/9/95, para examinar a regularidade do pagamento de aposentadorias e pensões. - DECISÃO Nº 5393/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. determinar o arquivamento dos autos; II. determinar à Secretaria de Fazenda do DF que providencie, posteriormente, a correção do demonstrativo dos valores pagos indevidamente à servidora Maria Luiza Couto Coelho Netto, excluindo as diferenças de ATS verificadas nos meses de janeiro a março/97, devidamente pagas no mês seguinte.

PROCESSO Nº 4984/95 (apenso o de nº 6005/95) - Representação do então Deputado Federal AUGUSTO CARVALHO, solicitando a realização de auditoria para averiguar a concessão de licença-prêmio aos empregados do Banco de Brasília S.A. e sua conversão em pecúnia e de prejuízos decorrentes de ressarcimento determinado por decisão judicial. - DECISÃO Nº 5394/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento do ofício nº 569/99-GAB/SEF, de 6/7/99, no que se refere à TCE nº 030.009.127/97; II. conceder 120 (cento e vinte) dias de prorrogação de prazo para o atendimento do item II da Decisão nº 2.483/98, até 15/11/99; III. determinar o retorno dos autos à 1ª ICE.

PROCESSO Nº 5400/95 (apenso o de nº 061.027.293/95) - Aposentadoria de DOROTI GUILARDUCCI MOREIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 5395/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0186/96 (apenso 1 volume) - Contrato nº 86/95 celebrado entre a RA XVI - Lago Sul e a firma La Dart - Construção e Indústria de Plásticos Reforçados Ltda. - DECISÃO Nº 5396/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - autorizar a apensação do processo à tomada de contas anual, exercício de 1998, da Região Administrativa XVI – Lago Sul, para exame conjunto; II – determinar o acompanhamento da incorporação, ao patrimônio do Distrito Federal, do Edifício-Sede da Região Administrativa XVI – Lago Sul por meio dos inventários anuais previstos no artigo 140, item IV, do Regimento Interno do TCDF.

PROCESSO Nº 1824/96 (apensos os de nºs 1821/96, 1822/96 e 2 volumes) - Continuidade no acompanhamento da execução dos Contratos nºs 547, 552 e 553/95 - NOVACAP, procedido via auditoria de regularidade realizada pela 3ª ICE, conforme autorizado no item IV da Decisão nº 8.012/98. - DECISÃO Nº 5397/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 593/99 - DEx, de 14/7/99; II - conceder à FEDF novo prazo, a partir de 11/6/99, até 10/8/99, para atendimento da Decisão nº 2.183/99, comunicada via OF. GP nº 791/99, relevando a intempestividade do pedido; III - restituir o feito à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1954/96 - Nota de Empenho nº 576/95, emitida pela Região Administrativa II - Gama. - DECISÃO Nº 5398/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do OF nº 1220/98-GAB RA II, encaminhado juntamente como documento de fl. 89; II - considerar cumprida a diligência pela Região Administrativa II - Gama, mediante Decisão nº 7773/98; III - recomendar à Região Administrativa II - Gama, nos futuros contratos, a observância dos prazos de recebimento definitivo, conforme o artigo 73, inciso I, alínea "b", e § 3º, da Lei nº 8.666/93; IV - restituir os autos à 3ª ICE, para fins de arquivamento.

PROCESSO Nº 4849/96 - Relatório de auditoria integrante do Plano Geral de Auditoria-GAPLAN/96, realizada na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil-NOVACAP, objetivando verificar a legalidade das admissões compreendidas no período a partir de outubro/88, 1989 e 1996. - DECISÃO Nº 5399/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - conhecer do relatório de fls. 250/255 e da relação de fls. 171/239; II - determinar à 4ª DT/4ª ICE que, dentro de 90 (noventa) dias, realize inspeção na Empresa NOVACAP para verificar o cumprimento à Decisão nº 2784/97.

PROCESSO Nº 5056/96 (apenso o de nº 061.046.174/95) - Aposentadoria de ADAILTON MORAIS DA SILVA-FHDF. - DECISÃO Nº 5400/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: I - regularizar o abono provisório de fl. 26 - apenso, com a aposição da assinatura de quem o concedeu; II - fazer constar no laudo médico que detectou a doença especificada em lei, qual, dentre as elencadas no parágrafo primeiro do art. 186 da Lei nº 8.112/90, refere-se ao inativo; III - retificar o ato revisional para fazer constar a data de sua vigência, ou seja, 23/4/97 (dia do laudo que detectou a doença especificada em lei); IV- elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 31 - apenso, com o fim de retificar a data de vigência, alterando-a de 07/3/97 para 23/4/97; V - tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 5725/96 (apenso 1 volume) - Auditoria programada realizada pela 3ª ICE junto à NOVACAP, em prosseguimento ao acompanhamento da Concorrência nº 05/96-ASCAL/PRES e seu desdobramento nos contratos nºs 616/96 e 618/98, celebrados com as empresas CAENGE - Construção, Administração e Engenharia Ltda. e a Construtora ARTEC Ltda., respectivamente. - DECISÃO Nº 5401/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do ofício O.I. nº 292/99-PRES e anexos; b) do ofício O.I nº 419/99-PRES com demonstrativo de providências complementares tomadas pela NOVACAP; II - considerar regularmente cumprida a diligência; III - autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para fins de acompanhamento.

PROCESSO Nº 6052/96 (apensos os de nºs 030.014.581/94, 030.002.725/96 e 030.007.744/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades relacionadas

a pagamento de serviços prestados pela Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central. - DECISÃO Nº 5402/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Administração do DF em 28/7/96 para apurar irregularidades apontadas no pagamento de fatura de serviços prestados pela CODEPLAN, processo nº 030.002.725/96; II - acolher os resultados da referida TCE, no sentido da ausência de prejuízo; III - recomendar à Secretaria de Administração do Distrito Federal rigorosa observância por parte da sua Divisão de Administração Geral, quando no processamento de liquidações de faturas de serviços prestados, dos artigos 37, 62 e 63 da Lei nº 4.320, de 17/3/64, e do Decreto nº 16.098, de 29/11/94, notadamente seus artigos 51 a 64; IV - determinar o encerramento da referida tomada de contas especial, o arquivamento do processo e a devolução dos apensos à origem, com fulcro no artigo 13, inciso III, da Resolução nº 102, de 15/7/98.

PROCESSO Nº 6687/96 (apenso o de nº 030.009.536/94) - Revisão dos proventos da aposentadoria de FRANCISCO ANTONIO DE CARVALHO-SEA. - DECISÃO Nº 5403/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou à SEA/DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: I. apensar aos autos o processo de aposentadoria do servidor; II. retificar o ato revisório de fls. 27/29 - apenso nº 030.009.536/94-GDF - para combinar o artigo 62 da Lei nº 8.112/90 com o artigo 3º da Lei nº 8.911/94, à vista do exposto no item 3 da Decisão nº 3395/99, adotada no processo nº 3871/96, observando a possibilidade de aplicação do item 3.1.4 da aludida Decisão; III. autenticar os documentos de fls. 2, 9/11 - apenso nº 030.009.536/94-GDF.

PROCESSO Nº 6939/96 - Tomadas de contas especiais instauradas pela Fundação Educacional do Distrito Federal, nos exercícios de 1996, 1997 e 1998, para apurar responsabilidades pelas irregularidades apontadas nos autos. - DECISÃO Nº 5404/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento dos Ofícios nºs 385 e 430/99-DEx, da Fundação Educacional do DF; II. comunicar à Diretora Executiva da FEDF, a propósito dos referidos ofícios, que desde a edição da Resolução-TCDF nº 102/98, as tomadas de contas especiais de valor inferior ao equivalente a 3.300 UFIR's devem permanecer na origem, dispensando-se o encaminhamento dos respectivos processos ao Tribunal ou quaisquer outras comunicações sobre o seu andamento, exceto a prevista no artigo 1º, § 7º, da citada norma, e sem prejuízo das informações acerca da efetividade das medidas saneadoras adotadas, registradas no demonstrativo exigido no artigo 14, para anexação à prestação de contas anual da entidade; III. restituir o processo à Inspetoria de origem, em face do arquivamento já deliberado pela Decisão nº 3/99, na Sessão Ordinária nº 3389, de 2/2/99.

PROCESSO Nº 7149/96 (apenso o de nº 030.008.439/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Obras do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de vales-transporte. - DECISÃO Nº 5405/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 7336/96 - Representação da 1ª Divisão Técnica da 2ª ICE a propósito de despesas com serviços de sonorização e aquisição de passagens aéreas para o Projeto Temporadas Populares, empenhadas por valores acima do limite estabelecido para a modalidade de licitação adotada (convite). - DECISÃO Nº 5406/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar, preliminarmente, os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 8286/96 (apenso o de nº 061.036.391/96) - Aposentadoria de DARCI NAZARÉ DE OLIVEIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 5407/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0768/97 (apenso o de nº 093.000.167/97) - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia Energética de Brasília para apurar responsabilidades decorrentes do furto de tíquetes alimentação/refeição na Agência Guará. - DECISÃO Nº 5408/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2307/97 (apenso o de nº 138.000.524/97) - Tomada de contas especial instaurada pela Região Administrativa XI - Ceilândia, em maio de 1997, em razão da não entrega pela empresa PROMAC-Material de Construção Ltda. de material adquirido. - DECISÃO Nº 5409/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, em caráter excepcional e preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, para ciência.

PROCESSO Nº 2631/97 (apenso o de nº 112.004.627/97) - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil para apurar responsabilidades por prejuízos decorrentes da aplicação de multas pela Delegacia Regional do Trabalho, que resultaram nos Autos de Infrações nºs 400.370.28 e 400.440.91, decorrentes da falta de equipamentos de segurança e não-apresentação do livro de inspeção do trabalho, comunicada à Corte pelo O.I. nº 489/97-GAB/PRES. - DECISÃO Nº 5410/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do resultado da TCE relativa ao processo nº 112.004.627/97 e dos documentos acostados às fls. 37/40; II - determinar à NOVACAP que instaure, imediatamente, Tomada de Contas Especial, a ser realizada nos moldes da Resolução nº 102, de 15.07.98, para apurar responsabilidades pelos prejuízos resultantes dos Autos de Infração nºs 300.410.081/94, 40.040.076/94, 300.410.080/94, 300.410.072, 400.400.074 e 400.400.075, dando ciência a esta Corte, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa competente; III - autorizar a devolução do processo apenso à NOVACAP para as providências previstas no artigo 12 da Resolução nº 102/98; IV - esclarecer que as medidas adotadas deverão constar dos respectivos autos e do demonstrativo a que se refere o artigo 14 da mesma Resolução, a ser anexado à prestação de contas anual de 1999; V - dar ciência à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal destas considerações, tendo em vista a emissão do Certificado de Auditoria nº 007/98-DAIN/SUAUD; VI - alertar a NOVACAP sobre o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 1º da Resolução nº 102/98, visando evitar omissão de providências quando o erário for onerado com pagamento de multas trabalhistas.

PROCESSO Nº 3216/97 - Contratação temporária de pessoal pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para executar serviços de limpeza e manutenção de cemitérios, operar máquinas pesadas e conduzir veículos, objeto dos Avisos nºs 3/97, 4/97-FSS/DF e da Resolução do CPP de 25/7/97 (fls. 2, 3 e 7). - DECISÃO Nº 5411/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3284/97 (apenso o de nº 061.023.700/96) - Aposentadoria de MARIA JANDIRA LUIZ DE SOUZA ARAGÃO-FHDF. - DECISÃO Nº 5412/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3466/97 (apenso o de nº 061.002.288/97) - Aposentadoria de MARIA CRISTINA DE FARIAS CARDOSO-FHDF. - DECISÃO Nº 5413/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a aposentadoria de interesse de Maria Cristina de Farias Cardoso, matrícula nº 115.007-3/FHDF; II - determinar à Fundação Hospitalar do DF que, posteriormente, promova retificação do ato concessório publicado no DODF de 20/6/97, no tocante à nomenclatura do cargo da servidora aposentada; III - informar à jurisdicionada que a correção determinada no item anterior será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 3546/97 (apenso o de nº 061.009.196/96) - Aposentadoria de RUTE FREITAS DOS SANTOS-FHDF. - DECISÃO Nº 5414/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fins de registro, a concessão de aposentadoria de Rute Freitas dos Santos, matrícula nº 126.288-2 - FHDF; II. determinar à Fundação Hospitalar do DF que, posteriormente, providencie o carimbo e a assinatura no demonstrativo de tempo de serviço presente à fl. 10 do processo nº 061.009.196/96.

PROCESSO Nº 3759/97 - Acompanhamento do concurso público para empregos de Analista, com formação em Engenharia Civil, Elétrica/Sistema de Potência, Elétrica/Eletrônica ou Telecomunicações e Medicina do Trabalho, do Quadro de Pessoal da Companhia Energética de Brasília, objeto do edital nº 110/97-CEB/IDR. - DECISÃO Nº 5415/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento dos documentos de fls. 106/115; II. considerar legal, para fins de registro, a admissão de Adelson Ferreira de Morais, no emprego de Analista, do Quadro de Pessoal da Companhia Energética de Brasília - CEB, com formação em Engenharia Elétrica/Sistema de Potência, oriunda do concurso público normatizado pelo edital nº 110/97, publicado no DODF de 5/9/97, em cumprimento ao item III do art. 78 da Lei Orgânica do DF; III. recomendar à CEB que, quando dos atos de admissão de pessoal, envie a esta Casa cópias somente dos documentos exigidos nos incisos II e III do art. 5º da Resolução-TCDF nº 100/98, conjugado com o art. 1º, § 2º, da Emenda Regimental nº 1/98; quanto às demais exigências, bastam as informações; IV. autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para acompanhamento.

PROCESSO Nº 3773/97 (apenso o de nº 001.001.546/97) - Tomada de contas anual dos Agentes de Material da Câmara Legislativa do Distrito Federal, referente ao exercício de 1996. - DECISÃO Nº 5416/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3841/97 (apenso o de nº 073.001.646/97) - Aposentadoria de FRANCISCO SARAIVA DA SILVA-FZDF. - DECISÃO Nº 5417/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno dos autos à Fundação Zoobotânica do Distrito Federal para que, em nova diligência, no prazo de 60 (sessenta) dias, proceda às seguintes correções: I. apurar se por ocasião da transposição do interessado para a Carreira Administrativa Pública da FZDF (Leis nºs 82/89 e 93/90) ocorreu redução salarial, comparando-se a remuneração total do antigo quadro, acrescida da vantagem "Dec. Judic. Plan. Bres. – 58,90%", como a do novo, e demonstrar a forma de apuração; II. elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 12 – apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93 – TCDF, a fim de corrigir o valor do adicional por tempo de serviço, que deve ser calculado sobre o valor do vencimento integral; excluir a parcela "Dec. Judic. Plan. Bres – 58,90%"; e, se for o caso, incluir eventual diferença a menor verificada no procedimento determinado no item I como vantagem pessoal nominalmente identificada; III. tornar sem efeito os documentos substituídos; IV. em consonância com a Decisão nº 980/99, dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente a título de "vantagens celetistas", haja vista a boa-fé em sua percepção.

PROCESSO Nº 4052/97 (apenso o de nº 210.000.183/97) - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Turismo e Lazer do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 5418/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento do ofício nº 241/98-GAB/SEFP, de 5/3/98, procedente da então Secretaria de Fazenda e Planejamento; II. devolver o processo apenso nº 210.000.183/97 à Secretaria de Fazenda, na forma dos artigos 16 e 17 da Resolução-TCDF nº 102, de 15/7/98, alertando o órgão de origem para as providências a serem adotadas de acordo com os artigos 12 e 14 da mencionada norma, sendo que a efetividade e atualidade dessas medidas deverão constar do demonstrativo a ser anexado à tomada de contas anual; III. autorizar o arquivamento dos autos principais, na forma proposta, fl. 37.

PROCESSO Nº 0491/98 (apenso o de nº 093.000.121/98) - Pedidos de prorrogação de prazo para apresentação de defesas, formulados pelos cidadãos nominados às fs. 72, 74 e 78. - DECISÃO Nº 5419/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento dos pedidos de prorrogação de prazo de fls. 72 , 74 e 78; II. autorizar a prorrogação do prazo até 7/8/99 para que os requerentes apresentem defesa quanto aos fatos apontados nos autos, conforme Decisão nº 2427/99.

PROCESSO Nº 0641/98 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para conclusão da tomada de contas especial referente ao Processo nº 050.000.106/98. - DECISÃO Nº 5420/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do ofício nº 934/99 - SSP/DF, de 28/6/99; II - relevar o atraso verificado; III - autorizar a prorrogação de prazo por 90 (noventa) dias, até 26/9/99, para que a SSP/DF conclua a TCE referente ao Processo nº 050.000.106/98.

PROCESSO Nº 0739/98 (apenso o de nº 061.042.544/97) - Aposentadoria de MARIA DE LOURDES DA CONCEIÇÃO SILVA-FHDF. - DECISÃO Nº 5421/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0797/98 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para conclusão da tomada de contas especial referente ao Processo nº 050.000.163/98. - DECISÃO Nº 5422/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 1001/99-SSP/DF, de 6/7/99; II. autorizar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo, até 10/10/99, para remessa do Processo nº 050.000.163/98 ao órgão central de controle interno, conforme artigo 8º da Resolução nº 102/98-TCDF.

PROCESSO Nº 0953/98 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para conclusão da tomada de contas especial referente ao Processo nº 050.000.196/98. - DECISÃO Nº 5423/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 1109/99-SSP/DF, de 19/7/99; II - conceder a prorrogação de prazo por 90 (noventa) dias, até 21/10/99, para conclusão da TCE referente ao Processo nº 050.000.196/98.

PROCESSO Nº 0955/98 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para conclusão da tomada de contas especial referente ao Processo nº 050.000.193/98. - DECISÃO Nº 5424/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do ofício nº 1108/99-SSP/DF, de 19/7/99; II - conceder a prorrogação de prazo até 25/10/99, para conclusão da TCE referente ao Processo nº 050.000.193/98.

PROCESSO Nº 0966/98 - Atas de órgãos colegiados da Companhia Imobiliária de Brasília. - DECISÃO Nº 5425/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento das atas da 1414ª reunião do Conselho de Administração e da 1848ª reunião da Diretoria Colegiada da TERRACAP; II - considerar regulares os procedimentos que ensejaram a aplicação pela TERRACAP, com base na Lei nº 8.685/93, de R$ 100.000,00 (cem mil reais) no projeto audiovisual "O Dia da Caça" (Processo nº 111.001.834/97-7) e o que mais consta das referidas atas, exceto a matéria objeto da diligência requerida pelo Ministério Público, nos termos expostos a seguir; III - determinar diligência junto à direção da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP para que, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias: a) confirme, mediante documentação comprobatória, a atualização do endereço, a destinação legal e a propriedade do terreno doado ao Distrito Federal, conforme o processo nº 111.000.059/97-0; b) informe se o Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal havia sido instruído documentalmente da alteração do endereço do terreno objeto da escritura de doação encontrada na fl. 71 do processo citado e enviada, por cópia, ao Tribunal, pelo ofício nº 208/98-GABIN, de 24/4/98, da Chefe de Gabinete da Presidência da TERRACAP; IV - autorizar a 3ª ICE a articular-se junto à TERRACAP para o completo esclarecimento do perquirido nesta decisão, se for necessário e a critério do sr. Inspetor de Controle Externo.

PROCESSO Nº 1227/98 - Atas das 1202ª a 1207ª Reuniões Ordinárias e das 461ª a 465ª Reuniões Extraordinárias da Diretoria Colegiada da CODEPLAN. - DECISÃO Nº 5426/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I – tomar conhecimento das atas das 1202ª a 1207ª reuniões ordinárias e das 461ª a 465ª reuniões extraordinárias da Diretoria Colegiada da CODEPLAN; II – relevar os atrasos verificados no encaminhamento das atas, considerando procedentes as justificativas apresentadas.

PROCESSO Nº 1229/98 - Atas das 470ª a 472ª Reuniões Ordinárias do Conselho de Administração da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central. - DECISÃO Nº 5427/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento das atas das 470ª a 472ª reuniões ordinárias do Conselho de Administração da CODEPLAN; II – determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 1899/98 - *Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal* para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. - DECISÃO Nº 5428/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2589/98 - Contendo pedido de prorrogação de prazo formulado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para conclusão de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 5429/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do ofício nº 108/99-CBMDF/AG, de 12/7/99; II - conceder a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, a contar de 9/7/99, para encaminhamento da TCE, tratada no Processo nº 053.000.539/98, ao órgão central de controle interno, conforme preceitua o art. 8º da Resolução nº 102/98-TCDF.

PROCESSO Nº 3721/98 (apenso o de nº 082.002.517/99) - Contratação temporária de professores, mediante processo seletivo simplificado, pela Fundação Educacional do Distrito Federal, disciplinada pelo Edital nº 1, de 21 de agosto de 1998. - DECISÃO Nº 5430/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do processo nº 082.002.517/99 (apenso), considerando cumprida a alínea "a" do item II da Decisão nº 10.717/98; II. reiterar à Fundação Educacional do Distrito Federal a determinação contida na alínea "b" do item II da Decisão nº 10.717/98, visto que não foi discriminado o quantitativo por especialidade dos professores contratados temporariamente, concedendo novo prazo de 30 (trinta) dias para o seu cumprimento, e alertando-a para a sanção prevista no § 1º do artigo 57 da Lei Complementar nº 01/94; III. autorizar a devolução do Processo nº 082.002.517/99 à origem.

PROCESSO Nº 4019/98 (apenso o de nº 144.000.084/98) - Tomada de contas anual do agente de material da Região Administrativa XIV - São Sebastião, relativa ao exercício de 1997. - DECISÃO Nº 5431/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4151/98 - Acompanhamento das despesas realizadas pela Secretaria de Obras do Distrito Federal, no exercício de 1998. - DECISÃO Nº 5432/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento dos relatórios emitidos pelo SISCOEX, referentes às despesas da Secretaria de Obras, exercício de 1998; II. autorizar a apensação dos autos àqueles relativos à tomada de contas anual, exercício de 1998, dos ordenadores de despesa da Secretaria de Obras.

PROCESSO Nº 4453/98 (apenso o de nº 000.101.217/98) - Tomada de contas anual dos agentes de material da Câmara Legislativa do Distrito Federal, referente ao exercício de 1997. - DECISÃO Nº 5433/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5050/98 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade. - DECISÃO Nº 5434/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos Ofícios nºs 364/DIREX e 249/PRESI, procedentes da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal; II - alertar a Fundação de que o Processo nº 101.000.873/98 deve permanecer na origem, sem prejuízo do registro das suas informações no demonstrativo a que se refere o artigo 14 da Resolução nº 102, de 15/7/98, com a efetividade e atualidade das medidas adotadas, inclusive a do artigo 15 da norma citada, para anexação à prestação de contas anual da entidade; III - autorizar o arquivamento do processo, na forma proposta, fl. 15.

PROCESSO Nº 5230/98 - Prejuízo causado à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, decorrente do pagamento de multas e juros por atraso de recolhimento de imposto de renda. - DECISÃO Nº 5435/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento da Informação nº 427/98-DA/3ª ICE e documentação anexa, fls. 1/52; II. determinar à *Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP que, na forma da Resolução nº 102, de 15/7/98* (DODF de 20/7/98), instaure tomada de contas especial para a indicação dos responsáveis e quantificação precisa do prejuízo decorrente do recolhimento do imposto de renda, com atraso (processo nº 112.001.766/98 - 98NE06197); III. autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO Nº 2039/99 - Acompanhamento das despesas de pessoal realizadas pela Região Administrativa XII - Samambaia, no período de janeiro a abril de 1999. - DECISÃO Nº 5436/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento dos extratos e do relatório consolidado de notas de lançamento de despesas de pessoal da RA - XII - Samambaia, emitidos pelo SISCOEX - Sistema Informatizado de Controle Externo, e dos demonstrativos extraídos do Sistema de Gestão de Pessoal do DF-SIGRE, referentes aos meses de janeiro a abril de 1999; II - autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para acompanhamento.

PROCESSO Nº 2046/99 - Acompanhamento das despesas de pessoal realizadas pela Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, no período de janeiro a abril de 1999. - DECISÃO Nº 5437/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento dos extratos e do relatório consolidado de notas de lançamento de despesas de pessoal da Secretaria de Agricultura, emitidos pelo SISCOEX - Sistema Informatizado de Controle Externo, e dos demonstrativos extraídos do Sistema de Gestão de Pessoal do DF - SIGRE, referentes aos meses de janeiro a abril de 1999; II - autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para acompanhamento.

PROCESSO Nº 2052/99 - Acompanhamento das despesas de pessoal realizadas pela Secretaria de Obras do Distrito Federal, no período de janeiro a abril de 1999. - DECISÃO Nº 5438/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento dos extratos e do relatório consolidado de notas de lançamento de despesas de pessoal da Secretaria de Obras, emitidos pelo SISCOEX - Sistema Informatizado de Controle Externo, e dos demonstrativos extraídos do Sistema de Gestão de Pessoal do DF-SIGRE, referentes aos meses de janeiro a abril de 1999; II - determinar à jurisdicionada que efetue o estorno dos valores lançados irregularmente na conta 331901105 (Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - Salário Pessoal Regido pela CLT) para a conta 331901167 (Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - Cargo em Comissão Sem Vínculo Efetivo), alertando de que a comprovação do estorno será observada pela Inspetoria, quando da análise do Relatório Consolidado de Notas de Lançamento de Despesas de Pessoal dos meses subsequentes; III - autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para acompanhamento.

PROCESSO Nº 2608/99 - Pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 5439/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 591/99-GAB/SEF, de 14/7/99; II. relevar a intempestividade ocorrida; III. autorizar a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, até 8/9/99, para cumprimento da diligência determinada no Processo nº 893/87, mediante Decisão nº 2400/99, de interesse de Delzira Viana Gregório.

PROCESSO Nº 2633/99 - Pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, para cumprimento da Decisão nº 2044/99. - DECISÃO Nº 5440/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do ofício nº 139/PRESI-FSS/DF, de 15/7/99, procedente da Fundação do Serviço Social; II. conceder, por 60 (sessenta) dias, prorrogação do prazo para cumprimento da diligência determinada pela Decisão nº 2044/99, no Processo nº 0765/92 - TCDF (101.004.037/91-FSS/DF); III. recomendar à Fundação do Serviço Social que envie seus pedidos de prorrogação antes do vencimento dos respectivos prazos para cumprimento das diligências determinadas pelo Tribunal, sob pena de não serem conhecidos (Regimento Interno do TCDF, Resolução nº 38, de 30/10/90, artigo 200, § 1º).

RELATADOS PELA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

PROCESSO Nº 0430/82 - Revisões dos proventos da aposentadoria de MARIA MELO DE ARAUJO LOPES-SEA. - DECISÃO Nº 5441/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, os atos de revisão de proventos de fls. 94 e 160, retificado a fls. 163, envolvendo, respectivamente, as vantagens do artigo 184, item I, da Lei nº 1.711/52 e do artigo 2º, §§ 1º e 3º, da Lei nº 6.732/79; II – orientar a SEA/DF no sentido de que, no caso de revisão de proventos, salvo nos casos previstos em lei, observe o que foi requerido e a data de protocolização do pedido do servidor, a fim de evitar as impropriedades verificadas nos autos; III – devolver os autos em diligência, para que a Secretaria de Administração, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: a) consigne nos documentos de fls. 164 e 188 a contagem em dobro a que se refere a Lei nº 22/89; b) preste esclarecimentos sobre o enquadramento da servidora no cargo de *Especialista de Educação, haja vista divergência nos documentos de fls. 180 e 184, bem* assim sobre o embasamento legal do ato revisório em apreço, devido às informações de fls. 170 e 182/183 e o que dispõem as Leis nºs 26/89 e 66/89; c) retifique o ato revisório de fls. 186/187, considerando seus efeitos a partir da protocolização do pedido da servidora (fl. 166), consoante Decisão nº 1596/97 (Processo nº 1635/81), observando o disposto na alínea precedente; d) retifique o abono provisório de fl. 188, observando o teor da Decisão Normativa TCDF 02/93, a fim de adequá-lo às solicitações anteriores.

PROCESSO Nº 3740/91 - Aposentadoria de MARIA MELO DE ARAÚJO LOPES-FEDF. - DECISÃO Nº 5442/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II – determinar que a FEDF adote as seguintes providências: a) retifique o abono provisório de fl. 19, observando o teor da Decisão Normativa TCDF 02/93, a fim de calcular os proventos na proporcionalidade de 22/30 (vinte e dois, trinta avos), consoante Decisão 7151/96 (fl. 56); b) promova, se for o caso, o ressarcimento ao Erário das quantias pagas indevidamente à servidora, nos termos do artigo 46 da Lei 8112/90 (Lei 197/91), a partir do conhecimento da Decisão 7151/96 (fl. 56), em conseqüência da solicitação precedente; III) autorizar a 4ª ICE incluir os autos em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento do item II, supra.

PROCESSO Nº 2140/92 (apensos os de nºs 1050/91, 7095/91, 072.000.074/92 e 1 volume) - Prestação de contas anual da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1991. - DECISÃO Nº 5443/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu: I) tomar conhecimento do Ofício n.º 343/97 - PRESI/EMATER/DF, para considerar atendida a diligência objeto da Decisão n.º 3766/97; II) manter sobrestado o julgamento das contas em apreço até o deslinde do Processo n.º 2829/97; III) autorizar a devolução dos autos à Inspetoria competente, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 5682/93 (apensos os de nºs 4806/95, 637/97 e 2 volumes) - Representação do Ministério Público junto ao Tribunal sobre a Gestão de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 5347/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) conhecer da inspeção realizada na Câmara Legislativa do DF, bem assim dos documentos de fls. 466/477; II) considerar cumprido o item II.b e, em parte, o item IV da Decisão 5227/98; III) reiterar à CLDF os itens II.a e III da citada Decisão 5227/98, informando que o cargo efetivo de Auxiliar Gráfico é equivalente ao de Encarregado de Programação da Estrutura Provisória, conforme Memo. nº 059/95-SPG; IV) recomendar à jurisdicionada realização de concurso público para o cargo de Advogado, com vista à extinção dos cargos equivalentes da Estrutura Provisória, e ultimação de providências que permitam a extinção dos cargos de Auxiliar de Segurança, criados provisoriamente pela Resolução nº 104/95; V) autorizar a realização de nova inspeção pela 4ª ICE, com vista a verificar o andamento dos trabalhos da Comissão instituída pelo Ato da Mesa nº 29/97, bem assim para colher elementos e manifestar-se quanto à regularidade da ocupação dos cargos criados pela Resolução nº 104/95, em especial sobre a existência de servidores requisitados de corporações militares distritais.

PROCESSO Nº 2537/94 - Aposentadoria de AMÉRICA BRITO LIMA-FHDF. - DECISÃO Nº 5444/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 5312/94 (apenso o de nº 5172/94) - Contrato nº 3115/94 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma Construtora Artec Ltda. - DECISÃO Nº 5445/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu: I) tomar conhecimento: a) dos resultados desta etapa de fiscalização dos Contratos nºs 3115/94 e 3116/94, ambos celebrados entre a CAESB e a Construtora Artec Ltda., conforme autorizado na Decisão n.º 7099/98, de 15.09.98; b) do 2º, 3º e 4º Termos Aditivos ao Contrato n.º 3115/94, relevando, excepcionalmente, a falha apontada na contagem dos prazos do 3º Termo Aditivo; c) dos documentos acostados a fls. 522/566 dos autos e fls. 886/890 do Processo Apenso; II) autorizar a devolução dos *autos à Inspetoria competente para fins de arquivamento*, sem prejuízo do acompanhamento do deslinde dos referidos contratos, bem como da Ação Judicial n.º 1998-01.1.064925-8, da 1ª Vara de Fazenda Pública, movida pela empresa ARTEC contra a CAESB.

PROCESSO Nº 3037/95 (apenso o de nº 061.031.366/94) - Aposentadoria de ALVANIRA SEVERINA LIMA MOURA-FHDF. - DECISÃO Nº 5446/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3054/95 (apenso o de nº 061.027.968/94) - Aposentadoria de MARIA GERALDA RODRIGUES FELICIANO-FHDF. - DECISÃO Nº 5447/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4445/95 (apenso o de nº 061.034.621/92) - Aposentadoria de ELIZALDA SOUZA DE OLIVEIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 5448/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar que a FHDF adote as seguintes providências: a) retifique o abono provisório de fl. 38-apenso, observando o teor da Decisão Normativa TCDF nº 02/93, a fim reduzir o percentual da parcela "triênio" para 7%; b) promova o ressarcimento ao Erário das importâncias pagas indevidamente à servidora, a título de "triênios", nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90 (Lei DF nº 197/91), juntando aos autos comprovante das medidas adotadas neste sentido; III) autorizar a 4ª ICE incluir os autos em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 5382/95 (apenso o de nº 061.023.153/94) - Aposentadoria de CELI NOGUEIRA ALVES-FHDF. - DECISÃO Nº 5449/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4008/96 (apenso o de nº 061.027.960/94) - Aposentadoria de BENEDITA CÂNDIDA DO ESPIRITO SANTO-FHDF. - DECISÃO Nº 5450/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4013/96 (apenso o de nº 061.046.161/95) - Aposentadoria de SEBASTIANA VIEIRA CARNEIRO DE OLIVEIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 5451/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar que a FHDF retifique o ato de fl. 24-apenso, corrigindo o nome da servidora para Sebastiana Vieira Carneiro de Oliveira; III) autorizar a 4ª ICE incluir os autos em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 4522/96 (apenso o de nº 061.031.234/95) - Aposentadoria de EVANIZA DE MELO RESENDE-FHDF. - DECISÃO Nº 5452/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar que a FHDF adote as seguintes providências: a) retifique a transferência financeira e o abono provisório (fls. 16 e 17-apenso), observando o teor da Decisão Normativa. TCDF nº 02/93, a fim reduzir o percentual da parcela "triênio" para 4%; b) promova o ressarcimento ao Erário das importâncias pagas indevidamente à servidora, a título de "triênios", nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90 (Lei DF nº 197/91), juntando aos autos comprovante das medidas adotadas neste sentido; III) autorizar a 4ª ICE incluir os autos em roteiro de auditoria na jurisdicionada, com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 5053/96 (apenso o de nº 061.036.395/95) - Aposentadoria de MARIA AUREA DE OLIVEIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 5453/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2275/97 (apenso o de nº 061.004.888/96) - Aposentadoria de CÂNDIDA ARAÚJO COSTA.-FHDF. - DECISÃO Nº 5454/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2387/97 (apenso o de nº 061.044.006/97) - Aposentadoria de MARIA ABADIA DE OLIVEIRA ALMEIDA-FHDF. - DECISÃO Nº 5455/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 5016/97 - Inspeção realizada no Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, em cumprimento ao item IV da Decisão nº 7243/97 (Sessão de 16.10.97 - fls. 03/04), objetivando verificar a realocação de servidores efetivos daquela Autarquia para exercerem atividades de vigilância não-armada. - DECISÃO Nº 5456/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) tomar conhecimento do documento de fls. 217/218, relevando sua intempestividade; II) determinar ao SLU/DF que: a) observe os prazos fixados pelo Tribunal, sob pena de aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 01/94; b) regularize, no prazo de 90 (noventa) dias, a situação funcional dos servidores readaptados para a especialidade de Agente de Portaria, do cargo de Auxiliar de Administração Pública, com emissão de laudo médico comprobatório da limitação da capacidade física ou mental que tenham sofrido, publicação dos atos no DODF e respectiva anotação nas pastas funcionais; III) autorizar a realização de nova inspeção pela 4ª ICE, posteriormente à expiração do prazo concedido no item precedente.

PROCESSO Nº 4496/98 (apenso o de nº 061.022.051/98) - Aposentadoria de MARIA INÊS MORAES DE SOUZA-FHDF. - DECISÃO Nº 5457/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4714/98 (apenso o de nº 094.001.100/98) - Aposentadoria de ANTONIO MARQUES TRISTÃO-SLU. - DECISÃO Nº 5458/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4715/98 (apenso o de nº 094.001.117/98) - Aposentadoria de MANOEL FIRMINO BARBOSA-SLU. - DECISÃO Nº 5459/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 5065/98 (apenso o de nº 061.030.620/98) - Aposentadoria de NAIR DE PAULA BRITO.-FHDF. - DECISÃO Nº 5460/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 5161/98 (apenso o de nº 073.001.649/98) - Aposentadoria de MILTON PERSEGUIN-FZDF. - DECISÃO Nº 5461/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0390/99 (apenso o de nº 073.001.969/98) - Aposentadoria de JOSÉ BESERRA FILHO-FZDF. - DECISÃO Nº 5462/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0603/99 (apenso o de nº 082.009.140/98) - Aposentadoria de ELZA BRAGA CANÊDO-FEDF. - DECISÃO Nº 5463/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0607/99 (apenso o de nº 082.007.375/98) - Aposentadoria de NADI FELISBERTO DA SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 5464/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0653/99 (apenso o de nº 082.013.055/98) - Aposentadoria de ANA ALVES RODRIGUES-FEDF. - DECISÃO Nº 5465/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0761/99 (apenso o de nº 061.011.911/98) - Aposentadoria de RAIMUNDO TOMAZ DE OLIVEIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 5466/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0806/99 (apenso o de nº 082.016.431/98) - Aposentadoria de CLEONICE MEDEIROS DA SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 5467/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1481/99 - Representação Conjunta n.º 02/99, dos Procuradores do Ministério Público junto à Corte, JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES e CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, argüindo a constitucionalidade da Lei n.º 1.940, de 05.05.98. - DECISÃO Nº 5468/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) de conformidade com o contido nas Decisões nos 7.545/98 e 519/99 (Processo n.º 2.670/98), autorizar o sobrestamento da apreciação da constitucionalidade, em tese, da norma questionada pelo Ministério Público; II) sem prejuízo do item anterior e tendo em conta os precedentes estabelecidos nos Processos nºs 3.652/98, 1512/99 e 1673/99, autorizar a inclusão dos autos em roteiro de inspeção, para os fins colimados no referido voto.

PROCESSO Nº 1483/99 - Representação Conjunta n.º 04/99, dos Procuradores do Ministério Público junto à Corte, JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES e CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, argüindo a constitucionalidade da Lei n.º 2.052, de 25.08.98. - DECISÃO Nº 5469/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) de conformidade com o contido nas Decisões nos 7.545/98 e 519/99 (Processo n.º 2.670/98), autorizar o sobrestamento da apreciação da constitucionalidade, em tese, da norma questionada pelo Ministério Público; II) sem prejuízo do item anterior e tendo em conta os precedentes estabelecidos nos Processos nºs 3.652/98, 1512/99 e 1673/99, autorizar a inclusão dos autos em roteiro de inspeção, para os fins colimados no referido voto.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO Nº 2251/86 (apensos os de nºs 2291/88 e 2536/90 e anexo o de nº 2277/87) - Prestação de contas anual da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, referente ao exercício de 1985. - DECISÃO Nº 5470/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tornar sem efeito o item III da Decisão nº 2757/98, fl. 233, ratificando seus demais itens; II - rever o item I da Decisão nº 4473/97, fl. 192, no sentido de julgar, excepcionalmente, regulares, com ressalvas, as contas dos Senhores Haroldo de Castro Oliveira e Solange da Rosa Schmidt, relativas ao exercício de 1985, em face do contido no Processo nº 2291/88; III - autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 1922/91 - Aposentadoria de GESILDA ITABAIANA DA VEIGA RODRIGUES-FEDF. - DECISÃO Nº 5471/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 15163/95; II - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de GESILDA ITABAIANA DA VEIGA RODRIGUES, visto à fl. 12 e retificado à fl. 46 dos autos.

PROCESSO Nº 1926/92 - Aposentadoria de JOARINA RAMALHO BEZERRA-FHDF. - DECISÃO Nº 5472/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a diligência ordenada pela Decisão nº 8608/95; II - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de JOARINA RAMALHO BEZERRA, visto à fl. 18 e retificado à fl. 45 dos autos.

PROCESSO Nº 2409/92 - Aposentadoria de MARLY PEIXOTO PIRES-FHDF. - DECISÃO Nº 5473/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 8180/95; II - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MARLY PEIXOTO PIRES, visto à fl. 08-verso dos autos; III - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a juntada aos autos da Certidão de Tempo de Serviço prestado ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público do Estado de São Paulo, ou, uma vez não atendida tal exigência, exclua o período correspondente do cômputo para Adicional por Tempo de Serviço, atentando para os possíveis reflexos no Abono Provisório, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 3393/92 - Aposentadoria de JUCILEIDE FONSECA DOS SANTOS-FHDF. - DECISÃO Nº 5474/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 8612/95; II - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de JUCILEIDE FONSECA DOS SANTOS, visto à fl. 05-verso dos autos.

PROCESSO Nº 5937/92 - Aposentadoria de IRENE CORREIA DA SILVA-FHDF. - DECISÃO Nº 5475/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 8190/95; II - julgar legal, para fins de registro, o ato concessório visto à fl. 10 dos autos; III - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) confeccionar novo ato concessório, em substituição à Instrução de fs. 10, a fim retificar o nome da interessada, grafado incorretamente como Irene Correa da Silva; b) elaborar novo Abono Provisório, observando a Decisão Normativa nº 002/93-TCDF, em substituição ao de fl. 34, a fim de consignar o percentual de 1% na Vantagem Pessoal - Triênio; c) apurar a importância recebida indevidamente pela servidora, para fins de ressarcimento ao erário, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; d) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 1840/93 - Aposentadoria de JOSÉ CARLOS TEIXEIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 5476/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a diligência ordenada pela Decisão nº 7535/95; II - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de JOSÉ CARLOS TEIXEIRA, visto à fl. 13 e retificado às fls. 41/44 dos autos.

PROCESSO Nº 1856/93 - Aposentadoria de MARIA JOSÉ DE RESENDE COELHO-FEDF. - DECISÃO Nº 5477/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a Decisão nº 7538/95; II - julgar legal para fins de registro, o ato de aposentadoria de MARIA JOSÉ DE RESENDE COELHO, visto à fl. 10; III - determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as providências a seguir indicadas, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 33, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, tornando sem efeito o documento substituído, a fim de: a1) corrigir a proporcionalidade do provento básico para 8/30, conforme documento de fl. 32; a2) adequar a complementação salarial ao estipulado no artigo 191 da Lei nº 8.112/90, referente à diferença entre os proventos da aposentadoria e 1/3 da remuneração percebida na atividade, alterando, por conseqüente, os valores das parcelas que demandem ajustes; b) providenciar o ressarcimento das importâncias indevidamente percebidas pela inativa, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; c) autenticar os documentos de fls. 24/25.

PROCESSO Nº 3098/93 - Aposentadoria de FATIMA GOMES DO CARMO-FHDF. - DECISÃO Nº 5478/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 8194/95; II - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de FATIMA GOMES DO CARMO, visto à fl. 13-verso dos autos.

PROCESSO Nº 0316/95 (apenso o de nº 050.001.921/94) - Aposentadoria de ANTONIO ALVES ALBUQUERQUE-SFDF. - DECISÃO Nº 5479/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de ANTONIO ALVES ALBUQUERQUE, visto às fls. 16/17 do processo apenso; II - determinar à Secretaria de Fazenda que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 20, a fim de adequar as parcelas de "Adicional por Tempo de Serviço" e "Gratificação de Orçamento, Finanças e Controle Interno" à tabela salarial vigente em novembro de 1994, tornando sem efeito o documento substituído; b) apurar as quantias porventura pagas indevidamente ao interessado, para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; III - alertar a Secretaria de Fazenda sobre a possibilidade de aplicação, ao presente caso, do art. 102, inciso VIII, alínea "b", da Lei nº 8.112/90, no que diz respeito ao tempo de serviço averbado junto à Polícia Militar do Distrito Federal.

PROCESSO Nº 1043/95 - Aposentadoria de ITO DE SÁ-FHDF. - DECISÃO Nº 5480/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3503/95 (apenso o de nº 061.033.181/95) - Aposentadoria de MARIA BARROZO CAVALCANTE-FHDF. - DECISÃO Nº 5481/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0091/96 (apenso o de nº 082.004.113/95) - Aposentadoria de MARIA APARECIDA CAMARANO MARTINS-FEDF. - DECISÃO Nº 5482/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MARIA APARECIDA CAMARANO MARTINS, visto à fl. 14 do processo apenso; II - determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, junte aos autos apensos documento comprobatório do direto à percepção, pela inativa, da Gratificação de Titulação, o que será verificado em futura auditoria.

PROCESSO Nº 1732/96 (apenso o de nº 082.028.461/94) - Aposentadoria de MARIA VENERANDA COSTA AIRES-FEDF. - DECISÃO Nº 5483/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MARIA VENERANDA COSTA AIRES, visto à fl. 22 dos autos apensos; II - determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, promova a regularização dos autos apensos na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) anexar aos autos Certidão de Tempo de Serviço pertinente ao tempo prestado à Fundação MOBRAL - MEC, de modo a respaldar o tempo de serviço averbado para Adicional por Tempo de Serviço; b) elaborar novo Demonstrativo de Tempo de Serviço, em substituição ao de fl. 26, levando em conta que uma vez atendida a determinação contida na alínea "a", o Adicional por Tempo de Serviço deve ser alterado para 22%, e, caso contrário, para 17%, visto que deve ser excluído, do cômputo do mesmo, todo o período averbado; c) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 27, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de discriminar a parcela Gratificação de Titularidade, atentando para o fato de que a TIDEM deve ser calculada integralmente, conforme entendimento firmado no Processo nº 865/97, bem como para o contido na alínea "b"; d) tornar sem efeito os documentos substituídos; III - alertar a mesma Entidade sobre a possibilidade da interessada exercitar o direito de pleitear a averbação do período de 23/05/68 a 27/03/69 (função FC-10 exercida na SEC/DF), totalizando 309 dias, os quais são computáveis para Adicional por Tempo de Serviço, desde que anexada aos autos a pertinente certidão de tempo de serviço emitida pelo órgão para o qual foi prestado o serviço.

PROCESSO Nº 2416/97 (apenso o de nº 061.042.752/96) - Aposentadoria de FRANCISCA APARECIDA BRAZ DE SOUZA-FHDF. - DECISÃO Nº 5484/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2992/97 (apenso o de nº 061.030.220/97) - Aposentadoria de MARIA DA CONCEIÇÃO MASCARENHAS BARROS REZENDE-FHDF. - DECISÃO Nº 5485/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3957/97 (apenso o de nº 061.030.479/97) - Aposentadoria de TERESINHA ALVES COÊLHO MELO-FHDF. - DECISÃO Nº 5486/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4034/97 - Inspeção realizada na Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central para apurar o pagamento de jetons. - DECISÃO Nº 5487/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos resultados da inspeção levada a efeito na CODEPLAN, bem como dos documentos acostados às fls. 14 a 61; II - considerar regulares, à vista dos dados constantes dos autos e do amparo da Lei Federal nº 6.404/76, os pagamentos da remuneração de que trata o art. 365 e parágrafo único da Lei Orgânica do Distrito Federal, feitos pela CODEPLAN aos membros de seus Conselhos de Administração e Fiscal no período de 05/05/97 a outubro de 1998, à exceção dos efetuados aos servidores públicos da União nominados no parágrafo 34 do relatório de inspeção; III - determinar à CODEPLAN que: a) não mais efetue pagamento de jeton a membro dos Conselhos Fiscal e de Administração, que sejam servidores públicos de qualquer esfera (Distrital, Federal, Estadual e Municipal), esclarecendo que são considerados servidores públicos, também, os ocupantes de cargo em comissão na Administração Pública; b) no prazo de 30 dias: b1) providencie junto aos Conselheiros citados no item II o ressarcimento dos valores por eles indevidamente recebidos à título de jeton, eqüivalentes a 3.745,7080 e 8.219,1313 UFIR, respectivamente, dando conhecimento do ocorrido a esta Corte; b2) levante os demais pagamentos feitos, até a presente data, em desacordo com a orientação ora fixada, providenciando o seu devido ressarcimento e informando a esta Corte dos procedimentos adotados; IV - autorizar o retorno do processo à inspetoria própria para as providências sugeridas, determinando, em especial, que proceda, mediante inspeção, no prazo de 30 (trinta) dias, ao levantamento de situações equivalentes à examinada nos autos, que porventura estejam ocorrendo nos demais Conselhos integrantes do Complexo Administrativo do Governo do Distrito Federal.

PROCESSO Nº 1499/98 (apenso o de nº 061.027.429/97) - Aposentadoria de DEJANIRA DO NASCIMENTO CAMELLO-FHDF. - DECISÃO Nº 5488/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de DEJANIRA DO NASCIMENTO CAMELLO, visto às fls. 22/23 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a correção da data de vigência da aposentadoria constante do Abono Provisório para 1º/10/97 e enumere sua folha.

PROCESSO Nº 2820/98 (apenso o de nº 082.018.432/97) - Aposentadoria de ABELARDO CABRAL SANTOS-FEDF. - DECISÃO Nº 5489/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de ABELARDO CABRAL SANTOS, visto às fls. 21/22 do processo apenso; II - determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal, que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização dos autos apensos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar Abono Provisório, observando a Decisão Normativa nº 002/93-TCDF, em substituição ao de fl. 25 do processo apenso, a fim de calcular a parcela "Gratificação por Exercício em Escola Rural - Lei nº 299/92" sobre o provento proporcional, tornando sem efeito o documento substituído; b) apurar a importância recebida indevidamente pela servidora, para fins de ressarcimento ao erário, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 0695/99 (apenso o de nº 082.009.083/98) - Aposentadoria de GERARDA MENDES CAVALCANTE-FEDF. - DECISÃO Nº 5490/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0738/99 (apenso o de nº 082.017.479/98) - Aposentadoria de LEONICE DA SILVA PEREIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 5491/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0763/99 (apenso o de nº 061.027.424/98) - Aposentadoria de MARIA ZENAIDE VIEIRA DE ASSUNÇÃO-FEDF. - DECISÃO Nº 5492/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1003/99 (apenso o de nº 082.016.577/98) - Aposentadoria de AMÉLIA GONÇALVES DA SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 5493/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1014/99 (apenso o de nº 082.015.783/98) - Aposentadoria de AGENOR NOGUEIRA DE SOUZA-FEDF. - DECISÃO Nº 5494/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1074/99 (apenso o de nº 082.012.074/98) - Aposentadoria de JOSÉ CARDOSO DE CAMPOS-FEDF. - DECISÃO Nº 5495/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

Nada mais havendo a tratar, às 11h13, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ROBERTO PARENTONI MARTINS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata -contendo 149 processos- que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e representante do Ministério Público junto à Corte.

JOSÉ EDUARDO BARBOSA, JORGE CAETANO, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA.

RETIFICAÇÃO

Na ata da Sessão Ordinária nº 3438, de 3.8.99, na parte relatada pelo Conselheiro JORGE CAETANO, a decisão correta adotada no Processo nº 1290/97 é a seguinte:

PROCESSO Nº 1290/87 (apenso o de nº 2350/92 e 5 volumes) - Resultado de auditoria programada levada a efeito na Fundação Zoobotânica do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 5285/99 .- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento das defesas apresentadas pelos Senhores Nuri Andraus Gassani, Francisco Monteiro Guimarães, Valter Felipe Reis e José Luiz de Amorim Carrão, vistas às fls. 609/778 dos autos, para, no mérito, considerá-las insubsistentes; II - considerando a perda do caráter pedagógico, em face do tempo decorrido, e a não-imputação de débito no presente caso deixar, em caráter excepcional, de aplicar a multa sugerida; III - autorizar a apensação dos autos ao de nº 3597/94, que trata da Prestação de Contas da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1993; IV - autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para as providências complementares a esta decisão.

Na ata da Sessão Ordinária nº 3405, de 6.4.99, na parte relatada pelo Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, a decisão correta adotada no Processo nº 3002/93 é a seguinte:

PROCESSO Nº 3002/93 (apensos os de nºs 7088/94, 081.002.666/93, 081.002.678/93, 081.000.712/94, 081.000.715/94 e 081.000.716/94) - Prestação de contas da Fundação Cultural do Distrito Federal, referente ao exercício de 1993. - DECISÃO Nº 1716/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou à FCDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta Decisão, cumpra a diligência de que trata a Decisão n.º 7047/97, reiterada pela de nº6609/98.



SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO DE 26 DE JULHO DE 1999(*)

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar ANDRÉIA CARDOSO MELO, do Cargo em Comissão de Encarregado, Símbolo DFG-02, do Serviço de Pessoal da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Administração do Distrito Federal, a contar do dia 20 de maio de 1999.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF-Seção II, nº 143, de 27-7-99, pág. 8.

DECRETOS DE 12 DE AGOSTO DE 1999

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII, XVIII e XXVI da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a NEUZA VILELA EIRAS RODRIGUES, viúva do ex-servidor ADAIR RODRIGUES DA SILVA, matrícula nº 28.067-4, Delegado de Polícia, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 26 de junho de 1999. Processo nº 052.001.099/99.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "c", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a MARIA DAS DORES FERREIRA DOS SANTOS, companheira do ex-servidor RAIMUNDO PEREIRA DE BRITO, matrícula nº 20.852-3, Agente de Polícia, 1ª Classe, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 12 de fevereiro de 1999. Processo nº 052.001.084/99.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "d", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a ELZITA MOREIRA DA CUNHA, mãe do ex-servidor ALBERTO OLIVEIRA DA SILVA, matrícula nº 10.797-2, Auxiliar de Administração Pública, Classe Especial, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 14 de dezembro de 1998. Processo nº 030.000.693/99.

RETIFICAR a Portaria de 15 de outubro de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 211, de 16 de outubro de 1992, que concedeu pensão vitalícia a CHRISTIANE SAUTIER ALSTEEN, viúva do ex-servidor SAUTIER ROGER, matrícula nº 14.685-4, Fiscal de Obras, 1ª Classe, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir de sua fundamentação legal os artigos 217, item I, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e incluir o artigo 248 do mesmo dispositivo legal e o § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 030.012.062/92.

RETIFICAR a Portaria de 28 de agosto de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 177, de 31 de agosto de 1992, que concedeu pensão vitalícia a MARIA LOPES RODRIGUES, viúva do ex-servidor OTAVIANO RODRIGUES DA SILVA, matrícula nº 11.707-2, Fiscal de Obras, Classe Especial, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir de sua fundamentação legal os artigos 217, item I, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e incluir o artigo 248 do mesmo dispositivo legal e o § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 030.005.411/92.

RETIFICAR na Portaria Coletiva de 16 de agosto de 1995, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 159, de 17 de agosto de 1995, o ato que concedeu pensão vitalícia a LUZIA CALIMÉRIA DA SILVA, viúva do ex-servidor BENEDITO TELIS DA SILVA, matrícula nº 11.330-1, Auxiliar de Administração Pública, Classe Especial, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerar o ex-servidor na Classe Especial, Padrão I, e incluir a filha KÉDNA BETHÂNIA VIEIRA TAVARES DA SILVA, como beneficiária de pensão temporária, nos termos do artigo 217, item I, alínea "a", da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.
2-TORNAR SEM EFEITO na Portaria Coletiva de 13 de setembro de 1995, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 179, de 15 de setembro de 1995, o ato que retificou a pensão vitalícia de LUZIA CALIMÉRIA DA SILVA, viúva do ex-servidor BENEDITO TELIS DA SILVA, matrícula nº 11.330-1, Auxiliar de Administração Pública, Classe Especial, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal. Processo nº 030.006.205/95.

RETIFICAR a Ordem de Serviço de 04 de dezembro de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 247(Suplemento), de 22 de dezembro de 1992, que concedeu pensão vitalícia a LUZIA FREIRE DA FONSECA, companheira do ex-servidor JORNANDES JOSÉ DE FIGUEIREDO, matrícula nº 01.118-5, Guarda de Vigilância, Nível 08, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir de sua fundamentação legal os artigos 217, item I, alínea "c", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e incluir o artigo 248 do mesmo dispositivo legal e o § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil e, ONDE SE LÊ: "Guarda de Vigilância, Nível 08", LEIA-SE: Agente de Polícia, 2ª Classe, Padrão I, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 050.001.991/92.

RETIFICAR a Ordem de Serviço de 02 de junho de 1986, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 109, de 12 de junho de 1986, que concedeu pensão especial vitalícia a LUCIA MARIA ALVES BOMFIM, viúva, e temporária aos demais dependentes do ex-servidor LUIZ ALVES BOMFIM, matrícula nº 17.414-9, Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, Código NM-806.A, Referência NM-01, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir de sua fundamentação legal a expressão "em consonância com o artigo 1º da Lei n.º 1.050, de 03 de janeiro de 1950, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 030.005.808/86.

REVER a pensão especial vitalícia concedida a MARIA NAZARETHI DIAS DUTRA, viúva, e temporária a CELIO RODRIGUES DIAS DUTRA, filho do ex-servidor ODILON RODRIGUES DUTRA, matrícula nº 11.768-4, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 21 de setembro de 1989, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 182, de 22 de setembro de 1989, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo nº 030.010.146/87.

1-RETIFICAR a Portaria de 26 de março de 1993, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 66, de 31 de março de 1993, que concedeu pensão vitalícia a JACI MARIA DE PAULA, viúva do ex-servidor GUILHERMINO GOMES DE PAULA, matrícula nº 03.956-X, Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerar o ex-servidor no cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, e ainda, excluir de sua fundamentação legal os artigos 217, item I, alínea "a" e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e incluir o artigo 248 do mesmo dispositivo legal e o § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.
2-TORNAR SEM EFEITO no Decreto Coletivo de 15 de janeiro de 1998, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 11, de 16 de janeiro de 1998, o ato que retificou a pensão vitalícia de JACI MARIA DE PAULA, viúva do ex-servidor GUILHERMINO GOMES DE PAULA, matrícula nº 03.956-X, Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal. Processo nº 030.001.081/93.

RETIFICAR no Decreto Coletivo de 16 de maio de 1997, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 93, de 19 de maio de 1997, o ato que concedeu pensão vitalícia a JUDITE MOREIRA LOPES DE ASSIS, viúva, e temporária aos demais dependentes do ex-servidor PEDRO CARLOS CORREIA DE ASSIS, matrícula nº 64.280-0, Técnico de Atividades Rodoviárias, 2ª Classe, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para considerar o ex-servidor na 2ª Classe, Padrão IV, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 113.000.281/97.

1-RETIFICAR a Portaria de 17 de agosto de 1993, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 167, de 18 de agosto de 1993, que concedeu pensão vitalícia a ADALGIZA PIRES DE HOLANDA, viúva, e temporária a GIZE DE HOLANDA CAVALCANTI e EMILIANO DE HOLANDA CAVALCANTI, filhos do ex-servidor CARLOS HOLANDA CAVALCANTI, matrícula nº 15.426-1, Agente de Telecomunicações e Eletricidade, Código 812-7, referência 35, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerar o ex-servidor com o nome de CARLOS DE HOLANDA CAVALCANTI, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.
2- REVER a pensão temporária concedida a GIZE DE HOLANDA CAVALCANTI, filha do ex-servidor CARLOS DE HOLANDA CAVALCANTI matrícula nº 15.426-1, Técnico de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 17 de agosto de 1993, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 167, de 18 de agosto de 1993, para considerar a sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992.
3- RETIFICAR no Decreto Coletivo de 06 de julho de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 129, de 07 de julho de 1999, o ato que reviu a pensão temporária concedida a GIZE DE HOLANDA CAVALCANTI, filha do ex-servidor CARLOS HOLANDA CAVALCANTI, matrícula nº 15.426-1, Técnico de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerar o ex-servidor com o nome de CARLOS DE HOLANDA CAVALCANTI, ficando ratificados os demais termos da revisão. Processo nº 030.006.586/93.

RETIFICAR a Portaria de 04 de agosto de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 158, de 05 de agosto de 1992, que concedeu pensão vitalícia a ERNESTINA PEREIRA DA SILVA, viúva, e temporária a BENÍCIO FRANCISCO DA SILVA, filho do ex-servidor MATIAS FRANCISCO DA SILVA, matrícula nº 11.635-1, Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para incluir MARILENE FRANCISCA DA SILVA, filha do ex-servidor como beneficiária da pensão temporária, e ainda, excluir o filho BENÍCIO FRANCISCO DA SILVA e de sua fundamentação legal os artigos 217, item I, alínea "a", e item II, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e incluir o artigo 248 do mesmo dispositivo legal e o § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.
2-TORNAR SEM EFEITO no Decreto Coletivo de 14 de julho de 1997, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 133, de 15 de julho de 1997, o ato que retificou a pensão vitalícia de ERNESTINA PEREIRA DA SILVA, viúva, e temporária a BENÍCIO FRANCISCO DA SILVA, filho do ex-servidor MATIAS FRANCISCO DA SILVA, matrícula nº 11.635-1, Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal. Processo nº 030.003.581/87.

1-TORNAR SEM EFEITO a Ordem de Serviço de 04 de novembro de 1993, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 230, de 16 de novembro de 1993, que trata da inclusão da pensão vitalícia de NEIDE MARIA DIVINA DE OLIVEIRA, viúva do ex-servidor WELLINGTON DE OLIVEIRA BATISTA GUEDES, matrícula n.º 24.056-7, Agente de Polícia, Classe "B", Referência NM-25, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.
2- RETIFICAR a Ordem de Serviço de 04 de setembro de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 186(Suplemento), de 11 de setembro de 1992, que concedeu pensão temporária a LEANDRO DE OLIVEIRA GUEDES e RENATA DA SILVA GUEDES, filhos do ex-servidor WELLINGTON DE OLIVEIRA BATISTA GUEDES, matrícula n.º 24.056-7, Agente de Polícia, Classe "B", Referência NM-25, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir de sua fundamentação legal os artigos 217, item II, alínea "a" e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e incluir o artigo 248 do mesmo dispositivo legal e o § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, e ainda incluir como beneficiária de pensão vitalícia NEIDE MARIA DIVINA DE OLIVEIRA, viúva do ex-servidor e, ONDE SE LÊ: "Classe "B", Referência NM-25", LEIA-SE: "1ª Classe, Padrão I", ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo 050.001.569/92.

1-RETIFICAR a Ordem de Serviço de 19 de outubro de 1993, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 217, de 27 de outubro de 1993, que concedeu pensão especial vitalícia a ANA LÚCIA CARVALHO DE SILVA, companheira, e temporária a RAIMUNDO CARVALHO CORREIA, MARIA DANNIELLE CARVALHO CORREIA, MICHELLE CRISTINA CARVALHO CORREIA, GILBERTO QUIRINO RODRIGUES CORREIA, GILDA QUIRINO RODRIGUES CORREIA e GILZANE QUIRINO RODRIGUES CORREIA, filhos do ex-servidor RAIMUNDO QUIRINO CORREIA, matrícula n.º 18.938-3, Motorista Policial, Classe "B", do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir de sua fundamentação legal os artigos 217, item I, alínea "c", e item II, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e incluir o artigo 248 do mesmo dispositivo legal e o § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil e, ONDE SE LÊ: Motorista Oficial, Classe "B", LEIA-SE: Agente de Polícia, Classe Especial, Padrão III, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.
2- TORNAR SEM EFEITO no Decreto Coletivo de 06 de julho de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 129, de 07 de julho de 1999, o ato que retificou a pensão especial vitalícia concedida a ANA LÚCIA CARVALHO DE SILVA, companheira, e temporária aos demais dependentes do ex-servidor RAIMUNDO QUIRINO CORREIA, matrícula n.º 18.938-3, Agente de Polícia, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal. Processo n.º 050.000.904/92.

REVER a pensão especial vitalícia concedida a ANTONIA FLAUZINA DA SILVA, viúva, e temporária a MARLUCE MIGUEL DA SILVA, ANA PAULA MIGUEL DA SILVA, CARLOS ALBERTO MIGUEL DA SILVA e LUCIANO MIGUEL DA SILVA, filhos do ex-servidor JOÃO MIGUEL DA SILVA, matrícula n.º 16.742-8, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 13 de novembro de 1990, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 221, de 16 de novembro de 1990, para considerar sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo n.º 030.017.553/90.

1-TORNAR SEM EFEITO o apostilamento de 15 de maio de 1992, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 101, de 22 de maio de 1992, que trata da pensão vitalícia concedida a NEUSA MARIA PORTILHO GALDINO, viúva, e temporária a ALEXANDRE GALDINO e AURELIO GALDINO, filhos do ex-servidor JOSÉ GALDINO FILHO, matrícula n.º 19.170, Agente de Polícia, Código PC-250.1, Classe "A", do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.
2-REVER a pensão especial vitalícia concedida a NEUSA MARIA PORTILHO GALDINO, viúva, e temporária a ALEXANDRE GALDINO e AURELIO GALDINO, filhos do ex-servidor JOSÉ GALDINO FILHO, matrícula n.º 19.170, Agente de Polícia, Código PC-250.1, Classe "A", do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através do Decreto de 04 de setembro de 1979, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 172, de 10 de setembro de 1979, para considerar sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1991.
3- TORNAR SEM EFEITO no Decreto Coletivo de 06 de julho de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 129, de 07 de julho de 1999, os atos referentes a pensão de NEUSA MARIA PORTILHO GALDINO, viúva, e temporária a ALEXANDRE GALDINO e AURELIO GALDINO, filhos do ex-servidor JOSÉ GALDINO FILHO, matrícula n.º 19.170, Agente de Polícia, Código PC-250.1, Classe "A", do Quadro de Pessoal do Distrito Federal. Processo n.º 030.005.882/84.

1-TORNAR SEM EFEITO os apostilamentos de 21 de julho de 1992, e 22 de outubro de 1993, publicados no suplemento II, do Diário Oficial do Distrito Federal nº 144, de 24 de julho de 1992, e no Diário Oficial do Distrito Federal nº 227, de 10 de novembro de 1993, respectivamente, que tratam da pensão vitalícia concedida a MANOELINA MARIA DE JESUS, viúva, e temporária a SÔNIA MARIA DE JESUS LOUREDO DE OLIVEIRA, filha do ex-servidor JOAQUIM FELIPE DE LOUREDO, matrícula n.º 28.391-6, Agente de Polícia, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.
2-RETIFICAR a Ordem de Serviço de 01 de fevereiro de 1990, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 31, de 14 de fevereiro de 1990, que incluiu como beneficiária de pensão temporária LAURA MARIA DE LOUREDO, filha do ex-servidor JOAQUIM FELIPE DE LOUREDO, Agente Auxiliar de Polícia, Nível 15-B, do Quadro de Pessoal Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, para incluir em sua fundamentação legal o artigo 5º inciso II, alínea "a", e parágrafo único da Lei n.º 3.373/58, bem como incluir a expressão: "com efeitos financeiros a partir de 16 de janeiro de 1990" e, ONDE SE LÊ: Agente Auxiliar de Polícia, Nível 15-B, do Quadro de Pessoal Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, LEIA-SE: "matrícula n.º 28.391-6, Agente de Polícia, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal", ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.
3-REVER a pensão especial vitalícia concedida a MANOELINA MARIA DE JESUS, viúva, e temporária a LAURA MARIA DE LOUREDO, filha do ex-servidor JOAQUIM FELIPE LOUREDO, matrícula n.º 28.391-6, Agente de Polícia, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através do Decreto de 24 de abril de 1981, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 80, de 30 de abril de 1981, retificada pelo Decreto de 31 de agosto de 1983, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 170, de 05 de setembro de 1983, para considerar sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1991.
4-TORNAR SEM EFEITO no Decreto Coletivo de 06 de julho de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 129, de 07 de julho de 1999, os atos referentes a pensão de MANOELINA MARIA DE JESUS, viúva, e temporária aos demais

dependentes do ex-servidor JOAQUIM FELIPE DE LOUREDO, matrícula n.º 28.391-6, Agente de Polícia, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal. Processo n.º 004.295/81.

REVER a pensão especial temporária concedida a ESTELAMAR DE ARAÚJO PIRES e NEVILEUDE MARIZA ARAÚJO PIRES filhas do ex-servidor MANOEL PIRES DE ARAÚJO, matrícula n.º 13.144-X, Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 12 de abril de 1984, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 78, de 24 de abril de 1984, para considerar sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo n.º 019.398/82.

01-RETIFICAR a Portaria de 16 de outubro de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 213, de 20 de outubro de 1992, que concedeu pensão vitalícia a MARIA LUZIA DA SILVA, companheira do ex-servidor WILFREDO DE MACEDO OLIVEIRA, matrícula nº 00.632-7, Artífice de Obras Civis, Código ART-504, Referência NM-16, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerar seus efeitos financeiros a contar de 05 de junho de 1989, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.
2- REVER a pensão especial vitalícia concedida a MARIA LUZIA DA SILVA, companheira do ex-servidor WILFREDO DE MACEDO OLIVEIRA, matrícula nº 00.632-7, Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 16 de outubro de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 213, de 20 de outubro de 1992, para considerar sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo n.º 030.001.400/92.

REVER a pensão especial vitalícia concedida a CARMELITA GOIS DE QUEIROZ, viúva do ex-servidor MANOEL RODRIGUES DE QUEIROZ, matrícula n.º 06.510-2, Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 07 de novembro de 1985, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 216, de 12 de novembro de 1985, para considerar sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo n.º 030.008.178/85.

01-RETIFICAR a Portaria de 14 de janeiro de 1986, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 11, de 16 de janeiro de 1986, que concedeu pensão vitalícia a MARIA DO CÉO GONDIM DE FREITAS, viúva, e temporária a ADAMIR GONDIM DE FREITAS, filha do ex-servidor GERMANO DE FREITAS, matrícula nº 16.596-4, Químico, Código NS-713.B, referência NS-16, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir de sua fundamentação legal a expressão "em consonância com o artigo l.º da Lei n.º 1.050, de 03 de janeiro de 1950", e a filha ADAMIR GONDIM DE FREITAS, da qualidade de beneficiária da pensão temporária, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.
2- REVER a pensão especial vitalícia concedida a MARIA DO CÉO GONDIM DE FREITAS, viúva do ex-servidor GERMANO DE FREITAS, matrícula nº 16.596-4, Analista de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão V, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 14 de janeiro de 1986, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 11, de 16 de janeiro de 1986, para considerar sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo n.º 030.000.375/86.

01-RETIFICAR a Portaria de 26 de abril de 1990, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 80, de 27 de abril de 1990, que concedeu pensão vitalícia a SEVERINA DE ARAÚJO GALVÃO, viúva do ex-servidor EVARISTO MARQUES SOARES GALVÃO, matrícula nº 16.609-X, Artífice de Obras Civis, Código ART-504.B, Referência NM-17, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerar seus efeitos financeiros a contar de 15 de dezembro de 1989, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.
2- REVER a pensão especial vitalícia concedida a SEVERINA DE ARAÚJO GALVÃO, viúva do ex-servidor EVARISTO MARQUES SOARES GALVÃO, matrícula nº 16.609-X, Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 26 de abril de 1990, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 80, de 27 de abril de 1990, para considerar sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo n.º 030.004.613/90.

RETIFICAR no Decreto Coletivo de 24 de maio de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 99, de 25 de maio de 1999 pensão vitalícia a DORVALINA GONÇALVES GOMES, viúva do ex-servidor ANTONIO AILTON GOMES, matrícula n.º 60.786-X, Auxiliar de Administração Pública, Classe Especial, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, para incluir os filhos JANAINA GONÇALVES GOMES e ROGÉRIO GONÇALVES GOMES, nos termos do artigo 217, item II, alínea "a", da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 094.000.300/99.

CONCEDER, nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pensão vitalícia a ADELINA BOTELHO FERREIRA, viúva, do ex-servidor NAYNOR ALCEBIADES FERREIRA, matrícula nº 16.541-7, Fiscal de Obras, 1ª Classe, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens do artigo 2º, §§ 1º e 3º, da Lei n.º 6.732, de 04 de dezembro de 1979, alterada pelos Decretos-lei n.ºs 1.746,, de 27 de dezembro de 1979, e 2.153, de 24 de julho de 1984, e pela Lei n.º 62, de 12 de dezembro de 1989, a contar de 12 de janeiro de 1997. Processo nº 030.003.841/99.

TORNAR SEM EFEITO a Portaria de 17 de fevereiro de 1993, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 36, de 18 de fevereiro de 1993, que concedeu pensão vitalícia a EDNA ALEIXO RIBEIRO, viúva, e temporária a CARLOS HUMBERTO RIBEIRO DA SILVA JÚNIOR e VAGNER ALEIXO RIBEIRO DA SILVA, filhos do ex-servidor CARLOS HUMBERTO RIBEIRO DA SILVA, matrícula n.º 19.012-8, Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal. Processo n.º 030.000.224/93.

1-RETIFICAR a Portaria de 10 de novembro de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 231(Suplemento), de 13 de novembro de 1992, que concedeu pensão vitalícia a BEATRIZ FERREIRA DOS SANTOS, viúva do ex-servidor JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS, matrícula nº 12.907-0, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerar o ex-servidor no cargo de Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão II, e ainda, excluir de sua fundamentação legal os artigos 217, item I, alínea "a" e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e incluir o artigo 248 do mesmo dispositivo legal e o § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.
2-TORNAR SEM EFEITO no Decreto Coletivo de 27 de março de 1998, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 60, de 30 de março de 1998, o ato que retificou a pensão vitalícia de BEATRIZ FERREIRA DOS SANTOS, viúva do ex-servidor JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS, matrícula nº 12.907-0, Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal. Processo nº 030.013.286/92.

REVER a pensão especial vitalícia concedida a MARIA DIVINA DE OLIVEIRA, viúva, e temporária a CÉLIA APARECIDA DE OLIVEIRA, filha do ex-servidor JOÃO ALBERTO DE OLIVEIRA, matrícula nº 10.445-0, Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 28 de dezembro de 1990, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 01, de 02 de janeiro de 1991, para considerar sua fundamentação legal nos termos dos artigos 215 e 248, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, a contar de 01 de janeiro de 1992. Processo n.º 030.019.928/90.

ASSINATURA SEMESTRAL

Retirada no Anexo do Palácio do Buriti	Remessa via Correios
R$ 87,12	R$ 223,08

Anexo do Palácio do Buriti
telefones: (061) 225-7803
316-4137 e 213-6312

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, incisos XVIII e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e observando o que consta dos Ofício nº 1.197/99-GAB/4ª SPR e 1.202/99-GAB/4ª SPR, resolve:
Nomear as candidatas abaixo, habilitadas no concurso público, a que se refere o Edital Normativo nº 1-DP/CESPE, de 05 de janeiro de 1998, publicado no DODF nº 03, de 06/01/98 e Edital de Resultado Final nº 17/99-PC-AP/CESPE, de 29 de abril de 1999, publicado no DODF de 30/04/99, retificado pelos Editais de n.º 22 e 23-PC-AP/CESPE, de 06 de agosto de 1999, publicados no DODF de 09/08/99, para exercerem o cargo de Agente de Polícia, Segunda Classe, Padrão I, da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, observada a ordem de classificação:

NOME	CLAS.	NA VAGA DE	MATRIC.	MOTIVO
LUCILENE BANDEIRA DE OLIVEIRA	61º	GEOVANE COSTA SILVA	31.579-6	APOSENTADO
VILMA NOBRE MUHE	183º	CID MARCIO DA SILVA	31.676-8	APOSENTADO

* Candidatas nomeadas por força de Decisão Judicial.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Nomear **THAIS MENDES DE BRITO**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretária Administrativa, da Subadministração Regional do Varjão, da Administração Regional do Lago Norte, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **MARIA DE FÁTIMA BEZERRA DA TRINDADE**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretária Administrativa, da Subadministração Regional do Varjão, da Administração Regional do Lago Norte, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **PAULO BARROS DE LIMA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente, da Subadministração Regional do Varjão, da Administração Regional do Lago Norte, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **VANCY ALVES DE SENA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretária Administrativa, da Subadministração Regional do Varjão, da Administração Regional do Lago Norte, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **ARLÊNIO DE OLIVEIRA MINEU**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-10, de Chefe da Seção de Serviços Públicos, da Subadministração Regional do Varjão, da Administração Regional do Lago Norte, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **ALESSANDRO FONTES DA COSTA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente, da Subadministração Regional do Varjão, da Administração Regional do Lago Norte, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Exonerar **MÁRCIA GREGÓRIO DA SILVA**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado, da Subadministração Regional do Varjão, da Administração Regional do Lago Norte, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal, a contar de 03 de agosto de 1999.

Nomear **MÁRCIA GREGÓRIO DA SILVA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretária Administrativa, da Subadministração Regional do Varjão, da Administração Regional do Lago Norte, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Exonerar **MARIA JOSÉ DA SILVA**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Licenciamento e Fiscalização, da Subadministração Regional da Vila Planalto, da Administração Regional de Brasília, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal, a contar de 03 de agosto de 1999.

Nomear **MARIA JOSÉ DA SILVA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretária Administrativa, da Subadministração Regional da Vila Planalto, da Administração Regional de Brasília, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Exonerar **FRANCIONATO SIQUEIRA COSTA**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Licenciamento e Fiscalização, da Subadministração Regional da Vila Planalto, da Administração Regional de Brasília, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal, a contar de 03 de agosto de 1999.

Nomear **FRANCIONATO SIQUEIRA COSTA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, da Subadministração Regional da Vila Planalto, da Administração Regional de Brasília, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Exonerar **DAVID AQUINO DOS SANTOS**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Exame e Elaboração de Projetos, da Subadministração Regional da Vila Planalto, da Administração Regional de Brasília, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal, a contar de 03 de agosto de 1999.

Nomear **DAVID AQUINO DOS SANTOS**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente, da Subadministração Regional da Vila Planalto, da Administração Regional de Brasília, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Exonerar **FÉLIX ALVES PEREIRA**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Exame e Elaboração de Projetos, da Subadministração Regional da Vila Planalto, da Administração Regional de Brasília, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal, a contar de 03 de agosto de 1999.

Nomear **FÉLIX ALVES PEREIRA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, da Subadministração Regional da Vila Planalto, da Administração Regional de Brasília, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **KAROLINE GARRIDO GONÇALVES RIBEIRO**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente, da Subadministração Regional da Vila Planalto, da Administração Regional de Brasília, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Exonerar **HAROLDO CARDOSO DOS SANTOS**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-11, de Chefe do Serviço de Licenciamento e Fiscalização, da Subadministração Regional da Vila Planalto, da Administração Regional de Brasília, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal, a contar de 03 de agosto de 1999.

Exonerar **ANTÔNIO RIBEIRO NASCIMENTO**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-11, de Chefe do Serviço de Exame e Elaboração de Projetos, da Subadministração Regional da Vila Planalto, da Administração Regional de Brasília, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal, a contar de 03 de agosto de 1999.

Exonerar **SORAYA FRANÇA DE PAULA**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Serviço de Exame e Aprovação de Projetos, da Subadministração Regional do Vale do Amanhecer, da Administração Regional de Planaltina, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal, a contar de 03 de agosto de 1999.

Nomear **SORAYA FRANÇA DE PAULA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretaria Administrativa, da Subadministração Regional do Vale do Amanhecer, da Administração Regional de Planaltina, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Exonerar **HELDER CLIVER TRINDADE DOS SANTOS**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Serviço de Exame e Aprovação de Projetos, da Subadministração Regional do Vale do Amanhecer, da Administração Regional de Planaltina, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal, a contar de 03 de agosto de 1999.

Nomear **HELDER CLIVER TRINDADE DOS SANTOS**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, da Subadministração Regional do Vale do Amanhecer, da Administração Regional de Planaltina, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Exonerar **GERSON FERNANDO DOS SANTOS PINTO**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-11, de Chefe de Serviço de Licenciamento e Fiscalização, da Subadministração Regional do Vale do Amanhecer, da Administração Regional de Planaltina, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal, a contar de 03 de agosto de 1999.

Nomear **GERSON FERNANDO DOS SANTOS PINTO**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-10, de Chefe da Seção de Licenciamento e Fiscalização, da Subadministração Regional do Vale do Amanhecer, da Administração Regional de Planaltina, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Exonerar **ANTÔNIO CHAVES DE CARVALHO**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, da Subadministração Regional do Vale do Amanhecer, da Administração Regional de Planaltina, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal, a contar de 03 de agosto de 1999.

Nomear **ANTÔNIO CHAVES DE CARVALHO**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente, da Subadministração Regional do Vale do Amanhecer, da Administração Regional de Planaltina, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Exonerar **JOÃO BOSCO MORENO**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Serviço de Licenciamento e Fiscalização, da Subadministração Regional do Vale do Amanhecer, da Administração Regional de Planaltina, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal, a contar de 03 de agosto de 1999.

Nomear **JOÃO BOSCO MORENO**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, da Subadministração Regional do Vale do Amanhecer, da Administração Regional de Planaltina, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Exonerar **RONALDO MAZOCAUTE SILVA**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-11, de Chefe do Serviço de Exame e Aprovação de Projetos, da Subadministração Regional do Vale do Amanhecer, da Administração Regional de Planaltina, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal, a contar de 03 de agosto de 1999.

Nomear **RONALDO MAZOCAUTE SILVA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-10, de Chefe da Seção de Serviços Públicos, da Subadministração Regional do Vale do Amanhecer, da Administração Regional de Planaltina, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Exonerar **LUIZ ANTÔNIO DA SILVEIRA**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, da Subadministração Regional do Vale do Amanhecer, da Administração Regional de Planaltina, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal, a contar de 03 de agosto de 1999.

Nomear **LUIZ ANTÔNIO DA SILVEIRA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente, da Subadministração Regional do Vale do Amanhecer, da Administração Regional de Planaltina, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Exonerar **REGINALDO FONSECA DA SILVA**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Serviço de Licenciamento e Fiscalização, da Subadministração Regional do Vale do Amanhecer, da Administração Regional de Planaltina, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal, a contar de 03 de agosto de 1999.

Nomear **REGINALDO FONSECA DA SILVA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, da Subadministração Regional do Vale do Amanhecer, da Administração Regional de Planaltina, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Exonerar **IZABEL CRISTINA VIEIRA FRANÇA**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, da Subadministração Regional do Torto, da Administração Regional de Brasília, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal, a contar de 03 de agosto de 1999.

Nomear **IZABEL CRISTINA VIEIRA FRANÇA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente, da Subadministração Regional do Torto, da Administração Regional de Brasília, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Exonerar **FÁBIO DA COSTA SOUZA**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Exame e Aprovação de Projetos, da Subadministração Regional do Torto, da Administração Regional de Brasília, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal, a contar de 03 de agosto de 1999.

Nomear **FÁBIO DA COSTA SOUZA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, da Subadministração Regional do Torto, da Administração Regional de Brasília, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Exonerar **MARIA DE LOURDES PEREIRA DA SILVA**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Licenciamento e Fiscalização, da Subadministração Regional do Torto, da Administração Regional de Brasília, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal, a contar de 03 de agosto de 1999.

Nomear **MARIA DE LOURDES PEREIRA DA SILVA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretária Administrativa, da Subadministração Regional do Torto, da Administração Regional de Brasília, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **RONAN DE CASTRO PAULINO**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-10, de Chefe da Seção de Serviços Públicos, da Subadministração Regional de Águas Claras, da Administração Regional de Taguatinga, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Exonerar, ADÃO LUIZ RIBEIRO DA COSTA, matrícula n.º 93.024-5, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo do Departamento de Atividades Turísticas, da Secretaria de Turismo e Lazer do Distrito Federal.

Exonerar, JAILTON ALBINO ALBERTO DA CUNHA , matrícula n.º 93.014-8, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Apoio, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Turismo e Lazer do Distrito Federal.

Exonerar, por ter sido nomeado para outro Cargo, MÔNICA MÉRCIA DA SILVA, matrícula n.º 95.418-7, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Apoio, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Turismo e Lazer do Distrito Federal.

Nomear, MÔNICA MÉRCIA DA SILVA, matrícula nº 95.418-7, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo do Departamento de Atividades Turísticas, da Secretaria de Turismo e Lazer do Distrito Federal.

Nomear, PAULINO RIBEIRO ANICETO, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Apoio, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Turismo e Lazer do Distrito Federal.

Nomear, FRANCISCO DE ASSIS SOARES LOBO, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Apoio, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Turismo e Lazer do Distrito Federal.

Tornar sem Efeito o Decreto de 11 de agosto de 1999, publicado no DODF n.º 155, de 12 de agosto de 1999, página 10, que nomeou SANDRA BASTOS NERES, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Serviço de Administração do Pavilhão de Feiras do Parque da Cidade, da Secretaria de Turismo e Lazer do Distrito Federal.

Tornar sem Efeito o Decreto de 11 de agosto de 1999, publicado no DODF n.º 155, de 12 de agosto de 1999, página 10, que exonerou MÔNICA MÉRCIA DA SILVA, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregada do Serviço de Apoio da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Turismo e Lazer do Distrito Federal.

Tornar sem Efeito o Decreto de 11 de agosto de 1999, publicado no DODF n.º 155, de 12 de agosto de 1999, página 10, que nomeou FLORINA BASTOS NERES PINHEIRO, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregada do Serviço de Apoio da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Turismo e Lazer do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos XXVI e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Tornar sem efeito, o Decreto de 13 de julho de 1999, publicado no DODF Nº 134, de 14 de julho de 1999, que nomeou **MARIA DA CONSOLAÇÃO FERREIRA DA PONTE LIMA,** para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretária Administrativa, da Subadministração Regional de Águas Claras, da Administração Regional de Taguatinga, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal, por não ter tomado posse em tempo hábil.

Exonerar **FRANCISCA MARIA DE MELO,** do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregada, do Serviço de Exame e Aprovação de Projetos, da Subadministração Regional de Águas Claras, da Administração Regional de Taguatinga, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Exonerar **NATANAEL ALVES DA SILVA SILHO,** do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-11, de Chefe do Serviço de Licenciamento e Fiscalização, da Subadministração Regional de Águas Claras, da Administração Regional de Taguatinga, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **NATANAEL ALVES DA SILVA SILHO,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-10, de Chefe da Seção de Licenciamento e Fiscalização, da Subadministração Regional de Águas Claras, da Administração Regional de Taguatinga, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **DELCIO BATISTA FILHO,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente, da Subadministração Regional de Águas Claras, da Administração Regional de Taguatinga, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **FRANCISCA MARIA DE MELO,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretária Administrativa, da Subadministração Regional de Águas Claras, da Administração Regional de Taguatinga, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **ANDRÉA DIAS RIBEIRO MARTINS,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbo.. DFA-03, de Secretária Administrativa, da Subadministração Regional de Água Claras, da Administração Regional de Taguatinga, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **EDNA MARIA DE CARVALHO BARBOSA,** Auxiliar de Educação, matrícula nº. 24.141-5, do Quadro de Pessoal de Fundação Educacional do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, Secretária Administrativa, da Subadministração Regional de Água Claras, da Administração Regional de Taguatinga, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **MARIA DIVINA SILVA BARRETO,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, da Subadministração Regional de Águas Claras, da Administração Regional de Taguatinga, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

DESIGNAR **JULIANA ANDRADE ROCHA GONÇALVES** como Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP/DF.

TORNAR SEM EFEITO o Decreto de 14 de maio de 1999, publicado no DODF n.º 93, de 17 de maio de 1999, página 27, que designou **AURÉLIO FEITOSA MATOS** como Membro Efetivo da Junta de Controle, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF;

TORNAR SEM EFEITO o Decreto de 14 de maio de 1999, publicado no DODF n.º 93, de 17 de maio de 1999, página 27, que designou **SILVIO PAULO KAHN** como Membro Efetivo da Junta de Controle, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF;

TORNAR SEM EFEITO o Decreto de 14 de maio de 1999, publicado no DODF n.º 93, de 17 de maio de 1999, página 27, que designou **SYLVIO DE OLIVEIRA GUEDES** como Membro Efetivo da Junta de Controle, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF;

DESIGNAR **LEOPOLDO PAULO DOS REIS** como Membro Efetivo da Junta de Controle, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF;

DESIGNAR **SILVIO PAULO KAHN** como Membro Efetivo da Junta de Controle, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF;

DESIGNAR **SYLVIO DE OLIVEIRA GUEDES** como Membro Efetivo da Junta de Controle, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF.

EXONERAR **LÚCIO DE GUSMÃO LOBO JÚNIOR,** do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor do Gabinete da Administração Regional de Brasília, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

NOMEAR **MARCELO VICENTE SANTANA,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor do Gabinete da Administração Regional de Brasília, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

EXONERAR **MARCELO VICENTE SANTANA**, matrícula nº 1650803-9, do Cargo em Comissão, Código DFG-14, de Diretor do Departamento de Difusão Cultural, da Secretaria de Cultura do Distrito Federal.

NOMEAR **LÚCIO DE GUSMÃO LOBO JÚNIOR,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-14, de Diretor do Departamento de Difusão Cultural, da Secretaria de Cultura do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, **GONDIBERTO DE CARVALHO FILHO**, do Cargo em Comissão Símbolo DFG-12, de Diretor da Divisão Regional de Obras, da Administração Regional de Brasília, da Vice Governadoria.

NOMEAR **KAHILIL LACERDA DE VASCONCELOS,** matrícula 71.814-X- NOVACAP, para o Cargo em Comissão Símbolo DFG-12, de Diretor da Divisão Regional de Obras, da Administração Regional de Brasília, da Vice Governadoria.

Exonerar, por ter sido nomeado para outro Cargo, **LUIZ RODRIGUES DOS SANTOS,** matrícula nº 95.655-4, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe do Serviço de Recursos Materiais, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Turismo e Lazer do Distrito Federal.

Nomear **LUIZ RODRIGUES DOS SANTOS**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe do Serviço de Apoio Operacional, da Secretaria de Turismo e Lazer do Distrito Federal.

Exonerar, por ter sido nomeado para outro Cargo, **CRISTIANO RIBEIRO FORTES,** matrícula nº 95.577-9, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe do Serviço de Apoio, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Turismo e Lazer do Distrito Federal.

Nomear **CRISTIANO RIBEIRO FORTES**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe do Serviço de Programação e Controle de Eventos, do Departamento de Captação e Geração de Eventos, da Secretaria de Turismo e Lazer do Distrito Federal.

Exonerar, por ter sido nomeada para outro Cargo, **MARIA ESTELA LINS DA SILVA NUNES,** matrícula nº 95.429-2, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe do Serviço de Programação e Controle de Eventos, do Departamento de Captação e Geração de Eventos, da Secretaria de Turismo e Lazer do Distrito Federal.

Nomear **MARIA ESTELA LINS DA SILVA NUNES**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe do Serviço de Apoio, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Turismo e Lazer do Distrito Federal.

Exonerar, por estar sendo nomeado para outro cargo, **EDNEWTON VIANA ARAÚJO,** matrícula nº 92.975-1, do Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-06, de Chefe de Gabinete, da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal.

Nomear **EDNEWTON VIANA ARAÚJO,** matrícula nº 92.975-1, para exercer o cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Gerente, da Gerência de Atendimento ao Trabalhador, do Departamento de Atendimento ao Trabalhador, da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal.

Exonerar, por estar sendo nomeado para outro cargo, **MARCUS VINICIUS LISBOA DE ALMEIDA,** matrícula nº 93.072-5, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Gerente, da Gerência de Atendimento ao Trabalhador, do Departamento de Atendimento ao Trabalhador, da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal.

Nomear **MARCUS VINICIUS LISBOA DE ALMEIDA,** matrícula nº 93.072-5,para exercer o Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-06, de Chefe de Gabinete, da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, incisos XXVI e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e considerando o disposto no artigo 1º do Decreto n.º 20.437, de 27 de julho de 1999, resolve:

TORNAR SEM EFEITO o Decreto de 14 de julho de 1999, publicado no DODF n.º 135, de 15 de julho de 1999, que designou **AGUINALDO REIS AGUIAR** como Membro Efetivo da Junta de Controle do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER, na qualidade de representante da Secretaria de Governo do Distrito Federal;

TORNAR SEM EFEITO o Decreto de 14 de julho de 1999, publicado no DODF n.º 135, de 15 de julho de 1999, que designou **MARIA BELINA MACHADO** como Membro Efetivo da Junta de Controle do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER, na qualidade de representante da Secretaria de Transportes do Distrito Federal;

TORNAR SEM EFEITO o Decreto de 21 de junho de 1999, publicado no DODF n.º 118, de 22 de junho de 1999, retificado no DODF n.º 134, de 14 de julho de 1999, página 25, que designou **AILDSON D ' APARECIDA DUARTE** como Membro Efetivo da Junta de Controle do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER, na qualidade de representante da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal;

DESIGNAR **AILDSON D ' APARECIDA DUARTE** como Membro Efetivo da Junta de Controle do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER;

DESIGNAR **AGUINALDO REIS AGUIAR** como Membro Efetivo da Junta de Controle do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER;

DESIGNAR **MARIA BELINA MACHADO** como Membro Efetivo da Junta de Controle do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 100, incisos XXVI e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e o que consta do Despacho de fl. 330 do Processo n.º 050.000.513/97-SSP/DF e apensos n.ºs 030.006.641/97 e 030.007.462/97-GDF, resolve

Nomear, por terem sido aprovados em concurso, conforme edital n.º 267/IDR, publicado no DODF n.º 241, de 15.12.95, p. 35, ANA CRISTINA MELO SANTIAGO, 17º classificado; GILBERTO DAMASCENO MORAIS, 26º Classificado; MARCELO FERNANDES, 27º Classificado; ALEXANDRE CÉSAR VILAR DE AZEVEDO, 33º Classificado; ELTON DE SOUZA ZANATTA, 43º Classificado;

ANTONIO CELSO DOS SANTOS, 55° Classificado; DAVI GOMES FRANCO, 56° Classificado; ALÍRIO PEREIRA BRAGA, 62º Classificado; NATANAEL MACHADO CORREA, 64° Classificado; MÁRCORY GERALDO MOHN, 65° Classificado; SEBASTIÃO PEREIRA DE MOURA, 69° Classificado; EMILSON PEREIRA LINS, 72° Classificado; OSMAR MENDONÇA DE SOUZA, 73° Classificado; RODNEY ROCHA MIRANDA, 82° Classificado; JOSÉ CARLOS MEDEIROS DE BRITO, 83° Classificado; ROBSON RUI CAMPOS DE ALMEIDA, 86° Classificado; CLÁUDIO DE MOURA MAGALHÃES, 87° Classificado; MISSIAS FERREIRA, 89° Classificado; WALDECY CAMELO, 91° Classificado; MAURO CÉZAR LIMA, 93° Classificado; GEDIAEL CORDEIRO LEITE, 95° Classificado; LÉCIO REIS LOPES DE OLIVEIRA, 96° Classificado, para o exercício do cargo de Delegado de Polícia, Padrão I, da 2ª Classe, da Carreira Policial Civil do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos XXVI e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e considerando o disposto nos artigos 33, inciso I, e 34, "caput", da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:
Exonerar, a pedido, o servidor abaixo:

NOME	CARGO	QUADRO	VIGÊNCIA	PROCESSO
Ana Paula Silva Simões, matrícula n.º 91.527-0	Analista de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão I	SETER	02/06/99	170.000.306/99
Cláudio Martinelli França, matrícula n.º 33.031-0	Analista de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão I	SES	01/03/97	060.001.069/99
Cristóvão José da Silva, matrícula n.º 37.101-7	Assistente Apoio Atividades Jurídicas, 3ª Classe, Padrão V	PRG	16/06/99	020.001.945/99
Josué Martins de Santana, matrícula n.º93,983-8	Auxiliar Atividades Rodoviárias, 3ª Classe, Padrão IV	DER	20/05/99	113.022.782/99
Fabrício Magela Vieira Lacerda, matrícula n.º 91.515-7	Analista de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão I	RA III	09/06/99	132.001.917/99
Márcia da Silva Soares Fonseca, matrícula n.º 40.585-X	Técnico de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão IV	SEF	08/06/99	040.009.404/99

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Nomear CIRLENE MARQUES MOREIRA, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregado, Símbolo DFG-02, do Serviço de Registro Funcional e Contagem de Tempo do Departamento de Administração de Pessoal da Subsecretaria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Nomear JOSÉ GONÇALVES FEITOZA, matrícula nº 33.187-2, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Administrativo, Símbolo DFA-03, da Secretaria Administrativa da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Nomear ELZA MARIA DE ARAÚJO, matrícula nº 43.170-2, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Administrativo, Símbolo DFA-03 da Subsecretaria de Recursos Físicos da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Tornar sem efeito o Decreto de 26 de julho de 1999, publicado no DODF nº 143, página 08 que exonerou ANDRÉIA CARDOSO MELO, do Cargo em Comissão de Encarregado, Símbolo DFG-02, do Serviço de Pessoal da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Tornar sem efeito o Decreto de 26 de julho de 1999, publicado no DODF nº 143, página 08 que nomeou MARIA DE LOURDES ARAÚJO OLIVEIRA, matrícula nº 34.854-6, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregado, Símbolo DFG-02, do Serviço de Pessoal da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Nomear GILCÉLIA PEREIRA DA SILVA DIAS, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Administrativo, Símbolo DFA-03, do Departamento de Documentação e Comunicação Administrativa da Subsecretaria de Modernização e Organização Administrativa da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Exonerar, a pedido, MARIA ROSÂNGELA ALEXANDRE SALAS, matrícula nº 96.509-X, do Cargo em Comissão de Secretário Administrativo, Símbolo DFA-03, da Subsecretaria de Recursos Físicos da Secretaria de Administração do Distrito Federal, a contar de 28 de junho de 1999.

Exonerar ANDRÉIA CARDOSO MELO, do Cargo em Comissão de Encarregado, Símbolo DFG-02, do Serviço de Pessoal da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Administração do Distrito Federal, a contar do dia 20 de maio de 1999.

Nomear JOSÉ ARAÚJO DE SOUSA, matrícula nº 34.854-6, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregado, Símbolo DFG-02, do Serviço de Pessoal da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Nomear MARIA DE LOURDES ARAÚJO OLIVEIRA, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregado, Símbolo DFG-02, do Serviço de Controle de Pagamento do Departamento de Administração de Pessoal da Subsecretaria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Exonerar, por estar sendo nomeada para outro cargo, ADELIA DE LOURDES ARAÚJO DE CASTRO, matrícula nº 95.512-0, do Cargo em Comissão de Assessora, Símbolo DFA-11, da Subsecretaria de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Nomear, ADELIA DE LOURDES ARAÚJO DE CASTRO, matrícula nº 95.512-0, para exercer o Cargo em Comissão de Diretora, Símbolo DFG-13, do Departamento de Manutenção Patrimonial, da Subsecretaria de Recursos Físicos, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Nomear, CLEONICE MALAQUIAS DE BARROS DO NASCIMENTO, para exercer o Cargo em Comissão de Assessora, Símbolo DFA-11, da Subsecretaria de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

TORNAR SEM EFEITO o Decreto de 21 de julho de 1999, publicado no DODF nº 140, de 22 de julho de 1999, que nomeou FABIO PAIXAO DE AZEVEDO, matrícula nº 31.022-0, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Executivo, Símbolo DFG-03, do Departamento de Material da Subsecretaria de Recursos Físicos da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Exonerar, DÍDIMO GEORGE DE ASSIS MATOS, matrícula nº 94.886-1, do Cargo em Comissão de Assistente, Símbolo DFA-05, da Divisão de Aposentadorias e Pensões do Departamento de Administração de Pessoal da Subsecretaria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Nomear IRISVANDA MARIA OLIVEIRA MATOS, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente, Símbolo DFA-05, da Divisão de Aposentadorias e Pensões do Departamento de Administração de Pessoal da Subsecretaria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Nomear, LIDIA MARIA DE SOUSA ALCÂNTARA, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Administrativo, Símbolo DFA-03, do Departamento de Material da Subsecretaria de Recursos Físicos da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Tornar sem efeito o Decreto de 22 de julho de 1999, publicado no DODF nº 140, página 34 que nomeou CLAUDE PEREIRA LOUREIRO, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Administrativo, Símbolo DFA-03, da Coordenação de Planejamento e Provimento de Recurso Humanos da Subsecretaria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Nomear CLEYTON JOSÉ PEREIRA LOUREIRO, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Administrativo, Símbolo DFA-03, da Coordenação de Planejamento e Provimento de Recurso Humanos da Subsecretaria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Exonerar, por estar sendo nomeado para outro cargo, NONATO PERES DA SILVA, matrícula nº 93.609-X, do Cargo em Comissão de Secretário Administrativo, Símbolo DFA-03, da Coordenação de Controle Administrativo de Recursos Humanos, da Subsecretaria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Exonerar LEANDRO MELO KNEGER, matrícula nº 95.411-X, do Cargo em Comissão de Assistente, Símbolo DFA-05, da Coordenação de Planejamento e Provimento de Recursos Humanos da Subsecretaria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Nomear NONATO PERES DA SILVA, matrícula nº 93.609-X, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente, Símbolo DFA-05, da Coordenação de Planejamento e Provimento de Recursos Humanos da Subsecretaria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Nomear MARIA LUIZA DE BRITO PERES, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Administrativo, Símbolo DFA-03, da Coordenação de Controle Administrativo de Recursos Humanos, da Subsecretaria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Exonerar FERNANDA ERVILHA LUCCI, matrícula 80.165-8 do Cargo em Comissão de Assistente, Símbolo DFA-05, da Fundação Pólo Ecológico de Brasília, da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia.

Exonerar ANA FLÁVIA BORGES, matrícula 80.168-2 do Cargo em Comissão de Assistente, Símbolo DFA-08, da Diretoria de Educação e Lazer da Fundação Pólo Ecológico de Brasília, da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia.

Nomear FERNANDA ERVILHA LUCCI, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente, Símbolo DFA-08, da Diretoria de Educação e Lazer, da Fundação Pólo Ecológico de Brasília, da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia.

Nomear GILSON DOS SANTOS SOUZA, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Diretor do Centro de Iniciação Profissional Granja das Oliveiras, da Diretoria de Operações, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Nomear LUIZ CARLOS BRAGANÇA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-11, de Gerente da Divisão de Recursos Humanos, da Diretoria de Administração e Finanças, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Exonerar, por estar sendo nomeado para outro Cargo, ANTONIO JOAQUIM DE SOUZA, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor da Presidência, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Nomear ANTONIO JOAQUIM DE SOUZA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-11, de Diretor do Centro de Treinamento e Educação de Menores, da Diretoria de Operações, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Nomear PEDRO PAULO COSTALLAT BRUNO, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-13, de Chefe da Coordenadoria de Controle Interno, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Exonerar ANTONIO PAIVA NETO, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-13, de Chefe da Coordenadoria de Controle Interno, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, a partir de 19 de julho de 1999.

Exonerar, por estar sendo nomeado para outro Cargo, PEDRO PAULO COSTALLAT BRUNO, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-13, de Diretor do Núcleo de Planejamento e Controle, da Secretaria da Criança e Assistência Social do Distrito Federal.

Nomear MANOEL BASTOS BRABO, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-13, de Diretor do Núcleo de Planejamento e Controle, da Secretaria da Criança e Assistência Social do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

RETIFICAÇÃO

No Decreto de 27 de julho de 1999, publicado no DODF n.º 144, de 28 de julho de 1999, página 16, que nomeou **LUIZ ZABULON DE AQUINO NETO**, para exercer o Cargo em Comissão, símbolo DFG-12, de Gerente de Oficina Mecânica, da Divisão de Manutenção, da Diretoria de Manutenção de Produção Industrial, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF.

Onde se lê: "(...) Gerente de Oficina Mecânica (...)";
Leia-se:.. "(...) Gerente de Mecânica (...)".

No Decreto de 06 de maio de 1999, publicado no DODF n.º 87, de 07 de maio de 1999, página 19, que designou **JOSÉ ANTÔNIO FRANÇA** como Membro Efetivo da Junta Administrativa de Recursos de Infração - JARI, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, na qualidade de representante da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal:

Onde se lê: "(...) na qualidade de representante da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal";
Leia-se:.. "(...) na qualidade de representante do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários".

VICE-GOVERNADORIA

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 69, DE 11 DE AGOSTO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso XXXIII, Artigo 53, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, resolve:
EXCLUIR da Ordem de Serviço nº 47, de 11.06.99, a servidora IVANILDE ALVES FELIX, matr. 42.030-1, designada como membro da Comissão Permanente de Licitação desta RA.IX.
DESIGNAR a servidora KÁSSIA CILENE GODEIRO E SILVA, matr. 43.106-0, como membro da Comissão Permanente de Licitação desta Administração Regional.

EDUARDO GOMES DA SILVA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 70,. DE 11 DE AGOSTO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso XXV, Artigo 53, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, resolve:
CONCEDER Indenização de Transporte para o servidor abaixo relacionado, previsto no Decreto nº 13.447/91:

MATRIC	NOME	CARGO	PROCESSO
95.235-4	ALDEMIRO BISPO DOS SANTOS	CHEFE DA SOR/DRO	138.001.626/99

Ao Diretor de Administração Geral, cabe a observância das normas estabelecidas no citado Decreto.

EDUARDO GOMES DA SILVA

DESPACHO DO ADMINISTRADOR
Em 11 de agosto de 1999

INTERESSADO: ELIANA DE SOUZA E OUTROS
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Com base nos Artigos 80 e 81 e de acordo com o que estabelece o inciso I do Artigo 38 e incisos II e IV do Artigo 39, do Decreto n.º 16.098/94, combinado com o inciso XI, Artigo 53, do Decreto n.º 16.247/94, o Administrador Regional de Ceilândia, resolve:
Reconheço a Dívida, autorizo a emissão das Notas de Empenho, bem como sua liquidação pagamento em favor dos interessados, Elemento de Despesa nº 319092, no valor de R$ 750,96 (setecentos e cinqüenta reais e noventa e seis centavos), Versão 8, referente diferença de Padrão, exercícios findos, despesas de exercícios anteriores.
Encaminhe-se a Divisão de Administração Geral, para as providências cabíveis.

EDUARDO GOMES DA SILVA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE AGOSTO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO LAGO NORTE - RA XVIII, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no Decreto n.º 15.357 de 23 de dezembro de 1993, art. 51, parágrafo 4º da Lei n.º 8666/93, resolve:
Designar os servidores Cláudio Pontes Junqueira, Chefe do Serviço de Exame e Aprovação de Projetos, mat. 46.379-5; Czino de Negreiros Almeida, Assessor, mat. 94.182-4; Eliete Félix Cunha, chefe da Seção de Material e Patrimônio, mat. 94.198.0; Donato Batista de Oliveira, chefe do Serviço de Licenciamento de Obras e Atividades Econômicas, mat. 94.229-4; Eugênia Moraes Aguiar Moreira, chefe da Assessoria de Planejamento, mat. 94.811-X;. para sob a presidência do primeiro e secretariado pelo último comporem a Comissão Especial de Licitação da Região Administrativa do Lago Norte a contar da data de sua assinatura, com a finalidade de licitar, dentro da competência desta Administração, a ocupação de bens imóveis do Distrito Federal localizado na RA XVIII, ressaltando que a substituição da presidência quando do gozo de férias regulamentares se dará automaticamente pelo secretário.

MARCO LIMA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL

ORDEM DE SERVIÇO DE 4 DE AGOSTO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO LAGO SUL – RA XVI, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso XXXII, do artigo 20, do Regimento Interno desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 16.244, de 28/12/94, e com fulcro no disposto no artigo 152 da Lei 8.112/90, resolve:
Prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão constituída pela Ordem de Serviço nº 54, de 03 de julho de 1999, que visa apurar os fatos constantes do processo nº 146.001.248/97.

MARCELO AMARAL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE AGOSTO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO PARANOÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 28 do Regimento da Administração, aprovado pelo Decreto nº 12.539, de 30 de julho de 1990, resolve;
I - Determinar a constituição de uma Comissão Permanente de Combate à Dengue na Região Administrativa do Paranoá - RA-VII;
II - A referida Comissão será composta pelos seguintes membros:
a) Da Administração Regional do Paranoá - RA-VII,
■ Chefe de Gabinete;
■ Diretor da Divisão de Obras Públicas;
■ Diretor da Divisão de Serviços Públicos;
■ Diretor da Divisão de Administração Geral.
b) Do Serviço de Limpeza Urbana - SLU,
■ Gerente Local.
c) Da Regional de Saúde do Paranoá,
■ Chefe de Assessoria do Gabinete.
d) Da Inspetoria de Saúde do Paranoá,
■ Diretora.
e) Da Regional de Ensino do Paranoá,
■ Diretor Regional.
III - Esta Ordem de Serviço passará a vigorar à partir da data de sua publicação.

RUBIM NESTOR BENDER

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 72, DE 21 DE JULHO DE 1999

ADMINISTRADOR REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO / RA-XIV, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo n.º 144.000.360/99, resolve:
DESIGNAR o Diretor da Divisão Regional de Permissões e Concessões Públicas, matrícula 94.035-6, símbolo DFG-12, para acompanhar, supervisionar e fiscalizar os serviços constantes da Nota de Empenho n.º 226/99, referente a ampliação do Sistema de Iluminação Pública no Parque de Exposições de São Sebastião, conforme carta n.º 474/99-AIP. Caberá ao executor a observância do artigo 13, inciso II, parágrafo 3º, inciso I a VII do Decreto n.º 16.098, de novembro de 1994, que aprova as Normas de Execução Orçamentaria, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

JOSÉ CARVALHO PEREIRA JÚNIOR

CASA MILITAR

PORTARIA DE 6 DE AGOSTO DE 1999

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVIII artigo 36, do Decreto nº 15.064, de 24 de setembro de 1993, resolve:
AUTORIZAR o afastamento do Distrito Federal, com destino à cidade de São Paulo/SP, do 2º SGT QPPMC VALQUÍRIA LUDOVICO VASCONCELOS DA MOTA - Matrícula nº 93.468-2, no dia 09AGO99, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

AUTORIZAR o afastamento do Distrito Federal, com destino à cidade de São Paulo-SP, do 3º SGT QPPMC MANOEL GOMES DE ARAÚJO NETO, matrícula 93.801-7, no dia 09AGO99, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

AUTORIZAR o afastamento do Distrito Federal, com destino à cidade de Goiânia/GO, do TEN CEL QOPM FLÁVIO LÚCIO DE CAMARGO, matrícula 93.169/1, 3º SGT QPPMC ROBERTO ALVES CARNEIRO, matrícula 93.489/5 e do SD QPPMC RAIMUNDO NONATO LÔPO DE ABREU, matrícula 93.488/7, nos dias 09 e 10AGO99 a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

AUTORIZAR o afastamento do Distrito Federal, com destino à cidade de Goiânia/GO, do 3º SGT QPPMC JOSÉ RIBEIRO NASCIMENTO - Matrícula nº 93.458/5 e do SD QPPMC SCHEILA DA SILVA BERNARDO – Matrícula nº 93.493/3, no período de 09 a 16AGO99, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

AUTORIZAR o afastamento do Distrito Federal, com destino à cidade de São Paulo/SP, do MAJ QOPM HUGO BRINCO RODRIGUES JÚNIOR, matrícula 93.211/6, nos dias 08 e 09AGO99, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

JORGE CEZAR DE ARAUJO CALDAS – TEN CEL QOPM

UTILIDADE PÚBLICA
DEFESA CIVIL
314-8214

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE PESSOAL

ATO DO CHEFE

TORNAR SEM EFEITO A LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, QUE FOI CONCEDIDA NOS TERMOS DO ARTIGO 87 DA LEI Nº 8.112/90 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990.
NOME: SIDINEI DE SOUZA BARROS – Matrícula: 41.660-6- Lotação: RA-V- QUINQUÊNIO: 1º) 08.09.94 a 06.09.99.Concedida conforme publicação no DODF. Nº 151 de 06 /08 / 99 pg. 26.

LUIZ GERALDO MATOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE AGOSTO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE PESSOAL/DAP/SRH/SEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 15.057, de 24 de setembro de 1993, resolve averbar os tempos de serviço prestados pelos servidores abaixo:

Processo: 030.004.352/99; Nome: EDINA DE CASTRO GARCIA ORTIZ; Matrícula:22.848-6; Cargo: Técnico de Finanças e Orçamento; averba: ***2.632*** dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 01/09/74 a 14/11/81, contados *para efeito de aposentadoria.*

Processo: 131.001.203/99; Nome: LEILA DE ARAÚJO MASALA; Matrícula: 30.661-4; Cargo: Auxiliar de Administração Pública; averba: ***1.395*** dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 01/02/65 a 26/11/68, contados *para efeito de aposentadoria.*

Processo: 131.001.203/99; Nome: LEILA DE ARAÚJO MASALA; Matrícula: 30.661-4; Cargo: Auxiliar de Administração Pública; averba: ***1.447*** dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 01/11/82 a 17/10/86, contados *para efeito de aposentadoria.*

Processo: 040.010.727/99; Nome: JESSAMYNE MARIA FONTENELLE VARÃO; Matrícula: 30.759-9; Cargo: Técnico de Administração Pública ; averba: ***415*** dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 14/06/88 a 02/08/89, contados *para efeito de aposentadoria.*

Processo: 040.010.763/99 Nome: MARIA MARCIANO DA SILVA; Matrícula: 31.962-7; Cargo: Auxiliar de Administração Pública; averba: ***594*** dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 26/04/69 a 10/12/70 , contados *para efeito de aposentadoria.*

Processo: 040.010.536/99; Nome: HERTÂNIA DA SSILVA BASTISTA; Matrícula: 40.562-0 Cargo: Técnico de Administração Pública; averba: ***72*** dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 01/06/88 a 11/08/88, contados *para efeito de aposentadoria.*

Processo: 040.010.536/99; Nome: HERTÂNIA DA SSILVA BASTISTA; Matrícula: 40.562-0 Cargo: Técnico de Administração Pública; averba: ***350*** dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 17/10/88 a 01/10/89, contados *para efeito de aposentadoria.*

Processo: 040.010.536/99; Nome: HERTÂNIA DA SSILVA BASTISTA; Matrícula: 40.562-0 Cargo: Técnico de Administração Pública; averba: ***1.402*** dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 05/10/89 a 06/08/93, contados *para efeito de aposentadoria.*

Processo: 132.002.353/99; Nome: FRANCINETE MUNIZ DE OLIVEIRA; Matrícula: 40.867-0; Cargo: Fiscal de Posturas; averba: ***182*** dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 01/02/90 a 01/08/90, contados *para efeito de aposentadoria.*

Processo: 132.002.353/99; Nome: FRANCINETE MUNIZ DE OLIVEIRA; Matrícula: 40.867-0; Cargo: Fiscal de Posturas; averba: ***365*** dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 02/08/90 a 01/08/91, contados *para efeito de aposentadoria.*

Processo: 132.002.353/99; Nome: FRANCINETE MUNIZ DE OLIVEIRA; Matrícula: 40.867-0; Cargo: Fiscal de Posturas; averba: ***152*** dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 02/08/91 a 31/12/91 , contados *para efeito de aposentadoria.*

Processo: 132.002.353/99; Nome: FRANCINETE MUNIZ DE OLIVEIRA; Matrícula: 40.867-0; Cargo: Fiscal de Posturas; averba: ***415*** dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 02/01/92 a 19/02/93 , contados *para efeito de aposentadoria.*

Processo: 132.002.353/99; Nome: FRANCINETE MUNIZ DE OLIVEIRA; Matrícula: 40.867-0; Cargo: Fiscal de Posturas; averba: ***124*** dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 18/10/93 a 18/02/94 , contados *para efeito de aposentadoria.*

Processo: 132.002.353/99; Nome: FRANCINETE MUNIZ DE OLIVEIRA; Matrícula: 40.867-0; Cargo: Fiscal de Posturas; averba: ***30*** dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 21/02/94 a 22/03/94 , contados *para efeito de aposentadoria.*

Processo: 040.010.362/99; Nome: MARIA APARECIDA SOARES MELO; Matrícula: 43.256-3 Cargo: Técnico de Administração Pública; averba: ***567*** dias, conforme certidão expedida pela Fundação Hospitalar De Distrito Federal, no período de 29/03/93 A 16/10/94, contados *para efeito de aposentadoria.*

Processo: 060.000.249/95; Nome: FRANCISCO REIS DE SOUSA JÚNIOR; Matrícula: 44.021-3 Cargo: Inspetor Sanitário; averba: ***391*** dias, conforme certidão expedida pelo Ministério do Exército, no período de 26/05/84 a 20/06/85, contados *para efeito de aposentadoria.*

Processo: 040.010.091/99; Nome: MARINA VASCONCELOS PESSOA; Matrícula: 44.085-X Cargo: Analista de Orçamento; averba: ***1.548*** dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 18/08/75 a 12/11/79, contados *para efeito de aposentadoria.*

Processo: 040.010.091/99; Nome: MARINA VASCONCELOS PESSOA; Matrícula: 44.085-X Cargo: Analista de Orçamento; averba: ***3.785*** dias, conforme certidão expedida pelo Ministério da Fazenda, no período de 01/12/79 a 11/04/90, contados *para efeito de aposentadoria.*

Processo: 040.010.091/99; Nome: MARINA VASCONCELOS PESSOA; Matrícula: 44.085-X Cargo: Analista de Orçamento; averba: ***368*** dias, conforme certidão expedida pela Câmara dos Deputados, no período de 01/02/91 a 03/02/92, contados *para efeito de aposentadoria.*

Processo: 040.010.091/99; Nome: MARINA VASCONCELOS PESSOA; Matrícula: 44.085-X Cargo: Analista de Orçamento; averba: ***154*** dias, conforme certidão expedida pela Fundação Legião Brasileira de Assistência, no período de 28/02/92 a 30/07/92, contados *para efeito de aposentadoria.*

Processo: 040.010.091/99; Nome: MARINA VASCONCELOS PESSOA; Matrícula: 44.085-X Cargo: Analista de Orçamento; averba: ***558*** dias, conforme certidão expedida pelo Ministério do Bem-Estar Social, no período de 31/07/92 a 08/02/94, contados *para efeito de aposentadoria.*

Processo: 040.010.224/99; Nome: CELSO MONTEIRO DA SILVA; Matrícula: 46.223-3 Cargo: Auditor Tributário; averba: ***322*** dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 02/05/79 a 18/03/80, contados *para efeito de aposentadoria.*

Processo: 040.010.224/99; Nome: CELSO MONTEIRO DA SILVA; Matrícula: 46.223-3 Cargo: Auditor Tributário; averba: ***331*** dias, conforme certidão expedida pelo INSS, no período de 04/01/82 a 30/11/82, contados *para efeito de aposentadoria.*

LUIZ GERALDO MATOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE AGOSTO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE PESSOAL/DAP/SRH/SEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n º 15.057, de 24 de setembro de 1993, resolve: Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, conforme artigo 87 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, aos servidores abaixo relacionados:

NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	QUINQ.	PERÍODO
ANTONIO FRANCISCO RODRIGUES SILVA	22.737-4	PRG	1º	25.10.91 a 23.10.96
SILVIA GUIMARÃES BARQUETTE V. SANTOS	24.370-1	RA-III	3º	05.10.93 a 03.10.98
FRANCISCO DAS CHAGAS MELÃO	24.387-6	SES	2º	11.10.93 a 09.10.98
FRANCISCO SE ASSIS DA C. FILHO	24.867-3	RA-II	3º	24.05.94 a 22.05.99
MÁRCIA ESPÍNDOLA ANDRADE	24.895-9	SES	3º	05.06.94 a 03.06.99
MARCIA GOMES DA COSTA	24.914-9	PRG	3º	18.04.94 a 16.04.99
MARGARETE VIEIRA DE O. RODRIGUES	24.943-2	RA-III	3º	08.07.94 a 06.07.99
VALÉRIA MOREIRA SILVA MADRILES	24.997-1	PRG	3º	21.07.94 a 19.07.99
FRANCISCO LAURENTINO DE S. NETO	25.012-0	RA-XII	3º	28.09.92 a 26.09.97
DIOMIRA MARIA DE LIMA	26.661-2	PRG	3º	30.06.94 a 28.06.99
LINDALVA DE SENA DA SILVA	30.182-5	SEF	2º	19.02.94 a 17.02.99
AMÉLIA SACCHI BOEIRA	30.597-9	SEF	2º	18.07.94 a 16.07.99
JANETE RODRIGUES DE OLIVEIRA	30.604-5	SECRAS	2º	18.07.94 a 16.07.99
EZIDIO SERGIO BRABO PINHEIRO	30.608-8	SES	2º	19.07.94 a 17.07.99
LUIS RODRIGUES SANTOS	30.617-7	SES	2º	19.07.94 a 17.07.99
ANDRÉ LUIS RIBEIRO AREAL	30.622-3	SADF	2º	20.07.94 a18.07.99
CLAUDIONOR DE ALMEIDA BRAGA	30.633-9	SES	2º	20.07.94 a 18.07.99
IRAN DA COSTA MELO	30.643-6	RA-III	2º	23.07.94 a 21.07.99
MARIA ANTONIA CÉSAR DA SILVA	30.645-2	RA-III	2º	23.07.94 a 21.07.99
ADRIANA MORENO CARDOSO	30.686-X	SES	2º	25.07.94 a 23.07.99
MARIA DAS NEVES DOMINGUES DE SOUSA	30.712-2	RA-VI	2º	27.07.94 a 25.07.99
MARIA JOSÉ PINHEIRO ALVES	30.723-8	RA-III	2º	27.07.94 a 25.07.99
NILVEA RIBEIRO LOPES	30.730-0	RA-III	2º	30.07.94 a 28.07.99
GENIRA IRIS FORMIGA DE OLIVEIRA	30.742-4	SES	2º	01.08.94 a 30.07.99
MARIA ESTEFANIA DOS SANTOS	30.839-0	SEF	3º	10.07.94 a 08.07.99
EDVALDO GAUDÊNCIO DE LIMA	30.906-0	RA-IV	3º	13.07.94 a 11.07.99
EURICO SARDINHA DE MORAES	30.910-9	SEF	2º	23.09.92 a 21.09.97
ADALBERTO LEITE CORREIA DE ASSIS	31.000-X	SEF	3º	11.03.94 a 09.06.99
MARTA LÚCIA RODRIGUES	31.163-4	SES	1º	25.09.89 a 23.09.94
ROMULO MODESTO COSTA	38.972-2	SES	1º	23.08.93 a 21.08.98
RENATA AVELINO DO AMARAL	40.558-2	SES	1º	02.03.94 a 28.02.99
ROGÉRIO UNGARELLI BORGES	41.044-6	RA-XVII	1º	07.04.94 a 05.04.99
ADILSON OLIVEIRA FARIAS	41.092-6	RA-XVI	1º	10.04.94 a 08.04.99
LUIS MAGNO DE OLIVEIRA COSTA	41.171-X	SES	1º	13.04.94 a 11.04.99
MARCUS VINICIUS MARQUES DA ROCHA	41.528-6	RA-XVIII	1º	21.06.94 a 19.06.99
DAVID GONÇALVES DOS SANTOS	41.608-8	PRG	1º	30.05.94 a 28.05.99
SANDRA REGINA BRASIL	41.664-9	SES	1º	30.05.94 a 28.05.99
CÉSAR NUNES NOGUEIRA	41.694-0	SEF	1º	06.06.94 a 04.06.99
ROBERTO PAULO MENDES	41.715-7	SES	1º	01.06.94 a 30.05.99
ANDERSON DE JESUS DOS SANTOS	41.758-0	SES	1º	06.06.94 a 04.06.99
PAULO CESAR SERRÃO	41.954-0	SES	1º	08.07.94 a 06.07.99
OSÂNIO DE FREITAS SANTOS	41.965-6	RA-XIV	1º	12.07.94 a 10.07.99
ELLIZ MARIA ANTONIO DOS SANTOS	41.995-8	SES	1º	13.07.94 a 11.07.99
FLÁVIA GODINHO FONSECA	42.000-X	SES	1º	14.07.94 a 12.07.99
MARCELO ALBERTO BORGES	42.024-7	SES	1º	14.07.94 a 12.07.99
MÁRCIO CEZAR COELHO SIMÃO	42.054-9	SES	1º	15.07.94 a 13.07.99
RÔMULO GIOVANNI NEPOMUCENO	42.070-0	SES	1º	15.07.94 a 13.07.99
JOÃO ANTONIO ASSUNÇÃO E SILVA AIRES	42.093-X	SCS	1º	20.07.94 a 18.07.99
EDUARDO CHAVES	42.102-2	RA-XVI	1º	21.07.94 a 19.07.99
ANTONIO AUGUSTO TEIXEIRA GAMA	42.106-5	SES	1º	21.07.94 a 19.07.99
JOSÉ VALTER DE FREITAS LIMA	42.138-3	SES	1º	26.07.94 a 24.07.99
ALMERITO CÉSAR DE FRANÇA E SILVA	42.166-9	SES	1º	28.07.94 a 26.07.99
ANTÔNIO DE PÁDUA SALES	392.431-9	SEVJ	2º	15.01.88 a 13.01.93

LUIZ GERALDO MATOS

RETIFICAÇÃO

NA ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE AGOSTO DE 1999, publicado no DODF, Nº 151 de 06/08/99.
OND SE LÊ: WISMAEL ROGÉRIO ARAÚJO BARBOSA- Matrícula:41.748-3- Lotação: PRG-QUINQUÊNIO: 1º) 06.06.94 a 04.06.99.
LEIA-SE: ISMAEL ROGÉRIO ARAÚJO BARBOSA- Matrícula: 41.748-3- Lotação: PRG- QUINQUÊNIO: 1º) 06. 06..94 a 04.06.99.

ONDE SE LÊ: MIRIAN AUGUSTO FURTADO DUARTE- Matrícula:24.516-X- Lotação: SES- QUINQUÊNIO: 1º) 30.11.93 a 28.11.98.
LEIA-SE: MIRIAN ARAÚJO BARBOSA- Matrícula: 24.516-X- Lotação: SES- QUINQUÊNIO: 3º) 30.11.93 a 28.11.98.

ONDE SE LÊ: EZEQUIAS FERREIRA BARROS- Matrícula: 35.796-2- Lotação: SEF- QUINQUÊNIO: 1º) 21.10.93 a 19.10.98.
LEIA-SE: EZEQUIAS FERREIRA BARROS- Matrícula: 35.796-2- Lotação: SEF- QUINQUÊNIO: 1º) 21.10.93 a 19.12.98.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

DESPACHOS DA DIRETORA

PROCESSO Nº: 082.009263/99; INTERESSADO: GENILDO ALVES MARINHO; ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE ASSUNTOS PARTICULARES.
AUTORIZO, nos termos do Artigo 5º da Lei nº 1.864/98, de 19/01/98, a Licença para Trato de Assuntos Particulares, solicitada pelo servidor GENILDO ALVES MARINHO, matrícula nº 46.530-5, Professor MG2V-GT3, pelo período de 02/08/99 a 01/08/2002.

PROCESSO Nº: 082.009217/99;INTERESSADO: PAULO GOMES DE SOUSA FILHO; ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE ASSUNTOS PARTICULARES.
AUTORIZO a Licença para Trato de Assuntos Particulares, prevista no artigo 5º da Lei nº 1.864/98, de 19/01/98, requerido pelo servidor PAULO GOMES DE SOUSA FILHO, matrícula nº 64.816-7 Professor MG3Q, pelo período de 01.08.99 a 31.11.99.

MARISTELA DE MELO NEVES MENDES

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE JULHO DE 1999

O Diretor da Divisão de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, por delegação de competência conferida pela Instrução nº 565, de 30 de maio de 1996, tendo em vista o preceituado no Art º 1º da Lei 1.004/96, regulamentada pelo Decreto nº 17.182 de 06 de março de 1996, resolve:
Conceder DECIMOS aos adicionais que trata a legislação supramencionada, ao seguinte servidor abaixo identificado:

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR	DECIMOS	
	FRAÇÃO	VIGÊNCIA
Nome: SORAIA SALOMÃO Matrícula: 0074.987-7 Processo nº 0082.003976/99	1/10 DF-06 1/10 DF-08	31/08/96 31/08/97

SINVAL LUCAS DE SOUZA FILHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 2 DE AGOSTO DE 1999

O Diretor da Divisão de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, por delegação de competência conferida pela Instrução nº 565, de 30 de maio de 1996, tendo em vista o preceituado na Lei 6.732/79, na Lei 8.911/94, na Portaria nº 114/SEA,de 18 de agosto de 1994 e no art. 6º da Lei 1.004/96, de 11/01/96, regulamentada pelo Decreto nº 17.182 de 06 de março de 1996, resolve:
Conceder QUINTOS,transformando-os para Dècimos a partir de 01/02/96 em conformidade com a legislação supra mencionada ao(s) servidor(es) abaixo discriminado(s):

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR	QUINTOS		TRANSFORMAÇÃO PARA DÉCIMOS	
	FRAÇÃO	VIGÊNCIA	FRAÇÃO	VIGÊNCIA
Nome: EDGAR RODRIGUES DE LIMA Matrícula nº: 0078.337-4 Processo nº: 0082.021705/98	1/5 DF-06 1/5 DF-09	12/07/94 10.10.94	2/10 DF-06 2/10 DF-09	01.02.96 01.02.96

Conceder QUINTOS,transformando-os para Dècimos a partir de 01/02/96 em conformidade com a legislação supra mencionada ao(s) servidor(es) abaixo discriminado(s):

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR	QUINTOS		TRANSFORMAÇÃO PARA DÉCIMOS	
	FRAÇÃO	VIGÊNCIA	FRAÇÃO	VIGÊNCIA
Nome: IVANIR GRECO Matrícula nº: 0072.110-7 Processo nº: 0082.004927/98	Substituir 1/5 DF-06 p/ 1/5DF-09	25/12/95	2/10 DF-09	01/02/96

Conceder QUINTOS,transformando-os para Dècimos a partir de 01/02/96 em conformidade com a legislação supra mencionada ao(s) servidor(es) abaixo discriminado(s):

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR	QUINTOS		TRANSFORMAÇÃO PARA DÉCIMOS	
	FRAÇÃO	VIGÊNCIA	FRAÇÃO	VIGÊNCIA
Nome: MIGUEL RAMIREZ SOSA Matrícula nº: 0077.908-3 Processo nº: 0082.003573/91	2/5 DF-12 3/5 DF-14	01/05/91 01/05/91	4/10 DF-12 6/10 DF-14	01.02.96 01.02.96

Conceder QUINTOS,transformando-os para Dècimos a partir de 01/02/96 em conformidade com a legislação supra mencionada ao(s) servidor(es) abaixo discriminado(s):

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR	QUINTOS		TRANSFORMAÇÃO PARA DÉCIMOS	
	FRAÇÃO	VIGÊNCIA	FRAÇÃO	VIGÊNCIA
Nome: MARILUCIA NEVES G. SOUSA Matrícula nº: 0098.380-2 Processo nº: 0082.010035/99	1/5 DF-04	27/01/95	2/10 DF-04	01.02.96

Conceder QUINTOS,transformando-os para Dècimos a partir de 01/02/96 em conformidade com a legislação supra mencionada ao(s) servidor(es) abaixo discriminado(s):

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR	QUINTOS		TRANSFORMAÇÃO PARA DÉCIMOS	
	FRAÇÃO	VIGÊNCIA	FRAÇÃO	VIGÊNCIA
Nome: NOELI MARTINS SOUSA Matrícula nº: 0095.492-6 Processo nº: 0082.005899/94	Retificar 5/5 G.ASS GDF P/ 5/5 G.AUX GDF	01.05.91	10/10 G.AUX GDF	01/02/96

O Diretor da Divisão de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, por delegação de competência conferida pela Instrução nº 565, de 30 de maio de 1996, tendo em vista o preceituado no Art º 1º da Lei 1.004/96, regulamentada pelo Decreto nº 17.182 de 06 de março de 1996, resolve:
Conceder DECIMOS aos adicionais que trata a legislação supramencionada, ao seguinte servidor abaixo identificado:

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR	DECIMOS	
	FRAÇÃO	VIGÊNCIA
Nome: ADRIANA LUCIA PEREIRA GOES Matrícula nº 0023.435-4 Processo nº 0082.009950/99	1/10 DF-04	23/09/97

SINVAL LUCAS DE SOUZA FILHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 3 DE AGOSTO DE 1999

O Diretor da Divisão de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, por delegação de competência conferida pela Instrução nº 565, de 30 de maio de 1996, tendo em vista o preceituado no Art º 1º da Lei 1.004/96, regulamentada pelo Decreto nº 17.182 de 06 de março de 1996, resolve:
Conceder DECIMOS aos adicionais que trata a legislação supramencionada, ao seguinte servidor abaixo identificado:

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR	DECIMOS	
	FRAÇÃO	VIGÊNCIA
Nome: OMAR DOS SANTOS Matrícula: 0072.307-X Processo nº 0082.019718/98	1/10 DF-07 1/10 DF-09	25/12/96 25/12/97

Conceder DECIMOS aos adicionais que trata a legislação supramencionada, ao seguinte servidor abaixo identificado:

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR	DECIMOS	
	FRAÇÃO	VIGÊNCIA
Nome: MARIA DIONE G. DO AMARAL Matrícula: 0070.720-1 Processo nº 0082.010225/98	Substituir 2/10 DF-02 por 1/10 DF-04 1/10 DF-04	 22/11/96 22/11/97

SINVAL LUCAS DE SOUZA FILHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 4 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução n.º 551, de 31.01.96, **resolve:**
Retificar a data de início da LICENÇA PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE concedida à servidora MARIA CRISTINA RODRIGUES, Professora MG2Q, matrícula 35.848-7, de 22/01/99 para 24/02/99, conforme o processo n.º 082.000995/99.

SINVAL LUCAS DE SOUZA FILHO

ORDENS DE SERVIÇO DE 6 DE AGOSTO DE 1999

O Diretor da Divisão de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, por delegação de competência conferida pela Instrução nº 565, de 30 de maio de 1996, tendo em vista o preceituado , na Lei 6.732/79, na Lei 8.911/94, na Portaria nº 114/SEA de 18 de agosto de 1994 e no Art. 6º da Lei 1.004/96

de 11/01/96, regulamentada pelo Decreto nº 17.182 de 06 de março de 1996, resolve:
Conceder QUINTOS, transformando-os para Décimos a partir de 01.02.96 em conformidade com a legislação supra mencionada ao(s) servidor(es) abaixo discriminados(s):

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR	QUINTOS		TRANSFORMAÇÃO PARA DÉCIMOS	
	FRAÇÃO	VIGÊNCIA	FRAÇÃO	VIGÊNCIA
Nome: JOSE ISRAEL SOBRINHO Matrícula nº: 0052.646-0 Processo nº: 0082.009982/99	2/5 DF-10	12/07/94	4/10 DF-10	01.02.96

O Diretor da Divisão de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, por delegação de competência conferida pela Instrução nº 565, de 30 de maio de 1996, tendo em vista o preceituado no Art º 1º da Lei 1.004/96, regulamentada pelo Decreto nº 17.182 de 06 de março de 1996, resolve:
Conceder DECIMOS aos adicionais que trata a legislação supramencionada, ao seguinte servidor abaixo identificado:

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR	D E C I M O S	
	FRAÇÃO	VIGÊNCIA
Nome: JOSE ISRAEL SOBRINHO Matrícula nº 0052.646-0 Processo nº 0082.009982/99	1/10 DF-10	14/05/96

SINVAL LUCAS DE SOUZA FILHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 9 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução n.º 551, de 31.01.96, resolve:
AUTORIZAR a READAPTAÇÃO FUNCIONAL da servidora JUDITE MOURÃO DE OLIVEIRA, matrícula nº 79.244-6, de Agente de Educação/Serviços de Cozinha, para o cargo/Agente de Educação/Portaria, conforme processo nº 082.012117/99.

SINVAL LUCAS DE SOUZA FILHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, nos termos do Artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinada com o Artigo 1º da Lei nº 221, de 27 de dezembro de 1991, aos servidores abaixo relacionados:

NOME	MAT.	LOCAL DE EXERCICIO	QUIN.	PERÍODO
VERA DE FÁTIMA ALVES	21.500-7	DRE/SANTA MARIA	1º	14.01.94 a 13.01.99
MARIA NEUMA GOMES E SILVA	22.542-8	DRE/SAMAMBAIA	1º	03.02.94 a 02.02.99
RENATA FARIA LAMAS	22.882-6	DRE/GAMA	1º	24.02.94 a 23.02.99
EMILIANE GONÇALVES	23.606-3	DRE/SOBRADINHO	1º	19.04.94 a 18.04.99
JONAS GOMES RODRIGUES	48.050-9	DRE/SANTA MARIA	1º	02.02.93 a 01.09.98
JOSÉLIA MARIA PINTO PULGAS	49.014-8	DRE/SAMAMBAIA	1º	20.04.93 a 19.04.98
JOSE SALVADOR DA SILVA	55.587-8	DRE/PP-CRUZEIRO	3º	05.09.92 a 04.12.97
CONSUELO DE MATOS	58.648-X	DRE/TAGUATINGA	3º	27.02.94 a 26.02.99
SONIA REGINA DE OLIVEIRA	58.937-3	DRE/TAGUATINGA	3º	21.03.94 a 20.03.99
ADRIANA CAMPOS UCHÔA	59.227-7	CEFDE	3º	30.04.94 a 29.04.99
ZILMA BATISTA	65.856-1	DRE/BRAZLANDIA	2º	05.10.93 a 04.10.98
ROSELENE BESERRA DE SOUSA	66.488-X	DRE/CEILANDIA	2º	11.04.94 a 10.04.99
SUZI CLEIA BARBOSA DA SILVA	66.502-9	DRE/TAGUATINGA	2º	12.04.94 a 11.04.99
CLÁUDIA MORAES DA COSTA	66.576-2	DRE/SAMAMBAIA	2º	19.04.94 a 18.04.99
VITÓRIA RÉGIA ALVAS FARINA	66.600-9	DRE/CEILANDIA	2º	20.04.94 a 19.04.99
GLYCERIO HEVANDRO M. NOGUEIRA	73.851-4	DRE/N.BANDEIRANTE	4º	25.04.93 a 24.04.98
MARIA ZÉLIA DE C. AZEVEDO	74.136-1	DRE/SOBRADINHO	2º	17.04.94 a 16.04.99
FRANCISCA MARIA DOS SANTOS BARBOSA	77.745-5	DRE/GAMA	4º	21.03.94 a 20.03.99
ELIZABETH ROBERTO DE SOUZA	77.845-1	DRE/TAGUATINGA	2º	02.04.94 a 01.04.99
BELIZE LOURENÇO DE OLIVEIRA	77.874-5	DRE/PLANALTINA	4º	11.05.94 a 10.05.99

SINVAL LUCAS DE SOUZA FILHO

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, e ainda o contido no Artigo 97, Inciso III, alínea b, Lei 8.112/90, resolve:
Conceder Licença Nojo ao servidor WALTER PEREIRA DE CASTRO, matrícula 68.499-6, no período de 29/07/1999 a 05/08/1999.

Conceder Licença Nojo ao servidor DEMERVAL BARBOSA VIEIRA, matrícula 59.800-3, no período de 28/07/1999 a 04/08/1999.

MANOEL CARNEIRO DE MENDONÇA NETO

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE CEILÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE CEILÂNDIA, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista o que dispõe o artigo 7º do decreto nº 14413, de 25 de novembro de 1992, e no uso das atribuições que lhe confere a Instrução nº 551, de 31/01/96, resolve:
Conceder o regime de tempo integral e dedicação exclusiva ao magistério -TIDEM, aos servidores abaixo especificados:
CRISTIANE ALVES DE OLIVEIRA, matrícula 31.970-8, Chesp 28.308/99, autorizada em 13/04/99, a partir de 13/04/99.
FÁBIO ANSELMO ELIZEU, matrícula 200.545-X, Chev 29.867/99, autorizada em 25/05/99, a partir de 25/05/99 a 23/12/99.
LINALDA DE ARRUDA BATISTA, matrícula 200.753-3, Chesp 32.200/99, autorizada em 04/08/99, a partir de 04/08/99.
MARIA APARECIDA FRANCISCA, matrícula 35.284-5, Chev 27273/99, autorizada em 02/06/99, a partir de 02/06/99 a 30/06/99, Chev 29577/99, autorizada em 01/07/99, a partir de 01/07/99 a 31/07/99, Chev 32211, autorizada em 01/08/99, a partir de 01/08/99 a 31/08/99.
MARIA DE FÁTIMA C. VALE, matrícula 37.224-2, Chev 27279/99, autorizada em 02/06/99, a partir de 02/06/99 a 30/06/99, Chev 29579/99, autorizada em 01/07/99, a partir de 01/07/99 a 30/07/99, Chev 32214, autorizada em 02/08/99 a partir de 02/08/99 a 30/09/99.

ALCIDES CORRÊA

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GUARÁ

ORDENS DE SERVIÇO DE 6 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GUARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31.01.96, e tendo em vista o disposto na Lei nº 197 de 04/12/91 e Lei nº 356 de 20/11/92, regulamentada pelo Decreto 14.413, de 25/11/92, resolve:
Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO - TIDEM, aos Professores abaixo relacionados:
Eloah Agostinho Pereira, matrícula 56.096-0, MG3Q, Chesp. autorizada a partir de 01.06.99, por meio do Oi. nº 307/94 a partir de 17.10.94
Jataçara Lelis Belesa Prado, matrícula 74.081-0, MG3Q, Chesp. autorizada a partir de 03.08.99, por meio do documento Oi. nº 035/94-DRE-DODF 057, pág. 21 a partir de 28.02.94;
Alessandro Mendes de Medeiros, matrícula 38.095-4, MG3Q, Chesp. autorizada a partir de 12.03.99, por meio do documento nº 07867/99-SLMP;
Cícero Francisco de Silva, matrícula 36.112-7, MG3Q, Chesp. autorizada a partir de 06.07.99, por meio documento nº 021/98 de 19.01.98;
Marisa Helena Gomes Lima Carneiro, matrícula 35.266-7, MG1Q, Chesp autorizada a partir de 30.06.99, por meio do documento nº 30571/99.

Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO - TIDEM, aos Professores abaixo relacionados:
Eloah Agostinho Pereira, matrícula 56.096-0, MG3Q, Chesp. autorizada a partir de 01.06.99, por meio do Oi. nº 307/94 a partir de 17.10.94
Jataçara Lelis Belesa Prado, matrícula 74.081-0, MG3Q, Chesp. autorizada a partir de 03.08.99, por meio do documento Oi. nº 035/94-DRE-DODF 057, pág. 21 a partir de 28.02.94;
Alessandro Mendes de Medeiros, matrícula 38.095-4, MG3Q, Chesp. autorizada a partir de 12.03.99, por meio do documento nº 07867/99-SLMP;
Cícero Francisco de Silva, matrícula 36.112-7, MG3Q, Chesp. autorizada a partir de 06.07.99, por meio documento nº 021/98 de 19.01.98;
Marisa Helena Gomes Lima Carneiro, matrícula 35.266-7, MG1Q, Chesp autorizada a partir de 30.06.99, por meio do documento nº 30571/99.

O DIRETOR DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GUARÁ, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Instrução nº 551, de 31.01.96, e tendo em vista o disposto na Lei nº 197 de 04 de dezembro de 1991 e Lei nº 356 de 23 de dezembro de 1992, regulamentada pelo Decreto nº 14.413 de 25 de novembro de 1992, resolve:
Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO-TIDEM aos Professores abaixo relacionados:
Cidnéia Pires Santoro, matrícula 23.683-7, ME-3V, Chev. nº 030942/99-SLMP, pelo período de 20.07.99 a 23.12.99;
Tânia Curi Garcia, matrícula 27.863-7, MG1V, Chev. nº 030655/99-SLMP, pelo período de 02.08.99 a 30.10.99;
Sunamita de Carvalho Ferreira, matrícula 33.989-X, Chev. nº 20788/99-SLMP, pelo período de 07.05.99 a 23.12.99;
Joana D´arc Moreira, matrícula 34.199-1, ME3V, Chev. nº 30941/99-SLMP, pelo período de 20.07.99 a 23.12.99;
Carla Rejane S. Torrres, matrícula 39.309-6, MG3V, Chev. nº 30653/99, pelo período de 02.08.99 a 30.10.99;
Djanira Pereira Lima, matrícula 48.536-5, Chev. nº 30661/99, pelo período de 02.08.99 a 30.10.99.

JANDIR ALVES TEIXEIRA

CENTRO DE ENSINO 05 DO GUARÁ
ORDEM DE SERVIÇO DE 6 DE AGOSTO DE 1999

A DIRETORA DO CENTRO DE ENSINO 05 DO GUARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução n.º 551, de 31.01.96, e tendo em vista o disposto no artigo 97, item III, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, resolve:
Conceder Licença Gala a Professora Maria José Batista Guedes, matrícula 66.177-5, pelo período de 09.07.99 a 16.07.99.

MARIA EUZA GÓIS SIQUEIRA MARRA

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PARANOÁ

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR DA REGIONAL DE ENSINO DO PARANOÁ , no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a lei 197, de 04 de dezembro de 1991, Decreto n.º 14.413, de 25 de novembro de 1992, e no uso das atribuições que lhe confere a Instrução n.º 551 de 31.01.96, resolve:

TORNAR SEM EFEITO o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO-TIDEM, concedido a professora **Eliana Oliveira dos Santos, matrícula n.º 200.613-8**, publicado no DODF n.º 147, de 02.08.99, página 24.

CONCEDER Licença Gala a servidora Ana Soares dos Santos, matrícula n.º 65.832-4, no período de 12.06.99 à 19.06.99.

JADIR SOARES DOS REIS

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SAMAMBAIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE AGOSTO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SAMAMBAIA, por delegação de competência, nos termos da Instrução nº 551 de 31.01.96 no item 1.36, resolve:

Conceder Gratificação pelo Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva do Magistério Público do Distrito Federal - TIDEM, conforme artigo 7º do Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, aos servidores abaixo relacionados:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	DATA INÍCIO
35.493-7	Alessandra Passos de Q. Cavalcanti	MG1Q	15/05/99
200.550-6	Luiz Washington Martinele da Silva	MG2Q	02/08/99
32.950-9	Márcia Chrysóstimo G. Chaves	MG3Q	04/08/99

Conceder Gratificação pelo Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva do Magistério Público do Distrito Federal - TIDEM, conforme artigo 7º do Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, aos servidores abaixo relacionados:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	DATA INÍCIO	DT. FIM
35.493-7	Alessandra Passos de Q. Cavalcanti	MG1V	12/02/99	14/05/99
38.242-6	Patrícia Alves de Sousa	MG1V	31/03/99	06/07/99
200.149-7	Ceni Brandão de Mendonça	MG1V	09/06/99	04/10/99

ANA MAGALY CIRQUEIRA NOGUEIRA

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SOBRADINHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE AGOSTO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551 de 31 de Janeiro de 1996, e tendo em vista o que dispõe nos termos do Artigo 97, inciso III, alínea b, da Lei nº 8.112/90, resolve,
Conceder LICENÇA NOJO a servidora MARA LUCIA MOREIRA DA SILVA, matrícula 31.115-4, Especialista de Educação/Orientadora Educacional-ME3Q, pelo período de 30/07/99 a 06/08/99.

TÂNIA MARIA SALVADOR FERRAZ PAIVA

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA

CENTRO EDUCACIONAL Nº 05 DE TAGUATINGA
ORDEM DE SERVIÇO DE 4 DE AGOSTO DE 1999

A DIRETORA DO CENTRO EDUCACIONAL Nº 05 DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, e tendo em vista o que dispõe o artigo 97, item III "a" da Lei nº 8112/90, resolve:
Conceder licença gala a servidora ALDENITA ASSIS DOS REIS, matrícula nº 22.449-9, pelo período de 03/08/99 A 10/08/99.

SANDRA MARIA NUNES DE MIRANDA

ESCOLA CLASSE 21 DE TAGUATINGA
ORDEM DE SERVIÇO DE 9 DE AGOSTO DE 1999

A DIRETORA DA ESCOLA CLASSE 21 DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, e tendo em vista o que dispõe o artigo 97, item I da Lei nº 8112/90, resolve:
Conceder licença para doação de sangue a servidora LILIANE GONZAGA DA SILVA, matrícula nº 42107-3 pelo período 09/04/99.

SILVANA APARECIDA FRANÇA

SECRETARIA DE SAÚDE

PORTARIA DE 4 DE AGOSTO DE 1999

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 3º do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976, resolve:
Cessar o pagamento de Gratificação por Encargo em Gabinete, na categoria de Assistente concedida ao servidor SÍLVIO JOSÉ DE ALMEIDA, Motorista, matrícula nº 91.815-6, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.
Conceder o pagamento de Gratificação por Encargo em Gabinete, na categoria de Assistente ao servidor JOÃO JACINO NETO, matrícula nº 30.438-7, Técnico de Administração Pública, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

JOFRAN FREJAT

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 9 DE JUNHO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto nos Decretos 17.182, de 06.03.96 e 20.264, de 25.05.99, que trata da reestruturação da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, resolve:
Alterar o Adicional de Décimos dos servidores abaixo relacionados:
Nome: ISRAEL BARBOSA VERAS
Matrícula: 30.478-6
Processo nº: 150.000.309/94
Alterar 2/10 do DF-02 de Chefe da Seção de Pessoal da Secretaria de Cultura e Esporte, para 2/10 do DF-10 de Chefe da Divisão de Pessoal da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, a partir de 27.05.99, fincando as parcelas incorporadas do servidor da seguinte forma: 4/10 do DF-10 e 5/10 do DF-05.
Nome: NOÉLIA LIMA ARAÚJO
Matrícula: 31.019-0
Processo nº: 141.004.302/96
Alterar 2/10 do DF-05 de Chefe da Seção de Orçamento e Finanças da Secretaria de Cultura e Esporte, para 2/10 do DF-10 de Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, a partir de 27.05.99, fincando as parcelas incorporadas da servidora da seguinte forma: 4/10 do DF-03 e 2/10 do DF-10.

MARIA DOS PRAZERES DA SILVA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 12 DE AGOSTO DE 1999

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, resolve:

Conceder Licença sem Vencimentos para Trato de Interesses Particulares a servidora **LÍGIA DE AZEVEDO SANTULLO,** matrícula 129.944-1, Assistente Superior de Saúde (Nutricionista), 2ª Classe, Padrão V, lotada no HRT, por um período de 03 (três) anos, nos termos do artigo 91, da Lei 8.112/90, alterada no âmbito do Distrito Federal pelo artigo 5º da Lei nº 1.864 de 19 de janeiro de 1998, conforme autos do processo nº 061.030459/99.

JOFRAN FREJAT

INSTRUÇÃO DE 12 DE AGOSTO DE 1999

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Designar os servidores MARIA DILMA ALVES TEODORO, matrícula nº 128.424-0, ANTÔNIO ALENCAR ARARIPE NETO, matrícula nº 136.896-6 e MARIA DAS DORES DE ARAÚJO CARVALHO, matrícula nº 352.359-4 para, sob a presidência do primeiro, comporem a Junta de Perícia Médica, objetivando avaliar a capacidade laborativa do servidor JOSÉ ROBERTO CAVALCANTE, conforme consta do processo nº 061.006.932/99.

Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

JOFRAN FREJAT

REGIONAL DE SAÚDE DO GAMA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 53, DE 9 DE AGOSTO DE 1999

A DIRETORA REGIONAL DE SAÚDE DO GAMA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do item 2 da instrução n.º 05 de 11 de fevereiro de 1.999, da Presidência da FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, resolve:
Aplicar a penalidade disciplinar de **ADVERTÊNCIA**, à servidora MARLI RODRIGUES BRAGA, AIS (AOSD- Enfermagem), matrícula n.º 128.286-7, com base no artigo 129 da Lei 8.112/90, pela violação ao preceito do artigo 116, inciso X do mesmo diploma legal, conforme apurado nos autos do processo n.º 061.033.931/99.
Aplicar a penalidade disciplinar de **ADVERTÊNCIA**, à servidora MARLENE BARBOSA DA SILVA, AIS (AOSD - Limpeza e Conservação), matrícula n.º 133.176-1, com base no artigo 129 da Lei 8.112/90, pela violação ao preceito do artigo 116, inciso IX do mesmo diploma legal, conforme apurado nos autos do processo n.º 061.033.931/99.

WALKÍRIA BARBOSA LIMA DE CARVALHO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 54, DE 9 DE AGOSTO DE 1999

A DIRETORA REGIONAL DE SAÚDE DO GAMA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do item 2 da instrução n.º 5 de 11 de fevereiro de 1.999, da Presidência da FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, resolve:
AUTORIZAR, o afastamento dos servidores a seguir relacionados nos períodos abaixo mencionados:
MARIA DE JESUS MOTA COELHO, ASS (Médico Ginecologia e Obstetricia), matrícula n.º 128.386-3, no período de 19 a 22.08.99, para participar do VI CONGRESSO MÉDICO DE BRASÍLIA, a realizar-se em Brasília - DF;
LUIZ CARLOS DE REZENDE LOPES, ASS (Médico Tisiliologia), matrícula n.º 131.526-9, no período de 08 a 11.09.99, para participar do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ENDOSCOPIA RESPIRATÓRIA, a realizar-se Recife - PE;
CLEINE DE FREITAS BRITO REGO, ASS (Médico Pediatra), matrícula n.º 129.804-6, no período de 10 a 12.11.99, para participar do 2º CONGRESSO DE PEDIATRIA DE BRASÍLIA, a realizar-se em Brasília – DF.

WALKÍRIA BARBOSA LIMA DE CARVALHO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 55, DE 10 DE AGOSTO DE 1999

A DIRETORA REGIONAL DE SAÚDE DO GAMA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do item 2 da Instrução n.º 05 de 11 de fevereiro de 1999, da Presidência da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, resolve:
DESIGNAR, os servidores JOSÉ ADILSON BARBOZA, AIS (Auxiliar de Enfermagem), matrícula n.º 126.809-1; MARILENE CARVALHO DE SOUZA, AIS (Auxiliar de Enfermagem), matrícula n.º 126.854-6 e EDNA MARIA ALVES DE OLIVEIRA, AIS (Auxiliar de Enfermagem), matrícula n.º 126.849-0, para sob a presidência do primeiro comporem Comissão de Sindicância, para apurar os fatos constantes no processo n.º 061.033.550/99, devendo todos os envolvidos serem notificados de tudo, desde o início dos trabalhos, os quais devem ser concluídos dentro de 30 (trinta) dias a partir da data de publicação do presente ato, com base no parágrafo único do artigo 145 da Lei 8.112/90 e Instrução n.º 04/99 – FHDF.

WALKÍRIA BARBOSA LIMA DE CARVALHO

REGIONAL DE SAÚDE DO GUARÁ

ORDEM DE SERVIÇO DE 9 DE AGOSTO DE 1999

A DIRETORA DA DIREÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO GUARÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Instrução n.º 05 de 11 de fevereiro de 1999, item 2, subitem 2.4d, resolve:

Conceder a servidora abaixo discriminada, licença nojo por 08 dias consecutivos, nos termos do artigo 97, inciso III, alínea "b", da Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990.

ROSEMARY PEREIRA NEVES, AIS/Técnica em Laboratório - Patologia Clínica, mat. 114.416-2, no período de 25/07/99 a 01/08/99, por motivo de falecimento de sua mãe.

ANA MARIA RAULINO DE MEDEIROS COLY

INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 36, DE 9 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e de acordo com disposto no art. 10 do Decreto n.º 14.647, de 25.03.93, combinado com o item 05 da Portaria n.º 01/95-SEA, de 05.01.95, resolve:
Cessar os efeitos da O. S. n.º 11, de 19.02.98, publicada no DODF. n.º 39 de 27.02.98, pág. 23, que designou servidores para comporem a Comissão Setorial de Avaliação de Desempenho e Aferição do Mérito da Divisão de Administração Geral – ISDF.
Designar os servidores CLEBER NILTON DO CARMO PRIMO, matrícula n.º 100.540-5, ADRIANA FONSECA ZEREDO, matrícula n.º 200.894-7 e CARLITA CAMARGO FELIX, matrícula n.º 200.815-7, para sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão Setorial de Avaliação de Desempenho e Aferição de Mérito da Divisão de Administração Geral, com o objetivo de Auxiliar a Comissão Central de Avaliação de Desempenho e Aferição de Mérito dos servidores do ISDF.

JORGE CAETANO JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 37, DE 9 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e de acordo com disposto no art. 10 do Decreto n.º 14.647, de 25.03.93, combinado com o item 05 da Portaria n.º 01/95-SEA, de 05.01.95, resolve:
Cessar os efeitos da O. S. n.º 12, de 19.02.98, publicada no DODF. n.º 39 de 27.02.98, pág. 23, que designou servidores para comporem a Comissão Setorial de Avaliação de Desempenho e Aferição do Mérito da Gerência de Controle de Zoonoses – ISDF.
Designar os servidores TEREZINHA MARINHO DA COSTA, matrícula n.º 100.758-1, FÁBIO FREITAS TORRES, matrícula n.º 43.541-4 e MARIA DAS DORES SILVA FERRÃO, matrícula n.º 100.740-8, para sob a presidência da primeira , constituírem Comissão Setorial de Avaliação de Desempenho e Aferição de Mérito da Gerência de Controle de Zoonoses, com o objetivo de Auxiliar a Comissão Central de Avaliação de Desempenho e Aferição de Mérito dos servidores do ISDF.

JORGE CAETANO JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 38, DE 9 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – ISDF, no uso das atribuições regimentais, e, tendo em vista o disposto no artigo 10 do Decreto nº 14.647 de 25/3/93, combinado com o item 5 da Portaria nº 1/95 – SEA de 5/1/95, resolve:
CESSAR OS EFEITOS das Ordens de Serviço nº 10 de 19/02/98, publicada no DODF nº 39 de 27/02/98, pág. 23, e 49 de 08/07/98, publicada em 14/07/98, pág. 20, que designou servidores para comporem a Comissão Setorial de Avaliação de Desempenho da Gerência de Biologia Médica do Instituto de Saúde do Distrito Federal.
DESIGNAR as servidoras JERUSA SOUZA DE OLIVEIRA FRANÇA, matrícula nº 200.954-4, MARIA DA GLÓRIA SAMPAIO RIBEIRO, matrícula nº 136.616-5 e KÁTIA PIRES CAUPER BARBOSA, matrícula nº 136.644-1 para sob a presidência da primeira, constituírem a Comissão Setorial de Avaliação de Desempenho e Aferição de Mérito da Gerência de Biologia Médica, com o objetivo de auxiliar a Comissão Central de Avaliação e Aferição do Mérito dos servidores do Instituto de Saúde do Distrito Federal.

JORGE CAETANO JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 39, DE 9 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – ISDF, no uso das atribuições regimentais, e, tendo em vista o disposto no artigo 10 do Decreto nº 14.647 de 25/3/93, combinado com i item 5 da Portaria nº 1/95 – SEA de 5/1/95, resolve:
CESSAR OS EFEITOS da Ordem de Serviço nº 13 de 19/02/98, publicada no DODF nº 39 de 27/02/98, pág. 23, que designou servidores para comporem a Comissão Setorial de Avaliação de Desempenho da Gerência de Bromatologia e Química do Instituto de Saúde do Distrito Federal.
DESIGNAR os servidores CARMELITA MARASLIS GONTIJO, matrícula nº 200.847-5, IRAÍDES SEVERINO BOTELHO, matrícula nº 200.903-0, JOÃO FRANCISCO CAVALCANTE, matrícula nº 200.869-4, para sob a presidência da primeira, constituírem Comissão Setorial de Avaliação de Desempenho e Aferição de Mérito da Gerência de Bromatologia e Química, com o objetivo de auxiliar a Comissão Central de Avaliação de Desempenho e Aferição do Mérito dos servidores do Instituto de Saúde do Distrito Federal.

JORGE CAETANO JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 40, DE 9 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – ISDF, no uso das atribuições regimentais e, tendo em vista o disposto no artigo 10 do Decreto nº 14.647 de 25/3/93, combinado com o item 5 da Portaria nº 1/95 – SEA de 5/1/95, resolve:
CESSAR OS EFEITOS das Ordens de Serviço de números 22 de 4/3/96 publicada no DODF nº 159 de 16/08/96, pág. 6753 e 52 de 4/6/97 publicada no DODF nº 111 de 13/06/97, pág. 4258 que designou servidores para comporem a Comissão Central de Avaliação de Desempenho e Aferição do Mérito do Instituto de Saúde do Distrito Federal.
DESIGNAR LILA APARECIDA PINHEIRO DE ALVARENGA SALDANHA, matrícula nº 100.466-2, WALDELÍCIA CAVALCANTE SARMENTO, matrícula nº 250.103-1, PAULO CÉSAR PEIXOTO, matrícula nº 200.866-1, JANE ROCHA FIGUEIROA, matrícula nº 200.839-4 e MÁRCIO VAZ DE MELLO, matrícula nº 200.896-3, para sob da presidência da primeira, constituírem a Comissão Central de Avaliação de Desempenho e Aferição do Mérito dos servidores do Instituto de Saúde do Distrito Federal.

JORGE CAETANO JÚNIOR

SECRETARIA DE OBRAS

PORTARIA Nº 8, DE 12 DE AGOSTO DE 1999

O SECRETÁRIO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve :
Designar **HUMBERTO DE MELO FALCÃO FILHO,** matrícula n.º 43.630-5, **JOÃO RIBEIRO JUNIOR,** matrícula n.º 43.637-2, **JORGE VICENTE ALVES DE ARAÚJO,** matrícula n.º 3.634-X, para sob a Presidência do primeiro, constituírem Comissão de Tomada de Contas Especial, afim de, no prazo de 60 (sessenta) dias, apurar os fatos de que trata o item IV da Decisão n.º 3808/99-TCDF.

TADEU FILIPPELLI

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 9 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso VIII, do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 15.342, de 20 de dezembro de 1993 e com base no Decreto 18.445 de 15.07.97, resolve:
Tornar sem efeito a Instrução de 28 de junho de 1999, publicada no DODF nº 127 de 05 de julho de 1999, página 015, por estar em desacordo com o disposto no Decreto nº 17.603/96 e Decreto nº 18.445/97.

Tornar sem efeito na Instrução de 17 de junho de 1999, publicada no DODF nº119 de 23 de junho de 1999, página 044, a designação de substituição do servidor Francisco de Assis Andrade, matrícula 94.205-7, Técnico de Atividades Rodoviárias, por estar em desacordo com o disposto no Decreto nº 17.603/96 e Decreto nº 18.445/97

Tornar sem efeito na Instrução de 30 de junho de 1999, publicada no DODF nº 127 de 05 de julho de 1999, página 015, as designações de substituições dos servidores abaixo relacionados, por estarem em desacordo com o disposto no Decreto nº 17.603/96 e Decreto nº 18.445/97 :
- Ana Hilda do Carmo Silva, matrícula 94.068-2, Técnico de Atividades Rodoviárias.
- Gilberto Nunes Veras, matrícula 93.945-5, Auxiliar de Atividades Rodoviárias.
- Anailton Alves da Silva, matrícula 94.344-4, Auxiliar de Atividades Rodoviárias.
- Patrícia Ferreira Amaral, matrícula 93.836-x, Auxiliar de Atividades Rodoviárias.

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

INSTRUÇÃO DE 10 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso VIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.342, de 20 de dezembro de 1.993, resolve: Averbar o tempo de serviço do servidor :

JOSIVALDO FERREIRA, matrícula 94.130-1. Processo 113.032.376/99. Averba : 14 anos, 00 mês e 09 dias, prestados ao INSS no período de : 16.02.78 a 10.04.78, 27.07.78 a 20.06.79, 01.04.80 a 14.08.80, 20.08.80 a 15.12.80, 29.04.81 a 05.11.81, 10.03.82 a 06.07.82, 08.07.82 a 30.05.87, 02.01.89 a 31.05.89 e 01.09.87 a 13.03.94, contados somente para fins de aposentadoria.

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

SECRETARIA DE TRANSPORTES

ATO DOS ORDENADORES DE DESPESAS

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Processo nº : 030.006237/99
Assunto : Reconhecimento de Dívida
Interessado : REGINALDO DE PAIVA BARROS

À vista das instruções contidas no presente processo, e do disposto nos artigos 38, inciso I, 39, incisos II e IV, e 51 a 64 do Decreto nº 16.098/94, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa e determino a emissão de nota de empenho, nota de lançamento e programa de desembolso, no valor de R$ 421.43 (quatrocentos e vinte e um reais e quarenta e três centavos), a favor de REGINALDO DE PAIVA BARROS, matrícula nº 42.618-0, Fiscal de Concessões e Permissões, referente ao pagamento de progressão funcional, correspondente ao período de setembro/97 a dezembro/98, correndo a despesa à conta da dotação do elemento de despesa 31.90.92 - Despesa de Exercícios Anteriores, Atividade 16.007.0021.8502 - Administração de Pessoal, do Orçamento desta Secretaria

Publique-se e encaminhe-se o presente à DAG/ST, para as devidas providências.

JANUARIO ELCIO LOURENÇO

SECRETARIA DE AGRICULTURA

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 99, DE 30 DE JULHO DE 1999

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o item IX, do artigo 26, do Estatuto da Entidade, aprovado pelo Decreto n.º 4.708, de 21 de junho de 1979; resolve: I - Conceder progressão funcional aos servidores relacionados abaixo, do quadro de pessoal da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, nos termos do Decreto nº 14.647, de 01 de abril de 1993 ; II - Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação desta Instrução, ocorrerão nas datas indicadas para cada servidor; III - Esta Instrução entrará em vigor na data de sua publicação.

MAT.	NOME	SIT.ATUAL			PROGRESSÃO			DATA
		CL	PD	REF	CL	PD	REF	
94.202-2	ALECI GONÇALVES DA COSTA	1ª	II	5B	1ª	III	6B	01/06/99
94.558-7	ALENCAR RODRIGUES DE SOUZA	2ª	I	8B	2ª	II	9B	20/06/99
93.246-9	ANTONIO BATISTA NETO	ESP	I	1B	ESP	II	2B	01/06/99
92.431-8	ANTONIO PINHEIRO LIMA	1ª	II	5B	1ª	III	6B	08/06/99
94.699-0	BALBINO VIEIRA DO NASCIMENTO	3ª	III	14B	3ª	IV	15B	29/06/99
94.194-8	CELSINO LOPES DOS SANTOS	1ª	II	5B	1ª	III	6B	01/06/99
94.201-4	CLAUBI ALVES PACHECO	1ª	II	5B	1ª	III	6B	01/06/99
93.878-5	DILSON PEREIRA DA SILVA	1ª	II	5B	1ª	III	6B	19/06/99
93.252-3	ERINALDO FERREIRA GUIMARAES	ESP	I	1B	ESP	II	2B	03/06/99
94.692-3	FELIX DA SILVA SANTAREM	3ª	III	14B	3ª	IV	15B	08/06/99
94.204-9	FRANCISCO RODRIGUES ROSA	1ª	II	5B	1ª	III	6B	01/06/99
94.696-6	FRANCISCO VIEIRA SANTIAGO	3ª	III	14B	3ª	IV	15B	13/06/99
94.203-0	GERALDO GOMES DOS S. SOBRINHO	1ª	II	5B	1ª	III	6B	01/06/99
94.197-2	GERALDO LOPES DOS SANTOS	1ª	II	5B	1ª	III	6B	20/06/99
94.561-7	GILBERTO BERNARDES DIAS	2ª	I	8B	2ª	II	9B	30/06/99
93.881-5	IVANILDO SALVIANO DA SILVA	1ª	I	4B	1ª	II	5B	27/06/99
94.689-3	JOAO ALVES DE SOUZA	3ª	III	14Z	3ª	IV	15Z	05/06/99
94.691-5	JOAO DE OLIVEIRA COSTA	3ª	III	14B	3ª	IV	15B	07/06/99
94.695-8	JOAO VIEIRA EVANGELISTA	3ª	III	14B	3ª	IV	15B	12/06/99
94.198-0	JORGELINO FRANCISCO DE SOUSA	1ª	II	5B	1ª	III	6B	01/06/99
93.249-3	JOSE ANCHIETA DE M. KIYOSHI	ESP	I	1B	ESP	II	2B	01/06/99
94.694-X	JURACY ROSENDO DOS SANTOS	3ª	III	14B	3ª	IV	15B	09/06/99
94.200-6	JUVENAL DE SOUSA CALDAS	1ª	II	5B	1ª	III	6B	01/06/99
94.690-7	KLEBER MARTINS FONTINELE	3ª	III	14Z	3ª	IV	15Z	05/06/99
93.746-0	MARIA DE LOURDES S. P. DE SOUZA	1ª	II	5B	1ª	III	6B	20/06/99
93.749-5	MAURO APARECIDO OLIVEIRA	1ª	II	5B	1ª	III	6B	23/06/99
94.693-1	ROGÉRIO TRINDADE DA SILVA	3ª	III	14B	3ª	IV	15B	09/06/99
93.748-7	ROSANGELA OLIVEIRA FARIAS	1ª	II	5B	1ª	III	6B	23/06/99
94.700-8	ROSEMAR DOS SANTOS	3ª	III	14Z	3ª	IV	15Z	29/06/99
94.199-9	RUBENS PEREIRA DA COSTA	1ª	II	5B	1ª	III	6B	01/06/99
93.248-5	SERGIO LEAO	ESP	I	1B	ESP	II	2B	01/06/99
93.251-5	VITOR FERREIRA GOMES	ESP	I	1B	ESP	II	2B	01/06/99
92.455-5	WALDIVINO DA ROCHA COUTO	ESP	I	1B	ESP	II	2B	22/06/99
94.010-0	ZUILA MARIA COSTA	1ª	I	4B	1ª	II	5B	01/06/99

AGUINALDO LELIS

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 100, DE 9 DE AGOSTO DE 1999

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe é outorgada pela Alínea "q" Inciso I do Artº 2º do Decreto nº 12.740/90, resolve: , Conceder pagamento de Adicional de Insalubridade, 10% (dez por cento), sobre o vencimento, a servidora OMESINA MAROJA LIMEIRA, matrícula nº 94.491-2, referente ao período de novembro/97 a dezembro/98, com base no Artº 68 da Lei nº 8.112, combinado com o Laudo de Insalubridade expedido pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal, em 28.04.99, anexado a peça nº 07 do processo de nº 073 001018/99-FZ.

AGUINALDO LELIS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 270, DE 5 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9º, Inciso X do Regimento aprovado pelo Decreto 19788 de 18 de novembro de 1998, resolve:

I - Designar para compor a Comissão Examinadora de Trânsito do DETRAN-DF, a partir de 01 de Agosto do ano corrente, nas seguintes funções:

1 – COORDENADOR

a) Pelo período de 01(um) mês:
Lécio Garcia Ortiz, Sebastião Luiz da Silva.

b) Pelo período de 02 (dois) meses:
Jane Nila dos Santos Reis, Walter José dos Santos.

c) Pelo período de 03(três) meses:
Bernardo Amorim Costa, José Newton Eufrázio.

2-EXAMINADOR

a) Pelo período de 03(três) meses:
Almir Freires da Silva, André Luiz Gomes, Andrea Alves da Costa, Aneci Gonçalves Mancio, Antônio Araújo Pereira, Antônio Gerson Arruda, Antônio Mendonça Leão, Antônio Paulo de Matos Rios, Antônio Pereira Alves, Ari Carlos Arruda, Benegildo Gomes da Silva, Carlos Aquino dos Santos, Carlos Augusto da Cunha Araújo, Carlos Geraldo V. Correia, Carlos Henrique Fernandes, Carlos Rezende Pinto, Celso Pereira Souto, Cleonice Magalhães de O. Araújo, Cleusa Evangelista Ferreira, Edi Cristina de S. Silva, Edilson Martins Jorge Ribeiro, Edmeia Rodrigues Florentino, Edson de Alcântara Leite, Edson Gomes Ribeiro, Elbio Cardoso Medina, Eliana Silva Costa, Elione Pereira Lima Lopes, Elizabeth Francisco Zordan, Elizabeth Maria Seabra Navarro, Eliziane Araújo Sales, Enio Brito Lopes, Fabiana Lúcia Elisabete Gibson, Fábio Antônio Paiva, Fábio Martino dos Santos, Fátima Elizabeth da Silva, Francisca Anacay de C. Nascimento, Francisco Carlos de C. Sobrinho, Francisco Clever Moreira, Francisco Fábio de O. Sampaio, Francisco Ronaldo G. Bezerra, Francisco Rubens R. de Albuquerque, Geralda Maria da Silva Salgado, Getúlio de Castro, Gilson de Oliveira, Haula Mohamed H. de Cerqueira, Hélio Marcelino de Oliveira, Hélio Neves Pereira, Herbert Santos Rodrigues, Idelfonso Freitas da Silva, Irineu Ferraz Dos Santos, Jefferson Teixeira Maciel, Jenilson Batista Medeiros, João Nunes da Rocha, João Rodrigues da Cunha Neto, José Fernandes de Souza, José Maria Albuquerque dos Santos, Jovelino Dias Fernandes, Juvenal Rodrigues Inácio, Laura Lúcia Pereira Gomes, Loudival José Duarte, Lúcia Helena Marcelino, Luciannette Araújo Souza, Luciano de Novaes Fernandes, Luciene Maria Vieira Mello, Lucimar da Silva Pereira, Lucy Dalva Pereira de Souza, Luiz Carlos Lima de Araújo, Luiz Carlos Marques da Costa, Luiz Fernando Ferreira de Araújo, Manoel Sacramento Porcidônio, Mara Lúcia Duarte Ferreira, Marco Andre de Barros, Marcos Leite de Araújo, Maria de Fátima da Silva Gonçalves, Maria Dijesus Silva de Carvalho, Maria Helena Araújo, Marilia Silva Santos Mesquita, Mário Teixeira Monteiro, Maura de Oliveira, Maurício Antônio de Pádua Ferreira, Messias Marcelino da Silva Neto, Moysalvo Albergaria Peres, Nael Cardoso de Pinho, Neide Sales de Oliveira, Otávio Manoel de Jesus, Raimundo Pereira Ramos, Rodrigo Lucinda Araújo, Rosa Aparecida Ferreira, Rosângela Antunes de Oliveira, Sandro Marinho do Nascimento, Tânia do Rego Barros Barbosa, Thelma Kremer Guedes, Valdenia Alves da Silva, Vilson Patrício de Faria.

b) Pelo período de 02 (dois) meses
Francisco Robério Cunha Mesquita

3 – SECRETÁRIO

a) Pelo período de 01(um) mês:
Edileia do Socorro Ferreira Viana.

b) Pelo período de 03(três) meses:
Alaide Valério da Silva, Alarico Mota Filho, Albert Einstein G. de Queiroz, Alceu Poleto, Aline Arantes Freitas, Antônio José Freire de Sousa, Atalício Magalhães, Carla Maria de Oliveira Campos, Eduardo Luis Silva, Elizia Silvane de Mello Pimenta, Francismeire Silva Januário, José Roberto da Silva, Kleyton Luiz Alves de Faria, Lenivalda Sousa dos Santos, Maria Benedita Miranda Solano, Pedro Sotero Barros Neto, Regina Lúcia P. do Nascimento, Ricardo Freitas Fernandes, Sílvia Dias Leitão, Valquiria Carneiro Oliveira.

II - Designar para compor a Comissão Examinadora de Trânsito da Banca Especial do DETRAN-DF, a partir de 01 de agosto do ano corrente, nas seguintes funções:

1 – COORDENADOR

a) Pelo período de 01 (um) mês:
Rachel Ribeiro Alves Barretos

2 - EXAMINADORES

a) Pelo período de 01(um) mês:
Amílcia Pereira da Cunha, Eduardo dos Santos Bueno, João Batista Teixeira Pinto, Patrícia Dantas Rocha, Paulo Ogulha Centurione.

3 – SECRETÁRIOS

a)Pelo período de 03 (três) meses:
Zenóbio Nunes da Silva

III – Designar para compor a Comissão Examinadora de Trânsito da Escola Pública de Trânsito, a partir de 1º de agosto, nas seguintes funções:

1 – EXAMINADORES

a) Pelo período de 01 (um) mês:
Ana Paula Rieder Rocha, Antonio Ferreira Rosa, Antonio Marinho de Oliveira, Antonio Paulino Sobrinho, Ariomar Moreira Lourenço, Aroldo José Beleza, Charles de Melo Trovão, Darilene Rufina da Silva, Dorvalina Lemos do Prado, Edilurdes Bose de Moura, Eliete Macquart Bayer, Erley Antonio da

Silva, Francisco de Assis Castro, Franck Alves da Silva, Ildete Ferreira de S. Tavares, Ione Colonna dos Santos Mendes,Isa de Barros, Issac Falcão Chaves, Jayme Amorim de Sousa, João Batista Pereira de Souza, Joel Rodrigues, Joaquim Alberto Peixoto Maia, José Erivelto Holanda Cavalcante, José Ferreira Rodrigues Júnior, Josefa Pereira de Alencar, Kleybe Alves da Silva, Laurene Gomes de Souza, Lisbeth Farly de S. Farias, Magda de Melo Brandão, Marcelo Vinicius Granja, Marcos Antonio Melo Monteiro, Maria Cristina Jorba Arantes, Maria Elizabeth da Silva Felipe, Maria José Geneide C. da Silva, Osvaldo Pedro de Melo, Raimundo Nonato Lago Filho, Roberto Fulan, Rogério Santos Soares, Sildésia Maria Cândida, Silvia da Conceição G. da Costa, Valdir Mesquita.

2 – SECRETÁRIOS

a)Pelo período de 03 (três) meses:

a.1) DIVEDUC:

Geraldo Luiz Batista.

IV - Correção da Instrução de Serviço N.º 225/99 – Julho

a) Nomear como secretários - por 3 (três) meses - a partir de 1º de julho de 1999; Arlene Marques Queiroz, Ediléia Ursulina G. Mendonça, Elizangela Amado de Souza, Gesanilda Araújo Carvalho, Glaucia Maria O. Soares, Jane Noemia P. Souza, Leonilde Alves da Cruz

b) Nomear por 1(um) mês a partir de 1º de Julho de 1999 Nídia Paula Rosa Leitão.

c) Nomear por 1(um) mês a partir de 1º de Julho de 1999 como examinadora da EPT. Laurene Gomes de Souza

V - Exonerar Coordenadores, Examinadores e Secretários – Exames de Direção e Escola Pública:

Antônio Randolfo Cristino, Elisangela Sousa Silva, João Batista dos Santos, José Newton Eufrázio, Nilson Leonardo Oliveira Maria Janete Silveira Correia, Miguel Sales de Aguiar, Rosângela de Freitas Vasconcelos.

ALMIR MAIA RIBEIRO

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 284, DE 5 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 81, Inciso VIII, do Regimento aprovado pelo Decreto 19.788 de 18 de novembro de 1988, e ainda, acatando ao que está previsto no art. 143, da lei n. 8.112/90, resolve: , designar, E MARCOS ROBERTO CESAR DA SILVA , matrícula 1.158-4 (COPER), MARIA LUISA LOPES BATISTA AGUIAR matrícula 1.161-4 (COPER) E MÁRIO FERNANDO DE FREITAS matrícula 770-6 (COPER) para sob a presidência do primeiro, comporem comissão de SINDICÂNCIA com a finalidade de apurar o objeto constante no processo n. 055-13.360/99, além de outros fatos que venham a surgir com relação ao mesmo assunto.

ALMIR MAIA RIBEIRO

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 285, DE 5 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 81, Inciso VIII, do Regimento aprovado pelo Decreto 19.788 de 18 de novembro de 1988, e ainda, acatando ao que está previsto no art. 143, da lei n. 8.112/90, resolve: , designar, MÁRIO FERNANDO DE FREITAS matrícula 770-6 (COPER), MARIA LUISA LOPES BATISTA AGUIAR matrícula 1.161-4 (COPER) E MARCOS ROBERTO CESAR DA SILVA , matrícula 1.158-4 (COPER) para sob a presidência do primeiro, comporem comissão de PROCESSO ADMINISTRTIVO DISCIPLINAR com a finalidade de apurar o objeto constante no processo n. 055-013.829/99, além de outros fatos que venham a surgir com relação ao mesmo assunto.

ALMIR MAIA RIBEIRO

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 286, DE 5 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 81, Inciso VIII, do Regimento aprovado pelo Decreto 19.788 de 18 de novembro de 1988, e ainda, acatando ao que está previsto no art. 143, da lei n. 8.112/90, resolve: , designar, MÁRIO FERNANDO DE FREITAS matrícula 770-6 (COPER), MARIA LUISA LOPES BATISTA AGUIAR matrícula 1.161-4 (COPER) E MARCOS ROBERTO CESAR DA SILVA , matrícula 1.158-4 (COPER) para sob a presidência do primeiro, comporem comissão de SINDICÂNCIA com a finalidade de apurar o objeto constante no processo n. 055-011.067/99, além de outros fatos que venham a surgir com relação ao mesmo assunto.

ALMIR MAIA RIBEIRO

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 287, DE 3 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, Inciso XLI, do Regimento Interno do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 19.788, de 18 de novembro de 1998 resolve: CONSTITUIR comissão integrada pelos servidores IDELFONSO FREITAS DA SILVA, matrícula nº 00.336-0; SILDÉSIA MARIA CÂNDIDA, matrícula nº 01.117-7; GERALDO ANDRÉ BARBOSA, matrícula nº 01.131-2; e, DANIEL DE MORAES AGUIAR, matrícula nº 01.482-6 para, sob a presidência do primeiro, vistoriar as instalações; relacionar, embalar, etiquetar e lacrar documentos, equipamentos, mobiliário e demais bens materiais existentes no Posto de Atendimento da DIVTRAN II do DETRAN/DF, localizado no Terminal Rodoviário de Taguatinga, visando o encerramento das atividades do DETRAN naquela instalação e conseqüente devolução do imóvel ao órgão locador.

ALMIR MAIA RIBEIRO

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 288, DE 2 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9º, Inciso X do Regimento aprovado pelo Decreto nº 19788 de 18 de novembro de 1998, resolve:

APREENDER com fulcro nos Artigos 22 Inciso I,II e 256 Incisos III e VII da Lei nº 9.503, de 23.09.97, a Carteira Nacional de Habilitação abaixo especificada. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor, devendo obrigatoriamente fazer o Curso de Reciclagem de Condutores.

Processo nº : Categoria/UF: **"A2C-B"/DF**
Interessado : **NEI DIAS DA SILVA**
Prontuário : 00055552281
Infração : Artigo 175- do CTB
Período : 01 (um) mês, a partir de 30.07.99

ALMIR MAIA RIBEIRO

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 289, DE 30 DE JULHO DE 1999

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º, Inciso X da Lei 1991 de 02.07.98 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 19788, de 18 de novembro de 1998, resolve: APREENDER com fulcro no artigo 22 Incisos I, II e Artigo 256 Incisos III e VII, da lei nº 9.503, de 23.09.97, a Carteira Nacional de Habilitação abaixo especificada. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor.

PROCESSO Nº :
INTERESSADO : ANTÔNIO FRANCISCO VIANA DA SILVA
PRONTUÁRIO : 001.449.754-19/DF
INFRAÇÃO : Artigo 210 do CTB
PERÍODO : 01 (um) mês, a partir de 19/7/99.

ALMIR MAIA RIBEIRO

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 290, DE 4 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9º, Inciso X do Regimento aprovado pelo Decreto nº 19788 de 18 de novembro de 1998, resolve:

APREENDER com fulcro nos Artigos 22 Inciso I,II e 256 Incisos III e VII da Lei nº 9.503, de 23.09.97, a Carteira Nacional de Habilitação abaixo especificada. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor, devendo obrigatoriamente fazer o Curso de Reciclagem de Condutores.

Processo nº : Categoria/UF: **"B"/DF**
Interessado : **EUDSON DA SILVA SOUZA**
Prontuário : 00605896505
Infração : Artigo 175- do CTB
Período : 02 (dois) meses, a partir de **13.07.99**

ALMIR MAIA RIBEIRO

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 291, DE 4 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9º, Inciso X do Regimento aprovado pelo Decreto nº 19788 de 18 de novembro de 1998, resolve:

APREENDER com fulcro nos Artigos 22 Inciso I,II e 256 Incisos III e VII da Lei nº 9.503, de 23.09.97, a Carteira Nacional de Habilitação abaixo especificada. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor, devendo obrigatoriamente fazer o Curso de Reciclagem de Condutores.

Processo nº : Categoria/UF: **"E"/DF**
Interessado : **DEIBE ALVES TARGINO**
Prontuário : 00044305665
Infração : Artigo 175- do CTB
Período : 03 (três) meses, a partir de **30.07.99**

ALMIR MAIA RIBEIRO

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 292, DE 9 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN), no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 81, inciso XLI do regimento aprovado pelo Decreto n º 19.788 de 18 de novembro de 1998, resolve: Conceder LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, conforme Artigo 87 da Lei 8.112/90, aos servidores abaixo relacionados:

MATRÍCULA	NOME	LOTAÇÃO	QUINQUÊNIO (S)
00.628-9	JECONIAS BUENO LOBO	SEMPLA I	28/09/92 A 26/09/97
00.686-6	ERNANE GOMES ALVES	SERCONT	02/08/93 A 31/07/99
00.691-2	ADILSON DOS REIS VELLASCO	SERTRAN II	09/09/93 A 07/09/98
00.730-7	DORVALINA LEMOS PRADO	DIRAF	18/07/94 A 16/07/99
00.878-8	ISAEL CAETANO DE FARIA	SERCONT	12/06/94 A 10/06/99
00.888-5	LAURA LÚCIA PEREIRA GOMES	SERMED	13/06/94 A 11/06/99
00.900-8	ANA LÚCIA RIBEIRO NETTO DUTRA	SERPES	15/06/94 A 13/06/99
00.908-3	MIRIAM DA SILVA	DIVPOL	18/06/94 A 16/06/99
01.279-3	ROSÂNGELA ANTUNES DE OLIVEIRA	DIVENG	19/07/94 A 17/07/99

ALMIR MAIA RIBEIRO

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 294, DE 3 DE MAIO DE 1999

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 37 inciso XVI do Regimento aprovado pelo decreto 19788 de 18 de novembro de 1998 resolve: DESIGNAR com fulcro na Resolução 80 Artigo 2º - CONTRAN, os médicos abaixo relacionados para comporem a JUNTA MÉDICA ESPECIAL, com o fim de reavaliarem os candidatos e condutores a obtenção e renovação da Carteira Nacional Habilitação no mutirão a ser realizado neste DETRAN.

01 – JOSE MARIO COSTA	CRM 1780
02 – VICENTE DE MELO	CRM 1794
03 – JOAO BATISTA TEIXEIRA PINTO	CRM 2196
04 – ANELINO JOSE DE RESENDE	CRM 2507
05 – HIPOLITO GONCALVES S DIOGO	CRM 923
06 – ANTONIO ANDRADE FARIA NETO	CRM 9324
07 – CARLOS AUGUSTO FONSECA AYRES	CRM 1468
08 - MIRELA ALVES VIAS MARTINS	CRM 8456
09 – GERALDO JOSE DE SOUZA	CRM 2357

ALMIR MAIA

POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA-GERAL

ORDENS DE SERVIÇO DE 9 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 3, alínea "a" da Portaria nº 034/93-SSP, de 21.06.93, resolve:

Retificar o item II da Ordem de Serviço de 27.05.99, publicada no DODF nº 105, de 02.06.99, que dispensou, a pedido, a Perito Médico-Legista MARGARIDA HELENA SEREJO MACHADO, matrícula nº 39.476-9, de exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-05, de Chefe da Seção de Perícia no Vivo/DPML/CPT/PCDF, a partir de 11.05.99, ONDE SE LÊ: a partir de 11.05.99, LEIA-SE: a partir de 02.06.99.

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 3, alínea "a" da Portaria nº 034/93-SSP, de 21.06.93, e nos termos do artigo 1º, e itens I e IV, do artigo 2º do Decreto nº 5.004, de 20.12.79, alterado pelo Decreto nº 6.608, de 09.02.82, e o disposto no Decreto nº 17.603, de 15.08.96, alterado pelo Decreto nº 18.445, de 15.07.97, resolve:

Retificar a Ordem de Serviço de 27.05.99, publicada no DODF nº 105, de 02.06.99, que dispensou, a pedido, o Perito Médico-Legista CARLOS HENRIQUE DIAS AZEVEDO, matrícula nº 26.825-9, de substituir JOSÉ RIBAMAR RIBEIRO MALHEIROS, matrícula nº 26.818-6, Diretor da Divisão de Perícia Médico-Legal/IML/CPT/PCDF, Código DFG-10, a partir de 11.05.99, ONDE SE LÊ: a partir de 11.05.99, LEIA-SE: a partir de 02.06.99.

LAERTE RODRIGUES DE BESSA

ORDENS DE SERVIÇO DE 10 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 3, alínea "a" da Portaria nº 034/93-SSP, de 21.06.93, e nos termos do artigo 1º, e item IV, do artigo 2º do Decreto nº 5.004, de 20.12.79, alterado pelo Decreto nº 6.608, de 09.02.82, e o disposto no Decreto nº 17.603, de 15.08.96, alterado pelo Decreto nº 18.445, de 15.07.97, resolve:

Designar o Perito Criminal JOSÉ ALBERTO DE ALMEIDA, matrícula nº 19.319-4, para substituir LEA SEBASTIANA MEIRELES DOS SANTOS, matrícula nº 21.101-X, Chefe da Seção de Merceologia/IC/CPT/PCDF, Código DFG-08, por motivo de licença para tratamento de saúde, no período de 31.05.99 a 26.08.99.

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 3, alínea "a" da Portaria nº 034/93-SSP, de 21.06.93, resolve:

Designar o Escrivão de Polícia JORGE LUIZ RAMOS MARINHO, matrícula nº 22.963-6, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe do Cartório/DCA/CPE/PCDF, a partir de 03.08.99.

LAERTE RODRIGUES DE BESSA

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

COMANDO GERAL

PORTARIA DE 6 DE AGOSTO DE 1999

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º, inciso I, letra "c", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994 resolve:
AGREGAR ao respectivo Quadro, a contar de 04 de agosto de 1999, o **Major JEFFERSON GILBERTO CARNEIRO ISMAEL DA COSTA – Mat. 00.483/9**, do Quadro de Oficiais Policiais-Militares de Saúde da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 77, § 1º, inciso I, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, **por ter passado à disposição da Casa Militar do Governo do Estado da Paraíba**, em função de natureza militar.

ANTÔNIO RIBEIRO DA CUNHA – CEL QOPM

PORTARIA DE 9 DE AGOSTO DE 1999

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º, inciso I, letra "c", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994 resolve:
AGREGAR ao respectivo Quadro, a contar de 05 de agosto de 1999, o **Primeiro-Tenente FÁBIO VIANA ÁVILA – Mat. 07.371/7**, do Quadro de Oficiais Policiais-Militares de Administração da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 77, § 1º, inciso I, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, **por ter passado à disposição da Casa Militar do Governo do Distrito Federal**, em função de natureza militar.

ANTÔNIO RIBEIRO DA CUNHA – CEL QOPM

SECRETARIA DA CULTURA

PORTARIA DE 11 DE AGOSTO DE 1999

A SECRETÁRIA DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

De conformidade com o Decreto nº 19.571, de 08/09/98, e Portaria de 09/11/98, autorizo a alteração da jornada de trabalho para 40 (quarenta) horas semanais, do servidor optante, conforme processos nº. 150.000475/99.

Servidor Optante, para alteração da jornada de Trabalho para 40 horas semanais, referente ao período de 11 de agosto de 1999 a 11 de fevereiro de 2000.		
Servidor (a):	Mat.	Cargo:
01 – Geraldo Magela de Rezende	16500149	Téc. Adm. Pub. C.E. Padrão III

MARIA LUIZA DORNAS

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PORTARIA DE 10 DE AGOSTO DE 1999

O SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve:
Designar o servidor ENIVALDO ALVES SILVA, matrícula nº 52.611-8, Chefe de Gabinete do Jardim Botânico de Brasília, símbolo DFG-14, para sem prejuízo de suas funções, e sem acúmulo de vencimento, substituir ANAJÚLIA ELIZABETE HERINGER SALLES, matrícula nº 52.610-X, Diretora do Jardim Botânico de Brasília, Cargo de Natureza Especial, símbolo CNE-05, da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, no período de 09/08 a 07/09/99, por motivo de férias da titular.

ANTONIO LUIZ BARBOSA

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "SLU" Nº 214, DE 9 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a necessidade de adequar a natureza dos serviços a que se refere a Lei nº 955 de 21 de novembro de 1.996, resolve:
I – Constituir Grupo de Trabalho, com a finalidade de controlar, acompanhar e executar as atividades de Parceria Popular, de todos Convênios de que trata a Lei nº 955/96.
II - Designar os servidores SIRLENI CONCEIÇÃO DA SILVA, matrícula nº 83.489-0, ROSIMAR PEREIRA DE SOUZA, matrícula nº 83.455-6, SANDRA REGINA FERREIRA, matrícula nº 83.926-4 e OTACIANO MARÇAL DE SOUZA, matrícula nº 84.263-X, para, sob a coordenação do primeiro, comporem o Grupo de Trabalho, cujas atividades serão supervisionadas pelo Diretor Administrativo-Financeiro, que por sua vez, terá a incumbência de orientar e definir os procedimentos para o perfeito funcionamento do Grupo de Trabalho.
III – Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua assinatura.

LUIZ ANTONIO PERES FLORES

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "SLU" Nº 215, DE 9 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de *suas atribuições legais*, resolve:
I – Tornar sem efeito a Instrução de Serviço "SLU" nº 97, de 26 de fevereiro de 1999, que designou a servidora SIRLENI CONCEIÇÃO DA SILVA, matrícula nº 83.489-0, Chefe do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Avaliação, para exercer o cargo de Coordenadora de Parceria Popular, de que trata a Instrução de Serviço "SLU" nº 049 de 1º de abril de 1996.
II – Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua assinatura.

LUIZ ANTONIO PERES FLORES

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "SLU" Nº 217, DE 9 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com as disposições contidas no Capítulo II das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, aprovada pelo Decreto nº 16.098/94, resolve:
DESIGNAR a servidora SIRLENI CONCEIÇÃO DA SILVA, matrícula 83.489-0, para responder como EXECUTORA dos Convênios do Programa de Parceria, no período de 02.08.99 a 01.09.99, em substituição ao servidor DANIEL PEREIRA ROCHA, matrícula nº 77818-4, tendo em vista que o mesmo estará em gozo de férias regulamentares.

LUIZ ANTONIO PERES FLORES

FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DE 10 DE AGOSTO DE 1999

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 1.813, de 30 de dezembro de 1997, resolve:

1. Substituir a pedido a Servidora Eva Marli Soares, matrícula 94.361-4 (Membro) da Comissão Especial de Tomada de Conta Especial de Tomada de Contas instaurada através da Instrução de Serviço de 25 Junho de 1999, para apurar os fatos constantes nos Processos n.ºs 196.000184/98 196.000146/98 e 196.000297/98.
2. Compor a referida Comissão com a inclusão do Servidor José Carlos Lopes de Oliveira, matrícula n.º 94.380-0, (Membro).
3. Prorrogar o prazo de conclusão dos trabalhos, por 30 (trinta) dias.

RAUL GONZALEZ ACOSTA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

DESPACHO DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº : 030.006.229/99
INTERESSADO : FERNANDA ANTONIA DE SOUZA BASTOS E OUTROS
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

A vistas das instruções contidas no presente processo e o disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94, de acordo com o estabelecido no item I, do artigo 38, combinado com o item II e IV, do artigo 39, do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa no valor de R$ 1.587,21 (Um mil, quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e um centavos), e determino a emissão de Nota de Empenho, Nota de Lançamento e Programação de Desembolso, em favor de **FERNANDA ANTONIA DE SOUZA BASTOS e OUTROS**, referente ao pagamento de Folha Suplementar de Exercício Findo.
Publique-se e encaminhe-se o processo a Divisão de Administração Geral, para emissão da respectiva Nota de Empenho, Nota de Lançamento e Programação de Desembolso, a conta da dotação do elemento 319092- Exercício Anterior da Atividade 8502.0086- Pagamento de Pessoal Ativo desta Secretaria de Planejamento.

LEONEL PAIVA

UTILIDADE PÚBLICA
ALCOÓLICOS ANÔNIMOS
226-0091
Secretaria de Comunicação Social
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SEÇÃO III

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ATO DOS ORDENADORES DE DESPESAS

EXTRATOS DE CONTRATOS

Processo nº 991/99; Contrato nº 013/99; Do contrato firmado entre a CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF (CONTRATANTE) e a empresa GB ENCADERNADORA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA (CONTRATADA); Objeto: Execução de serviços de Encadernação; Nota de Empenho nº 99NE00314, no valor de R$ 1.040,00 (hum mil e quarenta reais); Vigência: 27/07/99 a 27/07/99; Legislação: Lei nº 8.666/93 e alterações: Partes: Pela CLDF: EDIMAR PIRENEUS e pela empresa GB ENCADERNADORA: GILBERTO SOUZA DA ROCHA, Testemunhas: Adenir José de Oliveira Sousa e Thiago Meirelles Patti

Processo nº 991/99; Contrato nº 014/99; Do contrato firmado entre a CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF (CONTRATANTE) e a empresa ENCADERNADORA DORNELES LTDA (CONTRATADA); Objeto: Execução de serviços de Encadernação; Nota de Empenho nº 99NE00315, no valor de R$ 5.736,00 (cinco mil setecentos e trinta e seis reais); Vigência: 27/07/99 a 27/07/99; Legislação: Lei nº 8.666/93 e alterações: Partes: Pela CLDF: EDIMAR PIRENEUS e pela empresa ENCADERNADORA DORNELES LTDA: OLIVAR DORNELES DA SILVA, Testemunhas: Adenir José de Oliveira Sousa e Thiago Meirelles Patti

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processos nº 001.161/98 - Contrato : nº 011/99; Do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato firmado entre: a Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF e a empresa ORGANIZAÇÕES KENNYA – MARIA ZILDA DE JESUS - M.E.; Objeto: Inclusão do serviço de limpeza especial de carpetes localizado no Gabinete da Presidência da CLDF; Nota de Empenho nº 99NE00096; Data de Assinatura: 29/07/1999; Legislação: Lei 8.666/93 e alterações; Partes: pela CLDF,: Dep EDIMAR PIRENEUS, e pela a empresa ORGANIZAÇÕES KENNYA – MARIA ZILDA DE JESUS - M.E; Testemunhas: Élio de Rezende Freire e Thiago Meirelles Patti.

AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

Processo nº 1.624/99. Os Ordenadores de Despesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, com base na Lei 8.666/93, aplicam a penalidade de 0,3% (três décimos por cento) de multa por dia de atraso na entrega do material sobre o valor adjudicado à empresa RISQUEPEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA, de que trata a 99NE00111 (Tomada de Preços 01/99). O valor total da penalidade é de R$ 21,20 (vinte e um reais e vinte centavos). A empresa terá o valor descontado dos pagamentos a serem realizados pela CLDF.

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL
Ordenador de Despesa-Presidência

PAULO ROBERTO SOARES
Ordenador de Despesa – 2ª Secretaria

VICE-GOVERNADORIA

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 4/94

Processo nº 137.000.413/94- Partes: Distrito Federal-Administração Regional do Guará-RA-X, ABRACE e ICS. *Espécie: Termo de Permissão de Uso nº 004/94. Objeto: O presente Termo Aditivo objetiva a* prorrogação do Termo de Permissão de Uso nº 004/94. Prazo: O presente Termo terá vigência de mais cinco anos a partir de 30/06/99. Ratificação: Ficam inalteradas as demais cláusulas e condições do Termo de Permissão de Uso nº 004/94. Publicação e Registro: para eficácia, fica condicionada à publicação resumida do instrumento no Diário Oficial do Distrito Federal,às expensas da Administração. Data da Assinatura: 30/06/99. Signatários: Pelo Distrito Federal:Divino Alves dos Santos, na qualidade de Administrador Regional do Guará, por Willams Cavalcante de Oliveira, na qualidade de Presidente do ICS e Ilda Ribeiro Peliz, na qualidade de Presidente da ABRACE.

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 24/99

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, torna Público para conhecimento de quem de direito, que o resultado da licitação em referência, encontra-se afixado no quadro de avisos da Comissão Permanente de Licitação do SLU/DF, localizado no 2º andar do Edifício Lex, SEP/Sul, Entrequadras 702/902, Bloco "A", Brasília - DF.

ABERTURA REALIZADA EM: 03/08/99 às 09:30 horas
OBJETO: Prestação de serviços de manutenção corretiva em equipamentos de informática.

Brasília, 10 de agosto de 1999
VANDIR RODRIGUES DA CUNHA
Presidente da CPL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nos termos do disposto nº § 2º do Art. 51, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional do Núcleo Bandeirante, convoca a população para ampla AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada no dia 13 de setembro de 1999, às 14:30 horas no Espaço Cultural Garcia Neto, situado na Praça Padre Roque, em frente à Administração Regional do Núcleo Bandeirante, para apreciação prévia e deliberação do interesse público da DESAFETAÇÃO de 1.053,31 m² (hum mil e cinqüenta e três e trinta e um metros quadrados) e de 1.763,18 m² (hum mil setecentos e sessenta e três e dezoito metros quadrados) nas quadras 01 e 02 respectivamente, do Setor Industrial Bernardo Sayão, ambas as áreas públicas de uso comum do povo destinadas a criação de lotes para uso coletivo/comercial de Bens de Serviços, respeitado o disposto no § 3º do mesmo artigo.

MARCO TÚLIO SANTANA RIOS
Administrador Regional

RELAÇÃO DE COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS
JULHO/99

A Seção de Orçamento e Finanças do Núcleo Bandeirante - RA-VIII, em cumprimento ao disposto no Art. 16 da Lei nº 8.666/93 c/c a Lei nº 938/95, torna pública a relação de gastos com material, obras e serviços efetuados no mês de julho 1999.

NE	FIRMA/DESCRIÇÃO PRODUTO	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	DISPENSA			
99NE00135	ADLER ASSES.EMP. E REP. LTDA			
	Refere-se a despesa com a instalação de um ponto de rede lógica e uma tomada RJ 45 fêmea para esta Adm. regional.	01	200,00	200,00
99NE00136	CASA DOS PARAFUSOS LTDA			
	Parafuso AA 4,2 x 3,2 mm	50	0,05	2,50
99NE00137	WANCESA MAT. P/CONSTRUÇÃO E ACABAMENTO LTDA			
	Thiner Anjo 2750	02	9,50	19,00
	Lixa d'água nº 80 marca Norton.	30	0,35	10,50
	Fechadura Soprano ref. 0722.	04	13,00	52,00
99NE00138	MUNDO DAS PINTURAS COM. E CONST. LTDA			
	Primer automotivo secagem rápida lata c/900ml.	10	7,50	75,00
	Esmalte sintético automotivo cor cinza lata com 900ml.	10	11,14	111,40
	Massa poliester.	10	28,00	280,00
	Lixa d'água nº 220.	30	0,32	9,60
	Lixa d'água nº 320.	30	0,32	9,60
	Lixa papel grão 60 A-257.	12	0,19	2,28
	Textura acrílica lata c/18 litros.	01	48,00	48,00
	Massa acrílica c/18 lts.	01	47,00	47,00
99NE00140	CEB-COMPANHIA ENERGIA DE BSB			
	Refere-se a despesa com a instalação e retirada de 1 transformador de 225KVA 1 vão de AT, 3 vãos de BT e 3 ramais de serviços com caixas P1 disjuntores de 2 de 100^A e 1 de 150^A, no parque recreativo do Núcleo Bandeirante - RA-VIII.	01	2.135,18	2.135,18
99NE00141	DISTRIBUIDORA ABC DE PAPEIS LTDA			
	Barbante torcido 250gr c/8fios.	50	1,42	71,00
	Borracha Faber TK-Plast pequena.	50	0,31	15,50
	Etiqueta Pinaco c/60 etiquetas.	120	1,26	151,20
	Grampo trilho Lourencon caixa c/50 unid.	50	1,97	98,50
	Lápis preto nº 02 Faber Voyage 800 redondo	300	0,05	15,00
	Livro ata Tilibra 100 fls.	30	3,38	101,40
	Percevejo ACC dourado cx c/100.	30	0,85	25,50
	Régua Bandeirante 30 cm estreita.	70	0,14	9,80
	Prancheta Acrimet em eucatex.	20	0,78	15,60
	Papel almaço c/pauta PCT c/400 fls.	10	8,49	84,90
	Fita para impressora matricial Epsom LQ 1170.	04	4,32	17,28
	Pasta suspensa Polycart c/grampo e visor frontal vareta fixa completa.	1000	0,45	450,00

	Pasta de cartolina c/aba e elástico.	200	0,34	68,00
99NE00142	LIVRARIA E PAPELARIA EXPRESS LTDA			
	Almofada para carimbo 8x15 cm azul.	10	2,48	24,80
	Cola branca frasco com 100 gramas.	30	0,60	18,00
	Corretor líquido para máquina de escrever de 18 ml.	60	0,60	36,00
	Papel heliográfico med. 1,20x30 m.	04	36,22	144,88
	Fita de polietileno corrigível IBM 6746.	35	4,40	154,00
	Toner para copiadora triunfo TM-313 Z 150 gramas.	30	33,90	1.017,00
99NL00143	SL COM. E SERV. LTDA			
	Filme fotográfico asa 100 135 mm c/36 poses colorido mr. Fuji.	50	6,50	325,00
99NE00144	DISNEYLÂNDIA LIVRARIA E PAPELARIA LTDA			
	Caneta lumicolor verde e amarrela, bay color	60	0,50	30,00
	Livro com índice alfabético 50 folhas Roter Mund.	60	5,20	312,00
	Tinta para almofada de carimbos de 40ml azul.	30	1,10	33,00
	Tinta para almofada de carimbos de 40ml vermelha.	10	1,10	11,00
	Papel adesivo contact, rolo de 45 cm x 25 m.	05	31,50	157,50
99NE00145	PRINT COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA			
	Almofada para carimbo 7 x 12 cm, azul marca carbex.	20	1,90	38,00
	Caneta esferográfica azul marca kilométrica.	300	0,18	54,00
	Caneta esferográfica preta marca Kilométrica.	200	0,18	36,00
	Fita para empacotamento 50 x 50.	10	1,18	11,80
	Apontador de lápis em plástico 01 furo.	100	0,15	15,00
	Papel sulfite para máquina de calcular med. 58 x 75.	30	0,30	9,00
	Fita para impressora matricial gráfica Olivett DM 224L.Papel vegetal para desenho med. 1,10 x 20 m.	04 02	8,00 36,00	32,00 72,00
99NE00147	COMERCIO EXTRA DE PAPELARIA LTDA -ME			
	Almofada para carimbo 7 x 12 cm vermelha mr Carbex.	10	2,17	21,70
	Almofada p/ carimbo 8 x 15 cm vermelha mr. Carbex.	06	2,90	17,40
	Caneta hidrografica 12 cores.	20	1,50	30,0
	Cola branca 90 gramas mr. Cascolar.	120	0,55	66,00
	Elástico nº 18 c/ 25 gramas mr. Mercur.	50	0,40	20,00
	Fita adesiva crepe 19 x 50 m.	150	1,40	210,00
	Fita adesiva durex transparente 12 x 30.	80	0,35	28,00
	Estilete lâmina estreita mr. Norma.	100	0,65	65,00
	Papel para cópia xerox 75 g/m2 914 x 100 mt.	06	27,00	162,00
	Papel para cópia xerox 75 g/m2 914 x 100 mt.	04	27,00	108,00
	Bobina de papel heliografico 1,00 x 30 mt.	04	34,40	137,60
	Bobina de papel heliografico 0,60 x 30 mt.	04	20,65	82,60
	Bobina de papel heliografico 0,50 x 30 mt.	04	17,10	68,40
	Bobina de papel heliografico 0,75 x 30 mt.	04	25,81	103,24
	Bobina de papel heliográfico 0,86 x 30 mt.	04	29,60	118,40
	Fita de polietileno para olivett ET-2400 mr. Poliprint.	30	7,30	219,00
	Fita corretiva IBM 6746 mr. Poliprint.	20	4,50	90,00
	Fita corretiva/corrigível retronic 2000 original.	40	9,45	378,00
	Revelador para máquina copiadora triunfo TM-313Z.	02	97,20	194,40
	Pasta de cartolina cores variadas.	200	0,25	50,00
	Pasta catalogo 20 plast. 4 furos 24 x 34.	60	2,10	126,00
	Pasta vegetal milimetrado transparente med. 1,10 x 20 mt.	04	98,00	392,00
99NE00150	SECOM SERVIÇOS, COMERCIO E COMPUTAÇÃO LTDA Prestação de serviço com confecção de crachás em PVC flexível 85 x 54mm, impressão frente e verso foto/digitalizada , presilha e personalização de dados para os servidores desta administração Regional.	300	7,00	2.100,00
99NE00153	ABR FILMES DE CONT. SOLAR IMPER. DE TECIDOS FI Prestação de serviços com a aplicação de filme de controle solar fumê refletivo nos vidros da porta de entrada desta Administração Regional.	01	346,50	346,50
99NE00154	CEB-CIA ENERGÉTICA DE BRASILIA Refere-se a despesa com o reforço da 99NE00054 para custear as despesas com a manutenção energética das redes públicas desta RA-VIII Núcleo Bandeirante.	01	5.000,00	5.000,00
99NE00158	FUNDIPLAC FUNDIÇÃO PLACAS E LETREIROS LTDA Prestação de serviço com a confecção de uma placa comemorativa fundida em alumínio med. aprox. 40 x 30 cm c/letras em alto relevo para Biblioteca Pública desta RA-VIII Núcleo Bandeirante.	01	180,00	180,00
99NE00160	CONTREQ- CONST. TRATORES E EQUIPAMENTOS LTDA Conserto c/reposição de peças do motor estacionário Yanmmar NS I I tombamento nº 88841.	01	1.250,00	1.250,00
	Conserto c/reposição de peças da patrol 140C Huber Waco tombamento nº 107743.	01	2.606,00	2.606,00
	Conserto c/reposição de peças do motor MIJM 04 cilindros modelo D-229, tombamento nº 122335.	01	2.880,00	2.880,00
	Conserto c/reposição de peças da pá carregadeira Case modelo W-20 tombamento nº 122334.	01	254,00	254,00
	Conserto c/reposição de péças do trator de pneus Valmet 680 tombamento nº 107777.	01	950,00	950,00
99NE00164	COMPUSTORE TELEFONIA E INFORMÁTICA LTDA Aquisição de aparelho móvel celular digital Nokia 6120, para uso desta Administração Regional.	02	478,00	956,00
99NE00165	SAN DECORAÇÕES E REFORMAS LTDA Prestação de serviços com instalação c/fornecimento) de carpete de 6mm, na cor azul em um tablado p/esta Administração Regional.	01	290,00	290,00
99NE00166	AGROPECUÁRIA MENDES CESAR LTDA Formicida em pó 50 mr. Detrox. (embalagem 1Kg.).	05	2,90	14,50
99NE00169	VISÃO CARIMBOS E PLACAS LTDA Prestação de serviços com a instalação de painéis em front light em formato L com aplicação em vinil.	01	550,00	550,00
	Confecção de banners padrão medindo 1,00 x 0,60 cm c/aplicação de vinil auto colante.	01	180,00	180,00
99NE00170	MPT TELECOMUNICÇÕES LTDA Bateria para Nokia 6120 de níquel metal hidreto para c/capacidade para 100-200 H de funcionamento em espera.	02	63,00	126,00
99NE00171	MPT TELECOMUNICAÇÕES LTDA Aparelho telefônico celular portyátil marca Nokia mod. 6120 c/carregador bivolt 110/120v e bateria original Nokia de metal hidreto para esta adm. Regional.	02	519,00	1.038,00
	INEXIGÍVEL			
99NE00139	CEB – CIA ENERGÉTICA DE BSB. Refere-se ao reforço da 99NE00019, para custear as despesas com a energia elétrica dos próprios desta Administração Regional	01	1.800,00	1.800,00
99NE00146	CEB – CIA ENERGÉTICA DE BSB. Refere-se ao reforço da 99NE00079 para custear as despesas com o consumo energético das redes públicas instaladas nesta Administração Regional	01	28.500,00	28.500,00
99NE00155	TELEBRASILIA – TELEC. DE BRASÍLIA Refere-se ao reforço da 99NE00020 para custear as despesas com tarifas telefônicas das linhas convencionais e locação de dados (modem) dos aparelhos instalados nesta Adm. Regional.	01	6.000,00	6.000,00
99NE00159	CAESB-CIA DE ÁGUA E ESGOTO BSB. Refere-se ao reforço da 99NE00022 para custear as despesas com tarifas de água e esgoto dos próprios desta Administração Regional.	01	5.500,00	5.500,00

A SEÇÃO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 4/99

PROCESSO Nº 148.000.467/99
OBJETO: Aquisição de mesas e cadeiras para Administração do Riacho Fundo.
Para efeito do que estabelece ao art. 109, § 1º, da Lei nº 8.666/93, a CPL torna público aos licitantes e demais interessados, que após análise das propostas do convite em tela, julgou vencedoras do certame as seguintes empresas, nos respectivos itens:
COMERCIAL MARTE DE MÓVEIS LTDA. – itens: 1,2,3,4,5 e 6;
KARINY MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA. – item: 7.

JÚLIO CÉSAR DE MARTINS E PINHEIRO
Presidente da CPL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DE RECURSO
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/99-CL

Objeto: Aquisição de Bandeira Oficial do Brasil. 14m x 20m.
Proc. Inter.: 030.002.638/99 - Secretaria de Administração/Corpo de Bombeiro Militar do Distrito - CBMDF
A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, comunica a todos os interessados que *NEGOU PROVIMENTO* ao recurso interposto pela empresa *PATRICIA GUIMARÃES LOURENÇO - EPP*, mantendo a sua desclassificação. Os autos se encontram com vistas franqueadas aos interessados nesta Comissão de Licitação.

Brasília, 11 de agosto de 1999
ISABEL CRISTINA OSORIO CALDAS
Presidente da Comissão
em exercício

SECRETARIA DE FAZENDA

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTAS
CONVITE Nº 15/99

PROCESSO Nº: 040.010.426/99
OBJETO : Aquisição de Material Permanente
DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: 20/08/99
LOCAL: Na sala da Comissão Permanente de Licitação - SBN, Q. 02 Bloco "A", Ed. Vale do Rio Doce – Sobreloja – Brasília-DF.
HORÁRIO: 10 horas
TIPO: Menor Preço
GRUPOS: 56, 61, 66, 69 e 70

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRTO FEDERAL – CPL/SEF, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, a abertura do convite em epígrafe, na data, horário e local indicados no preâmbulo. O Edital poderá ser obtido na Secretaria de Fazenda, Sobreloja, Comissão Permanente de Licitação, nos dias úteis, de 9 horas às 17 horas. Outras informações pelos telefones (061) 312 8200 ou 312 8281.

Brasília-DF, 11 de agosto de 1999
MARIA DE FÁTIMA ALVES DOS SANTOS
Presidente

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DO DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
PADRÃO Nº 4/94

PROCESSO nº 040.004.003/95 - PARTES: DF/SEF X WAGNER IMOBILIÁRIA LTDA. OBJETO: Suplementar e alocar recursos para atender despesas com a locação de imóvel situado no SBN QD. 02, Bloco K, com área de 3.055,50m², correspondente a 2.427,75m² do 3º subsolo e 627,75m² da fração da garagem, para uso da Divisão da Receita de Brasília, da Central de Licenciamento, da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária e Posto de Atendimento Bancário do Banco de Brasília S/A. - BRB. PRAZO: 16/08/99. VALOR: DA SUPLEMENTAÇÃO: Será suplementada a importância de R$ 25.728,00 (vinte e cinco mil, setecentos e vinte e oito reais), recursos esses procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, conforme Nota de Empenho nº 00624/99, emitida em 12/07/99, na modalidade estimativo, sob o evento 400092, em reforço à NE nº 135/99, pela Seção de Execução Orçamentária e Financeira/SEF. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT: 3007002185010017; FR: 100; UO: 19101; ND: 34.90.39. DA ALOCAÇÃO: Será alocada a importância de R$ 25.718,82 (vinte e cinco mil, setecentos e dezoito reais e oitenta e dois centavos), recursos esses procedentes do orçamento do DF, para o corrente exercício, correndo a despesa à conta da seguinte DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ND: 34.90.39; FR: 101; PT: 3007002185010017; UO: 19101, conforme NE nº 686/99, emitida em 20/07/99, na modalidade estimativo, sob o evento 400091, pela SEOF/DAFM/DAG/SEF, perfazendo o valor total do contrato em R$ 1.293.607,98 (um milhão, duzentos e noventa e três mil, seiscentos e sete reais e noventa e oito centavos). VIGÊNCIA: Este aditivo entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DA ASSINATURA: 21/07/99. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação, com fulcro no Art. 24, Inciso X, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: Luiz Antonio da Silva, na qualidade de Diretor do Departamento de Administração Geral/SEF; Pela CONTRATADA: Wagner Sarkis, na qualidade de Diretor.

RELAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS
JULHO/99

O DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal em cumprimento ao disposto no art. 16 da Lei nº 8.666, de 21/06/93; Lei nº 938, de 20/10/95, e Decisão nº 3427/96-TCDF, torna pública a relação de compras e/ou serviços efetuados no mês de julho de 1999, na forma a seguir:

NE Nº	ESPECIFICAÇÃO	Qtde	VALOR R$ UNIT	VALOR R$ TOTAL	FORNECEDOR/PRESTADOR
	DISPENSA				
605	Reforço de empenho para atender despesa com contrato de implantação e operacionalização do sistema de recursos humanos – SIGRE, para os meses de maio e junho/99.			500.000,00	CODEPLAN
641	Despesa com execução de obras e serviços de engenharia relativos a recuperação e reforma de parte da estrutura do Ed. Vale do Rio Doce, situado no SBN, sede desta Secretaria			164.686,97	NOVACAP
	INEXIGÍVEL				
606	Reforço de empenho para atender despesa com prestação de serviços de arrecadação de tributos e outras receitas públicas do DF, em junho/99.			95.138,50	BANCO DE BRASÍLIA
618	Despesa com prestação de serviços de arrecadação de tributos e outras receitas públicas do DF, em junho/99.			55.500,00	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
626	Despesa com prestação de serviços de arrecadação de tributos e outras receitas públicas do DF, em junho/99.			75.000,00	BANCO DO BRASIL S/A
669	Reforço de empenho para atender despesas com serviços postais e entrega domiciliada em âmbito regional, nacional e internacional, bem como venda de produtos para esta Secretaria, em junho/99.			58.000,00	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
696	Reforço de empenho para atender despesas com serviços telefônicos desta Secretaria, durante o mês de junho/99.			55.000,00	TELEBRASÍLIA
721	Despesa com prestação de serviços de arrecadação de tributos e outras receitas públicas do DF, durante o mês de julho/99.			121.000,00	BANCO DE BRASÍLIA
	TOMADA DE PREÇO				
657	Geladeira elétrica, tipo Doméstico, 230 litros, 220V, garantia 01 ano, marca consul;	02	510,00	1.020,00	Total: R$ 57.670,50
	Ventilador pedestal, aro 60cm, mínimo 3 velocidades, regulagem de altura, 220V, garantia de 01 ano, Marca Loren-sic	19	158,10	3.003,90	
	Aparelho Telefônico, padrão telebrás com teclas, camp. Eletron., c/ volume ajustável em alto e baixo, chave de seleção de modo(P/T), centrais tipo CPA e PABX, teclas de facilidade:HOOK, LND, MODE, FLASH, PAUSE(IMBRATEL).	101	38,10	3.848,10	
	Carimbo datador automático de metal, com inscrição SEF e rotulação de postos fiscais e fiscalização itinerante(entintador), marca Carbrink/carbex.				Dourado e Souza Ltda
	Armário/aço, 2 portas c/ dobradiça, 4 prateleiras reguláveis e removíveis, tratamento antiferrugem c/ fosfatização, pintura eletrostática c/ esmalte sintético, confeccionado em chapa 22USG, med.	174	106,60	18.548,40	
	Aprox. 1980x1000x50mm – COMPET	01	390,10	390,10	
	Estante aço, 5 pratel. reg. 50/50mm, form. 4 vaos úteis, confec. Ch. Aço 22 USG, com reforço nas prateleiras e em X, tratamento antiferrugem c/ fosfatização, pintura eletrostática c/ esmalte sintético- COMPET.	200	154,30	30.860,00	
648	Cartucho para impressora HP 720 – preto	300	84,15	25.245,00	Total: R$ 57.213,50
	Cartucho para impressora HP 870 – preto	200	84,15	16.830,00	
	Cartucho para impressora HP 890 – preto	150	84,15	12.622.50	Distribuidora ABC de Papéis LTDA
	Fita tipo DAT 04mm X 90m, 2GB, sony/ verbatim/3M	200	12,58	2.516,00	
642	Fita para impressora matricial Rima XT-300, marca POLIPRINTER	100	2,15	215,00	Total: R$ 86.855,00
	Kit cera impres. Tektronic 350 – azul	60	348,00	20.880,00	
	Kit cera impres. Tektronic 350 – margenta	60	348,00	20.880,00	Risquepel Ind. e Com. De Papéis Ltda
	Kit cera impres. Tektronic 350 – yellow	60	348,00	20.880,00	
	Toner impres ITAUTEC PRO-E 600 – preto	6	525,00	3.150,00	
	Toner impres. XEROX 4890 – preto	150	139,00	20.850,00	
	CONCORRÊNCIA				
637	Reforço de empenho para atender despesa com prestação de serviços técnico de informática: serviços de digitação e digitalização de documentos e captação de dados em junho/99.			350.000,00	POLITEC LTDA

LUIZ ANTONIO DA SILVA
Diretor

BANCO DE BRASÍLIA S.A

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 20/99

A Comissão Permanente de Licitação do BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A. torna público o julgamento das propostas da Tomada de Preços DIRAD/CPLIC n.º 020/99. Empresa vencedora: NIFLEX MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA.-item 01. Todas as propostas apresentadas para o item 02 foram desclassificadas. Os autos do processo 041.000.151/99 encontram-se com vista franqueada, no horário das 10 às 16 horas, no SBS, Bloco E, Edifício Brasília, 14º andar, Brasília-DF.

A COMISSÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A. torna público que os imóveis a seguir relacionados, referentes à Concorrência DIRAD/CPLIC-001/99 foram alienados às seguintes pessoas: item 51, ANTÔNIO JOVELINO DOS SANTOS, R$ 50.000,00; item 104, RICARDO FERREIRA DE AMORIM, R$ 38.300,00; item 166, AILTON MARTUSCELLI SCARPA, R$ 20.000,00, nos termos do art. 24, V, da Lei 8.666/93.

MARGARETH LÁZARA FERREIRA PORTELLA
Chefe

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 15/99

Processo: 082.004252/85 - Partes: **FEDF x SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE** - Ass: 09.08.99 - Vigência: 31.12.99- Objeto: Desenvolver uma programação conjunta para apoiar as diversas modalidades esportivas de caráter educativo-cultural, voltadas para a integração escola-comunidade. – Assinantes: p/ FEDF: **Maristela de Melo Neves Mendes** - p/ SECRETARIA DE ESPORTES: **Wagner Antonio Marques.**

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 4/99

A Comissão Permanente de Licitação da Fundação Educacional do Distrito Federal comunica a todos os licitantes que a reunião para divulgação do resultado de habilitação, conforme item 4.6 do edital da concorrência em epígrafe, será dia 16 de agosto de 1999 às 10:00 horas na sala 300 desta FEDF.

Brasília, 12 de agosto de 1999
ACHILLES DE SANTANA
Presidente da CPL

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE MATERIAL

AVISO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

RELAÇÃO DE FIRMAS PENALIZADAS PELA FEDF A TEOR DA LEI Nº 8.666/93

FIRMA	PENALIDADE	DATA APLICADA	VALOR MULTA	INFRAÇÃO COMETIDA
COMERCIAL SA-GRES	MULTA	05.07.99	1,68	ATRASO DE 04 DIAS NA ENTREGA DOS MATERIAIS CONSTANTES DA NE Nº 01042/99 PROCESSO 082-010550/99
COMETA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	MULTA	05.07.99	291,20	ATRASO DE 13 DIAS NA ENTREGA DOS MATERIAIS CONSTANTES DA NE Nº 01007/99 PROC.082-010551/99
LA DART CONST. E IND DE PLÁSTICOS REF. LTDA	MULTA	30.04.99	24.653,88	ATRASO DE 33 DIAS NA CONST. DA OBRA NE Nº 4214/97 E 4231/97 PROC. 082-004881/97
RELDA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA	MULTA	20.07.99	18,81	ATRASO DE 11 DIA NA ENTREGA DOS MATERIAS CONSTANTES DA NE Nº 01225/99 PROC. 082-0053663/99.
RIPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS MAT. ESCRIT. LTDA	MULTA	16.06.99	932,80	ATRASO DE 20 DIAS NA ENTREGA DOS MATERIAIS CONTANTES DA NE Nº 04551/98 PROC. 082-002751/99

CÁSSIO ALBERTO LIMA JÚNIOR
Chefe da Seção de Compras

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL Nº 15, DE 29 DE JULHO DE 1999

CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE ASSISTENTE INTERMEDIÁRIO DE SAÚDE
ANEXO
PROGRAMA

AOSD - PADIOLEIRO
I – PORTUGUÊS

1- Compreensão e interpretação de texto
2- Significação de palavras e frases
3- Flexão e emprego das classes de palavras
4- Sintaxe da oração e do período (regência, concordância e colocação)

Sugestão Bibliográfica
CEGALA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.
CUNHA, Celso/Cintra, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
SAVIOLI, Francisco Platão. Gramática em 44 lições. São Paulo: Ática, 1997.

II – MATEMÁTICA
1- Conjuntos numéricos: Naturais (N), Inteiros (Z), Racionais (Q) e Reais (R).
1.1 – Operações/problemas: adição e subtração; multiplicação e divisão; potenciação e radiciação; propriedades; expressões numéricas.
2- Sistema legal de medidas/problemas.
2.1 – Comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo.
2.2 – Transformações entre as unidades do sistema legal de medidas.
3- Equações/problemas.
3.1 – Equações de 1º grau com uma variável.
3.2 – Sistema de equações do 1º grau com duas variáveis.
4- Grandezas proporcionais/problemas.
4.1 – Razão e proporção/propriedades.
4.2 – Regra de três simples.
4.3 – Porcentagem.
5- Geometria/problemas.
5.1 – Posição relativa de duas retas.
5.2 – Polígonos: triângulos e quadriláteros – classificação, elementos, perímetro.
5.3 – Área de figuras planas.

Sugestão Bibliográfica
Livros didáticos de Matemática correspondentes à 5º, 6º 7º e 8º séries do 1º grau.

III – CONHECIMENTOS BÁSICOS
1- Transporte de pacientes
2- Etapas básicas de primeiros socorros
3- Condutas de primeiros socorros nos casos de:
- Desmaios
- Fraturas
- Hemorragias
- Convulções
- Parada cardio respiratória
- Queimaduras
- Envenenamento
- Feridas

4- Higiene do trabalho
5- Higiene pessoal
6- Medidas de proteção contra risco ocupacionais
7- Ergonomia – adaptação do trabalho ao homem

DIB, Cláudio Zaki. Primeiros Socorros; um texto programado. São Paulo, EPU, 1978.
MELO, Márcio dos Santos. Livro da CPA-Manual de Segurança do Trabalho. São Paulo, FUNDACENTRO, 1990.
ARAÚJO, Maria José Bezerra de Araújo. Higiene e Profilaxia, 2ª edição, Rio de Janeiro, Bezerra de Araújo Editora, 1990.
KAWANOTO, Emilia Eni, Fundamentos de Enfermagem, São Paulo, EPU, 1986

AOSD – RADIOLOGIA
I – PORTUGUÊS
1- Compreensão e interpretação de texto
2- Significação de palavras e frases
3- Flexão e emprego das classes de palavras
4- Sintaxe da oração e do período (regência, concordância e colocação)

II – MATEMÁTICA
1- Conjuntos numéricos: Naturais (N), Inteiros (Z), Racionais (Q) e Reais (R).
1.2 – Operações/problemas: adição e subtração; multiplicação e divisão; potenciação e radiciação; propriedades; expressões numéricas.
2- Sistema legal de medidas/problemas.
2.1 – Comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo.
2.2 – Transformações entre as unidades do sistema legal de medidas.
3- Equações/problemas.
3.1 – Equações de 1º grau com uma variável.
3.2 – Sistema de equações do 1º grau com duas variáveis.
4- Grandezas proporcionais/problemas.
4.1 – Razão e proporção/propriedades.
4.2 – Regra de três simples.
4.3 – Porcentagem.
5- Geometria/problemas.
5.1 – Posição relativa de duas retas.
5.2 – Polígonos: triângulos e quadriláteros – classificação, elementos, perímetro.
5.3 – Área de figuras planas.

AOSD – LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
I – PORTUGUÊS
1- Compreensão e interpretação de textos
2- Ortografia:
.acentuação
.emprego de letras
.separação silábica
3- Pontuação:
.ponto final
.ponto de interrogação
.ponto de exclamação
.vírgula
.dois pontos
4- Classe de palavras: flexão singular/plural/masculino/feminino
5- Significação das palavras:
.sinônimo
.antônimo
6- Emprego de palavras na frase

Sugestão Bibliográfica
Livros didáticos de Língua Portuguesa correspondente à 4º série do 1º grau.

II – MATEMÁTICA

1- Conjuntos
1.1 – Tipos de conjuntos
1.2 – Relação de Pertinência
1.3 – Subconjuntos
1.4 – União e Reunião
1.5 – Intersecção
1.6 – Relação de ordem
2- Números Naturais
2.1 – Sistema de Numeração Decimal
2.2 – Milhar
2.3 – Valor posicional
2.4 – Números pares e ímpares
2.5 – Sistema Monetário Brasileiro
3- Operações com Números Naturais
3.1 – Adição e suas propriedades
3.2 – Subtração e suas propriedades
3.3 – Multiplicação e suas propriedades
3.4 – Divisão (exata e aproximada)
3.5 – Expressões numéricas
3.6 – Resolução de Problemas combinando as operações fundamentais
4- Números Racionais
4.1 – Representação fracionária
4.2 – Representação decimal
4.3 – Operações

5- Sistemas de Medidas
5.1 – Medida de Comprimento
5.2 – Medida de Capacidade
5.3 – Medida de Massa
5.4 – Medida de Tempo

Sugestão Bibliográfica
Livros didáticos de Matemática correspondente à 4º série do 1º grau.

III – CONHECIMENTOS BÁSICOS
- Higiene pessoal
- Segurança do trabalho
- Higiene do trabalho
- Noções básica de manuseio de material contaminado
- Conhecimento sobre o emprego de sabão, detergente, ceras de polimento e outros afins na limpeza de pisos, paredes, vidros etc.
- Limpeza da área de armazenamento e guarda de materiais
- Limpeza de ambientes específicos
- Conhecimento sobre o manuseio de materiais tóxicos

Sugestão Bibliográfica
SCHUARTSMAN, S. Sabões e detergentes. M:SCHUARTSMAN, S. Produtos químicos de uso domiciliar: segurança e riscos tóxicos, São Paulo, ALMED, 1980.
DISTRITO FEDERAL. Manual de Normas dos Serviços Ambientais. Secretaria de Saúde, Brasília, 1988.
BRASIL, Ministério da Saúde. Manual de Processamento de área e artigos em estabelecimentos de Saúde, Brasília, 1999.
MELO, Márcio dos Santos. Livro da CIPA – Manual de Segurança do Trabalho. São Paulo –.Fundacentro, 1990.
ARAÚJO, Maria José Bezerra. Higiene e Profilaxia, 2º edição, Rio de Janeiro, Bezerra de Araújo, Editora, 1990.

AOSD – LAVANDERIA

I – PORTUGUÊS
1- Compreensão e interpretação de textos
2- Ortografia:
.acentuação
.emprego de letras
.separação silábica
3- Pontuação:
.ponto final
.ponto de interrogação
.ponto de exclamação
.vírgula
.dois pontos
4- Classe de palavras: flexão singular/plural/masculino/feminino
5- Significação das palavras:
.sinônimo
.antônimo
6- Emprego de palavras na frase

Sugestão Bibliográfica
Livros didáticos de Língua Portuguesa correspondente à 4º série do 1º grau.

II – MATEMÁTICA
1- Conjuntos
1.1– Tipos de conjuntos
1.2– Relação de Pertinência
1.3– Subconjuntos
1.4– União e Reunião
1.5– Intersecção
1.6– Relação de ordem

2- Números Naturais
2.1 – Sistema de Numeração Decimal
2.2 – Milhar
2.3 – Valor posicional
2.4 – Números pares e ímpares
2.5 – Sistema Monetário Brasileiro
3- Operações com Números Naturais
3.1 – Adição e suas propriedades
3.2 – Subtração e suas propriedades
3.3 – Multiplicação e suas propriedades
3.4 – Divisão (exata e aproximada)
3.5 – Expressões numéricas
3.6 – Resolução de Problemas combinando as operações fundamentais
4- Números Racionais
4.1 – Representação fracionária
4.2 – Representação decimal
4.3 – Operações
5- Sistemas de Medidas
5.1 – Medida de Comprimento
5.2 – Medida de Capacidade
5.3 – Medida de Massa
5.4 – Medida de Tempo

Sugestão Bibliográfica
Livros didáticos de Matemática correspondente à 4º série do 1º grau.

III – CONHECIMENTOS BÁSICOS
- Noções de Manuseio e Manutenção das Máquinas da Lavanderia
- Higiene pessoal
- Conhecimento de Segurança do Trabalho
- Higiene do Trabalho
- Conhecimento sobre manipulação de roupas sujas e limpas
- Conhecimento sobre coleta e processamento de roupas sujas
- Conhecimento sobre empacotamento e distribuição de roupas
- Noções básicas sobre manuseio de material contaminado

Sugestão Bibliográfica
MEZZONO, Augusto A. – Lavanderia Hospitalar, São Paulo, 1984.
AICHTER, Hildegard Brombaq. Moderna Lavanderia Hospitalar. Tradução Sociedade Beneficente São Camilo, 1979.
ALVARENGA, Adelaide – Apostila, 1979.
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE LAVANDERIA. Apostila. Faculdade de Higiene de São Paulo. 1979.
MELO, Marcio dos Santos. Livro da CIPA – Manual de Segurança do Trabalho. São Paulo – Fundacentro, 1990.
ARAÚJO, Maria José Bezerra. Higiene e Profilaxia, 2º edição, Rio de Janeiro, Bezerra de Araújo, Editora, 1990.
DISTRITO FEDERAL. Manual de Processamento de Lavanderia – SES, 1988.

AOSD – OPERADOR DE MÁQUINAS

I – PORTUGUÊS
1- Compreensão e interpretação de textos
2-Ortografia:
.acentuação
.emprego de letras
.separação silábica
3-Pontuação:
.ponto final
.ponto de interrogação
.ponto de exclamação
.vírgula
.dois pontos
4- Classe de palavras: flexão singular/plural/masculino/feminino
5- Significação das palavras:
.sinônimo
.antônimo
6- Emprego de palavras na frase

Sugestão Bibliográfica
Livros didáticos de Língua Portuguesa correspondente à 4º série do 1º grau.

II – MATEMÁTICA
2- Conjuntos
2.1– Tipos de conjuntos
2.2– Relação de Pertinência
2.3– Subconjuntos
2.4– União e Reunião
2.5– Intersecção
2.6– Relação de ordem
3- Números Naturais
3.1 – Sistema de Numeração Decimal
3.2 – Milhar
3.3 – Valor posicional
3.4 – Números pares e ímpares
3.5 – Sistema Monetário Brasileiro
4- Operações com Números Naturais
4.1 – Adição e suas propriedades
4.2 – Subtração e suas propriedades
4.3 – Multiplicação e suas propriedades
4.4 – Divisão (exata e aproximada)
4.5 – Expressões numéricas
4.6 – Resolução de Problemas combinando as operações fundamentais
5- Números Racionais
5.1 – Representação fracionária
5.2 – Representação decimal
5.3 – Operações
6- Sistemas de Medidas
6.1 – Medida de Comprimento
6.2 – Medida de Capacidade
6.3 – Medida de Massa
6.4 – Medida de Tempo

Sugestão Bibliográfica
Livros didáticos de Matemática correspondente à 4º série do 1º grau.

III- CONHECIMENTOS BÁSICOS.
- Conhecimentos sobre Manuseio e Manutenção das Caldeiras.
- Conhecimento de Segurança do Trabalho.
- Classificação das Caldeiras.
- Operação de Caldeiras.
- Regulagem e Controle.
- Prevenção contra explosão e outros riscos.

Sugestão Bibliográfica
MELO, Marcio dos Santos. Livro da CIPA – Manual de Segurança do Trabalho. São Paulo – Fundacentro, 1990.

JOFRAN FREJAT
Presidente

EDITAL Nº 19, DE 12 DE AGOSTO DE 1999

CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIA PARA AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Ficam os candidatos selecionados mediante processo seletivo simplificado, de Auxiliar de Enfermagem, conforme Edital Normativo nº 11/97, publicado no DODF nº 110, de 12.06.97 e Edital de Resultado Final Nº 20/97-FHDF, publicado no DODF N º 163 de 26.08.97, convocados a comparecerem à SRM/DP/FHDF, Edf. Pioneiras Sociais, 7º andar, nos dias e horários abaixo discriminados, para tratarem de assuntos relativos a sua contratação, nos termos da Lei nº 1.169, de 24.06.96, alterada pela Lei nº 1.448, de 30 de maio de 1997, em substituição aos candidatos

anteriormente contratados, cujos contratos expiram em setembro/99.
Dia 13.8.99 das 8 as 12 hs.
Elismar Ilma Caetano,809º; Paulo Sergio Francisco da Silva,810º; Maria Cristina Natal Santana,811º; Damiana Maria Santos Silva,812º; Josélia Barbosa Alves Braga,813º; Deyse Teixeira de Sousa,814º; Katia Francisca dos Santos,815º; Virginia de Oliveira Avila,816º; Hedilene Pereira Lemes,817º; Carla Maria Borges dos Santos,818º; Luciane Ferreira Almeida,819º; Eliane Sousa Almeida,820º; Cristina Silva de Matos,821º; Karla Tatiana Caetano Leonardo,822º; Angela Rodrigues de Lira,823º; Maria Isis de Andrade Benicio,824º; Divina Lúcia Arruda,825º; Marly Rodrigues Silva,826º; Marly Bezerra de Oliveira Leite,827º; Clotilde Rodrigues Tavares,828º.
Dia 13.8.99 das 14 as 17 hs.
Maria Aparecida Dias,829º; Lusineth Felix Medeiros,830º; Irlene Maria Gontijo,831º; Edney Dimas Caetano, 832º; Sileide Pereira da Silva, 833º; Marilene Consolação de Castro Aguiar, 834º; Luzia Maria Braga,835º; Helley Marinho Luz,836º; Maria Nilza Lisboa dos Santos, 837º; Maria das Graças S. Oliveira,838º; Lúcia Martins Braz,839º; Terbuliana Aires Amaral,840º; Dilmacy de Oliveira,841º; Solange de Souza Alves de Lima,842º; Solange da Silva Santos,843º; Simone Rosa Raimundo,844º; Maura Oliveira Silva,845º; Nair Erlane Silva de Miranda,846º; Juliane l. Calazans,847º; Marlide da Silva Ferreira,848º.
Dia 16.8.99 das 8 as 12 hs.
Francisca Zulmira do Rego N. de Oliveira,849º; Nelci Teresinha Neumann Guimarães,850º; Eunice Maria Ferreira Bandeira,851º; Deuzelina Marques dos Reis,852º; Luiza Amélia Araújo Costa,853º; Nelma Magda Aires de Morais,854º; Celina Maria de Mesquita Silva,855º; Francisca Oliveira dos Santos,856º; Nilda Maria da Costa Carvalho,857º; Franscisca Marli de Lima Oliveira,858º; Maria Aparecida Ferreira da Silva, 859º; Antônia Fonteneles de Souza,860º; Luciana Rodrigues do Prado,861º; Adália Machado de Almeida,862º; Maria de Fátima Cassiano Nascimento,863º; Maria Aparecida da Silva Vitor,864º; Iara Cunha Povoa,865º; Jacira Menezes de Castro,866º; Maria do Socorro Souza Pantoja,867º; Lozangeles de Souza Oliveira,868º.
Dia 16.8.99 das 14 as 17 hs.
Iolanda Maria Vieira,869º; Regina Célia de Almeida,870º; Wilma Oliveira da Silva,871º; Rosa Amélia Cardoso da Silva,872º; Antônia Francisca Marques da Costa,873º; Ana Maria de Sousa,874º; Josefa Gonçalves da Hoza, 875º; Mirian Reis da Silva Carmo,876º; Eva Joaquina da Silveira, 877º; Diva de Souza Silva dos Reis,878º; Maria de Jesus da Silva Costa,879º; Maria José da Silva Vieira,880º;João Augusto de Jesus Silva,881º; Meire Aparecida dos Santos da Silva,882º; Paulo Cesar da Cunha,883º; Vana Francisca de Carvalho,884º; Helenice de Fátima Maia,885º; Aida Figueiredo Lima da Costa,886º;Paulo Lustosa Nogueira,887º; Nilza de Souza Fernandes da Silva,888º.
Dia 17.8.99 das 8 as 12 hs.
Neli Antônia da Silva Leite,889º; Onete Mendes Oliveira,890º; Vera Maria de Jesus Ribeiro, 891º; Rejane de Fátima Nogueira,892º; Selma Maria da Silva,893º; Selmi Fernandes de Carvalho Silva,894º; Rosiane Sousa Ferreira,895º; Margaret Rossi Silva Rufino,896º; Francisca de Souza Silva,897º; Maria José Magalhães Braga,898º; Edson de Araújo e Silva,899º; Laudicena Pereira de Oliveira,900º; Gladys Alves Calixto dos Santos,901º; Elza Gonçalves Martins,902º; Luciene Ferreira de Sousa,903º;Deusa Rodrigues,904º; Cecília Pereira dos Santos,905º; Valdete de Freitas Figueiredo,906º; Paulo Roberto Silva,907º;Vanilda Fonseca da Costa,908º.
Dia 17.8.99 das 14 as 17 hs.
Marlúcia de Souza Melo,909º; Cleide Martins de Oliveira,910º; Joana Camargo de Lima,911º; Ieda Ribeiro Escobar,912º; Edilson Marques da Silva,913º; Silvania Barbosa de Souza,914º; Mércia Aparecida da Silva,915º;

Ligia Maria de Assis Barbosa,916º; Vera Lúcia de Holanda Cavalcante,917º; Maria Betânia Rosendo da Silva,918º; Francisco Willian Peres Lima,919º; Ivani da Conceição de Lacerda,920º; Maria Valdete de Moura e Silva,921º; Cláudio Melo da Silva,922º; Adriane Martins de Oliveira,923º; Alda Cândida de Oliveira,924º; Maria Aparecida Brites Oliveira,925º; Hozana de Paiva,926º; Maria Núbia de Oliveira Rodrigues,927º Erliandra Lopes da Silva,928º.
Dia 18.8.99 das 8 as 12 hs.
Maria Edineide Liberato da Silva,929º; Vitor Francisco Brandão,930º;Adineid Itacaramby de Almeida,931º; Karla Jeane Nascimento Lopes,932º; Maria Jocela Angélica Silva,933º; Eugênio Zacarias Alves,934º; Rosa Maria Rodrigues de Souza,935º; Marisa Fonseca de Jesus Silva,936º; Wilmenia Dantas de Miranda 937º; Olga Maria Mendes Pedrosa,938º; Telma Maria de Souza Serpa,939º; Gercimar de Fátima Souza,940º; Flávia Rejane Sousa Machado,941º; Samaita Maria da Silva.942º; Virgínia Aparecida Pereira Lopes.943º; Adriana Nogueira Viana,944º;Celeide Serafim Sabino,945º; Ernandes Soares de Carvalho,946º;Patrícia Regina Dias dos Santos,947º; Marinilda Helena Nascimento,948º.
Dia 18.8.99 das 14 as 17 hs.
Paula Otacílio de Lima,949º; Elisângela Faria dos Santos,950º; Silvia Regina da Silva,951º; Ana Maria Lima Franca,952º; Tatiane Santos Rezende,953º; Adriana Anjos de Sousa,954º; Rony José da Silva,955º, Dalila Silva Santa Cruz,956º; Luzia Maria Alves da Fonseca,957º; José Mendes Ferreira,958º; Cleuza Maria dos Reis Santos,959º; Maria de Lourdes de Padua Resende,960º;Franscisca Vieira de Souza,961º; Heloísa Helena da Silva,962º; Neiva José da Silva,963º; Maria Penha Xavier da Silva,964º; Zeni Ribeiro Lemos,965º; Marília de Souza Silva,966º; Maria Luiza Soares dos Santos,967º; Maria José Rafaelda Conceição,968º.
Dia 19.8.99 das 8 as 12 hs.
Marina Barbosa de Albuquerque,969º; Maria do Amparo Estevão Cardoso,970º; Erenice José Leal,971º; Ana Maria Wanderley da Silva,972º;Maria Vilma Vaz Teixeira,973º; Eunice Gonçalves,974º; Solange Maria da Silva,975º; Adalgisa Pereira de Oliveira,976º; Elsa Aparecida da Silva,977º; Naide Alves Brito,978º; Terezinha dos Anjos Maurício Mota,979º; Zilda Alves Bessa Pereira,980º; Maria Eugênia de Andrade Pires,981º; Maria do Carmo Fernandes,982º; Maria Carmilene Soares do Monte,983º; Lucineide Pimenta de Oliveira,984º; Maria José da Paixão Sobrinho,985º; Claudia Machado,986º; Maria Eunice Ramos de Oliveira,987º; Antônio Carlos do Nascimento,988º.
Dia 19.8.99 das 14 as 17 hs.
Maria Selma Lopes,989º; Rosângela Maria de Carvalho,990º; Maria do Socorro Miranda Monteiro,991º; Rosângela Ferreira Mendes,992º; Adelaide Souza Lopes Matos,993º; Rosemary Padilha Fonseca de Carvalho,994º; Eliane de Cássia Ferreira Fernandes,995º; Helma Carlos Marcelina Salgado,996º; Katia Silene Oliveira Borges,997º; Paula de Abreu Baroni,998º; Rosângela Moura Santos,999º; Solange Devesa dos Santos,1000º; Irani Gonçalves da Silva,1001º; Silvana Soares Lopes,1002º; Maria Orleiza Teixeira Alves da Cruz,1003º;Welson Gonçalves Serejo,1004º; Noema Francisca Cavalcante,1005º; Braulina Pereira Leite,1006º; Ivonete da Silva Rodrigues,1007º; Luzilene de Sousa,1008º.

JOFRAN FREJAT
Presidente

EDITAL Nº 20, DE 12 DE AGOSTO DE 1999

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, – FHDF, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante na Lei nº 2.399, de 15/06/99, e Edital nº 15/99-FHDF, de 29 de julho de 1999, publicado no DODF de 30.07.99, e de acordo com disposto no Decreto nº 16.254, de 29.12.94, e com as normas estabelecidas neste Edital, fazer as seguinte correções e alterações:

No item 1- Das Disposições Gerais, subitem 1.1, excluir a opção 06, Categoria Funcional de AOSD – Laboratório de Patologia Clinica.
No item 2 – Dos Requisitos, excluir o subitem 2.1 e VII, e onde se lê 2.2, leia-se 2.1 e onde se lê 2.3, leia-se 2.2.
No item 3 – Da Descrição Sumária dos Cargos, excluir o subitem 3.6.
No item 4 – Da Inscrição, do Local, leia-se:
Opção 1 e 4 – HRAN (SMHN Q. 101 – Área Especial);
Opção 2 e 3 – COMPP (AV.W/3 Norte, Quadra 501)
Opção 5 ------HEMOCENTRO (SMHN Q.301 – Área Especial).
No item 4, subitem 4.2, onde se lê letra "c", leia-se letra "b"; e onde se lê letra "e", leia-se letra "c".
No item 5 – Do Processo Seletivo, item 5.1, leia-se: O processo seletivo constará de Prova Escrita Objetiva, para todas as opções e de Prova Prático-Oral para as opções 3, 4 e 5.
Onde se lê subitem 5.1.1, leia-se subitem 5.2, com a seguinte redação: A Prova Escrita Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, valerá 100 (cem) pontos, conforme segue.
No item 8 – Da Classificação e do Resultado Final, subitem 8.1, leia-se: A classificação final dos candidatos aprovados será feita, obedecida à ordem decrescente do número de pontos obtidos na Prova Escrita Objetiva – candidatos concorrentes as opções 01 e 02 e da média aritmética dos pontos obtidos na Prova Escrita Objetiva e na Prova Prático-Oral, aos candidatos concorrentes às opções 3, 4 e 5.
Ainda no item 8, onde se lê subitem 8.1, leia-se 8.2: A listagem de classificação dos candidatos aprovados no concurso será afixada no CEDRHUS e Divisão de Seleção, para efeito de recursos de erro material; e onde se lê subitem 8.2, leia-se subitem 8.3.
Ficam mantidos e inalterados os demais itens do Edital Normativo nº 15/99-FHDF, de 29.07.99, publicado no DODF de 30.07.99.

JOFRAN FREJAT
Presidente

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONVITES

Tipo de Licitação: menor preço					
Edital	Processo	Data	Hora	Objeto	Valor do Edital
327/99	061001759/99	25/08/99	08:15	REANIMADOR PULMONAR MANUAL, ADULTO, TIPO AMBU, COM BALÃO AUTO INFLÁVEL; ASPIRADOR CIRÚRGICO.../outros, total de 06 itens.	1,00
336/99	061005659/99	26/08/99	09:30	BUCHA DE NYLON S-06; COLA DE CONTATO CONCENTRADA P/LAMINADO..; COMPENSADO MULTILAMINADO; PARAFUSO AA ⌃ C/A 4,8X16MM../outros, total de 33 itens.	1,00
337/99	061006629/99	26/08/99	10:45	ALMOFADA AZUL P/CARIMBO; CLIPS N.01 CANETA HIDROGRÁFICA; CANETA MARCA TEXTO../outros, total de 44 itens.	1,00
338/99	061006620/99	26/08/99	14:15	SALTO ORTOPÉDICO DE BORRACHA; MALHA TUBULAR 20CM DE LARGURA X 25M DE COMPRIMENTO/outros, total de 07 itens.	1,00
339/99	061006527/99	26/08/99	15:15	CANULA DE GUEDEL PVC N.1; CANULA ENDOTRAQUEAL C/CUFF PVC 5,0MM N.22/outros, total de 34 itens.	1,00
340/99	061005638/99	20/08/99	10:00	FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS P/VEÍCULOS AUTOMOTORES DA LINHA FIAT; GM; VOLKSWAGEN e MERCEDES-BENZ.	1,00

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica que os Editais das Cartas Convites em epígrafe estão à disposição dos interessados não convidados, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura da licitação, mediante a apresentação do comprovante do recolhimento do valor do Edital, na Secretaria da Comissão localizada no endereço: S.M.H.S Qd. 301, Edifício Pioneiras Sociais, 6º andar CEP: 70.330-150, Brasília-DF, em dias úteis, no horário de 08:30 às 11:45 e de 14:00 às 15:45 horas. Tel. (061) 226 8239 - Fax (061) 322 0778. Comunica ainda que o local para a realização da reunião de licitação está localizada no 8º andar, sala da CPL.

TOMADAS DE PREÇOS

Tipo de Licitação: menor preço					
Edital	Processo	Data	Hora	Objeto	Valor do Edital
196/99	061004219/99	01/09/99	15:15	Prestação de serviços, mediante contrato, de manut. Preventiva , bem como assist. técnica em 06 (seis) ELEVADORES da Marca kONE, instalados no Hosp. Regional do Gama.	4,00
209/99	060001747/99	01/09/99	16:15	MICROFONE C/FIO...; TAPE DECK DUPLO ESTÉREO...; AMPLIFICADOR DE AUDIO ESTÉREO...; PROJETOR DE SLIDES....; TELEVISÃO COMBINADA 21"...;/outros, total de 25 itens.	2,00
210/99	061005256/98	02/09/99	09:30	BRONCOSCÓPIO FLEXÍVEL INFANTIL DE FIBRA ÓTICA...; LARINGOSCÓPIO RÍGIDO INFANTIL....; LARINGOSCÓPIO RÍGIDO ADULTO...	2,00
211/99	061004932/99	02/09/99	10:45	CATETER BALÃO ARTERIAL P/EMBOLECTONA 2F/outros, total de 06 itens.	2,00
212/99	061007081/99	02/09/99	14:15	COPO 60 CC REF. 3036 P/RESPIRADOR BENNET PR 2; KIT DE TRAQUÉIA REUTILIZÁVEL DE SILICONE P/UNIDADE RESPIRATÓRIA PRESSÃO M/BENNET COD. 4-019234-00 M/PRÓ-MEDICO.	2,00

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica que os Editais das licitações em epígrafe estão à disposição dos interessados, mediante a apresentação do comprovante do recolhimento do valor do Edital, na Secretaria da Comissão localizada no endereço: S.M.H.S. Qd. 301, Edifício Pioneiras Sociais, 6º andar CEP 70.330-150, Brasília-DF, em dias úteis, no horário de 08:30 às 11:45 e de 14:00 às 15:45 horas. Tel. (061) 226 8239 - Fax (061) 322 0778. Comunica ainda que o local para a realização da reunião de licitação está localizada no 8º andar, sala da CPL.

Brasília, 12 de agosto de 1999
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

AVISO DE ADIAMENTO
CONVITE Nº 178/99

Proc. 061.002672/99
Objeto: Aquisição de Central telefônica PABX/CPA
A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica aos interessados que a licitação em epígrafe, prevista para o dia 18/08/99, às 09:30, foi adiada SINE DIE para melhor especificação do Edital.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, torna público o resultado de julgamento da licitação em epígrafe:

TOMADA DE PREÇOS

EDITAL Nº 138/99 - PROC. 061.003701/99

Vencedoras/Itens

ASTEKA PAPÉIS LTDA - 01,02,03,05,25,37
OÁSIS DIST. LTDA - 04,06,20,26,32
INFORMATIC COM. E REP. LTDA - 08,12
BR NET SERV. E CONSULTORIA LTDA - 09,15,38
EQUIPA INFORMÁTICA LTDA - 10
VANDRO HELAL CLIVER- 11,14,16,17,18,34,39,40,42
COMERCIAL IPL INF. E PAPELARIA LTDA - 13,28,29,31,36
NASTEC SERVIÇOS MAT. E MÁQUINAS LTDA - 35,41
CÁSSIA PEREIRA ANUNCIAÇÃO - 27
RISQUEPEL IND. E COM. DE PAPÉIS LTDA - 30,33

Desclassificada/Item

EQUIPA INFORMÁTICA LTDA - 43

Obs: Foi sugerido o encerramento dos itens 07,21 e 23 por falta de cotação e a revogação dos itens 19, 22, 24 e 43. Este resultado altera o anteriormente publicado no D.O.D.F., em 22/07/99.

Brasília, 12 de Agosto de 1999
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA A SAÚDE

EDITAL Nº 18/99

A DIRETORA DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA A SAÚDE, no uso de suas atribuições regimentais, resolve: reconvocar os candidatos aprovados na Seleção para o Curso de Formação Profissional de Atendente de Consultório Dentário, a comparecerem à ETESB/CEDRHUS/FHDF - Setor Médico Hospitalar Norte, AV/W3 Norte, Quadra 501 - Edifício CEDRHUS, da seguinte forma: do 1º ao 40º nos dias 17 e 18/08/99 de 14 às 18 horas, para efetivarem suas matrículas; do 41º ao 51º, na mesma data, horário e local, a fim de receberem cronograma de entrevista e matrícula, para possível preenchimento de vagas motivadas por faltas dos primeiros convocados, na seguinte ordem (classificação e nome):
1º - JOELSON DAMASCENO RODRIGUES DA SILVA, 2º - SALOMÃO GOMES BANDEIRA, 3º - SÓCRATES GOMES BANDEIRA, 4º - CHRISTIANE DE PAULA GUERRA, 5º - JANINE CARDOSO DA SILVA, 6º - JOSIANE DE ALMEIDA SALES, 7º - LUCIANA NORONHA PORTO, 8º - DÉBORA SIMÕES DUARTE DE CASTRO, 9º -VIVYANNE GRAÇA DE MELO, 10º - SIMONE RODRIGUES PEREIRA, 11º - ROBSON DOS SANTOS ROCHA, 12º - ALEX SANDER TEIXEIRA SILVA, 13º - MILENE RODRIGUES DE SOUSA, 14º - SANDRO MORETT RIBEIRO CRUZ, 15º -WENDER MARTINS DA SILVA, 16º - FÁBIO TEIXEIRA DA SILVA, 17º - GILSON DE CARLOS PEREIRA LEITE, 18º - FLÁVIA ANDRÉA DE FARIAS, 19º - ALESSANDRA FERREIRA FONSECA, 20º - MICHELINE NEIVA QUEIROZ, 21º - GLECY ANNE MAIA DA COSTA LAMOGLIA, 22º - DANIELLE CARVALHO FERNANDES DE ARAÚJO, 23º - AUGUSTO CESAR SILVA NASCIMENTO, 24º - LUDMILA DE JESUS BARROS, 25º - TATIANE NERES DE SOUSA, 26º - WANDERLEY ANDRADE COSTA, 27º - ADRIANO ALBERTO XAVIER LEVAY, 28º - GLEICE MORAES BARBOSA, 29º - MARILAN SALVADOR SANTUCHE, 30º - YESMIN CORREIA DIAS, 31º - VIVIAN SANTOS MONTELES, 32º - HELOISA GONÇALVES DOS SANTOS, 33º - NEUMICE PEREIRA DOS SANTOS, 34º - MARILENE O. DOS SANTOS, 35º - ERNANDES RODRIGUES DE ALENCAR, 36º - MANOEL JUSTINO DA ROCHA NETO, 37º - SILVANEIDE DINIZ DE SOUZA, 38º - CÁSSIA ALVES MARINHO, 39º - MARIA SELMA DE OLIVEIRA, 40º - REGINA CLÁUDIA RODRIGUES GOMES DOS REIS, 41º - WISLENE LILIAN COSTA MARTINS, 42º - CARLOS MAURÍCIO MARCELLINO DA SILVA, 43º - MARIA PATRÍCIA MUNIZ, 44º - GRAZIELLE PEREIRA DE SÁ, 45º - LUZIA LIMA DE MORAES, 46º - HELEN RÚBIA BRAGA, 47º - SANDRA SANTOS ASSIS MATTOS, 48º - MARILDES SOUZA E SILVA CAETANO, 49º- ALMIRO MARQUES DA SILVA, 50º- REGIANE QUEZIA GOMES DIAS, 51º- LUCIMAR SIQUEIRA SANTOS DE REZENDE.

ROSÂNGELA CONDE WATANABE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Entidade responsável: FHDF Responsável pelo Ato de Ratificação: Dr. Jofran Frejat - Secretário de Saúde			
Processo	**Data do Ato de Ratificação**	**Justificativa Lei nº 8.666/93**	**Objeto**
061.005497/99	05.08.99	Art.24 Inciso VIII	Prestação de serviços de elaboração de inventário, indicação de soluções e possíveis correções (bug do milênio)
061.004768/99	09.08.99	Art.25 caput	Prestação de serviços destinados ao conserto de equipamentos GE
061.006191/99	09.08.99	Art.25 Inciso I	Fornecimento de peças/acessórios destinados aos equipamentos GRN
061.006734/99	09.08.99	Art.25 Inciso I	Fornecimento de etomidato 2mg/ml – 10ml e outros
061.007070/99	09.08.99	Art.25 Inciso I	Fornecimento de digoxina elixir pediátrico 0,05mg/ml
061.005771/99	09.08.99	Art.25 Inciso I	Fornecimento de solução equilibrada e concentrado de ácido paracetico peroxido de hidrogênio e ácido acético gl. 20l e outro
061.007075/99	09.08.99	Art.25 Inciso I	Fornecimento de gliclazida 80mg
061.007006/99	09.08.99	Art.25 Inciso I	Fornecimento de risperidona 2mg
061.006244/99	09.08.99	Art.25 Inciso I	Fornecimento de vigabatrin 500mg
061.007722/99	10.08.99	Art.24 Inciso IV	Prestação de serviço de fornecimento de vale refeição destinado à Campanha de Multivacinação.

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 8/99

PROCESSO: 101.001.299/98; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e a MEDICOR PRODUTOS MÉDICO – HOSPITALARES LTDA ; OBJETO: incluir à Cláusula Terceira do contrato original a seguinte Classificação Funcional Programática: Programa de Trabalho 1508104832025-0001; Fonte 132; através dos quais correrão parte das despesas do presente contrato ; ASSINATURA: 10/08/99; VIGÊNCIA: a contar da data da assinatura; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro; P/CONTRATADA: Carlos Roberto da Silva.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 9/99

PROCESSO: 101.001.299/98; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e a DROGARIA RODOFARMA LTDA ; OBJETO: incluir à Cláusula Terceira do contrato original a seguinte Classificação Funcional Programática: Programa de Trabalho 1508104832025-0001; Fonte 132; através dos quais correrão parte das despesas do presente processo; ASSINATURA: 10/08/99; VIGÊNCIA: a contar da data da assinatura; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro; P/CONTRATADA: Casssius Clay Resende Boechat.

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 22/96

PROCESSO: 101.000.225/96; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e a RETIMAQ RETÍFICA DE MÁQUINAS LTDA ; OBJETO: prorrogar o prazo de vigência até 31/12/1999 e suplementar recursos no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais); ASSINATURA: 30/06/99; VIGÊNCIA: a contar da data da assinatura; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro; P/CONTRATADA: Wellington Cíqueira de Medeiros

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 23/96

PROCESSO: 101.000.225/96; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e a HANASHIRO MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA ; OBJETO: prorrogar o prazo de vigência até 31/12/1999 e suplementar recursos no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais); ASSINATURA: 30/06/99; VIGÊNCIA: a contar da data da assinatura; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro; P/CONTRATADA: Olimpio Kiyoteru Hanashiro.

SECRETARIA DE OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 1/98

Processo nº: 112.003.560/98 – PARTES: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP e a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal – FUNAP/DF. Objeto: fornecimento de uniformes profissionais pela FUNAP/DF aos servidores da NOVACAP. VALOR: R$ 20.013,95 (vinte mil, treze reais e noventa e cinco centavos), perfazendo o valor total do Contrato em R$ 100.069,75 (cem mil, sessenta e nove reais e setenta e cinco centavos). ASSINATURA: 12 / 08 / 99. SIGNATÁRIOS: PAULO ÉRICO SILVA CASTELO BRANCO, Presidente da FUNAP/DF e ELMAR LUÍZ KOENIGKAN e CLARINDO CARLOS DA ROCHA, Diretor Presidente e Diretor Administrativo, respectivamente.

ASSESSORIA DE CADASTRO E LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 47/99

ASCAL/PRES., do tipo MENOR PREÇO, **por lote, para** execução de coveamento e tutoramento nas regiões administrativas do Distrito Federal – DF..
Data e Horário da Licitação: 30.08.99 - às 09:00h.

Local: Assessoria de Cadastro e Licitação - ASCAL/PRES., situada no Setor de Áreas Públicas, Lote "B" Bloco "A" - 1º andar - Conjunto Sede da NOVACAP.

Chamamos a atenção das empresas interessadas, que o Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no mesmo local.

Brasília, 11 de agosto de 1999
FELIX VIEIRA DE ALMEIDA
Presidente da Assessoria de Cadastro e Licitação

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

EXTRATO DE QUITAÇÃO

Termo de Quitação do CT nº 5303, Processo: 092.000998/97. PARTES: CAESB X COLMAR ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA. DATA DA ASSINATURA: 12/08/99. ASSINANTES: P/CAESB: José Antonio da Silveira - Diretor do Sistema de Esgotos. P/COLMAR ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA: Lauro Taira.

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 90/99

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público que realizará o Convite nº CV - 090/99-CAESB para aquisição de up-grade para microcomputador.
Data de realização: 20 de agosto de 1999, às 10:00 horas.
Os interessados que não foram convidados, poderão participar da licitação mediante a apresentação de cópia do Certificado de Registro Cadastral - CRC, fornecido pela Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal, que deverá ser autenticada em Cartório ou acompanhada do original para confrontação, até o último dia útil anterior à data da abertura das propostas, no Ed. Sede da CAESB, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, nºs 67/97, 6º andar, Coordenadoria de Convites de Preços, em Brasília-DF. Outras informações poderão ser obtidas através dos telefones (061) 325-7233 e (061) 325-7234.

Brasília, 11 de agosto de 1999
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

RELAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS
JANEIRO A JULHO/99

A Divisão de Administração Geral da Secretaria de Transportes, em cumprimento ao disposto no artigo 16, da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e Lei - DF n.º 938/95, torna público a relação de todas as compras e serviços realizados no mês de janeiro a junho/99.

NE	ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	FORNECEDOR
0001	**INEXIGÍVEL** Regularização da aquisição de vales transporte. Vales no valor de.....	 1,60	 48,00	RÁPIDO PLANALTINA LTDA
0002	**INEXIGÍVEL** Regularização de despesas com aquisição de vales transporte. Vales no valor de..... Vales no valor de..... Vales no valor de.....	 1,20 1,05 1,00	 3.662,40 2.032,80 577,00	BANCO DE BRASÍLIA S/A
0003	**INEXIGÍVEL** Regularização da aquisição de vales transporte. Vales no valor de.....	 1,40	 112,00	EMPRESA S. ANTONIO TRANSP. TURISMO LTDA
0004	**INEXIGIVEL** Regularização de aquisição de vales transporte. Vales no valor de..... Vales no valor de..... Vales no valor de..... Vales no valor de.....	 1,25 1,15 0,75 1,45	 57,50 87,40 10,50 58,00	VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA
0005	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento de folha suplementar referente a ferias do mês de janeiro/99.	24.974,81	24.974,81	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
0006	**NÃO APLICÁVEL** INSS da folha suplementar de férias referente a janeiro/99 relativo aos 22% sendo: 20% (vinte por cento) parte do empregador..... 2% (dois por cento) seguro acidente no trabalho.....	 184,26 18,43	 184,26 18,43	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS
0007	**INEXIGÍVEL** Fornecimento de água e esgoto para o DSV/ST.	1.500,00	1.500,00	CAESB - CIA DE ÁGUA E ESGOTO BRASILIA
0008	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento de férias p/um servidor relativas a janeiro/99.	828,46	828,46	CARLOS ALBERTO DOS SANTOS ARAÚJO
0009	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento de ressarcimento de salário e encargos sociais do funcionário Ildeu Lopes Martins.	4.240,48	4.240,48	EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJ. E TRANSPORTES
0010	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento da folha normal do mês de jan/99 referente auxílio - creche e pré - escolar.	5.918,50	5.918,50	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
0011	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento da folha normal do mês de jan/99, referente a salário família estatutário.	25,60	25,60	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
0012	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento de folha normal do mês de jan/99, referente a vencimentos e vantagens fixas.	156.278,46	156.278,46	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
0013	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento da folha normal do mês de jan/99, referente a despesas variáveis(gratificação) e encargo gabinete.	5.960,63	5.960,63	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
0014	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento do INSS da folha normal do mês de jan/99, relativo aos 22% sendo: 20% - parte do empregador..... 2% - seguro acidente no trabalho..	 1.519,03 151,90	 1.519,03 151,90	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS
0016	**INEXIGÍVEL** Renovação de uma assinatura anual do Jornal Correio Braziliense pelo período de 08.01.99 a 02.01.2.000.	408,00	408,00	S/A CORREIO BRAZILIENSE - DEPARTAMENTO DE ASSINATURAS
0017	**INEXIGÍVEL** Renovação de uma assinatura anual do Jornal de Brasília pelo período de fevereiro /99 a março de 2.000	408,00	408,00	J. CAMARA E IRMÃOS S/A (JORNAL DE BRASÍLIA)
0018	**INEXIGÍVEL** Renovação de 02 (duas) assinaturas anuais do Jornal Folha de S. Paulo .	384,00	768,00	EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S/A
0019	**DISPENSA** Aquisição de gás liqüefeito de petróleo acondicionado em vasilhame de 13KG.	240,00	240,00	COPLAGÁS - COMERCIO PLANALTO DE GASES LTDA
0020	**DISPENSA** Confecção de carimbos de borracha com base de madeira.	700,00	700,00	A CAPITAL CARIMBOS COM. E INDUSTRIA LTDA
0021	**DISPENSA** Aquisição de 01(uma) placa de comunicação de dados .	570,00	570,00	ITAG COMÉRCIO E PRESENTAÇÕES LTDA
0022	**TOMADA DE PREÇO** Passagens aéreas e transporte de bagagens.	500,00	500,00	EUREXPRESS TURISMO LTDA
0023	**INEXIGÍVEL** Despesas com o fornecimento de energia elétrica.	400,00	400,00	CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
0024	**CONVITE** Prestação de serviço com fotocópias coloridas referente ao mês de dez/98.	11,05	11,05	COPIADORA 506 NORTE LTDA
0025	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento da folha suplementar de férias do mês de fevereiro/99.	5.982,99	5.982,99	MARIZE LIMA DE SOUZA E OUTROS
0026	**INEXIGÍVEL** Aquisição de vales transporte para servidores desta Secretaria, referente a fevereiro/99. Vales no valor de..... Vales no valor de..... Vales no valor de.....	 1,20 1,05 1,00	 3.658,80 2.051,70 776,00	BANCO DE BRASÍLIA S/A
0027	**INEXIGÍVEL** Aquisição de vales transporte p/servidores, referente a fev/99. Vales no valor de..... Vales no valor de..... Vales no valor de.....	 1,25 0,75 1,45	 107,50 13,50 52,20	VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA
0028	**INEXIGÍVEL** Aquisição de vales transporte p/servidor desta Secretaria, mês fev/99. Vales no valor de.	 1,60	 57,60	RÁPIDO PLANALTINA LTDA
0029	**INEXIGÍVEL** Aquisição de vales transporte p/servidores desta Secretaria, mês fev/99.	1,40	100,80	EMP. SANTO ANTONIO TRANSP. TURISMO LTDA
0030	**INEXIGÍVEL** Anulação do saldo restante da 99NE0002 oriundo do desconto de 6% dos vales transporte.	1.278,30	1.278,30	BANCO DE BRASÍLIA S/A
0031	**DISPENSA** Conserto de 01(uma) guilhotina.	390,00	390,00	REIMAQ ASSIST. TÉCNICA DE DUPLICADORES
0032	**DISPENSA** Serviços de manutenção e limpeza em máquinas de escrever eletrônicas.	32,00	704,00	STAR - INFOR MATICA E SERVIÇOS LTDA - ME
0033	**NÃO APLICÁVEL** Ressarcimento de salário e encargos sociais.	7.647,23	7.647,23	EMP. BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS

0034	**DISPENSA** Calça de gabardine acetinado, na cor preta, numero 40, 42 e 46.	23,40	187,20	PROROUPAS CONFCÇÕES LTDA
0035	**DISPENSA** Camisa com barra, manga comprida de tergal. Gravata tipo borboleta cor preta. Gravata vertical na cor azul marinho. Meia cor preta. Sapato vulcanizado na cor preta. Summer gabardine acetinada branca. Summer de gabardine na cor preta/cinza.	15,00 5,50 7,50 2,00 22,00 93,00 93,00	120,00 22,00 30,00 16,00 88,00 186,00 372,00	CONFECÇÕES VIANA IND. E COM. LTDA.
0036	**DISPENSA** Biscoito de sal. Tipo cream craker, pacote com 200 gramas. Chá com 10 saquinhos, marca leão.... Chá de camomila, caixa c/10 saquinhos, marca leão. Adoçante dietético liquido, frasco com 100ml.	0,43 0,66 0,63 1,48	86,00 29,70 18,90 17,76	SANTA RITA ATACADISTA LTDA
0037	**DISPENSA** Biscoito doce tipo Maria, pacote c/200 gramas.	0,48	43,20	MERCOBRAS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA
0038	**NÃO APLICÁVEL** Reconhecimento de dívida , ressarcimento de salário, mês de dez/98.	6.474,78	6.474,78	CENTRAIS ELET. DO NORTE DO BRASIL - ELETRONORTE
0039	**INEXIGÍVEL** Fornecimento de energia elétrica p/o DSV/ST.	600,00	600,00	CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
0040	**INEXIGÍVEL** Despesas com serviços telefônicos de ligações celulares p/o DCP/ST.	35,00	35,00	TELEBRASÍLIA CELULAR S.A
0041	**INEXIGÍVEL** Despesas com serviços telefônicos de ligações celulares desta Secretaria.	300,00	300,00	TELEBRASÍLIA CELULAR S.A
0042	**INEXIGÍVEL** Despesas com serviços telefônicos do DCP/ST.	455,00	455,00	TELEBRASÍLIA - TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA
0043	**INEXIGÍVEL** Despesas com serviços telefônicos do DSV/ST p/o corrente exercício.	300,00	300,00	TELEBRASÍLIA - TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA
0044	**INEXIGÍVEL** Despesas com serviços telefônicos desta Secretaria.	1.500,00	1.500,00	TELEBRASÍLIA - TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA.
0045	**INEXIGÍVEL** Despesas com a prestação de serviço DATAFAX.	11,00	11,00	EMBRATEL - EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES
0046	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento da folha normal do mês de fev/99, referente a auxílio - creche e pré - escolar.	4.517,25	4.517,25	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
0047	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento da folha normal do mês de fev/99, referente a salário família estatutário.	24,80	24,80	MARIA LÚCIA ALVES LOPES
0048	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento da folha normal do mês de fev/99, relativo a vencimentos e vantagens fixas.	171.910,12	171.910,12	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
0049	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento da folha normal do mês de fev/99, relativo a desp. variáveis (gratificação e encargo gabinete).	5.503,74	5.503,74	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
0050	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento da folha normal de fev/99 e folha suplementar fev/99, referente aos 22%, sendo: 20% parte do empregador. 2% seguro acidente no trabalho.	 4.716,53 471,65	 4.716,53 471,65	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0051	**INEXIGÍVEL** Despesas com prestação de serviços DATAFAX - EMBRATEL.	100,00	100,00	EMBRATEL - EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES
0052	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento de folha suplementar referente a ferias do mês de março/99, relativo a vencimentos e vantagens fixas.	3.059,36	3.059,36	VALERIA PENNA FERREIRA E OUTROS
0055	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento da folha suplementar referente acertos de contas de cargos comissionados.	42.101,59	42.101,59	VERA LÚCIA GOMES CHAVES E OUTROS
0056	**NÃO APLICÁVEL** INSS da folha suplementar (acertos rescisórios) do mês de fev/99, relativo aos 22% sendo: 20% parte do empregador. 2% seguro acidente no trabalho.	 190,65 19,05	 190,65 19,05	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
0057	**INEXIGÍVEL** Aquisição de vales - transporte, referente ao mês de março/99. Vales no valor de..... Vales no valor de..... Vales no valor de.....	 1,20 1,05 1,00	 4.383,60 2.562,00 814,00	BANCO DE BRASÍLIA S/A
0058	**NÃO APLICÁVEL** Aquisição de vales - transporte referente ao mês de março/99. Vales no valor de..... Vales no valor de..... Vales no valor de.....	 1,25 0,75 1.45	 140,00 28,50 162.40	VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA
0059	**INEXIGÍVEL** Aquisição de vales - transporte p/um servidor referente ao mês de mar/99. Vales no valor de.....	 1,60	 73,60	RÁPIDO PLANALTINA LTDA
0060	**INEXIGÍVEL** Aquisição de vales - transporte referente ao mês de março/99. Vales no valor de.....	 1,40	 128,80	EMPRESA SANTO ANTONIO TRANSP. TURISMO LTDA
0061	**TOMADA DE PREÇO** Aquisição de passagens aéreas.	1.000,00	1.000,00	EUREXPRESS TURISMO LTDA
0062	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento da folha suplementar referente jan/99 e fevereiro/99 (abono de 28,86%).	5.336,13	5.336,13	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
0064	**INEXIGÍVEL** Complemento da 99NE00051, para cobrir despesas com prestação de serviços DATAFAX.	300,00	300,00	EMBRATEL - EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES
0065	**INEXIGÍVEL** Complemento da 99NE0007, para cobrir despesas com o fornecimento de água e esgoto para o DSV/ST.	1.000,00	1.000,00	CAESB - CIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA
0066	**INEXIGÍVEL** Complemento da 99NE0039, para fornecimento de energia elétrica para o DVS/ST.	1.000,00	1.000,00	CEB - COMPANHIA ENERGETICA DE BRASÍLIA
0067	**TOMADA DE PREÇOS** Complemento da 99ne00015, para despesas com contrato de locação de uma máquina fotocopiadora.	1.500,00	1.500,00	XEROX DO BRASIL LTDA
00068	**NÃO APLICÁVEL** Folha suplementar referente a promoção funcional, despesas de exercício anterior.	3.631,11	3.631,11	MARIA DA DORES S. OLIVEIRA E OUTROS
00071	**NÃO APLICÁVEL** Reembolso de benefícios concedidos a servidor requisitado da CODEPLAN para esta Secretaria.	693,51	693,51	CODEPLAN-CIA DESENV. DO PLANALTO CENTRAL
00072	**INEXIGÍVEL** Complemento da 99ne00043, para despesas com serviços telefônicos do DSV/ST.	1.000,00	1.000,00	TELEBRASÍLIA - TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA
00073	**INEXIGÍVEL** Complemento da 99ne00044, para despesas com serviços telefônicos desta Secretaria.	2.500,00	2.500,00	TELEBRASÍLIA - TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA
00074	**INEXIGÍVEL** Complemento da 99ne00044, para despesas com serviços telefônicos desta ST.	1.200,00	1.200,00	TELEBRASÍLIA - TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA
00075	**DISPENSA** Parede div. Divilux. linha econ. Elev. Df-5 (painel ventilado) c/painéis mso Eucaplac na cor areia jundiai .	1.014,00	1.014,00	ESPAÇO & FORMA MÓVEIS E DIVISÓRIAS LTDA
00076	**NÃO APLICÁVEL** Folha suplementar referente ao abono de 28,86%.	19.610,64	19.610,64	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
00078	**NÃO APLICÁVEL** Folha suplementar referente a auxílio-creche e pre-escolar.	180,50	180,50	DILMA DO CARMO NASCIMENTO E OUTROS
00079	**NÃO APLICÁVEL** Folha suplementar referente a vencimentos e vantagens fixas.	1.546,75	1.546,75	DILMA DO CARMO NASCIMENTO E OUTROS
00080	**NÃO APLICÁVEL** Folha suplementar referente a despesas variáveis (gratificação e encargo gabinete).	104,24	104,24	DILMA DO CARMO NASCIMENTO E OUTROS

00081	**NÃO APLICÁVEL** INSS de folha suplementar referente aos 22% parte da empresa.	22,93	22,93	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
00082	**DISPENSA** Aquisição e instalação de 01 (um) condicionador de ar m. ELGIN.	700,00	700,00	TEC BRAS AR CONDICIONADO E REFRIG. LTDA
00083	**INEXIGÍVEL** Complemento da 99ne00041, para despesas com serviços telefônicos de ligações celulares.	800,00	800,00	TELEBRASÍLIA CELULAR S/A
00084	**INEXIGÍVEL** anulação de saldo da 99ne00026, oriundo do desc. de 6% dos servidor referente a vale transporte.	1.837,52	1.837,52	BANCO DE BRASÍLIA S/A
00085	**TOMADA DE PREÇO** Complemento da 99ne00022, para aquisição de passagens aéreas e transporte de bagagens.	1.000,00	1.000,00	EUREXPRESS TURISMO LTDA
00086	**NÃO APLICÁVEL** Ressarcimento de despesas de viagem.	482,30	482,30	ABDALA CARIM NABUT
00088	**NÃO APLICÁVEL** Ressarcimento de despesas de viagem.	303,38	303,38	PEDRO MAURICIO CABRAL TEIXEIRA
00090	**DISPENSA** Aquisição de quadro e moldura entre vidros, quadro em serejeira.	263,00	263,00	DIPLOMATA MOLDURAS LTDA
00092	**DISPENSA** Mesa em madeira aglomerada. Mesa em madeira aglomerada. Mesa para máquina de escrever. Poltrona giratória.	351,00 281,80 126,20 179,00	351,00 281,80 126,20 716,00	COMERCIAL MARTE DE MÓVEIS LTDA
00093	**CONVITE** Toner para impressora a laser m. XEROX. Modelo 4510.	289,00	4.335,00	ANTONIO OLIVEIRA DOS SANTOS - ME
00094	**CONVITE** Toner para impressora a laser, m. XEROX, modelo 4504.	266,57	7.997,10	XEROX DO BRASIL LTDA
00095	**CONVITE** Cartucho de impressão a cores para impressora HP. Cartucho de impressão da cor preta para impressora HP.	77,80 67,57	1.556,80 2.702,80	MULTIPLIK COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA
00096	**CONVITE** Açúcar cristal, acondicionado em embalagens de 05 Kg, m. Rei. Café torrado e moído, pct de 500g.	0,49 5,49	588,00 3.294,00	MERCOBRAS COM. E DISTRIBUIDORA LTD
00097	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento da folha normal de março, ref. a auxílio-creche e pré escolar.	4.612,25	4.612,25	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
00098	**NÃO APLICÁVEL** pagamento da folha normal do mês de março, ref. a salário família.	24,64	24,64	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
00099	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento da folha normal de março, ref. a vencimentos e vantagens fixas.	195.075,77	195.075,77	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
00100	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento da folha normal de março/99, ref. a despesas variáveis (gratificação e encargo gabinete).	5.576,71	5.576,71	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
00101	**INEXIGÍVEL** Despesas com a aquisição do livro Lei de Licitações e Contratos anotada.	60,00	60,00	EDITORA ZNT LTDA
00102	**INEXIGÍVEL** Pagamento do INSS da folha normal de março/99, ref. aos 22% parte da empresa. 20% - parte do empregador. 2% - seguro acidente no trabalho.	 6.459,05 645,91	 6.459,05 645,91	INSTITUTO NACIOANAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
00103	**INEXIGÍVEL** Despesas com prestação de serviços DATAFAX, reconhecimento de dívida.	191,10	191,10	EMBRATEL - EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES
00104	**DISPENSA** Aparelho celular NOKIA digital, 6120.	785,00	2.355,00	COMPUSTORE TELEFONIA E INFORMÁTICA LTDA
00105	**INEXIGÍVEL** Aquisição de vales transporte referente ao mês abril/99. Vales no valor de..... Vales no valor de..... Vales no valor de.....	 1,20 1,05 1,00	 4.346,40 2.457,00 876,00	BANCO DE BRASÍLIA S/A
00106	**INEXIGÍVEL** Aquisição de vales transporte referente ao mês de abril/99. Vales no valor de..... Vales no valor de..... Vales no valor de.....	 1,25 0,75 1,45	 147,50 30,00 116,00	VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA
00107	**INEXIGÍVEL** Aquisição de vales transporte referente ao mês de abril/99.	1,60	64,00	RÁPIDO PLANALTINA
00108	**INEXIGÍVEL** Aquisição de vales transporte referente ao mês de abril/99.	1,40	112,00	EMPRESA SANTO ANTONIO TRANSP. TURISMO LTDA
00109	**INEXIGÍVEL** Anulação de saldo da 99ne00057, oriundo do desconto de 6% do vale transporte descontado dos servidores.	1.714,79	1.714,79	BANCO DE BRASÍLIA S/A
00110	**INEXIGÍVEL** Despesas com a taxa de anuidade de 1999 da ANTP.	2.200,00	2.200,00	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTE PÚBLICOS
00111	**TOMADA DE PREÇO** Complemento da 99ne00015, para o contrato de locação de uma máquina fotocopiadora.	1.000,00	1.000,00	XEROX DO BRASIL LTDA
00112	**INEXIGÍVEL** Complemento da 99ne00044, para despesas com serviços telefônicos desta Secretaria.	2.000,00	2.000,00	TELEBRASÍLIA - TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA
00113	**INEXIGÍVEL** Complemento da 99ne00042, para despesas com serviços telefônicos do DCP/ST.	1.100,00	1.100,00	TELEBRASÍLIA - TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA
00118	**NÃO APLICÁVEL** Concessão de 1,5 (uma e meia) diária de viagem.	210,30	210,30	SANDRA LÚCIA FURLAN RIBEIRO
00119	**CONVITE** Serviços de revelação e ampliação de filmes fotográficos coloridos de 35mm, cópias de 15x21.	2.250,00	2.250,00	CINE FOTO UNIVERSITARIO-ME
00120	**INEXIGÍVEL** Despesas com o fornecimento de água e esgoto para o DSV/ST.	1.000,00	1.000,00	CAESB - CIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA
00122	**CONVITE** Filme colorido 35mm asa 400 24 poses..... Pilhas alcalinas pequenas tamanho AA..... Baterias LR 44 para máq. fotográfica.....	6,68 1,40 2,60	1.503,00 134,40 26,00	SL COM. E SERV. LTDA
00123	**INEXIGÍVEL** Despesas com serviços telefônicos de ligações celulares desta Secretaria.	1.000,00	1.000,00	TELEBRASÍLIA CELULAR S.A
00124	**INEXIGÍVEL** Despesas com serviços telefônicos de ligações celulares do DCP/ST.	900,00	900,00	TELEBRASÍLIA CELULAR S.A
00125	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento do INSS, referente aos 22%. 20% - parte do empregador. 2% - seguro acidente no trabalho.	 87,72 8,77	 87,72 8,77	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
00126	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento de folha suplementar referente a nomeações e férias.	1.212,40	1.212,40	ELIENE FONSECA ARAUJO E OUTROS
00127	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento da folha normal de abril/99, referente a auxílio creche e pré escolar.	4.640,75	4.640,75	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
00128	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento da folha normal de abril/99, referente a salário família estatutário.	24,44	24,48	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
00129	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento da folha normal de abril/99, referente a vencimentos e vantagens fixas.	208.231,20	208.231,20	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
00130	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento da folha normal de abril/99, referente a despesas variáveis (gratificação e encargo gabinete).	5.576,71	5.576,71	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
00131	**NÃO APLICÁVEL** Pagamento do INSS da folha normal de abril/99 referente aos 22% 20% - parte do empregador..... 2% - seguro acidente no trabalho.....	 8.800,52 880,05	 8.800,52 880,05	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
00132	**CONVITE** Cópias heliográficas de plantas de locação.	0,95	470,00	LM - DIST. COM. REP.DE PAPÉIS LTDA.
00133	**CONVITE** Cópias coloridas em papel tamanho A4.	0,59	295,00	LM. DIST. COM. REP. DE PAPÉIS LTDA.
00134	**INEXIGÍVEL** Aquisição de vales transporte para servidores desta Secretaria, referente ao mês de mai/99. Vales no valor de ..... Vales no valor de..... Vales no valor de.....	 1,20 1,05 1,00	 4.884,00 2.608,20 966,00	BANCO DE BRASÍLIA S/A
00135	**INEXIGÍVEL** Aquisição de vales transporte para servidores desta Secretaria, referente ao mês de mai/99. Vales no valor de..... Vales no valor de..... Vales no valor de.....	 1,25 0,75 1,45	 157,50 31,50 121,80	VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA

00136	**INEXIGÍVEL** Aquisição de vales transporte pará servidores desta Secretaria, referente ao mês de mai/99.	1,40	117,60	EMPRESA SANTO ANTÔNIO TRANSP. TURISMO LTDA
00137	**INEXIGÍVEL** Aquisição de vales transporte para um servidor desta Secretaria, referente ao mês de mai/99.	1,60	67,20	RÁPIDO PLANALTINA LTDA
00139	**NÃO APLICÁVEL** Anulação de saldo oriundo de devolução por reversão a regularizar de pagto indevido na folha de abril/99.	864,49	864,49	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
00140	**INEXIGÍVEL** Serviços telefônicos desta Secretaria/ST, no corrente exercício.	1.450,00	1.450,00	TELEBRASÍLIA - TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA
00141	**TOMADA DE PREÇO** Complemento da 99ne00015 para cobrir despesas com contrato de prestação de serviço c/uma máquina fotocopiadora modelo 5365.	1.000,00	1.000,00	XEROX DO BRASIL LTDA
00143	**NÃO APLICÁVEL** Folha suplementar referente a um acerto de contas e férias de dois servidores.	2.753,21	2753,21	VANESSA DAVID MELONI E OUTROS
00149	**DISPENSA** Extintor de incêndio tipo C02(gás Carbônico) capacidade de carga 06 kgs, lacrado, selado, com suporte de fixação, marca YANES. Garantia de 01 ano. Extintor de incêndio tipo C02(gás Carbônico), capacidade de carga 10 kgs, lacrado, selado com suporte de fixação, marca YANES. Garantia de 01 ano.	135,00 255,00	135,00 255,00	CHAMATEC SIST. DE PREV. E COMBATE A INC. LTDA
00151	**DISPENSA** Extintor de incêndio tipo água pressurizada, capacidade de 10 litros, lacrado, selado com suporte de fixação, marca YANES. Garantia de 01 ano. Extintor de incêndio, tipo pó químico seco, capacidade de 13 kg, lacrado selado c/ suporte de fixação, marca YANES. Garantia de 01 ano.	39,00 60,00	78,00 120,00	EXTINTUR - COMÉRCIO DE EXTINTORES LTDA
00152	**INEXIGÍVEL** Complemento da 99ne00051, para cobrir despesas com prestação de serviços DATAFAX, no corrente exercício.	500,00	500,00	EMBRATEL - EMPRESA BRAS. DE TELECOMUNICAÇÕES
00153	**NÃO APLICÁVEL** Anulação do saldo oriundo de devolução de salário recebido indevido na folha normal do mês de abril/99-servidor Manoel Gomes de Alencar	168,00	168,00	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
00154	**INEXIGÍVEL** Complemento da 99ne00041, para custear despesas com serviços telefônicos de ligações celulares desta Secretaria.	300,00	300,00	TELEBRASÍLIA CELULAR S/A

00155	**INEXIGÍVEL** Serviços telefônicos de ligações celulares para o DSV/ST, no corrente exercício.	300,00	300,00	TELEBRASÍLIA CELULAR S/A
00156	**NÃO APLICÁVEL** Concessão de 02 (duas) diárias de viagem, participação no Seminário "Garagens Subterrâneas - Soluções para Infra - Estrutura Urbana e Oportunidades de Investimento".	148,45	296,90	FLÁVIO AUGUSTO GOMES
00157	**NÃO APLICÁVEL** Folha normal de pagamento do mês de maio/99, referente dif. de aux. natalidade -estatutário, auxílio creche e pré-escolar.	4.897,59	4.897,59	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
00158	**NÃO APLICÁVEL** Folha normal de pagamento do mês de maio/99, referente a vencimentos e vantagens fixas.	213.682,27	213.682,27	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
00159	**NÃO APLICÁVEL** Folha normal de pagamento do mês de maio/99, referente a vencimentos e vantagens fixas.	5.569,74	5.569,74	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
00160	**NÃO APLICÁVEL** INSS da folha normal do mês de maio/99, ref. Aos 22% sendo: 20% parte do empregador. 2% seguro acidente no trabalho.	 9.892,23 989,22	 9.892,23 989,22	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
00161	**INEXIGÍVEL** Complemento da 99ne00040, cobrir despesas com serviços telefônicos de ligações celulares do DCP/ST, no corrente exercício.	500,00	500,00	TELEBRASÍLIA CELULAR S/A
00162	**INEXIGÍVEL** Complemento da 99ne00041, cobrir despesas com serviços telefônicos de ligações celulares desta Secretaria.	1.000,00	1.000,00	TELEBRASÍLIA CELULAR S/A
00162	**INEXIGÍVEL** Complemento da 99ne00041, para cobrir despesas com serviços telefônicos de ligações celulares desta Secretaria.	1.000,00	1.000,00	TELEBRASÍLIA CELULAR S/A
00163	**NÃO APLICÁVEL** Complemento da 99ne00155, para cobrir despesas com serviços telefônicos de ligações celulares do DSV/ST.	500,00	500,00	TELEBRASÍLIA CELULAR S/A
00164	**INEXIGÍVEL** Complemento da 99ne00044, para custear despesas com serviços telefônicos desta Secretaria.	1.000,00	1.000,00	TELEBRASÍLIA CELULAR S/A
00165	**INEXIGÍVEL** Complemento da 99ne00043, para cobrir despesas com serviços telefônicos para o DSV/ST.	400,00	400,00	TELEBRASÍLIA CELULAR S/A
00166	**INEXIGÍVEL** Complemento da 99NE00042, para cobrir despesa com serviços telefônicos para o DCP/ST.	600,00	600,00	TELEBRASILIA - TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA
00167	**TOMADA DE PREÇO** Passagens aéreas e transporte de bagagens para servidores a serviço desta Secretaria.	1.000,00	1.000,00	EUREXPRESS TURISMO LTDA
00168	**INEXIGÍVEL** Complemento da 99ne0007, para cobrir despesas com o fornefornecimento de água e esgoto para o DSV/ST.	1.800,00	1.800,00	CAESB - CIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA S/A
00169	**INEXIGÍVEL** Aquisição de vales transporte, referente ao mês de junho/99. Vales no valor de..... Vales no valor de..... Vales no valor de.....	 1,20 1,05 1,00	 4.874,40 2.622,90 842,00	BANCO DE BRASÍLIA S/A
00170	**INEXIGÍVEL** Aquisição de vales transporte, referente ao mês de junho/99. Vales no valor de..... Vales no valor de..... Vales no valor de.....	 1,25 0,75 1,45	 157,50 31,50 182,70	VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA
00171	**INEXIGÍVEL** Aquisição de vales transporte, referente ao mês de junho/99.	1,60	67,20	RÁPIDO PLANALTINA LTDA
00172	**INEXIGÍVEL** Aquisição de Vales transporte, referente ao mês de junho/99.	1,40	106,40	EMPRESA SANTO ANTÔNIO TRANSP. TURISMO LTDA
00174	**TOMADA DE PREÇO** Complemento da 99ne 00015 para custear despesas c/ contrato padrão-prestação de serviço de uma máquina fotocopiadora.	1.000,00	1.000,00	XEROX DO BRASIL LTDA
00175	**DISPENSA** Calha de sobrepor para lâmpada fluorescente 1x40W. Calha de sobrepor para lâmpada fluorescente 2x40W. Interruptor de embutir c/uma seção completo. Interruptor de embutir conjugado c/ tomada duas seções completo. Interruptor de embutir c/ três seções completo. Interruptor de embutir c/ duas seções completo. Lâmpada luz mista de 160W 220V, e - 27. Lâmpada fluorescente de 40W. Suporte tipo pé de galinha 3/16.	4,40 5,00 1,80 4,40 4,40 3,20 10,00 3,50 1,20	22,00 25,00 7,20 4,40 4,40 3,20 100,00 140,00 24,00	SALERNO REFRIGERAÇÃO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
00176	**DISPENSA** Soquete para lâmpada fluorescente. Relê fotocelula NF. Base de relê fotocelula. Reator de partida rápida de 1x40W.	0,38 9,15 4,00 10,76	11,40 36,60 16,00 53,80	IVAN DIAS RIBEIRO - ME
00177	**INEXIGÍVEL** Serviços telefônicos do DCP/ST	1.000,00	1.000,00	TELEBRASÍLIA - TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A
00178	**INEXIGÍVEL** Despesas com serviços telefônicos desta Secretaria.	1.500,00	1.500,00	TELEBRASÍLIA - TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A
00179	**INEXIGÍVEL** Locação de 01(um) estande de exposição para o DSV/ST.	1.600,00	1.600,00	INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE - ICS

00180	**TOMADA DE PREÇO** Complemento da 99ne00022 despesas com aquisição de passagens aéreas e transporte de bagagens para servidores a serviço desta Secretaria.	1.500,00	1.500,00	EUREXPRESS TURISMO LTDA
00181	**INEXIGÍVEL** Inscrições dos servidores Abdala Carim Nabut, Pedro M. Cabral Teixeira, Sandra Furlan e Umberto R. M. Filho, para participarem do 12º Congresso Brasileiro de Transportes e Trânsito.	350,00	1.400,00	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS
00182	**NÃO APLICÁVEL** Concessão de 4,5(quatro e meia) diárias de viagem a servidora: Sandra L. F. Ribeiro, para participar do 12º Congresso Bra- sileiro de Transportes e Trânsito.	800,78	800,78	SANDRA LÚCIA FURLAN RIBEIRO
00183	**NÃO APLICÁVEL** Concessão de 4,5(quatro e meia) diárias de viagem a servidora: Sandra L. F. Ribeiro, para participar do 12 º Congresso Bra- sileiro de Transportes e Trânsito .	800,78	800,78	ABDALA CARIM NABUT
00184	**NÃO APLICÁVEL** Concessão de 4,5(quatro e meia) diárias de viagem a servidora: Sandra L. F. Ribeiro, para participar do 12 º Congresso Bra- sileiro de Transportes e Trânsito .	800,78	800,78	PEDRO MAURÍCIO CABRAL TEIXEIRA
00185	**NÃO APLICÁVEL** Concessão de 4,5(quatro e meia) diárias de viagem a servidora: Sandra L. F. Ribeiro, para participar do 12 º Congresso Bra- sileiro de Transportes e Trânsito .	800,78	800,78	UMBERTO RAFAEL DE M. FILHO
00186	**DISPENSA** Anulação do saldo restante da 99ne00121, referente acertos de contas de suprimentos de fundos.	545,00	545,00	ABRÃO GOMES DE OLIVEIRA SOBRINHO
00187	**DISPENSA** Película refletiva branca medindo 0,61 x 20m - marca AVERY.	617,30	1.234,60	IVAN DIAS RIBEIRO-ME
00188	**DISPENSA** Tinta automotiva cinza GRIS GM82. Fita crepe medindo 25mm x 50m.	44,55 2,49	534,60 149,40	MUNDO DAS PINTURAS COM. E CONST. LTDA
00189	**DISPENSA** Disco de corte de 7 x 1/8x7/8, para lixadeira- marca ICAPER. Disco de corte 10 x 1/8 x ¾, para policorte, marca ICAPER. Eletrodo de 2.5mm, marca: LINCOLN.	1,44 2,41 4,01	86,40 72,30 20,05	EQUIMAF EQUIPAMENTOS MÁQUINAS E FERRAMENTAS
00190	**DISPENSA** Primer com 900ml, marca: ANJO Massa plástica, lata com 01 kg.	5,50 4,80	330,00 48,00	ESTRELA TINTAS LTDA
00191	**NÃO APLICÁVEL** Reconhecimento de dívida de exercício anterior.	853,24	853,24	MARCUS PORFÍRIO
00192	**DISPENSA** Anulação da 99ne00142, para correção e acerto contábil.	450,00	450,00	ARFRIO COM. DE REFRIG. E ASSIST. TEC. LTDA
00193	**DISPENSA** Serviços de conserto de 01(um) bebedouro marca ELEGE, (um) refrigerador marca CLIMAX e (um) refrigerador frigidaire.	145,00	145,00	ARFRIO COM. DE REFRIG. E ASSIST. TEC. LTDA
00194	**DISPENSA** Torneira tipo copo. Torneira tipo jato. Bojo 20 litros.	10,00 10,00 40,00	10,00 10,00 40,00	ARFRIO COM. DE REFRIG. E ASSIST. TEC. LTDA
00197	**DISPENSA** Aquisição de gás de oxigênio classe 0505 . Gás acetileno classe 0505.	28,00 34,00	196,00 238,00	COPLAGÁS - COMÉRCIO PLANALTO DE GASES LTDA
00199	**NÃO APLICÁVEL** Folha suplementar ref. a 03(três) nomeações de cargo comissionados relativo ao mês de mai/99.	1.262,22	1.262,22	VALTER ALFREDO DOS SANTOS E OUTROS
00200	**NÃO APLICÁVEL** INSS folha suplementar de maio/99, referente aos 22% sendo: 20% - parte do empregador. 2% - Seguro acidente no trabalho.	 252,44 25,24	 252,44 25,24	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
00201	**NÃO APLICÁVEL** Folha normal de pagamento e 1ª(primeira) parcela do décimo terceiro salário. Ref. A auxílio creche e pré-escolar.	4.916,25	4.916,25	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
00202	**NÃO APLICÁVEL** Folha normal e 1ª (primeira) parcela do décimo terceiro salário. Ref. a vencimentos e vantagens fixas. Mês de junho/99.	324.897,51	324.897,51	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
00203	**NÃO APLICÁVEL** Folha normal e 1ª (primeira) parcela do décimo terceiro salário. Referente a desp. Variavéis(gratificação e encargo de gabinete). Mês de junho/99.	5.533,27	5.533,27	MARIA LÚCIA ALVES LOPES E OUTROS
00204	**NÃO APLICÁVEL** INSS da folha normal, mês de junho/99, referente aos 22% sendo: 20% - parte do empregador. 2% - Seguro acidente no trabalho.	 9.899,64 989,96	 9.899,64 989,96	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
00206	**DISPENSA** Compressor ¼ HP, 220V para refrigerador marca CLIMAX. Compressor 1/5 HP, 220V para refrigerador, marca FRIGIDAIRE.	115,00 130,00	115,00 130,00	ARFRIO COM. DE REFRIG. E ASSIST. TEC. LTDA
00207	**INEXIGÍVEL** Acerto contábil do saldo restante da 99ne00105. Mês de abril/99	2.077,42	2.077,42	BANCO DE BRASÍLIA S/A
00208	**INEXIGÍVEL** Acerto contábil do saldo restante da 99ne00134. Mês de maio/99	1.996,15	1.996,15	BANCO DE BRASÍLIA S/A
00209	**INEXIGÍVEL** Acerto contábil do saldo restante da 99ne00134. Mês de junho/99	1.738,09	1.738,09	BANCO DE BRASÍLIA S/A
00210	**DISPENSA** Filtro central predial em aço inox, marca NIMA	588,00	588,00	BJ ENERGIA SOLAR - ME
00211	**INEXIGÍVEL** Complemento da 99ne00051, para cobrir despesas com prestação de serviços DATAFAX.	1.000,00	1.000,00	EMBRATEL - EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES
00212	**TOMADA DE PREÇO** Compl. 99ne00022, para cobrir despesas com aquisição de passagens aéreas, terrestres, nac. , reg. .e inter. p/ servidores a serviço desta ST.	1.500,00	1.500,00	EUREXPRESS TURISMO LTDA
00213	**TOMADA DE PREÇO** Compl. da 99ne00015, para cobrir despesas c/ contrato de prestação de serviços c/ uma máquina fotocopiadora mod. 5365.	2.050,00	2.050,00	XEROX DO BRASIL LTDA
00214	**INEXIGÍVEL** Compl. Da 99ne0007- cobrir despesas com fornecimento de água e esgoto para o DSV/ST.	1.000,00	1.000,00	CAESB - CIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA

A DIVISÃO

SECRETARIA DE AGRICULTURA

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

EXTRATOS DE CONTRATOS

PROCESSO Nº: 072.000.344/99. Contrato s/n. Contratantes: EMATER/DF e a Empresa Executivos S/A – Administração e Promoção de Seguros. Objeto: contratação de seguros de acidentes pessoais coletivo para os treinados do Programa de Educação Profissional de Trabalhadores Rurais junto à Seguradora que garante as apólices estipuladas pelo Executivos. Vigência: 12/08/99 a 31/12/99. Valor: R$ 2.115,00 (dois mil, cento e quinze reais). Fonte de Recursos: 220 – Próprio/Saber. Unidade Orçamentária: 14.203 - EMATER. Elemento de Despesa: 34.90.39. Atividade ou Projeto: 2.173. Data de Assinatura: 12/08/99. Signatários: p/ EMATER/DF – Paulo Menicucci Castanheira; p/Contratada – Luiz Fernando Schmidt Behring e Zeni Micheleto de Mesquita.

PROCESSO Nº: 072.000.402/99. Contrato no 074/99. Contratantes: EMATER/DF e Anna Cristinna Nugle Leal. Objeto: locação pelo prazo de 1(um) ano do imóvel, localizado na QI 01 – Lote 11/14 sala 101, Taguatinga/DF. Vigência: 02/08/99 a 31/12/99. Valor: R$ 2.666,70 (dois mil, seiscentos e sessenta e seis reais e setenta centavos). Fonte de Recursos: 100-GDF. Unidade Orçamentária: 14.203. Elemento de Despesa: 34.90.36. Atividade: 2.173. Data de Assinatura: 02/08/99. Signatários: p/ EMATER/DF – Paulo Menicucci Castanheira; p/Contratada – Anna Cristina Nugle Leal.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

RELAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

JUNHO/99

A CPL do DETRAN/DF, em cumprimento a Lei nº 938 de 20 de outubro de 1995, torna publico a relação de compras efetuadas no mês de junho de 1999.

Modalidade - Dispensa/Inexigibilidade de Licitação :

Item	Quant	Un	Especificação	Vr. Unit.	Vr. Total
01	-	-	Prestação de serviços de leitura e fornecimento de recortes de jornais com assuntos de interesse do Órgão	-	2.123,00*
02	-	-	Realização de estudos técnicos na área de segurança de trânsito	-	355.600,00
03	-	-	Inscrição de 03 servidores no curso "As teses da Defesa na Sindicância e no Processo Disciplinar"	-	2.100,00
04	-	-	Conserto de dois datadores/protocoladores	-	432,00
05	004	Un	Aquisição de cofres inteiriços, totalmente fabricados em aço	1.130,00	4.520,00
06	-	-	Inscrição de dois servidores no curso "Gerenciamento de Projetos de Treinamentos"	-	1.640,00
07	-	-	Renovação da licença do Sistema SAS, para o Detran/DF, pelo período de 12 meses.	-	11.143,92*
08	010	Un	Aquisição de dez assinaturas do Correio Braziliense	270,40	2.704,00
09	-	-	Aferição de 16 radares	168,00	2.700,80
10	-	-	Conserto da porta de blindex do Gabinete do Diretor	-	489,54

*Valor anual.

Modalidade – Tomada de Preços:
TP 011/99. Objeto: Contratação de empresa especializada para executar serviços de instalação de cinco cruzamentos semafóricos com o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários. Valor Total: R$ 121.477,72. Prazo de Execução: 40 dias consecutivos, contados a partir da assinatura do Contrato.
TP012/99. Objeto: Contratação de empresa especializada na apropriação de custos visando a atualização da tabela de preços dos serviços prestados pelo Detran/DF. Valor total: 25.275,00. Prazo de execução: 60 dias consecutivos a partir da assinatura do Contrato.
TP013/99. Objeto: Contratação de empresa especializada para impressão de dados variáveis em 600.000 documentos de segurança, CRLV/99. Valor global: 80.232,00. Prazo de Execução: Exercício de 1999

Brasília-DF, 10 de agosto de 1999

ISABEL CRISTINA DA SILVA GUTHIER
Presidente da CPL

POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 30/99

OBJETO: Aquisição de equipamentos para o Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Distrito Federal.
A CPL informa, de acordo com o artigo 109, parágrafo 1º , da Lei n.º 8.666/93, que sagraram-se vencedoras na licitação acima, as seguintes empresas nos respectivos itens:
- Útil Utilidades para o Lar Ltda. itens 12, 15, 16 e 19
- Hospitália Produtos para Saúde Ltda. itens 08 e 18
- Internacional Equipamentos Científicos Ltda. itens 21, 22, 37 e 38
- Microtest Equipamentos Científicos Ltda. itens 02 e 14
- Saúde Comércio de Prod. Hospitalares. Ltda itens 01, 03, 06, 07 e 11
- Bio Ciência Produtos Científicos Ltda. itens 24, 36 e 39
- CG Analítica Ltda itens 23, 25, 26, 27, 28,29, 30, 31, 32, 33 e 34
- DMH Comércio e Representações Ltda. itens 04 e 17

Os itens 10, 13, 20 e 35 não foram cotados.
A CPL informa ainda que as propostas de preços das empresas Saúde Comércio e Prod. Hospitalares Ltda (item 04), Microtest Equipamentos Científicos Ltda (itens 04, 27, 28 e 29), Bio Ciência Produtos Científicos Ltda (itens 09, 14, 27, 28 e 29), Comercial Marte de Móveis Ltda (item 19), Microtest Equipamentos Científicos Ltda (item 26), Life Technologies do Brasil Ltda (itens 37 e 38) foram desclassificadas conforme Parecer Técnico do Instituto de Criminalística da PCDF, por não atenderem às especificações contidas no Edital.
CONVITE nº34/99
OBJETO: Aquisição de 57 (cinqüenta e sete) impressoras jato de tinta e 10 (dez) scaners de mesa para a Polícia Civil do Distrito Federal.
A CPL informa, de acordo com o artigo 109, parágrafo 1º , da Lei n.º 8.666/93, que sagraram-se vencedoras na licitação acima, as seguintes empresas nos respectivos itens:
- Microtécnica Informática Ltda. item 01
- Mc Welch Comércio Import. E Export. Ltda. item 02

A CPL informa ainda que as propostas de preços das empresas Gênese Informática Ltda, Comp Store Telefonia e Informática Ltda e Mic Informática Ltda foram desclassificadas conforme Parecer Técnico do Núcleo de Informática da PCDF, por não atenderem às especificações contidas no Edital.

Brasília, 12 de agosto de 1999
AMILCAR UBIRATAN URACH VIEIRA
Presidente da CPL

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

COMANDO GERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 62/99

PROCESSO N.º 054.000.645/99 – PARTES: DF/PMDF x ITACOR - Comércio e Representações LTDA. OBJETO: A prestação de serviços manutenção preventiva e corretiva em nove máquinas de lavanderia, pertencentes à Corporação, instaladas na Policlínica/PMDF. VALOR TOTAL: R$ 6.600,00(Seis mil e seiscentos reais). PROGRAMA DE TRABALHO: 6007002185010094. FONTE DE RECURSOS: 130000004. U.O: 24103. NATUREZA DA DESPESA: 349039. NOTA DE EMPENHO Nº 622/99, emitida em 10.06.99, sob o evento 400091, por estimativa, no valor de R$ 755,00 (Setecentos e cinquenta e cinco reais). BASE LEGAL: Justificativa de Dispensa de Licitação e Proposta de Fornecimento nº 062/99. ASSINATURA 15.06.99. VIGÊNCIA: A contar da assinatura, até 31.12.99. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: ANTÔNIO RIBEIRO DA CUNHA, Comandante-Geral. Pela CONTRATADA: ANTÔNIO CARLOS CARVALHO DE MORAES - Sócio.

SECRETARIA DE CULTURA

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 2/99

Objeto: Manutenção de Central e Aparelhos Telefônicos
Processo nº 151.000.009/99
A CPL torna público aos licitantes e aos demais interessados, de acordo com o Artigo 109, Inciso I da Lei 8.666/93, que após análise da licitação epigrafada , julgou vencedora do certame a firma MICROTELEFAX Informática e Telecomunicações Ltda, Referente ao Item 01.

MARIA DO CARMO P. DE SOUZA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 4/99

PROCESSO Nº 030-003.998/99 - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 04 – SDUH - PADRÃO Nº 04/96 – PARTES: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO X KMW INFORMÁTICA LTDA., OBJETO: Prestação de Serviços de Reparo e Conservação de Equipamentos, especificada no Anexo I, do Convite nº 09/99 – CPL/SDUH , VALOR TOTAL: R$ 408,00 (quatrocentos e oito reais), com recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o exercício de 1999, com Nota de Empenho inicial no valor de R$ 408,00 (quatrocentos e oito reais), conforme 99NE00139, Evento 400091, Unidade Orçamentária: 28101, Programa de Trabalho: 10.007.0021.8501-0064, Natureza 34.90.39, Fonte: 100 - PRAZO: vigência de 04 (quatro) meses, permitida sua prorrogação na forma da lei. DATA DA ASSINATURA: 02/08/99. FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 09/99 – CPL/SDUH, baseada na Lei 8.666/93 e suas alterações. SIGNATÁRIOS: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO: Ivelise Maria Longhi Pereira da Silva - Pela CONTRATADA: KMW Informática Ltda: Rosana de Fátima Garcez Moraes.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

RELAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS
JULHO/99

O Serviço de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento, em cumprimento do disposto no artigo 16 da Lei 8.666/93, combinado com o artigo 1º da Lei 938/95, torna pública a relação de compras e serviços.

NE	Bens e/ou Serviços	Qtde	Unidade	R$ Unitário	Preço Total	Fornecedor
			Inexigível			
18	Vale-Transporte	1700 742 590	Unid Unid Unid	1,20 1,00 1,05	1404,00 742,00 619,50	Banco de Brasília – BRB
19	Vale-Transporte	88	Unid	1,15	101,20	Viação Anapolina Ltda.
23	Assinatura Jornal	1	Unid	323,08	323,08	Gazeta Mercantil
	Total				**3.189,78**	
			Dispensa			
14	Persianas	59.52	M²	28,15	1.675,49	Casa das Persianas
17	Aquisição de Carimbo	01	Unid	300,00	300,00	Piloto Carimbos
21	D.O.U. - seção 1 " 2 " 3	03 01 01	Unid Unid Unid	162,58 37,17 155,61	487,74 37,17 155,61	Imprensa Nacional
26	Impresão e Encadernação	01	Unid	61,80	61,80	Papel Expresso
28	Impresão e Encadernação	01	Unid	130,00	130,00	Multicópias de Brasília
	Total				**2,847,81**	
			Não Aplicável			
24	Ressarcimento	01	Pessoa	3.074,24	3.074,24	INEP
25	Fl.Supl.Jun/99	01	Pessoa	1.148,47	1.148,47	Consuelo E. Fernandes
27	INSS	01	Unid	23,56	23,56	INSS
29	FL. Normal de jul/99	01	Pessoa	205.939,62	205.939,62	
30	Outras Desp. Variaveis	01	Pessoa	1.589,86	1.589,86	Rosângela do Carmo/outros
31	Auxilio Creche	01	Pessoa	1.448,75	1.448,75	
32	Ressarcimento	01	Pessoa	10.614,15	10.614,15	MPO
33	INSS Parte Empregr. 20% INSS Acid. Trabalho 2%	01 01	Unid Unid	10.672,67 1.067,26	10.672,67 1.067,26	INSS
	Total				**235.578,58**	
	Total Geral				**241.616,17**	

O SERVIÇO

SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

RELAÇÃO DE COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS
JULHO/99

O serviço da Seção de Execução Orçamentária e Financeira da Companhia Imobiliária de Brasília TERRACAP, em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei n.º 938/95, torna público a relação de pagamentos efetuados no mês de Julho/99.

1-CTIS	=R$	156.944,80
2-NOVACAP	=R$	733.796,14
3-ESMALE	=R$	88.343,86
4-Transamérica.	=R$	66.556,63
5-CEB	=R$	282.836,58
6-Giovanni FCB, S.A.	=R$	194.978,15
7-Caesb	=R$	59.744,81
8-TOP Services	=R$	435.466,80
9-Construções e Topografia Basevi	=R$	130.495,84
10- Lumi Technology Ltda.	=R$	96.506,97

Brasília, 10 de agosto de 1999
ALEXANDRE GONÇALVES
Presidente

SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE

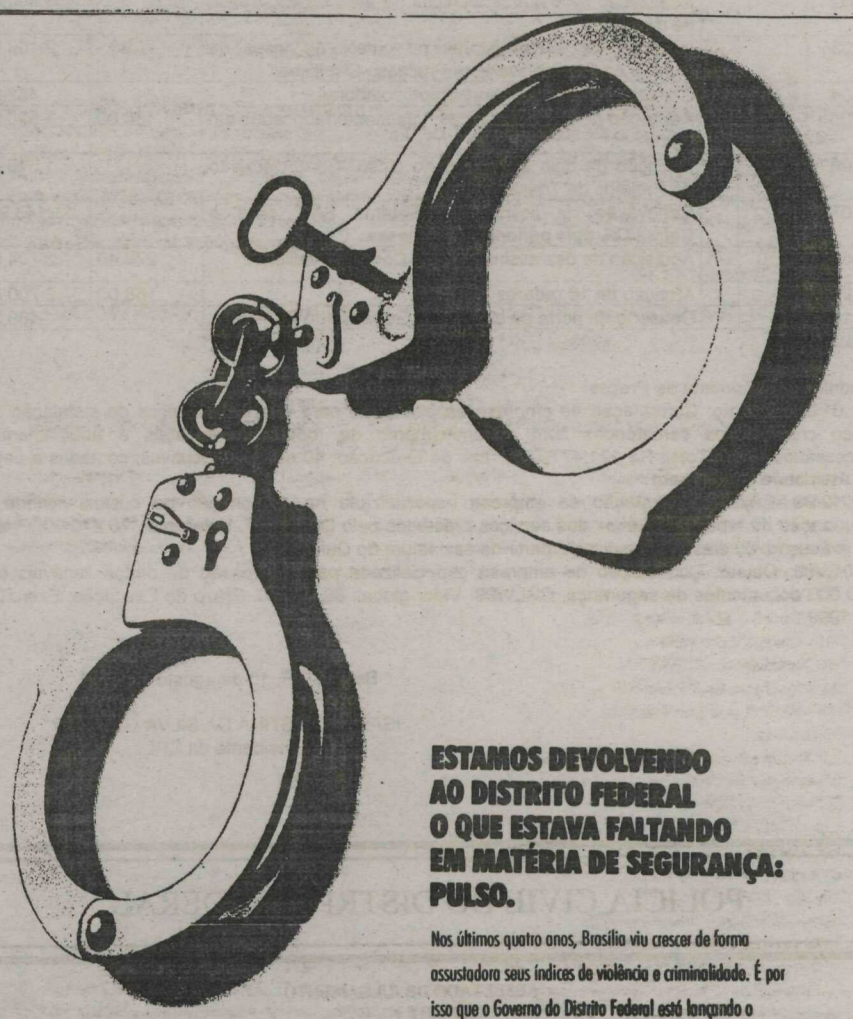
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO PADRÃO Nº 1/99(*)

Processo nº 00220.000.023/99. PARTES: DF/SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE - SEVJ X CONSERVO BRASÍLIA - EMPRESA DE SEGURANÇA Ltda. Objeto: Alterar o Contrato nº:01/99, com vistas a modificação do seu valor, em decorrência de acréscimo de quantitativo de seu objeto, na forma da Lei nº:8.666/93, art. 65 , inciso I, alínea b, c/c §1º, CLÁUSULA Contratual do ajuste original, celebrado em caráter emergência, na Unidade Administrativa do CENTRO POLIESPORTIVO AYRTON SENNA. PRAZO: 180 (CENTO E OITENTA DIAS), proibida sua prorrogação na forma da Lei vigente, com vigência até 17.08.99, objetivando a prestação de Serviços de Vigilância Desarmada no CENTRO POLIESPORTIVO AYRTON SENNA, conforme acordo celebrado entre as partes, ficando acordado as alterações nos termos seguintes: Aumento de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor mensal de R$104.556,10 (cento e quatro mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e dez centavos) correspondente ao efetivo de 48 (quarenta e oito) vigilantes e 04 (quatro) encarregados, que passa a ser R$127.648,78 (cento e vinte e sete mil, seiscentos e quarenta e oito reais e setenta e oito centavos), correspondente ao efetivo de 60 (sessenta) vigilantes e 04 (quatro) encarregados. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da Administração. Data da Assinatura 08 de abril de 1999. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal, WAGNER ANTONIO MARQUES, na qualidade de Secretário, e pela Contratada VICTOR JOÃO CÚGULA, na qualidade de Diretor Presidente.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO PADRÃO Nº 2/99(*)

Processo nº 00220.000.024/99. PARTES: DF/SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE - SEVJ X CAPITAL EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA. Objeto: Alterar o Contrato nº:02/99, com vistas a modificação do seu valor, em decorrência de acréscimo de quantitativo de seu objeto, na forma da Lei nº:8.666/93, art. 65 , inciso I, alínea b, c/c §1º, CLÁUSULA Contratual do ajuste original, celebrado em caráter emergência, na Unidade Administrativa do CENTRO POLIESPORTIVO AYRTON SENNA. PRAZO: 180 (CENTO E OITENTA DIAS), proibida sua prorrogação na forma da Lei vigente, com vigência até 12.08.99, objetivando a prestação de Serviços de Limpeza e Conservação no CENTRO POLIESPORTIVO AYRTON SENNA, conforme acordo celebrado entre as partes, ficando acordado as alterações nos termos seguintes: Aumento de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor mensal de R$39.451,81 (trinta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e oitenta e um centavos) correspondente ao efetivo de 29 (vinte e nove) serventes e 03 que passa a ser R$ 48.609,96 (quarenta e oito mil, seiscentos e nove reais e noventa e seis centavos), correspondente ao efetivo de 37 (trinta e sete) serventes e 03 encarregados. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da Administração. Data da Assinatura 08 de abril de 1999. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal, WAGNER ANTONIO MARQUES, na qualidade de Secretário, e pela Contratada WILSON LEMOS DE SOUZA, na qualidade de Diretor Presidente.

(*) Republicados por terem saído com incorreções, dos originais, no DODF-Seção III, nº 117, de 21-6-99, pág. 59.



ESTAMOS DEVOLVENDO AO DISTRITO FEDERAL O QUE ESTAVA FALTANDO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA: PULSO.

Nos últimos quatro anos, Brasília viu crescer de forma assustadora seus índices de violência e criminalidade. É por isso que o Governo do Distrito Federal está lançando o programa Segurança Sem Tolerância: um conjunto de medidas para combater o crime sem tréguas, sem tolerância. Mas com respeito ao cidadão. O programa inclui aumento expressivo do número de policiais nas ruas, com a volta da Rocan e das duplas Cosme e Damião. A modernização da estrutura das polícias e a valorização do policial. O combate sistemático ao tráfico e ao uso de drogas. A parceria do GDF com o Judiciário e o Ministério Público - e sobretudo com a sociedade. Veja as medidas adotadas pelo GDF, como parte do Segurança Sem Tolerância:

- Nomeação de 861 novos policiais civis.
- Seleção e formação de 2 mil policiais militares.
- Entrega de 80 carros novos e 65 totalmente reformados.
- Concurso para contratação de 900 bombeiros.
- Duas lanchas e 4 jet skis para atendimento no Lago Paranoá.
- Mais 21 Juizados Especiais para julgamentos rápidos.
- Construção de 5 Núcleos de Detenção para criminosos de baixa periculosidade, desafogando as cadeias.

Isso é apenas o começo. Novas medidas virão, para que Brasília possa ter de volta a paz e a tranqüilidade.

SEGURANÇA SEM TOLERÂNCIA.

Secretaria de Segurança Pública
Governo do Distrito Federal

INEDITORIAIS

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRE DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL 210/310, DE SANTA MARIA

EXTRATO DO ESTATUTO

À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRE DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL 210/310 , de SANTA MARIA . Sede: E/Q 210/310. FORO: Brasília-DF. Entidade civil sem caráter lucrativo. DURAÇÃO: Tempo indeterminado. FINALIDADE: Participação ativa dos pais na escola, promoção de atividades socioculturais e esportivas. COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA: Supervisor Geral, Presidente, Vice-presidente, 2 secretários, 2 Tesoureiros. DISSOLUÇÃO: Ocorrerá em Assembléia Geral Extraordinária pôr decisão de 2/3 dos Associados e seu patrimônio reverterá à FEDF. Administração participativa entre pais e professores sendo representa a APM, pela Diretora da escola. ÀLTERAÇÃO DO ESTATUTO. por aprovação de 2/3 dos associados. Sebastião Tomé Gomes-Presidente.

CREA/DF – CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

SGAS Q. 901 Lote 72, Fone (061) 321-3001, FAX (061) 321-1581 – CEP 70390-010 – BRASÍLIA-DF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 1/99-G

A Comissão Eleitoral Federal - CEF - do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 5º e 32 do Regulamento para as Eleições dos Presidentes dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, aprovados pela Resolução nº 429, de 08 de julho de 1999, convoca os Profissionais jurisdicionados pelo Sistema CONFEA/CREAs a fim de participarem das suas Eleições, dando-lhes ciência dos seguintes dados:

I - Data da Eleição: 10 de novembro de 1999.

II - Horário: das 09h00 às 21h00.

III - Cargos a preencher:

a) Presidente do CONFEA;

b) Presidente do CREA-DF;

IV - Registro de Candidaturas:

1 - Locais:

a) Presidente do CONFEA - Sede do CONFEA:

Endereço do CONFEA:

SEPN Q. 508 Bloco "B"

Cep: 70740-527 - Brasília - DF

b) Presidente do CREA: Sede do CREA-DF;

Endereço do CREA-DF:

SGAS - Q. 901 - Lote 72

Cep: 70390-010 - Brasília - DF

2 - Prazo de Registro: até 10 de setembro de 1999.

3 - Prazo de Desincompatibilização (licença): até 10 de setembro de 1999.

4 - Condições para Registro: nos termos do artigo 15, da Resolução nº 429, de 08 de julho de 1999, poderá candidtar-se o profissional de nível superior interessado em concorrer à eleição para Presidência do CONFEA ou Presidente do CREA, bem como o profissional interessado a concorrer à eleição a Conselheiro Federal e seu suplente, habilitado na forma da Lei, devendo o registro de candidatura ser instruído com os documentos a que se reporta o artigo 20 do referido Regulamento.

V - A Resolução nº 429/99 que estabelece o Regulamento para as Eleições dos Presidentes do CONFEA e dos CREAs, encontra-se à disposição dos interessados na sede do CONFEA e dos CREAs.

Cons. Fed. Arqª ANESTOR TOMBINI
Coordenador da Comissão Eleitoral Federal

DAR 5206/99

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE SERVIÇOS DA CUT

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Comissão Organizadora composta por representantes dos Sindicatos dos Empregados no Comércio do DF, Sindicato Empregados em Entidades Culturais, Recreativas de Assistência Social de Orientação e Formação Profissional de Brasília - Senalba - DF, Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Locadoras de Vídeos, Escritório de Advocacia, Escritório de Assessoria, Cobrança e Consultoria do DF, Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Recreativas Assistenciais de Lazer e Desportos – Sindclubes - DF , Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Bebidas do DF, Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do DF, convoca os Sindicato de Trabalhadores no Comércio e Serviços no Distrito Federal para assembléia a se realizar no dia 23 de agosto de 1999, às 14:00 horas, no Auditório localizado no SCS. Quadra 06, Bloco .A, Ed. Arnaldo Vilares, 7º andar, em Brasília-DF., para tratar da seguinte ordem do dia: a) deliberar sobre a conveniência de criar uma Federação de Trabalhadores no Comércio e Serviços composta por Sindicatos vinculados à Central Única dos Trabalhadores; b) em caso de deliberação positiva do item A, criar a Federação, aprovar estatuto da entidade, eleger diretoria provisória; c) Assuntos Gerais. Brasília-DF., 12 de agosto de 1999. Comissão Organizadora.

DAR 5207

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

FURNAS torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a Licença de Operação, para a atividade de poço tubular profundo, na QN 214 Área Especial nº 01 - Samambaia - Brasília - DF. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

DAR 5213

JOAQUIM GOMES DE SOUZA

AVISOS DE REQUERIMENTO DE LINCENÇA

Joaquim Gomes de Souza torna público que requereu do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal –IEMA/SEMATEC, a licença para preservação e criação de animais da fauna silvestre, na propriedade localizada no quinhão 4 da Fazenda Taboquinha, glebas 26/29, São Sebastião, Distrito Federal. Não foi determinada a elaboração de estudo prévio de impacto ambiental – EPIA/RIMA.

Joaquim Gomes de Souza torna público que requereu do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal –IEMA/SEMATEC, a licença para perfuração de poço tubular profundo na propriedade localizada no quinhão 4 da Fazenda Taboquinha, glebas 20 e 21, São Sebastião, Distrito Federal. Não foi determinada a elaboração de estudo prévio de impacto ambiental – EPIA/RIMA.

JOAQUIM GOMES DE SOUZA

DAR 5210/99

MASCARENA PESCA E LAZER LTDA

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

Mascarena Pesca e Lazer Ltda. torna público que requereu do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal –IEMA/SEMATEC, a licença para criação, manutenção e comercialização de peixes nativos da região nos sistemas de pesque e pague e turismo ecológico e rural na propriedade localizada no quinhão 4 da Fazenda Taboquinha, glebas 26/29, São Sebastião, Distrito Federal. Não foi determinada a elaboração de estudo prévio de impacto ambiental – EPIA/RIMA.

JOAQUIM GOMES DE SOUZA

ÍNDICE

ATOS DO PODER EXECUTIVO

.DECRETO EXECUTIVO 20402-*, 15-07-99 9
.DECRETO EXECUTIVO 20482, 12-08-99 9
.DECRETO EXECUTIVO 20483, 12-08-99 9
.DECRETO EXECUTIVO 20484, 12-08-99 10
.DECRETO EXECUTIVO 20485, 12-08-99 10
.DECRETO EXECUTIVO 20486, 12-08-99 11
.DECRETO EXECUTIVO 20487, 12-08-99 12
.DECRETO EXECUTIVO 20488, 12-08-99 12
.DECRETO EXECUTIVO 20489, 12-08-99 13
.DECRETO EXECUTIVO 20490, 12-08-99 13
.DECRETO EXECUTIVO 20491, 12-08-99 13
.DECRETO EXECUTIVO 20492, 12-08-99 14
.DECRETO EXECUTIVO 20493, 12-08-99 14
.DECRETO EXECUTIVO 20494, 12-08-99 14
.DECRETO EXECUTIVO 20495, 12-08-99 15
.LEI ORDINARIA 2424-*, 13-07-99 1
.LEI ORDINARIA 2428-*, 21-07-99 2

VICE-GOVERNADORIA

.DESPACHO-R, SUCAR, 11-08-99 15
.DESPACHO-R, SUCAR, 12-08-99 15
.ORDEM DE SERVICO 69, SUCAR/RA-XV-RECANTO DAS EMAS, 09-08-99 16
.ORDEM DE SERVICO 117, SUCAR/RA-X-GUARA, 12-08-99 16
.ORDEM DE SERVICO, SUCAR/RA-XVI-LAGO SUL, 06-08-99 16

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

.PORTARIA, SECRETARIO, 12-08-99 17

SECRETARIA DE FAZENDA

.DESPACHO, DAG, 12-08-99 17
.DESPACHO, SUREC/DAT-DAR, 11-08-99 17

SECRETARIA DE EDUCACAO

.ATO, SECRETARIA, 12-08-99 18
.DESPACHO-R, CHEFE DE GABINETE, 11-08-99 18

SECRETARIA DE SAUDE

.PORTARIA, SECRETARIO, 09-08-99 18

SECRETARIA DA CRIANCA E ASSISTENCIA SOCIAL

.RESOLUCAO 10, CAS/DF, 11-08-99 18

SECRETARIA DE AGRICULTURA

.DESPACHO, FZDF/DECOM, 12-08-99 18

SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA

.ATA 2350, CPDF, 05-08-99 18

SECRETARIA DE CULTURA

.PORTARIA, SECRETARIA, 11-08-99 18

SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL

.DESPACHO, SECRETARIO, 10-08-99 19

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA

.DESPACHO, FAPDF, 10-08-99 19
.DESPACHO-R, SECRETARIO, 11-08-99 19
.DESPACHO-*, SLU/DG, 28-06-99 19
.INSTR. DE SERV. 216, SLU/DG, 09-08-99 19

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITACAO

.DESPACHO-R, SECRETARIA, 09-08-99 19
.PORTARIA 22, SECRETARIA, 28-07-99 19
.RESOLUCAO 13, IPDF/DC, 12-08-99 20

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

.PORTARIA 167, SECRETARIO, 10-08-99 20

SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZACAO DA JUVENTUDE

.DESPACHO, SECRETARIO, 28-05-99 20

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

.ATA 3405-*, SECRETARIA DAS SESSOES, 06-04-99 26
.ATA 3438-*, SECRETARIA DAS SESSOES, 03-08-99 26
.ATA 3439, SECRETARIA DAS SESSOES, 05-08-99 20

* - ATOS REPUBLICADOS OU RETIFICADOS
R - ATOS AGRUPADOS POR RELACAO

D&M

VOCÊ TEM O DIREITO DE RECLAMAR. E O GDF QUER OUVIR.

Toda vez que você quiser ser ouvido pelo Governo do Distrito Federal, ligue sem cerimônia para a **Ouvidoria Geral**. Você vai poder encaminhar suas opiniões, idéias e reclamações tranqüilamente. E mais do que isso, sua participação vai ajudar a melhorar a qualidade dos serviços oferecidos a toda a população. Participe ligando para a **Ouvidoria**. Uma iniciativa que começa a mudar a relação entre a população e seus governantes.



FALA CIDADÃO

0800-611516

Ligue à vontade. É gratuito.

OUVIDORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

GDF GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

A GENTE FALA, A GENTE FAZ